

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Vanessa Maschio dos Reis

O Patrimônio e os Valores Culturais do Lugar: O caso do Pátio de São Pedro, do Pátio do Terço e do Pátio do Carmo em Recife-PE

Recife
2010

VANESSA MASCHIO DOS REIS

O Patrimônio e os Valores Culturais do Lugar: O caso do Pátio de São Pedro, do Pátio do Terço e do Pátio do Carmo em Recife-PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano, sob orientação do Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti.

Recife
2010

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

R375p

Reis, Vanessa Maschio dos

O patrimônio e os valores culturais do lugar: o caso do Pátio de São Pedro, do Pátio do Terço e do Pátio do Carmo em Recife - PE / Vanessa Maschio dos Reis. – Recife: O Autor, 2010.

182 f.: il.

Orientador: Silvio Mendes Zancheti.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2010.

Inclui referências.

1. Espaços públicos. 2. Pátios. 3. Valores. 4. Patrimônio cultural. I. Zancheti, Silvio Mendes (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2015-198)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Vanessa Maschio dos Reis

O Patrimônio e os Valores Culturais do Lugar:

O caso do Pátio de São Pedro, do Pátio do Terço e do Pátio do Carmo em Recife-PE

Dissertação aprovada em 15 de março de 2010.

Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti / MDU / UFPE (orientador)

Prof. Dr. Luiz Manuel do Eirado Amorim / MDU / UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Natália Miranda Vieira / Dep. Arquitetura e Urbanismo / UFRN

Prof^ª. Dr^ª. Norma Lacerda Gonçalves / MDU / UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Franciza Lima Toledo / Dep. Museologia / UFPE

Recife
2010

Aos lugares de mim

A Caco, patrimônio do povo e herança familiar

*À Maschio que evoca lugares pretéritos,
presentes e futuros*

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Silvio Mendes Zancheti, pela continuidade do apoio e pela permanência da confiança.

A Fernando Almeida, companheiro de matrimônio, patrimônio e preservador dos meus rituais inventados.

A Luís Antônio e Armando, antropólogos que me motivaram a encontrar os lugares do patrimônio.

Aos colegas especialistas e aos sujeitos que fizeram de mim parte da comunidade, porque sem eles não haveria valores.

RESUMO

Esta investigação fundamenta-se na identificação de bens patrimoniais nas polissemias que o Patrimônio assume para os sujeitos patrimoniais diante dos processos de gestão, patrimonialização e promoção de bens culturais. Tem como foco a identificação dos valores culturais do lugar, na perspectiva do entrelaçamento entre patrimônio imaterial e material. Aborda as relações entre os sujeitos patrimoniais – comunidades e especialistas – e a significância dos bens culturais, expressas nas interlocuções destes sujeitos. Revela os valores dos bens culturais e da relação entre as manifestações, as construções e o espaço, que dão sentido de lugar ao Pátio do Carmo, ao Pátio do Terço e ao Pátio de São Pedro, situados no Sítio Histórico de Santo Antônio e São José em Recife-PE.

Palavras-chave: Valores. Patrimônio. Lugares.

ABSTRACT

The bottom-line of this research is the identification of cultural heritage in the polysemies that Heritage represents to cultural subjects, mostly toward management processes, patrimonialisation and promotion of cultural assets. The focus lies on the identification of cultural values of the place, in the perspective of the blend of material and immaterial heritage. The research approaches the relationship between the heritage players – communities and specialists – and the significance of the cultural assets, expressed in terms of the interaction among such players. It reveals the values of the cultural assets and the relationship among public demonstrations, buildings and space, which provide a meaning of place for Patio do Carmo, Patio do Terço and Patio de Sao Pedro, all of them located at the Santo Antonio and Sao Jose Historic Site in Recife, State of Pernambuco, Brazil.

Keywords: Cultural values. Heritage. Places.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Índice de Figuras

Figura 1 – Síntese das relações entre indivíduos, práticas e espaço, conformando identidade e lugares	19
Figura 2 – Mapa da localização dos pátios investigados	44
Figura 3 - Modelo final de questionário-guia	54
Figura 4 – Pátio do Terço durante a Noite dos Tambores Silenciosos	72
Figura 5 – Vista do Pátio do Terço a partir da entrada da Igreja	72
Figura 6 – Vista do Pátio do Terço a partir do final da Rua Vidal de Negreiros	73
Figura 7 – Kalunga do Maracatu na Noite dos Tambores Silenciosos	74
Figura 8 – Noite dos Tambores Silenciosos	75
Figura 9 – Basílica do Carmo	76
Figura 10 – Vista do Pátio do Carmo durante a Festa.	76
Figura 11 – Festa profana	77
Figura 12 – Vista a partir da Basílica	77
Figura 13 – Comércio de artigos religiosos durante a Festa do Carmo.	78
Figura 14 – Imagens de Nossa Senhora do Carmo à venda durante a Festa.....	79
Figura 15 – Vista aérea do Pátio de São Pedro durante o carnaval	80
Figura 16 – Vista do Pátio de São Pedro partir do Palco durante época junina.....	81
Figura 17 – Apresentação de Frevo em evento carnavalesco no Pátio de São Pedro	82
Figura 18 – Queima da Lapinha no Pátio de São Pedro	83
Figura 19 – Apresentação de Afoxé no Pátio de São Pedro durante a Terça Negra.....	84
Figura 20 –Terça Negra.....	85
Figura 21 – Fluxograma da atribuição de valor pelos especialistas.....	150

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Valor afetivo.....	59
Gráfico 2 – Valor de antiguidade	60
Gráfico 3 – Valor artístico	61

Gráfico 4 – Valor social	62
Gráfico 5 – Valor sagrado	63
Gráfico 6 – Valor étnico	64
Gráfico 7 – Valor econômico	65
Gráfico 8 – Valor histórico	66
Gráfico 9 – Valor de memória	67
Gráfico 10 – Valor de referência cultural	68
Gráfico 11 – Valor de reverência	69
Gráfico 12 – Valor de uso	70
Gráfico 13 - Tradições do Pátio do Terço indicadas pelos Especialistas.....	88
Gráfico 14 - Tradições do Pátio do Carmo indicadas pelos Especialistas	89
Gráfico 15- Tradições do Pátio de São Pedro indicadas pelos Especialistas	91
Gráfico 16 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Terço segundo os Especialistas	92
Gráfico 17 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Carmo segundo os Especialistas.....	92
Gráfico 18 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio de São Pedro segundo os Especialistas	92
Gráfico 19 - Avaliação de elementos culturais pelos Especialistas	93
Gráfico 20 - Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para os especialistas	96
Gráfico 21 - Tradições do Pátio do Terço indicadas pela Comunidade.....	98
Gráfico 22 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Terço segundo a Comunidade.	99
Gráfico 23- Avaliação de elementos culturais pela Comunidade do Terço.....	100
Gráfico 24- Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para a Comunidade do Terço.	101
Gráfico 25 - Tradições do Pátio do Carmo indicadas pela Comunidade.....	104
Gráfico 26 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Carmo segundo a Comunidade.....	105
Gráfico 27- Avaliação de elementos culturais pela Comunidade do Carmo	106
Gráfico 28 - Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para a Comunidade do Carmo.....	107
Gráfico 29 - Tradições do Pátio de São Pedro indicadas pela Comunidade.....	110
Gráfico 30 – Tradição que é patrimônio cultural do Pátio de São Pedro segundo a Comunidade.	111
Gráfico 31 - Avaliação de elementos culturais pela Comunidade de São Pedro	113
Gráfico 32 -Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para a Comunidade de São Pedro	116

Gráfico 33 - Justaposição das Tradições do Pátio do Carmo.....	118
Gráfico 34 - Justaposição das Tradições do Pátio do Terço	118
Gráfico 35 - Justaposição das Tradições do Pátio de São Pedro	119
Gráfico 36 – Justaposição de Bens patrimoniais do Pátio do Carmo	121
Gráfico 37 – Justaposição de Bens patrimoniais do Pátio de São Pedro	122
Gráfico 38 – Justaposição de Bens patrimoniais do Pátio do Terço	123
Gráfico 39 – Justaposição de Aspectos excludentes da condição patrimonial	124
Gráfico 40 – Diagrama dos Valores da Comunidade do Terço	133
Gráfico 41 – Diagrama dos Valores da Comunidade do Carmo	141
Gráfico 42 – Diagrama dos Valores da Comunidade de São Pedro	148
Gráfico 43 – Diagrama dos Valores do Pátio do Terço pelos Especialistas	159
Gráfico 44 – Diagrama dos Valores do Pátio do Carmo pelos Especialistas	161
Gráfico 45 – Diagrama dos Valores do Pátio de São Pedro pelos Especialistas	163
Gráfico 46 – Diagrama de Valores do Pátio do Terço.....	166
Gráfico 47 – Diagrama de Valores do Pátio do Carmo	168
Gráfico 48 – Diagrama de Valores do Pátio de São Pedro	170

Lista de Quadros

Quadro 1 – Estudos de caso e evidências	43
Quadro 2 – Categorias de sujeitos patrimoniais	47
Quadro 3 - Especialistas entrevistados nesta pesquisa	48
Quadro 4 – Integrantes da Comunidade Cultural do Pátio do Terço entrevistados nesta pesquisa	49
Quadro 5 – Integrantes da Comunidade Cultural do Pátio do Carmo entrevistados nesta pesquisa.....	49
Quadro 6 – Integrantes da Comunidade Cultural do Pátio de São Pedro entrevistados nesta pesquisa	50
Quadro 7 - Total de entrevistados por Pátio	50
Quadro 8- Questões-guia e resultados pretendidos.....	52

LISTA DE SIGLAS

ADB – Avenida Dantas Barreto

EC – Elementos culturais

FC – Feira de Caruaru

GM – Galo da Madrugada

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MC – Morro da Conceição

MSJ – Mercado de São José

REAP – Rapid Ethnographic Assesment Procedures

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – United Nations Organization for Education, Science and Culture

NOTAÇÃO DAS TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Para a transcrição das entrevistas, foi empregada a seguinte notação:

“*palavra*” – Transcrição literal da fala do interlocutor;

“*palavra.*”^N – Transcrição literal do encerramento de uma idéia do interlocutor, onde^N corresponde à nota de identificação do locutor, presente a partir da página 136;

“*palavra...*” – Transcrição da hesitação ou pausa do interlocutor;

“[...] *palavra*” – Supressão voluntária da autora sobre a fala do interlocutor;

“*palavra* [outra palavra]” – Interferência da autora para esclarecer termos subliminares ou suprimidos da fala do interlocutor;

“*palavra [expressão]*” – Transcrição literal da fala e da expressão do interlocutor (riso, choro, inaudível etc);

“***palavra***” – Ênfase da autora para trechos da interlocução que expressem um conteúdo de interesse específico;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE - AS FACES DO PATRIMÔNIO	16
1.1	A Problemática	17
1.2	Materialidade \cap Imaterialidade	18
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	20
2.1	O Patrimônio Cultural	21
2.2	Os Valores do Patrimônio	29
2.3	A identidade cultural na formação dos Lugares como Patrimônio	36
3	COMO IDENTIFICAR VALORES?	40
3.1	A definição de estudos de caso – os Pátios como Lugares	41
3.2	A coleta de evidências	45
3.3	A análise dos dados qualitativos	55
4	OS BENS CULTURAIS: ENTRE TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO	71
4.1	Os Pátios Históricos e os bens culturais	71
4.1.1	O Pátio do Terço – o Lugar dos eguns	71
4.1.2	O Pátio do Carmo – Domina Loci	75
4.1.3	O Pátio de São Pedro-Relicário Institucional	80
4.2	A tradição e o patrimônio segundo os sujeitos patrimoniais	85
4.2.1	A visão dos especialistas	86
4.2.2	A visão da comunidade do Terço	96
4.2.3	A visão da Comunidade do Carmo	102
4.2.4	A visão da comunidade de São Pedro	107
4.3	Os bens culturais: tradicionais e patrimoniais	116
5	OS VALORES CULTURAIS	126
5.1	Os valores das Comunidades Culturais	126
5.1.1	Os Valores da Comunidade do Terço	126
5.1.2	Os valores da Comunidade do Carmo	135
5.1.3	Os valores da Comunidade de São Pedro	143
5.2	Os valores dos Especialistas	150
5.3	Lugares-Patrimônio: A Significância dos Pátios Históricos	164
5.3.1	Pátio do Terço	166
5.3.2	Pátio do Carmo	168
5.3.3	Pátio de São Pedro	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
6.1	Para a identificação e conservação do patrimônio	173
6.2	Objetivos alcançados	173
6.3	Modificações na estrutura da pesquisa	174
6.4	Resultados obtidos	174

6.5 Hipóteses levantadas durante a pesquisa para ser continuadas.....	174
NOTAS SOBRE OS SUJEITOS ENTREVISTADOS	176
REFERÊNCIAS	178

1 INTRODUÇÃO: MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE - AS FACES DO PATRIMÔNIO

Discussões referentes ao conceito de patrimônio vêm ampliando-se ao longo do tempo. No mundo ocidental, as origens do bem patrimonial residiram nos vestígios materiais que representavam a herança das gerações passadas, primeiramente por critérios e valores estilísticos e posteriormente por sua historicidade. Contudo, ainda não havia o reconhecimento da tradição cultural, das práticas e saberes de sua produção, dos ritos e celebrações de determinada cultura como bens patrimoniais. Somente após a Segunda Guerra Mundial é que estes processos e práticas culturais imateriais começaram, lentamente, a fazer parte de um processo de patrimonialização no ocidente (SANT'ANNA, 2003), de tal modo que, ao final do século XX, a noção de patrimônio passa a abranger os bens culturais intangíveis. Ainda que estudos insistam em separar cada uma destas faces do patrimônio, não se pode negar que estão interligadas, conformando o Patrimônio Cultural em sua totalidade.

“As relações entre patrimônio cultural tangível, especialmente monumentos e sítios, e o patrimônio cultural intangível são tão íntimas que é impossível separá-los. Esta relação pode ser comparada a uma corda entrelaçada, contudo não é tão simples (...) a cultura intangível apresenta-se como um aspecto vital para o estabelecimento do patrimônio cultural material. A cultura intangível pode ser fé e religião, filosofia, ou uma revelação percebida em um fenômeno. Uma compreensão profunda de tal cultura intangível revelará os mais altos valores dos monumentos e sítios”.¹

Apesar da ampliação do conceito, ainda permanecem lacunas quanto aos critérios para a titulação dos bens culturais como patrimônio. Assim, tornam-se pertinentes as seguintes questões: o que torna um bem cultural passível a receber o título patrimônio? Porque é valorado? Quem atribui valores ao patrimônio?

Esta pesquisa tem como objetivo, portanto, a identificação dos valores patrimoniais dos lugares, especificamente dos bens culturais dos pátios históricos. Apresenta como objetivos específicos a identificação de bens patrimoniais e a identificação dos valores dos bens materiais e imateriais destes pátios como lugares.

Os procedimentos de coleta de dados buscaram identificar os valores dos bens culturais e patrimoniais, mas não com o intuito de suportar a composição de alguma Declaração de Significância, conforme reza a Carta de Burra. O direcionamento dado a esta

1 ITO, 2003. Tradução nossa.

investigação buscou identificar os valores atribuídos pelos sujeitos culturais aos bens em decorrência de práticas de conservação da memória nos pátios, e, em razão das relações identificadas entre os valores, foi possível traçar um espectro de significância dos lugares. Somente a partir de uma interpretação específica desse resultado, ou seja, após pesarem-se os aspectos positivos e negativos identificados, seria possível construir uma Declaração de Significância do bem cultural, ou do lugar.

1.1 A Problemática

Apesar da promulgação do Decreto-lei 3.551/2000, que institui a proteção federal dos bens culturais imateriais, pouco se avançou em relação aos critérios de salvaguarda para os bens culturais, materiais ou imateriais, quer seja em instância municipal, estadual ou federal, numa visão que pretenda elencar os valores destes bens. Isto ocorre, especialmente, nos sítios urbanos tombados, lugares que, além de possuírem aspectos históricos e artísticos materializados em edificações, apresentam pátios históricos que abrigam manifestações culturais intangíveis, que contribuem para a formação da identidade destes locais, dotando-os do sentido de lugar.

O principal problema decorrente da falta de clareza dos critérios para salvaguarda dos bens culturais, especialmente no caso dos sítios urbanos tombados, é que grande parte dos pareceres técnicos do tombamento, bem como diagnósticos, projetos e planejamento para estes lugares, privilegiam os aspectos materiais dos sítios, negligenciando sua dimensão imaterial. Com a intenção de dinamizar estas áreas históricas das cidades, algumas destas ações, na maioria dos casos, tem como consequência processos de gentrificação e erradicação das comunidades locais, como o caso do Pelourinho em Salvador (LEITE, 2004).

Mesmo com a ampliação do conceito de patrimônio, que institui os lugares como patrimônio imaterial, os valores que permeiam os processos de tombamento e salvaguarda dos bens culturais materiais ainda dependem unicamente de uma avaliação subjetiva de técnicos do órgão responsável, relacionados, quase sempre, aos aspectos artísticos e históricos ligados diretamente ao bem. Ao proceder deste modo, os técnicos e especialistas acabam por ignorar, entre outros, valores subjetivos e simbólicos ligados à apropriação do bem cultural pela comunidade local.

Deste modo, identificar os valores que permeiam as relações entre os bens culturais materiais e imateriais que ocorrem no espaço dos sítios históricos, por meio da apropriação destes bens pelos sujeitos patrimoniais², constitui-se como uma forma de estabelecer critérios mais abrangentes, incluindo todos os interessados na eleição do bem cultural.

Os bens culturais são valorados de formas distintas pelos sujeitos patrimoniais, que refletem os valores e visão de mundo destes. Desde a instauração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1937, até a atualidade, os bens culturais são promovidos a patrimônio por pareceres técnicos têm considerado somente a dimensão material dos sítios, seus valores históricos e artísticos, refletindo assim, apenas a visão tradicional da instituição promotora.

Identificar os valores culturais, para além dos valores patrimoniais tradicionalmente consagrados na promoção destes bens culturais a Patrimônio, tomando como referência os valores atribuídos pelos diversos sujeitos envolvidos com o bem cultural, constitui-se, portanto, como uma contribuição para a melhoria dos critérios de salvaguarda, dos pareceres técnicos, do planejamento e da gestão que anima o Patrimônio. A correlação entre os valores dos bens materiais e imateriais dos pátios históricos poderá servir como um guia efetivo para caracterização destes bens culturais e sua dinâmica temporal e espacial, bem como aproximar os sujeitos interessados na conservação dos bens, para que os valores culturais possam ser expressos e discutidos como valores patrimoniais.

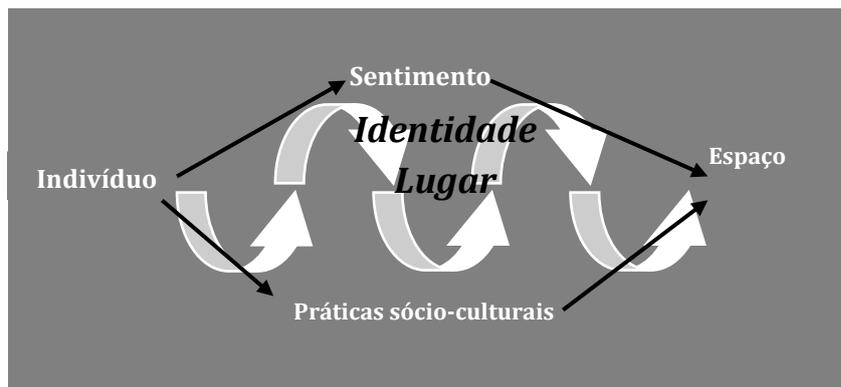
1.2 Materialidade \cap Imaterialidade

É sabido que todo patrimônio imaterial possui uma dimensão tátil que se revela por materialidades, tanto como o contrário também se verifica: todo patrimônio material possui uma dimensão intangível. Nos sítios urbanos tombados, quer seja por sua história ou por sua estética, há de existir uma dimensão imaterial fomentada por atividades e práticas sócio-culturais de grupos sociais enraizados a este espaço, dotando-o de sentido de lugar. E é na consideração desta circunstância que a presente pesquisa é desenvolvida.

2 A noção de sujeito patrimonial será explorada no capítulo 2.

A dimensão imaterial do espaço construído configura-se como uma rede de significações agregadas ao espaço, que lhe confere sentido (RIBEIRO, 2003). Esta rede compreende os aspectos abstratos e invisíveis do espaço construído, compondo-se de crenças, concepções, sentimentos, entre outras manifestações que podem ser traduzidas em valores e são manifestadas através da apropriação do espaço pelo habitante.

Figura 1 – Síntese das relações entre indivíduos, práticas e espaço, conformando identidade e lugares



Fonte: Elaborada pela autora.

Existe uma rede de relações estabelecida entre o espaço construído, as atividades e os indivíduos, que trazem significados e valores que sedimentam este espaço como lugar. O espaço, o homem, as atividades são elementos estruturadores da vivência, do habitar. A dimensão imaterial abrange os significados das relações entre os diversos elementos que compõem o espaço, quer se relacionem aos bens materiais, quer sejam relativos aos bens imateriais, manifestados na apropriação dos bens pelos indivíduos.

Mesmo com este aspecto relacional visível, o Patrimônio permanece em via de mão dupla, isto porque as divisões internas das instituições responsáveis pela salvaguarda do Patrimônio Cultural tratam-no de forma segregada: Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial. Apesar de muito ter-se avançado, quando da ampliação do conceito para Patrimônio Cultural, arquitetos e antropólogos não têm se demonstrado atentos para estas relações. A presente investigação pretende abordar o ponto onde estes dois patrimônios se interceptam, entre a edificação e a prática cultural, nos lugares em que ambas constituem.

Diante do exposto, esta dissertação divide-se em cinco capítulos, onde o primeiro capítulo versa sobre os pressupostos teóricos, acompanhando a evolução do conceito de patrimônio e a noção de tradição, a axiologia aplicada ao patrimônio e, por fim, o lugar como campo permeável entre os bens patrimoniais e os valores que lhes são conferidos.

No segundo capítulo a pesquisa é apresentada como uma investigação de caráter exploratório e sua abordagem metodológica é desenvolvida com a justificativa da seleção dos casos de estudo, do método de coleta de informações, do critério para a seleção dos sujeitos entrevistados, do procedimento de análise desses dados e dos resultados obtidos.

O terceiro capítulo apresenta os bens culturais dos pátios históricos como lugares, revelando, para além do espírito do lugar, a monumentalização de personalidades históricas, a destruição/preservação do patrimônio cultural e a relocação de tradições, práticas de intervenção/conservação do patrimônio que inscrevem valores culturais nos lugares. Desenvolve uma análise dos sentidos de tradição e patrimônio atribuídos aos bens culturais pelos sujeitos entrevistados e desta forma são classificados os bens culturais de cada pátio indicados pelos sujeitos.

No quarto capítulo são identificados os valores associados aos bens culturais que conformam os pátios e que delineiam os lugares, tanto pela comunidade cultural como pelos especialistas. Identifica as relações entre os valores dos bens culturais, sendo estas sintetizadas em um Diagrama de Valores.

Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as conclusões sobre os valores e a consulta aos interessados na conservação do patrimônio cultural na tomada de decisões acerca da patrimonialização e gestão dos bens culturais. Também é considerada a importância do estabelecimento e monitoramento da significância dos bens patrimoniais para orientar boas práticas de conservação do Patrimônio Cultural.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ao pensar nos lugares como sendo o conjunto dos bens culturais e seus valores estamos, como bem descreveu REIS, “*(re)apreendendo a olhar para o patrimônio como um bem que representa identidade e que exterioriza os valores de uma cultura*”, de algo que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição.

Mas o que se entende por patrimônio, qual noção de tradição podemos empregar como sinônimo de um bem patrimonial, o que são valores e que sentido de lugares pode ser considerado como patrimônio? Diante destas questões torna-se necessário deslindar as noções e conceitos referentes a patrimônio e valores que serão utilizadas neste trabalho.

2.1 O Patrimônio Cultural

O dicionário Aurélio define patrimônio como sendo “*S.m. 1. herança paterna 2. bens de família 3. dote dos ordinandos*” (FERREIRA, 1999). Assim, a idéia de patrimônio é associada, num primeiro momento, à herança do pai, ao legado herdado, aos bens que se pretende que permaneçam para futuras gerações da família. A etimologia vem do latim *patrimonium* e significa posses, bens de família, herança. Contudo, a abordagem que aqui se pretende é a da ampliação da noção de patrimônio, extrapolando a “*herança do pai*” para o legado de tradições de comunidades e povos, transmitidos de geração para geração.

A noção de patrimônio, como um bem herdado pela sociedade e que se pretende que sua materialidade seja preservada para gerações futuras, surge na França em fins do século XVIII, quando teve suas “*igrejas incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas, castelos saqueados...*” durante o período da Revolução Francesa (CHOAY, 2001, p. 95). Não que antes desta Revolução, na Europa como um todo, não houvesse a preocupação em se conservar os vestígios do passado; todavia, esta ‘*conservação*’ era feita apenas por meio de registros iconográficos, promovidos na maioria das vezes por antiquários, que se restringiam a lamentar a degradação destes bens. No período pré-revolucionário francês, foram produzidos discursos oficiais onde a “*conservação iconográfica abstrata dos antiquários cedia lugar a uma conservação real*” (CHOAY, 2001, p. 96, grifos nossos). Em 1790, o provável inventor do termo ‘*monumento histórico*’, Aubin-Louis Millin discorre acerca da preservação dos monumentos históricos em seu *Antiquités Nationales ou Recueil des Monuments*:

“*A incorporação dos bens eclesiásticos aos domínios nacionais, a venda rápida e fácil desses domínios vão propiciar à Nação recursos que, sob a égide da liberdade, torná-la-ão a mais feliz e mais florescente do universo; mas não se pode negar que essa venda precipitada seja, no presente momento, muito funesta às artes e às ciências, destruindo objetos de arte e monumentos históricos que seria interessante conservar [...]. Há um sem-número de objetos importantes para as artes e para a história que não podem ser transportados (para depósitos) e que logo serão fatalmente destruídos ou adulterados. [...] São estes monumentos preciosos que pretendemos subtrair à foice destruidora do tempo [...]. Daremos a representação dos diversos monumentos nacionais, como antigos castelos, abadias, monastérios, enfim, aqueles que podem relatar os grandes acontecimentos de nossa história*” (APUD CHOAY, 2001, p. 96).

Mas a concepção de conservação de Millin ainda se concentrava no registro iconográfico. O tombamento dos monumentos só ocorre através da Constituinte, em 1789, que coloca os bens do clero ‘*à disposição da Nação*’, havendo a transferência de propriedade destes bens para o Estado francês. Ainda, segundo Choay, foi criada uma comissão ‘*dos*

Monumentos’, que estaria encarregada de elaborar um método de inventário e definir regras de gestão, mas em primeiro lugar “*ela deveria tombar as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação*” (2001, p. 98, grifos nossos).

Assim, a primeira noção de Patrimônio esteve ligada aos monumentos de uma Nação, às edificações religiosas, aos castelos medievais e àqueles edifícios remanescentes da Antiguidade (LOUREIRO, 2005). Porém, foi sua compreensão como legado coletivo da sociedade “*que inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da Nação, do conjunto de todos cidadãos*” (LONDRES, 1997, p. 58). É neste momento que se justifica a proteção de “*monumentos*”, presente no processo de formação da Nação, impedindo-se a destruição de igrejas e palácios que evocavam o passado. Considerados pelos iluministas instrumentos importantes para a instrução e formação dos cidadãos, a ênfase da preservação recaiu sobre o valor histórico dos monumentos, inclusive pelo valor da história da Arte. Estas edificações passaram a evocar a identidade e o processo de constituição da Nação (LONDRES, 2000, p. 24).

Sobre este aspecto, Alois Riegl (1858-1903) desenvolve, em 1903, um ensaio intitulado “*O Culto Moderno aos Monumentos*”, escrito quando esteve encarregado pelo governo austríaco para reorganizar o setor da tutela dos monumentos, onde apresenta a distinção entre monumentos “*intencionais*” e “*não intencionais*”. Os primeiros seriam constituídos por cada obra criada voluntariamente, com o fim de testemunhar ações humanas e eventos históricos e de transmiti-los para o futuro com uma intencionalidade “*comemorativa*”. Os “*não intencionais*” são aqueles em que o aspecto testemunho-comemorativo não é intencional da parte do artista, de modo que seu reconhecimento como monumento dá-se como conseqüência (ASKAR, 1996, p. 7, grifos nossos). Ainda neste ensaio, Riegl afirma que cada ação do homem tem valor de testemunho histórico e que cada monumento, feito testemunho de eventos humanos, é histórico, assim como cada monumento é também artístico, porque, além de testemunhar eventos históricos, contém uma série de elementos artísticos, como “*o aspecto exterior, a forma, o modo de composição*”, que testemunham o desenvolvimento da história da Arte. Cada monumento possui, portanto, uma conexão “*artístico-histórica*”, o que representou um passo importante para a então tradicional distinção entre monumentos artísticos e monumentos históricos, vigente na Europa nesta época, uma vez que os primeiros estão “*compreendidos nos segundos e são absorvidos nestes*” (apud ASKAR, 1996).

Riegl ainda discorre acerca dos valores dos monumentos que, segundo ele, teriam valor histórico pela história, pela história da Arte e, por fim, pelos vestígios deixados pelo tempo transcorrido. Enquanto os primeiros dois valores se fundem sobre a obra original, o último se baseia em um “*substrato*” sensível, pronto a estimular no observador, mediante a percepção, “*o efeito psicológico da idéia do transcorrer do tempo*” que se “*manifesta imediatamente como sentimento, é comum tanto às pessoas cultas como às não-cultas*” (RIEGL, 1903, grifos nossos). Este seria o valor de antiguidade, presente no fascínio pelas ruínas, e que foi exaltado no romantismo do século XIX.

Nesta época houve em toda a Europa o movimento para preservação dos monumentos das Nações, mas foi a Itália que deu o primeiro passo para a inclusão das chamadas obras de “*arquitetura menor*” na categoria de Patrimônio. A partir de então, os bens materiais poderiam ser tanto os monumentos como os sítios onde estes estavam inseridos, uma vez que demarcavam o centro histórico da cidade (CHOAY, 2001, p. 98, grifos nossos).

O Brasil, em relação aos países europeus, teve o reconhecimento tardio do seu patrimônio edificado. Somente no século XX, após a Semana de Arte Moderna de 1922, discussões referentes à degradação dos monumentos e cidades históricas começaram a vir à tona. Mariza Veloso transcreve um texto de Alceu de Amoroso Lima, onde o autor descreve a viagem que fez com Rodrigo de Mello Franco de Andrade:

“Fomos juntos a Ouro Preto, em 1916, com seu velho ‘vovô’ Virgílio, e nos hospedamos em uma casa de porta e janela, dando para a rua Paraná... Ambos percorremos a cidade abandonada com seus templos em ruínas e seus chafarizes carcomidos pela erosão e cobertos de mato, suas ruas esburacadas pelas chuvas de verão, suas casas leprosadas pelo rigor dos invernos. Ambos confidenciávamos um ao outro, o nosso desapontamento, a nossa contestação de moços de então”.

A preocupação dos intelectuais e artistas brasileiros neste momento estendeu-se além dos monumentos de “*pedra e cal*”. Mário de Andrade, autor do anteprojeto de constituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, produziu o texto etnográfico – *O turista aprendiz* – no qual captou as coisas aparentemente simples que constituem parte da cultura brasileira. “*É o caldo-de-cana, os sorvetes coloridos de Belém, o repicar da viola, a semostração da carioca, o bumba-meu-boi...*”. Ele acreditava que era necessário preservar aquilo que fora inventado, criado e transformado pelo povo, e afirmava

que as festas religiosas, o carnaval, os ritos cívicos constituíam uma forma de revitalização da memória coletiva (LARAIA, 2000, p. 13).

Apesar de já neste momento o patrimônio brasileiro ter sido pensado pelos intelectuais como *'via de mão-dupla'*, a política preservacionista oficial seguiu um outro rumo, no qual se privilegiou a salvaguarda dos bens materiais, especificamente os monumentos que foram produzidos pelo Estado ou pela Igreja. A prioridade dada à preservação dos bens materiais justificou-se porque estes corriam mais riscos de desaparecer que as manifestações imateriais. Neste sentido Ângelo Santos afirma:

“Sempre terá parecido aos especialistas do patrimônio cultural, em Minas Gerais, que os bens imateriais tinham, nas próprias comunidades, defensores espontâneos e intransigentes, ao contrário dos bens materiais, tragicamente condenados à violência com que o Brasil da segunda metade do século se devotou à destruição e descaracterização sistemática da paisagem urbana e da arquitetura tradicional” (APUD LARAIA, 2000, p. 13).

Deste modo, quando da criação do SPHAN, em 30 de novembro de 1937, através da promulgação do Decreto-lei 25, foi instituída a salvaguarda e o tombamento dos bens materiais. Seguindo o modelo europeu, os bens selecionados deveriam evocar a identidade da Nação por meio de critérios estilísticos, o que implicou no tombamento e salvaguarda, em um primeiro momento, de monumentos religiosos de arquitetura colonial ou barroca. Lia Motta afirma que os trabalhos iniciais de proteção instituídos pelo IPHAN pautavam-se sobre uma idéia de *'unidade nacional'* para a construção de uma nação moderna, considerando edificações e sítios urbanos do período colonial como referência de uma única identidade para a Nação, por acreditarem que esta *“arquitetura representava a primeira expressão autenticamente brasileira”*, desconsiderando a arquitetura indígena. Estes sítios deveriam ter características coloniais uniformes, para que fosse possível sua classificação como obra de arte, *“sendo selecionadas preferencialmente edificações barrocas ou coloniais de caráter monumental em seu interior”*. As edificações ecléticas eram consideradas *“espúrias”*, como imposição de produtos de má qualidade, e não deveriam contar como contribuição para a história nacional, sendo rejeitadas pelo IPHAN (MOTTA, 2002).

No século XX, o mundo ocidental viu-se diante da patrimonialização de suas edificações históricas, todavia não existiam critérios gerais para que se homogeneizasse o sentido do patrimônio nos mais diversos contextos. Surgem comissões internacionais dispostas a discutir acerca do conceito de patrimônio, entre as quais resultou a Carta de

Veneza, de 1964, que teve grande influência para o estabelecimento dos critérios referentes aos bens a serem salvaguardados no Brasil. Sob este aspecto, Askar (1996) cita Ulpiano Bezerra de Menezes:

“A Carta de Veneza, no Brasil, desempenhou papel utilíssimo no estabelecimento de critérios normativos, que fundamentavam a atuação dos órgãos encarregados de proteção do patrimônio...” (MENEZES, 1985, p. 15).

Por volta da década de 1970, a noção de patrimônio, no Brasil, passa a ter seu sentido ampliado, despindo-se do valor simbólico nacional, servindo como apoio à manutenção de um meio ambiente urbano menos adensado, contra a especulação imobiliária (MOTTA, 2002). Segundo Lia Motta, nesta época, por volta de 87% dos processos de tombamento foram abertos por intermediários de grupos locais, instituições culturais, entre outros. Os critérios adotados para o tombamento, na prática, partiram do princípio da ambiência promovida pelos conjuntos urbanos, o que possibilitou a inclusão de outros estilos, anteriormente rejeitados, ao repertório da preservação. Entretanto, ainda predominava a idéia da valoração de uma estética, assim como uma unidade estilística no interior de cada conjunto urbano, rejeitando-se exemplares distintos do estilo e da época selecionados.

Porém, esta valoração de outros estilos não foi suficiente para atender a totalidade dos pedidos de tombamento feitos pelas comunidades ao IPHAN, o que resultou em reflexões que representaram uma nova concepção de patrimônio, baseada na cidade-documento ou monumento-documento (MOTTA, 2002). Conforme Motta, *“esta abordagem usava concepções da nova historiografia, tendo como referência Le Goff”*. Assim, a possibilidade de valoração dos sítios urbanos como documentos, como vestígios do processo de ocupação do território, possibilitando leituras a partir das informações contidas na configuração do espaço, ampliaram as possibilidades de apropriação do bem patrimonial como referência de identidade, independentemente de determinada estética. Foram estruturados trabalhos de documentação e inventários dos sítios urbanos tombados para orientar critérios e normas de intervenção que considerassem a cidade como um processo, não mais permitindo a eliminação de vestígios da história em nome de uma imagem idealizada. Pretendia-se estabelecer novas possibilidades de valoração dos sítios, *“reconhecendo-os como lugares socialmente produzidos, onde se acumulam vestígios culturais que documentam a trajetória das sociedades locais”* (MOTTA, 2002).

Em paralelo à ampliação do conjunto de bens materiais a serem tombados no Brasil houve, no âmbito internacional, uma “*antropologização do conceito de cultura*”, que passou a abranger a atividade humana em geral incluindo-se “*as manifestações de qualquer grupo humano, o que levou à consciência da necessidade de defender culturas primitivas, ou de minorias, ameaçadas por culturas mais poderosas*”. (LONDRES, 2005, p. 73).

Askar (1996) cita Menezes, ao tratar da relevância da reformulação “*de certos conceitos imprecisos... tais como mensagem espiritual do passado, autenticidade dos valores humanos, civilizações etc.*” apontando para uma revisão do conceito de monumento, submetendo-o “*à análise histórica, sociológica e antropológica, determinando exatamente sua natureza e todas as implicações dela decorrentes*” (MENEZES, 1989, p. 15).

Londres (2005) lembra que a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados-Nações e da ideologia do nacionalismo, sua versão atual, como patrimônio cultural, indica a inserção em um contexto mais amplo – o dos organismos internacionais – e em contextos mais restritos – o das comunidades locais. Neste sentido, “*essa noção foi ressemantizada, extrapolando seu domínio tradicional, o dos Estados nacionais, e passou a envolver outros atores que não apenas burocratas e intelectuais (...)*”, geralmente arquitetos e historiadores, ampliando-se as discussões para minorias étnicas e outros intelectuais preocupados com uma nova concepção acerca do patrimônio, como antropólogos, por exemplo.

O movimento das “Diretas Já!”, que culminou com a criação da Nova República, deu nova direção ao olhar do patrimônio. Por meio da Constituição de 1988, a Nova República firma um compromisso de novas posturas frente às políticas culturais, ampliando o olhar acerca dos bens culturais identitários de uma sociedade branca, católica e elitizada, para uma cultura diversificada e democrática (LONDRES, 2005). Em 1985 é documentado o Compromisso Cultural da Nova República, que suscita que “*a cultura seja amplamente concebida como um processo decorrente dos diversos modos de agir e pensar da sociedade brasileira*”. Neste sentido, as políticas culturais não devem restringir suas ações somente a determinadas expressões da cultura, mas “*estender suas preocupações a aspectos fundamentais desse processo (...)* que decorre do reconhecimento de uma sociedade pluricultural e multiétnica” (apud LONDRES, 2005, p. 256).

Este foi um passo preliminar, porém importante, para o alargamento do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico – que salvaguardava somente bens materiais e estava centrado em objetos, monumentos e sítios – para Patrimônio Cultural, incluindo-se, para além dos bens materiais, aqueles de natureza imaterial, centrando-se, a partir de então, na relação da sociedade com a sua cultura (LONDRES, 2005, p. 67). A legitimação dos bens imateriais como patrimônio cultural é descrita no artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão;*
- II- os modos de criar, fazer e viver;*
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais;*
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”*

Contudo, ainda se passaram quase vinte anos até que fosse instituído um instrumento legal de salvaguarda dos bens culturais imateriais. Ao contrário do Decreto-Lei 25/1937, que instituiu o tombamento dos bens materiais, o Decreto 3551/2000 propõe o registro dos bens patrimoniais imateriais, e não o seu tombamento, uma vez que as manifestações culturais são entendidas de forma dinâmica e passam por transformações decorrentes do próprio processo cultural. Tombá-las seria ir de encontro contra a própria natureza da manifestação (OLIVEIRA, 2000).

Por patrimônio imaterial, a UNESCO definiu:

“(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. É constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (2003).

Em suma, o escopo do Patrimônio Cultural estende-se a todas as formas de manifestações coletivas ou individuais remetentes às construções sociais materiais e imateriais que são referências para os grupos detentores, transmitidas entre gerações, e que estão relacionadas diretamente à memória social e à identidade de artefatos, indivíduos e lugares, incluindo-se as tradições.

Cabe aqui discorrer sobre a noção de tradição, conceito que possui similitude e que se confunde por vezes com os sentidos atribuídos ao patrimônio.

Etimologicamente a palavra tradição vem do latim: *traditio*, cujo verbo *tradire* significa entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração. Tradição e patrimônio possuem sentidos similares, por vezes idênticos. COSTA(1993) afirma que o conceito de tradição esta intimamente ligado a um determinado povo, ou comunidade, e toda cultura é expressão social, onde a tradição é o patrimônio cultural de um povo. Alfredo Bosi (1987) acrescenta e explica que a *memória é o centro vivo da tradição, é o pressuposto de cultura no sentido de trabalho produzido, acumulado e refeito através da historia.*

“Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (...) Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. Mais interessante é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual (...)” (HOBSBAWM, 1997).

Inventar uma tradição, portanto, não é apenas um jogo abstrato que articula, no plano puramente simbólico, imagens e significações de um passado. É, também, uma ação efetiva que opera sobre as escolhas concretas do presente e que se projeta para o futuro com a intenção de determiná-lo. A tradição *“se quer tão totalmente tradição que se pretende eterna, determinando não apenas o passado e o presente, mas o próprio futuro, porquanto tudo pode ser previsto, exige-se antecipação: tudo vai ser sempre fundamentalmente idêntico”* (BORNHEIM, 1987, p.18). Este sentido de tradição remete ao caráter preservacionista do Patrimônio, sua vontade de permanência, de transmitir-se para gerações vindouras.

Arantes (2001) expõe que a exigência constitucional de abarcar, com as políticas de Patrimônio, tanto bens de natureza material quanto imaterial criou, por sua vez, a fundamentação jurídica necessária para que se desse outro passo decisivo e inovador no plano conceitual. Ao transcender as dicotomias incomodas e inadequadas, porém historicamente

datadas, é possível agora compreender o patrimônio de uma forma mais integrada e menos reificadora, como Referência das identidades sociais.

Para o caso do processo cultural, Referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos culturais representam, realimentam e modificam sua identidade e localizam a sua territorialidade. Como Referências é possível citar os marcos e monumentos edificadas ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que a vida social atribui reiteradamente sentido diferenciado e especial: são aqueles considerados os mais belos, os mais lembrados, os mais queridos, os mais executados (ARANTES, 2001).

“Referências, portanto, são sentidos atribuídos a suportes tangíveis ou não. Eles podem estar nos objetos assim como nas práticas, nos espaços físicos como nos lugares socialmente construídos. São como as relíquias históricas e os legados de família, os bens de raiz, as jóias e obras de arte, ou as fotografias, as narrativas, os conhecimentos e objetos de valor afetivo e pessoal. É com referências que se constrói tanto proximidade quanto distância social, a continuidade da tradição assim como a ruptura com uma condição passada ou a diferença em relação a outrem” (ARANTES, 2001).

Para Arantes (2001) a associação entre esses objetos, práticas e estruturas sócio-espaciais e a identidade social não é fixa nem decorre automaticamente da natureza intrínseca destes bens culturais. O valor patrimonial desse repertório resulta, portanto, do processo de construção dos sentidos de identidade, sentidos esses que passam a estar reflexivamente associados às práticas e aos objetos que lhes dão suporte: as suas referências reconhecidas.

2.2 Os Valores do Patrimônio

Valores e processos de valoração estão encadeados pelas diversas esferas da Conservação Patrimonial, e desempenham um papel significativo na integração deste campo. Obras de arte, edifícios, artefatos etnográficos, produtos da cultura material possuem diferentes usos e significados para os distintos sujeitos e comunidades. Valores dão significância a algumas coisas em detrimento de outras e, deste modo, transformam alguns objetos e lugares em Patrimônio.

“Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procurá-las, identificá-las, classificá-las, restaurá-las, exibi-las, comprá-las, vendê-las; ou, então, pode-se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera e transmite, se reconhece e se usufrui” (ARGAN, 1992, p. 13).

A distinção efetuada por Argan sobre dois aspectos das obras de arte – coisa e valor – pode também ser estendida ao patrimônio, no que toca aos bens culturais e aos valores atribuídos a estes bens.

Muitos são os intelectuais ligados à área de Patrimônio que se dedicaram a estudar a questão dos valores atribuídos aos bens patrimoniais. Todavia, cabe destacar que a problemática do valor tem sido frequentemente discutida no campo filosófico por meio da Axiologia, disciplina que se dedica a estudar a Teoria dos Valores. Para Hessen, no livro *Filosofia dos Valores*,

“o conceito de valor não pode rigorosamente definir-se. Pertence ao número daqueles conceitos supremos, como os de ser, existência, que não admitem definição. Tudo o que pode fazer-se a respeito deles é simplesmente tentar uma clarificação ou mostração do seu conteúdo” (2001, p. 43).

O valor é, sem dúvida, algo que é objeto de experiência, de uma vivência, que é sentido, em uma relação muito íntima com o humano. Ao afirmar que *“(...) experimentamos o valor de uma personalidade excepcional, a beleza de uma paisagem, o caráter sagrado de um lugar; falamos de valores éticos, estéticos, religiosos (...)”*, Hessen deixa entrever que os valores se referem à experiência e qualidade de coisas atribuídas por um sujeito imerso na cultura.

Se considerarmos a cultura como imprescindível para o aperfeiçoamento do homem, é de se supor que ela porte em si um sistema de atuação e realização de valores, o que levou a Hessen afirmar que *“todo ato cultural consiste na realização de um valor”*, e, por conseguinte, que *“todo processo cultural é um processo condicionado e determinado por valores”* (2001).

O termo valor, do ponto de vista cultural, é frequentemente utilizado sob duas perspectivas, conforme explicita Randall Mason (2002). Pode ser empregado como moral, princípios ou idéias que servem como guia para a ação individual ou coletiva; por outro lado, valor é empregado como referência a qualidades e características percebidas nas coisas. Embora ambos os aspectos constituam a noção de valor como idéia-guia para a eleição e conservação do patrimônio, no primeiro caso os valores têm sido comumente utilizados pelos órgãos de preservação como justificativas para a chancela patrimonial; no segundo caso, os valores são provenientes da percepção individual sobre um determinado bem cultural.

Significância cultural é o termo que a comunidade da Conservação tem utilizado para encapsular os múltiplos valores atribuídos aos objetos, edifícios ou paisagens.

As primeiras pesquisas sobre os valores que fundamentam o culto ao Patrimônio foram desenvolvidas por Alois Riegl. Em 1903, Riegl publica *Der moderne Denkmalkultus*, onde desenvolveu reflexões destinadas a fundar uma prática e sustentar uma política de preservação. Nesta época, as práticas de preservação recaíam tão somente em manifestações materiais da cultura, especialmente os monumentos. O destaque da obra de Riegl deu-se por ter apresentado a questão dos monumentos sob o ponto de vista das distintas percepções que os sujeitos têm ao apreciar determinado bem cultural. Seus estudos tratam o valor como evento histórico, como categoria que tem sentidos, novos ou transformados, de acordo a forma como a sociedade cultua estes monumentos.

Riegl identifica duas principais categorias de valores: os rememorativos e os de contemporaneidade. Os valores rememorativos teriam sido fundamentados no fato do monumento estar imerso no tempo: ter resistido e ser testemunho de um passado. Os valores de contemporaneidade seriam relativos à capacidade que o monumento tem de satisfazer as necessidades contemporâneas da sociedade.

Entre os valores rememorativos, expõe três tipos: de antiguidade, histórico e intencionado. Os valores de antiguidade emergem da percepção que o sujeito tem dos sinais do tempo transcorrido sobre o monumento. Os valores históricos seriam decorrentes da percepção do monumento como representatividade de uma etapa cronológica determinada, e que serve como testemunho de uma época específica. Os valores rememorativos intencionados seriam provenientes da intenção, no momento da criação do monumento, de evocar um momento do passado e “*mantê-lo sempre vivo e presente na consciência da posteridade*”.

Riegl ainda considera que “*a maioria dos monumentos possui a capacidade de satisfazer aquelas necessidades materiais ou espirituais dos homens e que as novas construções poderiam satisfazê-las de maneira similar (quando não melhor)*”. Na sua concepção, os valores de contemporaneidade emergiriam desta capacidade, e, sob este ponto de vista, Riegl coloca que a tendência dos indivíduos é não considerar o monumento como vestígio de um passado, mas como uma obra contemporânea recém-criada. Isto posto, o valor

de contemporaneidade exige que o monumento mantenha sempre a aparência de seu estado de gênese, como se este bem cultural não tivesse sido afetado pela ação do tempo.

Os valores de contemporaneidade de Riegl (1903) surgem da satisfação de necessidades materiais ou espirituais, e podem ser instrumentais ou artísticos. Os valores instrumentais estariam ligados a necessidades materiais, à utilização prática do monumento. Os valores artísticos são aqueles que respondem às exigências da vontade de arte do homem contemporâneo e podem ser de dois tipos: valor artístico de novidade e valor artístico relativo. Os valores de novidade são aqueles cuja criação humana é apreciada em virtude de seu perfeito acabamento do novo. Riegl indica que o valor de novidade é “*o valor artístico das grandes massas*” que “*sempre desejaram ver nas obras humanas a vitoriosa ação criadora da força do homem (...). Somente o novo e completo é belo segundo as idéias das massas; o velho, fragmentário e descolorido é feio*”. Já o valor relativo estaria baseado na possibilidade que as obras de gerações antecessoras têm de ser apreciadas pelos sujeitos não somente por se tratarem de testemunhos da superação do tempo, mas devido a suas qualidades formais: concepção, forma e cor.

Os estudos de Riegl estavam baseados num ideal de preservação que contemplava somente os monumentos, não abrangiam ainda a preservação dos aspectos imateriais da cultura. Fundamentado sob a forma com que o homem histórico cultuou vestígios materiais da cultura, Riegl não fez referência a valores de bens culturais intangíveis.

Com a ampliação do conceito de patrimônio nas últimas décadas, novos valores podem ser apreendidos a partir da incorporação de bens imateriais nesta noção. Arantes (2001) expõe que “*na retomada do processo democrático, era praticamente consensual que a preservação deveria contemplar também a pluralidade étnica e social que se manifestava nos movimentos sociais emergentes*” e também deveriam ser valorizados aqueles aspectos da produção cultural onde as comunidades populares têm uma participação efetiva e visível, como é o caso das danças, festas, celebrações, músicas e outros.

Arantes coloca que, nesta nova noção de patrimônio, os olhares sobre os valores étnicos e sociais deveriam ser contemplados na eleição de bens patrimoniais, onde seriam revalorizados os sentidos de identidade das comunidades. Afirma ainda que estes bens destacam-se por seus importantes valores simbólicos para as comunidades que os detém.

Este aspecto também é relevado na Carta de Burra, especialmente em sua revisão de 1999, que incorpora a importância do envolvimento das comunidades culturais no processo de valoração cultural. Esta carta patrimonial, elaborada originalmente em 1979 pelo ICOMOS Internacional, é tida como referência no que trata dos valores do patrimônio. Para a Carta, o conjunto de valores de um bem, sejam estes estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais, conforma a significância de um bem patrimonial (ICOMOS Austrália, 1999).

Randall Mason argumenta que o principal objetivo da Conservação seria “*manter (e dar forma) aos valores incorporados ao bem patrimonial*” (2000, p. 7), e elabora uma tipologia de valores obtida a partir de um estudo comparativo dos valores utilizados por estudiosos e instituições responsáveis pela tutela patrimonial: A. Riegl, Carta de Burra, B. Frey, W. Lipe e English Heritage. Expõe que este estudo das diversas tipologias de valores representa uma abordagem apenas aproximada daquilo que examinamos na questão da significância cultural, e que a natureza de cada princípio de valor sempre corresponderá a um ideal, a uma ética ou a uma epistemologia específica.

Em “*Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices*”, Mason conjectura que a conservação patrimonial é, antes de tudo, uma atividade sociocultural cujo contexto – seja social, cultural, econômico, geográfico ou administrativo – é tão importante quanto o bem patrimonial em si. O estudo dos valores atribuídos ao patrimônio, por sua vez, é o meio-chave para a compreensão deste contexto e dos demais aspectos socioculturais da conservação patrimonial (2002, p. 5).

Mason elabora um elenco de valores patrimoniais dividido em duas principais categorias: os valores socioculturais e os econômicos. Estabeleceu como valores socioculturais aqueles que são “*ligados a um objeto, edifício ou lugar porque detém um significado para sujeitos ou grupos sociais de acordo com sua idade, beleza, arte ou associação com uma pessoa ou evento significativo, ou mesmo contribuem para processos de afiliação cultural*” (2002, p. 11). Valor histórico, valor simbólico/cultural, valor social, valor religioso/espiritual e valor estético foram reconhecidos como valores socioculturais, embora Mason previna que estes valores podem se sobrepor:

“A qualidade definida como valor espiritual ou religioso, como uso constante de uma igreja por uma congregação, pode também ser definida como valor histórico: a história de gerações louvando a igreja e interpretando o desenvolvimento da comunidade que a cerca; como valor artístico: o design particular do mobiliário do interior da igreja; ou como valor social: encontros não-religiosos como um

concerto no fim de semana ou a distribuição de alimentos para comunidades carentes”³.

A definição de valor histórico dada por Mason ancora-se na capacidade que um sítio patrimonial tem de “*transmitir, personificar ou estimular uma relação ou reação ao passado*”. O valor histórico pode resultar de várias formas: desde a idade material do patrimônio, sua associação a pessoas ou eventos, sua raridade e/ou estado de ser único, suas qualidades tecnológicas ou por seu potencial documental. Apresenta, ainda, dois subtipos de valores históricos: o educacional e o artístico. O valor educacional evidencia-se no potencial de adquirir conhecimento sobre o passado no futuro por meio de investigações, ou na interpretação criativa de um artista. O valor artístico baseia-se no estado único de um objeto, como o melhor, como um excelente exemplo do trabalho de um indivíduo ou de um determinado estilo.

Sobre o valor cultural/simbólico, Mason expõe que “*não existe Patrimônio sem valor cultural*” (2002, p. 11). E estes valores seriam provenientes de processos de afiliação cultural no presente e podem ser históricos, políticos, étnicos ou relacionados a outros meios de convívio da coletividade, como, por exemplo, o trabalho artesanal. Este valor refere-se a significados compartilhados associados ao patrimônio que não são estritamente históricos, como as idéias, materiais, hábitos e tradições passados ao longo do tempo entre as gerações. Esta categoria também inclui significados que impulsionam a identidade de grupos étnicos, em casos em que o grupo não tenha aspecto religioso evidente.

Para Mason, os valores sociais do patrimônio emanam das conexões sociais, redes e outras relações que incluem o uso do espaço para celebrações, feiras, jogos, atividades que não estão ligadas diretamente ao valor histórico do sítio, mas ao local público, às qualidades do local compartilhado. Também trata do vínculo ao lugar do valor patrimonial. Este vínculo diz respeito à coesão social, à identidade da comunidade (famílias, grupos de vizinhança, grupos étnicos) e a outras sensações de afiliação que grupos sociais têm para com o sítio, como território ao qual se atribui uma noção de lar.

O valor religioso ou espiritual defendido por Mason pode emanar das crenças e ensinamentos de uma religião organizada, mas também pode ser proveniente de experiências

3 MASON, 2002. p. 11. Tradução da autora

seculares de adoração ou fé. Estes valores podem ser provocados ao visitar lugares patrimoniais, sítios históricos imbuídos de significados religiosos ou sagrados.

Sobre o valor estético, Mason afirma que, muito embora se refira a um valor que abrange diversas qualidades, a princípio trata as sensações advindas da percepção das qualidades visuais do patrimônio. Durante muito tempo, as interpretações da beleza, do sublime, das ruínas, e da qualidade das relações formais de determinado bem cultural foram os critérios mais importantes para tornar coisas e lugares como patrimônio. A categoria de valor estético pode ainda ser interpretada como a que engloba todos os sentidos e percepções dos sujeitos: aromas, sons, imagens. O sítio patrimonial pode ser visto como valioso pela experiência sensorial que ele oferece para os grupos sociais.

O valor econômico descrito por Mason baseia-se em análises econômicas e sua fundamentação é essencialmente distinta dos demais valores socioculturais. Enquanto estes usam de epistemologias narrativas em sua contextualização, os valores econômicos usam de outras epistemologias, muitas vezes focadas na dicotomia entre bem público e bem privado. Os valores econômicos podem ser de dois tipos: Valor de uso e valor de não-uso.

Valor econômico de uso é o valor de mercado, aquele no qual é mais facilmente atribuído um preço e pode referir-se a custo de terra, salários de trabalhadores, etc. Valor econômico de não-uso são aqueles que não são negociados ou capturados em mercados e portanto, difíceis de serem expressos em termos de preço. E podem ser classificados como valores econômicos pois os indivíduos estão dispostos a atribuir recursos para adquiri-los ou protegê-los.

“(…), valores de não-uso são uma forma alternativa de olhar para os valores sócio-culturais anteriormente descritos. (...) Valores de não-uso dividem-se nas seguintes categorias a fim de especificar exatamente as qualidades do patrimônio que motivam as decisões econômicas:

Valor de existência: sujeitos valorizam um item patrimonial por sua mera existência, apesar de eles próprios não poderem experênciá-lo ou não consumir os seus serviços diretamente.

Valor de opção: refere-se a alguém que deseja preservar a possibilidade (a opção) que ele ou ela pode consumir os serviços patrimoniais em algum momento futuro.

Valor legado: resulta da vontade de legar um ativo patrimonial para as gerações futuras” (MASON, 2002).

Ainda que Mason utilize como referência um elenco de valores pré-estabelecidos, expõe que para se utilizar uma matriz de valores *“como uma estrutura que rompe significativamente na eleição de gêneros de valores patrimoniais – a visão dos especialistas, dos cidadãos, das comunidades, dos órgãos de proteção e de outros interessados pode ser ouvida para se comparar mais efetivamente os valores apontados”* (MASON, 2002).

O processo de valorização dos objetos patrimoniais não é nem singular nem objetivo, e ele começa antes mesmo do objeto se tornar "patrimônio". A criação do Patrimônio Cultural é proveniente do modo como as pessoas se lembram, organizam, pensam sobre e desejam usar o passado, e como cultura material proporciona um meio através do qual podemos nos lembrar. Mason expõe ainda que *“as memórias carregadas nos objetos, edifícios e paisagens, por indivíduos ou grupos, constituem uma moeda com a qual a valorização do patrimônio cultural é transacionada”*.

O cerne da preservação dos patrimônios reside nas conexões intelectuais e emocionais que fazemos entre memória e meio ambiente. Essa ligação é o que permite antigos edifícios serem vistos como fontes de admiração, registros do passado, ou meios de reformar cidadãos anarquistas e avançar com causas políticas. Assim, aos bens patrimoniais atribui-se um valor de memória que persiste por serem registros do passado e ancorarem as lembranças das comunidades.

Por fim, se todos os processos culturais são condicionados por valores, entre os quais os processos de classificação de um bem cultural como Patrimônio assim como as ações e intervenções sobre este bem, é possível efetuar uma distinção entre os valores atribuídos pelo sujeito imerso na cultura, nomeados neste trabalho de valores culturais, daqueles chamados valores patrimoniais, que estabeleceram a patrimonialização dos bens culturais.

2.3 A identidade cultural na formação dos Lugares como Patrimônio

A temática dos lugares já foi amplamente discutida pelas ciências sociais, onde foram travados inesgotáveis embates e aproximações entre espaço e lugar. O dicionário Houaiss define espaço como *“extensão ideal, sem limites que contem todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes e possíveis”*. Por esta definição, compreende-se que o espaço ‘fala’ de distâncias geométricas entre objetos existentes em três dimensões. O

mesmo dicionário traz inúmeras concepções da palavra lugar: “1. país, cidade, povoação, região não especificada. 2. disposição ou posição das coisas nos espaços que lhes são destinados. 3. identificação específica”. Estas acepções de lugar abordam-no como território identitário ocupado por algo, alguém, comunidade, povo, remetendo a uma relação entre estes elementos.

Falar de lugar distintamente de espaço, não significa necessariamente reservar ao primeiro a dinâmica da cultura e estabelecer fronteiras rígidas ao segundo, mas buscar o entrelaçamento entre estes dois conceitos. Os lugares guardam, de fato, estreita relação com certos aspectos mais perenes da vida social, do passado comum e do inconsciente das pessoas, como lembrava Bachelard (2003). Neste sentido, lugar é compreendido como fragmento do espaço caracterizado por carga afetiva e simbólica (DUARTE, 2002). Com a mesma visão, Leitão (1998) define que “*lugar é o espaço físico carregado de significado e simbolismo. Não se refere somente ao presente, porque está impregnado de uma carga simbólica herdada de um passado/memória. Fala, portanto, de um passado que ainda se vivencia, fala de experiências que, como na constituição do indivíduo, não são estanques, pontuais, mas sim, fazem parte de um processo dinâmico e contínuo*”.

O lugar é considerado como o suporte essencial da identidade cultural, não no seu sentido naturalista, mas pelo sentido fenomenológico que ancora a pessoa humana no espaço. O lugar humanista, tal como estudado por Yi-Fu Tuan (1983) ao descrever a ligação emocional aos espaços demarcados e fechados, é um objeto carregado de valor e sentido, um ‘*centro de valores sentidos*’ pela subjetividade dos indivíduos e dos grupos. Caracterizado pela permanência, pela unicidade e pela especificidade, ele se “*propõe como um foco identitário em todas as escalas espaciais, desde o espaço cotidiano e familiar da casa até o território da coletividade nacional*” (LE BOSSÉ, 2004, p.167).

Se o lugar é reconhecido como sede, fonte e refúgio, santuário e cadinho de identidade, é preciso compreender porque e como as identidades se formam localmente. Sob este aspecto, Doreen Massey (1994) definiu o lugar como ‘*fenômeno social*’ expresso no espaço e deste modo, os lugares não mais se oferecem necessariamente como recintos identitários fixos e voltados para si mesmos, mas como “*redes porosas, abertas às relações sociais*”, que situam toda efervescência identitária local em um contexto de fluxos relacionais mais amplos. Neste sentido os lugares não cabem num espaço delimitado, mas

circunscrevem-se nas relações sociais.

Michel de Certeau vê nos lugares a ordem “*segundo a qual elementos são distribuídos em relações de coexistência*”; ele não opõe os lugares aos espaços, para ele o “*espaço é um lugar praticado*”: são os transeuntes que transformam em espaço a rua percorrida. Não existem sentidos atribuídos ou posições simbólicas, somente práticas de espaço. Diferentemente de Certeau, Marc Augé (1994) define como lugar antropológico “*àquela construção concreta e simbólica do espaço [...] que se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. É princípio de sentido para quem o habita e princípio de inteligibilidade para quem o observa*”. O lugar antropológico é lugar do sentido inscrito e simbolizado, aproximando-se assim das definições de Tuan, Leitão e Massey.

Os lugares, na perspectiva do patrimônio⁴, colocam-se como “*os espaços onde ocorrem práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, que constituem referência cultural para a população*”, noção que se aproxima das acepções de Augé, Leitão, Tuan e Massey. É no fato dos espaços constituírem-se como referência cultural que estão inscritos os sentidos e símbolos atribuídos pelos sujeitos que praticam estes lugares.

Mas os lugares são referência para quem? Segundo Cecília Londres, “*as referências são construídas pelos próprios sujeitos da produção cultural, os quais atribuem sentido e valor às práticas e aos objetos*” (apud VELOSO, p. 32). Assim, “*práticas culturais, artefatos e ritos e lugares, só se tornam referências culturais quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas (identidade) por sujeitos definidos*” (LONDRES, 2003, p. 189). Desta maneira, a referência cultural se coloca como um aspecto identitário de um determinado lugar.

Se logo à primeira vista a identidade apresenta-se como resposta a um “o que é?”, “quem são eles?”, “quem somos nós?”, e serve para dar substância e sentido a objetos ou pessoas, ela propõe que sejam estabelecidos critérios adequados a uma identificação, que, de sua parte, remete a dois processos distintos e complementares. Por um lado, a identificação consiste, em um sentido lógico transitivo, em designar e nomear qualquer

coisa ou qualquer um, e depois em caracterizar sua singularidade. Por outro lado, em um sentido intransitivo e por vezes reflexivo, a identificação consiste em assemelhar-se a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e coesão sociais (LE BOSSÉ, 2004). De uma forma mais descritiva, “*toda identidade se define por um conteúdo compreendido em termos de caracteres referenciais, percebidos a partir de perspectivas diferentes, e que podem incluir igualmente aspectos de ordem física ou psíquica, material ou intelectual*” (LE BOSSÉ, 2004, p. 162). Assim a identidade se exprime e se comunica através de práticas simbólicas e discursivas e pode-se ressaltar uma dimensão temporal da identidade enquanto forma de permanência, de resistência à mudança.

A 16ª Assembléia Geral do ICOMOS, em sua Declaração de Québec, realizada em 2008 na cidade de Québec, desenvolveu uma reflexão mais aprofundada entre como aspectos imateriais e materiais do patrimônio, intrincados a todo o seu contexto, constroem aquilo que já tem sido chamado do “*espírito do lugar*”. Este pode ser definido como *o conjunto de bens materiais e imateriais, físicos e espirituais, que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar* (ICOMOS Canadá, 2008). Em concordância com LONDRES, esta Assembléia Geral entende que apreender o *Spiritu loci* é compreender com maior profundidade a dinâmica dos monumentos, sítios e paisagens culturais, e, acima de tudo, a importância dos grupos sociais que habitam o lugar na salvaguarda de sua memória, vitalidade, perenidade e sacralidade. A construção do sentido e da identidade dos lugares é feita, portanto, tanto por aqueles que criam os lugares, como por aqueles que o usufruem.

Por fim, nas relações entre patrimônio, tradições, identidades e lugares, o que importa ressaltar é que o conceito de referência cultural remete-nos a significados compartilhados, onde a convivência é pautada por um universo de valores comuns de uma determinada comunidade. Desta discussão, depreende-se que os valores que permeiam a noção de lugar, ou do espírito do lugar, e referência cultural⁸ estão ligados a questões simbólicas, subjetivas e afetivas, bem como identitárias, apontando uma direção para o estabelecimento dos valores patrimoniais dos lugares.

3 COMO IDENTIFICAR VALORES?

Pesquisas referentes à identificação de valores do Patrimônio Cultural têm sido desenvolvidas em diversos locais do mundo. De modo semelhante, há diversas metodologias de investigação, como os estudos desenvolvidos pelo Getty Institute, publicados sob o título *Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report*, tomados como referência na presente pesquisa. Inclui-se nesta publicação uma revisão de procedimentos metodológicos qualitativos utilizados pelas Ciências Sociais, particularmente a Antropologia, que podem ser empregados para acessar os valores do Patrimônio, uma vez que estes “*métodos de Pesquisa Qualitativa, que abrangem narrativas, análises por especialistas e entrevistas a cidadãos, são formas eficazes de obter valores culturais*” (MASON, 2002, p.15, tradução da autora).

Mason expõe que a escolha de métodos e instrumentos específicos para acessar os valores patrimoniais evoca, entre outras ações, estratégias que abarquem políticas participativas que possam tanto “*dar voz aos especialistas, profissionais (...) da conservação do patrimônio, bem como dar voz para leigos, comunidades locais (...)*” (MASON, 2002, p.14, tradução da autora). Entretanto, e em uma primeira aproximação metodológica de avaliação de valores, Mason sugere o desenvolvimento de três etapas consecutivas e fundamentais: *avaliação, classificação e priorização*. A primeira etapa *avaliação* ainda pode ser subdividida em três partes passíveis de conexões e sobreposições: identificação, eleição e elaboração.

Em seguida, é pertinente considerar que nenhum método para avaliação de valores, isoladamente, fornecerá conhecimento suficiente para tomar decisões acerca da Gestão da Conservação do território, quer seja para a definição de áreas patrimoniais, ou ainda para intervenções sobre tais áreas. Dada a natureza diversificada de valores, o reconhecimento destes tende a ser melhor alcançado por meio de uma série de perspectivas epistemológicas diferenciadas, que há de repercutir numa variada gama de metodologias – qualitativas ou quantitativas, econômicas, antropológicas, geográficas, históricas, entre outras.

Como a presente pesquisa não pretende dar conta da totalidade de métodos das diferentes ciências que atuam na questão da atribuição de valores ao Patrimônio, utiliza-se de ferramentas qualitativas específicas e apropriadas para acessar os valores atribuídos pelos interessados na conservação dos bens culturais, como os grupos culturais e os especialistas. Tais ferramentas constituem-se a partir de uma abordagem etnográfica, a qual caracteriza-se

por atividades de coletas de dados, como entrevistas, histórias orais, observações e registros das características da cultura material, e tida por Mason como uma das mais adequadas ao processo de eleição de valores patrimoniais (MASON, 2002).

Neste sentido, encontrou-se nos REAPs – *Rapid Ethnographic Assessment Procedures* – uma metodologia qualitativa de avaliação adequada, pois, segundo BRUGGE (apud LOW, 2002, p.37), quando a evocação de áreas patrimoniais está envolvida, as informações etnográficas colhidas dos membros dos grupos culturais vinculados podem revelar usos e significados não aparentes nas áreas *per se*. Esta metodologia dos REAPs, por sua vez, apresenta uma série de procedimentos de coleta de dados de distintas fontes, passíveis de serem triangulados com a finalidade de promover ora uma análise abrangente, ora uma mais específica do lugar (LOW, 2002).

Assim, esta pesquisa investiga os valores atribuídos pelos especialistas e pelas comunidades culturais aos pátios como lugares que sustentam artefatos culturais patrimoniais, e identifica as relações entre os valores dos bens materiais e imateriais que delinham esses lugares como Patrimônio Cultural.

3.1 A definição de estudos de caso – os Pátios como Lugares

Tendo em vista que a investigação pretende abordar os lugares na perspectiva da relação entre patrimônio material e imaterial como um amálgama, e que seu objetivo é acessar os valores nesta relação, uma questão surge de imediato: que lugares com sentido de patrimônio devem ser investigados?

Desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, o órgão tem sido o responsável pelo reconhecimento de bens patrimoniais. Até o presente momento, o único lugar identificado e registrado por esta instituição como Patrimônio foi a Feira de Caruaru, que no momento da definição desta pesquisa ainda tramitavam os estudos para o seu registro no Livro dos Lugares. A Feira de Caruaru foi reconhecida Patrimônio Imaterial pelo IPHAN em dezembro de 2006.

No entanto, apesar de o IPHAN ter em seu histórico de reconhecimento inúmeros sítios urbanos como patrimônio, apenas os aspectos materiais destes sítios ou monumentos foram objeto de salvaguarda. Assim, optou-se por identificar as relações que são estabelecidas entre bens culturais imateriais e monumentos históricos no lugares, uma vez que

se pretende evidenciar que um sítio, monumento ou uma manifestação da cultura material apresenta elementos imateriais ligados a ele e que dão sentido de lugar ao espaço por eles ocupado.

A seleção dos lugares a serem investigados passou por um conhecimento prévio que a autora possui acerca de áreas patrimoniais tombadas em Recife. No entanto, este nível de conhecimento não é suficiente para justificar a escolha de tais espaços urbanos. É necessária a existência de evidências que apontem para a constituição dos lugares na relação entre patrimônio material e imaterial nestes locais. Algumas evidências apontam para a existência desta relação no sítio histórico de Santo Antonio e São José, visto que dos 37 bens materiais imóveis existentes em Recife inscritos no livro do tomo do IPHAN, 18 são templos religiosos católicos, e destes um total de 12 estão circunscritos no interior do polígono de tombamento municipal do Bairro de Santo Antônio e São José (Decreto-lei 11.888 de 26/03/1981). Notoriamente, estes monumentos religiosos apresentam como extensão para o espaço urbano pátios que circunscvem o espaço público lindeiro ao templo. Os pátios de igrejas têm, historicamente vinculados a si, procissões e festas de padroeiro que são manifestações culturais tradicionais e celebram sentidos e significados sagrados no espaço público.

Como critério para a seleção dos pátios investigados, foi utilizada a existência de bens patrimoniais reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como a existência de manifestações culturais excepcionais cíclicas, cuja recorrência em tais pátios pudessem dar a conotação do enraizamento social de grupos culturais com o local.

Além do reconhecimento como patrimônio nacional dos monumentos materiais que os compõem, os pátios históricos foram aqui elencados pelas manifestações imateriais excepcionais que lá têm lugar e pelas peculiaridades que estas apresentam. Os processos de formação dos lugares em cada pátio oferecem situações de contraste, além das evidências que comprovam que os casos podem ser comparados entre si por similaridade, e podem interferir direta ou indiretamente processos de atribuição de valor aos bens patrimoniais.

Quadro 1 – Estudos de caso e evidências
Artefatos culturais que indiciam a construção de lugares nos pátios

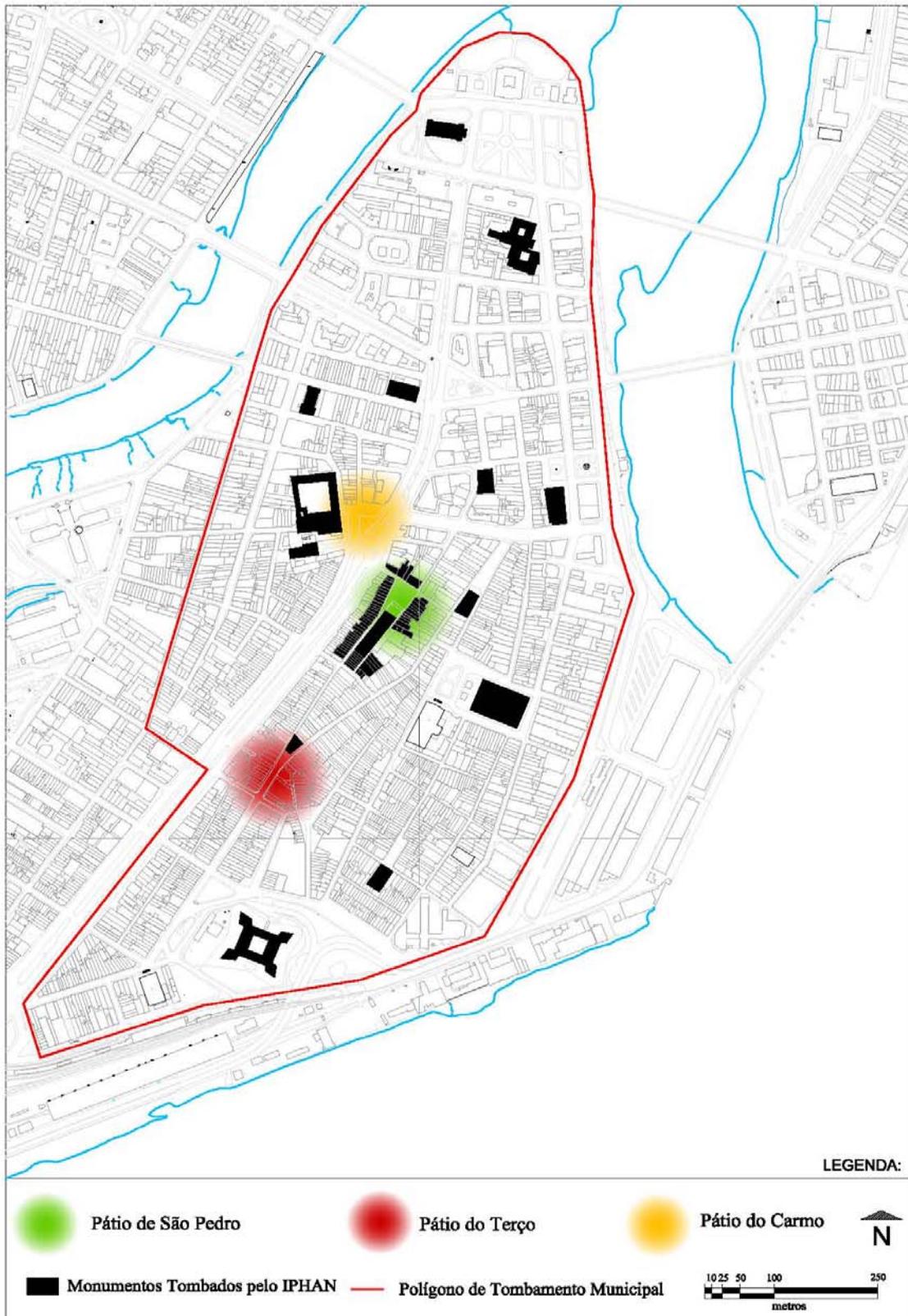
Pátio investigado	Artefatos culturais que indiciam a construção de lugares nos pátios	
	Bens materiais reconhecidos pelo IPHAN	Bens imateriais de manifestação cíclica
Pátio do Carmo	Convento e Basílica do Carmo	Festa de Nossa Senhora do Carmo
Pátio de São Pedro	Concatedral de São Pedro dos Clérigos	Terça Negra
Pátio do Terço	Igreja de Nossa Senhora do Terço	Noite dos Tambores Silenciosos

Fonte: Elaborado pela autora.

Desde o início do século XX, o Pátio do Carmo abriga, anualmente, a Festa de Nossa Senhora do Carmo, prática histórica ligada diretamente ao caráter religioso do monumento. Este pátio suporte da Basílica de Nossa Senhora do Carmo desde sua origem, foi objeto de transformação urbana na década de 1970, que destituiu sua conformação urbanística original. A Basílica e Convento de Nossa Senhora do Carmo foi tombada em 1938, através do Processo 148-T38, inscrita no Livro de Belas Artes sob o nº 218 e no Livro Histórico sob o nº 107.

O Pátio do Terço abriga, desde meados do século XX, a Noite dos Tambores Silenciosos, cuja cerimônia religiosa vincula-se aos cultos afro-brasileiros em Recife e reúne, anualmente, os maracatus à frente da Igreja de Nossa Senhora do Terço, ato justificado pelo sincretismo religioso daqueles afrodescendentes que habitaram este pátio e criaram a manifestação. A Igreja de Nossa Senhora do Terço foi tombada em 1975, através do Processo 922-T75, inscrita no Livro de Belas Artes sob o nº 524 e no Livro Histórico sob o nº 458.

O Pátio de São Pedro abriga semanalmente o evento conhecido como Terça Negra. Embora a origem do Movimento Negro tenha se originado na década de 1970, e tenham sido elaboradas festividades com o intuito de valorizar sua identidade afro, a origem da Terça Negra ocorre no final dos anos noventa e foi criada como espaço para manifestação e expressão da cultura negra em Recife. Inicialmente instalada no Bairro de Santo Antônio, nas imediações da Av. Guararapes, a Terça Negra foi transferida para o Pátio de São Pedro no início do séc. XXI. O Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro e Igreja de São Pedro dos Clérigos foi tombado em 1938, através do Processo 122-T-38, inscrito no Livro de Belas Artes sob o nº 187.



Polígono de tombamento municipal -Decreto-lei 11.888 de 26/03/1981
 Unibases de1997 - FIDEM - escala 1/8000

Figura 2 – Mapa da localização dos pátios investigados
 Fonte: Elaborado pela autora, sobre dados do Dec. Lei 11.888 de 26/03/1981.

3.2 A coleta de evidências

Com base nos estudos etnográficos de Low (2002) e Mason (2002), optou-se por utilizar como procedimentos metodológicos para a coleta de evidências as entrevistas qualitativas, a observação direta e a análise de arquivos históricos.

A coleta de evidências para descrição dos pátios como lugares tomou por base o levantamento documental de registros em jornal, a observação direta sobre o fenômeno investigado e a aplicação de entrevistas qualitativas, enquanto que os dados para identificação de valores são provenientes apenas das entrevistas qualitativas.

O ponto de partida da metodologia dos REAPs é a coleta de documentos históricos e a revisão de arquivos relevantes, como jornais, revistas e outros registros (LOW, 2002, p.38). A cada pátio lhe pertence um número maior ou menor de fontes, que, para além de serem pesquisadas em bibliotecas privadas e no arquivo público municipal, lança mão de documentos e registros pessoais dos sujeitos envolvidos, sejam dos grupos culturais, sejam dos especialistas. Foram pesquisados no arquivo público municipal informações contidas no Diário da Noite, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio. Também foram pesquisados livros e artigos publicados na internet.

Observação direta refere-se à técnica que, a partir da observação espontânea, são extraídas conclusões utilizando o mínimo de controle na obtenção dos dados observados. Isto significa um contato estreito entre os pesquisadores e o campo investigado, sem a presença de intermediários. É por meio da observação direta que comportamentos e condições ambientais relevantes podem ser observados. Segundo Yin (2005, p.121) as evidências observacionais são úteis para fornecer informações sobre o fenômeno estudado, e as conclusões tiradas em campo podem ser registradas em fotografias.

Foram efetuadas observações diretas em relação ao cotidiano dos pátios e em relação às transformações ocorridas para abrigar as manifestações culturais excepcionais investigadas. As observações diretas sobre as manifestações culturais excepcionais foram efetuadas nos anos de 2006, 2007 e 2008.

A entrevista qualitativa se oferece como técnica de levantamento de dados para a compreensão das relações entre os sujeitos entrevistados e a questão levantada, neste caso os bens culturais. O objetivo de sua aplicação, conforme Bauer e Gaskell (2005) “*é uma*

compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”.

3.2.1 A seleção de entrevistados

Como já foi exposto por Mason (2002), uma das problemáticas da temática dos valores é a estratégia utilizada para dar voz aos interessados na conservação do patrimônio. Neste ponto a entrevista qualitativa se coloca como ferramenta útil para acessar os valores destes sujeitos interessados.

Mason expõe que existem diversas fontes de avaliadores do patrimônio: comunidade e outros grupos culturais, o mercado, o Estado, conservadores, os peritos, proprietários, e cidadãos comuns. Na etapa de avaliação dos valores, por equidade, a orientação é que se deve efetuar uma ampla seleção representativa das opiniões de todos os avaliadores relevantes. Assim, identificar os sujeitos interessados na conservação do patrimônio é tarefa imprescindível para definir os entrevistados.

A definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo está assentado.

Assim, o critério para escolha dos entrevistados teve como base a forma de interação do sujeito com os bens culturais e como categorias analíticas foram definidos os sujeitos patrimoniais. Com base no conceito de sujeito social definido por Denise Jodelet (1984, p. 36), e é *“um indivíduo adulto, inscrito numa situação social e cultural definida, tendo uma história pessoal e social. Não é um indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações de tendências do grupo de pertença ou de afiliação na qual os indivíduos participam”*. Este trabalho considera sujeitos patrimoniais toda e qualquer pessoa envolvida direta ou indiretamente na produção ou preservação de bens culturais, passíveis ao título de patrimônio.

Desta forma, sujeitos patrimoniais constituem-se das comunidades que criam, vivenciam e constroem os bens culturais nestes pátios, dos grupos sociais que se apropriam destes bens, dos especialistas que os investigam, bem como, dos peritos das instituições que os promovem a patrimônio. Como categorias analíticas de sujeitos patrimoniais foram estabelecidas as seguintes:

Quadro 2 – Categorias de sujeitos patrimoniais

Categoria	Descrição
Comunidade cultural	Categoria representada pelos sujeitos detentores dos bens culturais, quer sejam responsáveis pela organização das manifestações culturais, quer sejam moradores, proprietários ou negociantes nos locais onde estas manifestações ocorrem, enfim sujeitos que tenham algum vínculo sócio-cultural com os pátios investigados.
Especialistas	Categoria representada por sujeitos que desenvolvem pesquisas e estudos sobre os bens culturais, para algum tipo de trabalho relacionado à preservação do Patrimônio Cultural, dentre elas a História, Arquitetura, Antropologia, entre outras.

Fonte: Elaborado pela autora.

Estas categorias circunscrevem diversos tipos de grupos culturais, conforme GASKELL (2002, p. 69) discorre como grupos naturais:

“Nos grupos naturais, as pessoas interagem conjuntamente; podem partilhar um passado em comum, ou ter um projeto futuro comum. Elas podem ler os mesmos veículos de comunicação e ter interesses e valores mais ou menos semelhantes. Neste sentido os grupos naturais formam um meio social comum”.

3.2.2 A delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori, pois tudo dependerá da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Segundo Duarte (2002, p. 143), *enquanto estiverem aparecendo dados originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam continuar sendo feitas”.*

No que diz respeito ao número de pessoas entrevistadas, Duarte ainda esclarece que *“o procedimento que se tem mostrado mais adequado é o de ir realizando entrevistas (a prática tem indicado um mínimo de 20, mas isso varia em razão do objeto e do universo de*

investigação)”, até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, idéias e sentimentos. Eventualmente é necessário um retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas.

O trabalho de campo, a aplicação das entrevistas, deverá ser interrompido quando o pesquisador avaliar que os dados obtidos possibilitaram identificar valores, concepções, idéias, referenciais simbólicos são estabelecidos em função das relações entre os entrevistados e os bens culturais. O ponto de encerrar a obtenção de dados em campo é identificado na medida que mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada dos fenômenos investigados. Isso porque, segundo Gaskell (2002, p. 71),

“há um número limitado de interpelações, ou versões da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem de mentes individuais; em alguma medida elas são resultados de processos sociais. Isto pode ser visto em uma série de entrevistas. As primeiras são cheias de surpresas. As diferenças entre as narrativas são chocantes e, as vezes, ficamos imaginando se há ali algumas semelhanças. Contudo, temas comuns começam a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções. Neste ponto de saturação de sentido, o pesquisador pode deixar seu tópico guia para conferir sua compreensão, e se a avaliação do fenômeno é corroborada, é um sinal de que é tempo de parar”.

O universo de sujeitos entrevistados nesta investigação atingiu a saturação em 38 sujeitos entrevistados, enquadrados nas categorias analíticas de cada pátio: especialistas e comunidade (ver Quadro 3, Quadro 4, Quadro 5, Quadro 6 e Quadro 7).

Quadro 3 - Especialistas entrevistados nesta pesquisa

Nome	Campo de atuação	Formação e atual ocupação
Frederico Farias Neves	Patrimônio Material e Imaterial	Engenheiro especialista em restauro, atualmente superintendente do IPHAN em Recife
Ana Paula Bittencourt	Patrimônio Material	Arquiteta, especialista em conservação de sítios históricos, e perita do IPHAN em Recife
Elaine Muller	Patrimônio Imaterial	Antropóloga e perita do IPHAN em Recife
Roberto Benjamin	Patrimônio Imaterial	Folclorista

Carmen Lélis	Patrimônio Imaterial	Historiadora e gerente de Patrimônio imaterial foi coordenadora do Inventário do Frevo em 2007.
Luís Antônio Oliveira	Patrimônio Imaterial	Antropólogo, desenvolveu pesquisa sobre o Sítio Histórico de São José em 2007.
Gustavo Miranda	Patrimônio Imaterial	Arquiteto, membro do inventario da Feira de Caruaru e Frevo.
José Luís da Mota Menezes	Patrimônio Material	Arquiteto, historiador e especialista em arqueologia urbana
Jorge Tinoco	Patrimônio Material	Arquiteto especialista em conservação e restauração em monumentos e conjuntos históricos
Total de entrevistados: 9		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 4 – Integrantes da Comunidade Cultural do Pátio do Terço entrevistados nesta pesquisa

Nome	Forma como se relaciona com os bens culturais do pátio
Raminho de Oxossi	Babalarixá e atual mestre de cerimônia da Noite dos Tambores Silenciosos
Lúcia	Moradora do Pátio do Terço há 58 anos, filha de criação de Badia uma das criadoras da Noite dos Tambores Silenciosos
Dona Sevi	Moradora do Bairro de São José há mais de 80 anos, esteve à frente da organização da Noite dos Tambores Silenciosos junto com sua família no período de Badia
Dona Ivanize	Rainha do Maracatu Encanto da Alegria, teve a cerimônia de sua coroação realizada no Pátio do Terço
Dona Elda	Rainha do Maracatu Porto Rico
Edvaldo Ramos	Integrante da Associação Amigos do Pátio do Terço, um dos participantes da criação da Noite dos Tambores Silenciosos
Manoel Papai	Paí de santo do terreiro de Paí Adão, um dos mais antigos terreiros do Brasil, freqüentador do Pátio do Terço
Graciliano	Sacristão da Igreja de Nossa Senhora do Terço
Total de entrevistados: 8	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 5 – Integrantes da Comunidade Cultural do Pátio do Carmo entrevistados nesta pesquisa

Nome	Forma como se relaciona com os bens culturais do pátio
Dona Maria das Dores	Coordenadora da Festa do Carmo de 2006 e membro da Liturgia da Igreja há mais de dez anos.
Dona Maria de Fátima	Devota e vendedora de artigos religiosos durante a Festa do Carmo há seis anos.
Jorge	Atendente de barraca de jogos do Parque de Diversões durante a Festa do Carmo há cinco anos.
Dona Marilene	Devota, participa da Festa do Carmo há mais de trinta anos, freqüenta as missas semanalmente.

Sr. Luiz	Vendedor de barraca de água de coco fixa no pátio do Carmo há mais de quarenta anos
Dona Maria José	Evangélica e comerciante de artigos religiosos durante a Festa de Nossa Senhora do Carmo há três anos
Dona Eliane	Católica, freqüenta o pátio e igreja somente durante a Festa do Carmo, já há mais de 20 anos
Sr. José	Responsável pelo parque de diversões há mais de 10 anos
Rita de Cássia	Da religião do Santo, freqüenta o pátio somente na Festa de Nossa Senhora do Carmo
Késia	Restauradora dos altares da Basílica do Carmo há cinco anos
Cristina	Restauradora dos altares da Basílica do Carmo
Frei Sales	Frei Provincial do Nordeste
Total de entrevistados: 12	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 6 – Integrantes da Comunidade Cultural do Pátio de São Pedro entrevistados nesta pesquisa

Nome	Forma como se relaciona com os bens culturais do pátio
Fernando Vieira	Sacristão da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, e morador do pátio de São Pedro há cerca de 20 anos
Junior Black	Cantor do Negroove, banda formada durante encontros de amigos na Terça Negra no pátio de São Pedro. A banda apresentou-se diversas vezes no local.
Tânia Sá	Gerente do Espaço Cultural Pátio de São Pedro, responsável pela gestão dos eventos que ocorrem no Pátio de São Pedro.
Carlos	Proprietário do restaurante Buraco do Sargento, que funciona desde a década de 1950 no Pátio de São Pedro.
Claudilene Silva	Integrante do Movimento Negro, que atua no Núcleo Afro da Prefeitura, responsável pela Terça Negra no Pátio de São Pedro
Almir	Representante do Movimento Negro Unificado, responsável pela organização da Terça Negra e freqüentador desde a sua fundação no Bar do Didi
Martha	Presidente do Afoxé Timbaganju, que participa da Terça Negra desde que foi transferida para o Pátio de São Pedro.
Genivaldo	Presidente do Afoxé Oxum Panda, que participa da Terça Negra desde a sua fundação no Bar do Didi e atualmente no Pátio de São Pedro.
Total de entrevistados: 8	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 7 - Total de entrevistados por Pátio

Pátio	Especialistas	Comunidade	Total
Pátio de São Pedro	9	8	17

Pátio do Carmo	9	12	21
Pátio do Terço	9	8	17
Total de entrevistados: 38			

Fonte: Elaborado pela autora.

Existem casos em que a divisão dos entrevistados na categoria especialista/comunidade cultural apresenta uma linha tênue de distinção. Carmem Lélis, Claudilene Silva e Tânia Sá são todas gestoras da instituição pública, no entanto Claudilene se tornou gestora devido ao seu engajamento ao MNU, à sua participação em defesa da cultura afrodescendente, portanto, sua entrevista foi classificada como sujeito pertencente à comunidade cultural. Embora Carmem Lélis e Tânia Sá experimentem o cotidiano do Pátio de São Pedro diariamente, a atuação de Tânia é voltada especificamente para a gestão do Pátio de São Pedro, tendo sido enquadrada como comunidade cultural; Carmem, por sua vez, investiga as manifestações culturais de Recife, e possui uma ampla visão dos Pátios e suas manifestações.

Em relação aos entrevistados classificados como pertencentes a uma determinada comunidade cultural, foi observado durante as entrevistas que alguns destes sujeitos participam de grupos culturais ativos em mais de uma destas comunidades. Esta ligação colaborou para melhor compreender as características dos pátios e a relação entre eles, tendo sido observadas tais relações qualitativamente. No entanto, para efeito de pesquisa quantitativa, as informações não foram computadas nos gráficos. As análises quantitativas foram observadas de acordo com a divisão pré-estabelecida nos Quadros 3, 4, 5, 6 e 7.

3.2.3 A realização de entrevistas e elaboração do questionário

As entrevistas foram realizadas no período de julho de 2006 a abril de 2008. Os sujeitos entrevistados pertencentes à categoria das comunidades culturais foram, em sua maioria, abordados nos referidos pátios, em situações onde as manifestações estavam ocorrendo. A temática da pesquisa foi apresentada e foram indagados sobre o interesse em serem entrevistados, concluindo-se a abordagem com o agendamento da entrevista. Em alguns casos, os sujeitos foram entrevistados no próprio local, em ocasiões onde a manifestação não estava ocorrendo. A maioria dos sujeitos das comunidades culturais foram entrevistados em

sua própria residência, mediante agendamento prévio. Os especialistas, em sua maioria, foram entrevistados em seus locais de trabalho, mediante o agendamento prévio e prévia explanação sobre a temática da pesquisa. Todas as entrevistas realizadas tiveram o consentimento do entrevistado para sua gravação.

“A entrevista é trabalho”, alerta Zaia Brandão (2002, p. 8), e como tal “reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado” – além, é claro, dos tons, ritmos e expressões gestuais que acompanham ou mesmo substituem essa fala – e isso exige tempo e esforço. À medida que perguntas repetem-se, para diferentes pessoas, e em circunstâncias diversas, torna-se possível avaliar criticamente o próprio desempenho enquanto entrevistador, e ir corrigindo-o gradativamente.

Quadro 8- Questões-guia e resultados pretendidos

Questão	Resultado esperado
1 - Quais são as tradições do Pátio São Pedro/do Carmo/ do Terço?	Indicação espontânea de bens imateriais.
2 - O que representam/significam pra você?	Apontar valores do bens imateriais.
3 - Sabe algo sobre a origem e história?	Descrever a formação dos lugares em cada pátio. Dado a ser utilizado em triangulação com observações diretas e levantamento documental
4. O senhor(a) acha que estas manifestações poderiam ser transferidas para outro lugar? Quais? Para onde poderiam ser transferidas? Por quê?	Apontar valores que demonstram o enraizamento da manifestação com o local, dotando-o ou não sentido de lugar. A justificativa pode dar indícios dos valores do lugar.
5. A seu ver, as igrejas, as casas e os prédios do Pátio São Pedro/do Carmo/ do Terço que são importantes? Porque?	Indicação de bens materiais. Valores do bens materiais .
6. Sabe algo sobre a origem e história destas edificações?	História dos bens materiais apontados(não entra na matriz de análise mas na caracterização do bem).
7. Você acha que a(s) Igreja(s) poderia(m) ser demolidas ? O que você sentiria? E os prédios e casas aqui deste(s) Pátio(s)? Porquê?	Valores decorrentes da possibilidade da perda dos bens.

8. O senhor acha que alguma das tradições, das festas, dos prédios, das casas e das igrejas do Pátio é patrimônio e deve ser mantido para as próximas gerações? Quais? Por quê?	O entrevistado é convidado a refletir sobre as respostas dadas em questões anteriores e seleção de bens patrimoniais. Com base em suas justificativas podem ser obtidos valores de bens patrimoniais.
9. Quais dos elementos abaixo você considera como Patrimônio Cultural?	Identificar critérios para a eleição de bens patrimoniais, bem como a visão e valores dos entrevistados em relação aos bens de outros pátios.
10. Em relação a questão 9, porque alguns elementos foram excluídos?	Indicação de características e valores de bens culturais que não devem ser considerados patrimônio.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os questionários não foram aplicados aos entrevistados em seu conteúdo literal. As entrevistas foram iniciadas com a explanação de que se pretendia obter o conhecimento mais aprofundado sobre os acontecimentos dos pátios, posteriormente indagando o entrevistado a falar sobre determinado pátio. À medida que o entrevistado colocava-se mais à vontade, as questões da pesquisa foram introduzidas, no entanto os entrevistados nunca acessaram o conteúdo do questionário. Este foi levado à entrevista servindo como mero guia, de modo a evitar o desvio da temática. Apenas a questão 9 foi apresentada diretamente aos entrevistados, para que eles escolhessem o que consideram patrimônio, justificando sua eleição.

Sobre este aspecto, Duarte (2002, p. 148) coloca que “*nas situações de coleta de depoimentos orais, posturas mais formais, do tipo respostas diretas a perguntas idem, não costumam produzir bons resultados e, quando acontecem, poucas vezes resistem às primeiras interrogações referentes a experiências de caráter pessoal*”. Quando os entrevistados são motivados a falar de gostos e interesses pessoais, das experiências com os pátios, da importância de determinados eventos, de um modo geral, ficam mais livres para “*expressarem idéias, valores, crenças, significações, expectativas de futuro, visões de mundo*” (ibidem). No entanto, Duarte lembra que essas situações de contato exigem atenção redobrada por parte do pesquisador, pois ele corre o risco de ver a entrevista derivar-se completamente das mãos e perder-se dos objetivos da pesquisa, restringindo-se a divagações ou, mesmo, resvalando para uma espécie de “*troca de experiências*” mútuas, que compromete bastante a qualidade do trabalho.

Figura 3 - Modelo final de questionário-guia

		UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO	
		OS VALORES PATRIMONIAIS DOS LUGARES	
PESQUISA			
Pátio:		Número: 000	
Entrevistador:	Data:	Hora:	
PERFIL DO ENTREVISTADO			
Nome:			
Sexo: <input type="radio"/> masculino <input type="radio"/> feminino Ocupação:	Local onde mora: <input type="radio"/> no bairro <input type="radio"/> outro. Onde?	Faixa etária: <input type="radio"/> até 18 anos <input type="radio"/> entre 19 e 29 <input type="radio"/> entre 30 e 49 <input type="radio"/> acima de 50	Relação com o pátio: <input type="radio"/> especialista <input type="radio"/> comunidade cultural. O que? _____
QUESTIONARIO			
1. Quais são as tradições do Pátio São Pedro/do Carmo/ do Terço?			
2. O que representam/significam pra você?			
3. Sabe algo sobre a origem e história?			
4. Estas manifestações poderiam ser transferidas para outro lugar? Quais? Para onde poderiam ser transferidas? Por quê?			
5. A seu ver, quais as igrejas, as casas e os prédios do Pátio São Pedro/do Carmo/ do Terço que são importantes? Porque?			
6. Sabe algo sobre a origem e história destas edificações?			
7. Você acha que a(s) Igreja(s) poderia(m) ser demolidas ? O que você sentiria? E os prédios e casas aqui deste(s) Pátio(s)? Porquê?			
8. O senhor acha que alguma das tradições, das festas, dos prédios, das casas e das igrejas, do(s) Pátio São Pedro/do Carmo/ do Terço são patrimônio? Quais? Por quê?Deve(m) ser mantido para as próximas gerações?			
9. Quais dos elementos abaixo você considera como Patrimônio Cultural?			
<input type="radio"/> Batutas de São José <input type="radio"/> Igreja de Nsa. Sra. do Carmo <input type="radio"/> Maracatu Leão Coroado <input type="radio"/> Bairro Boa Viagem <input type="radio"/> Queima da Lapinha	<input type="radio"/> Av. Dantas Barreto <input type="radio"/> Casa da Rabeca <input type="radio"/> Parque 13 de Maio <input type="radio"/> Noite dos Tambores Silenciosos <input type="radio"/> Recife Antigo	<input type="radio"/> Festa de Nsa. Carmo <input type="radio"/> Mercado de São José <input type="radio"/> Morro da Conceição <input type="radio"/> Terça Negra <input type="radio"/> Galo da Madrugada	<input type="radio"/> Pátio de São Pedro <input type="radio"/> Feira de Caruaru <input type="radio"/> Igreja Matriz de São José <input type="radio"/> Igreja de Nsa. Sra. Do Terço <input type="radio"/> Pastoral Estrela Brilhante
10. Em relação a questão 9, porque alguns elementos foram excluídos?			
C:\Vanessa\MESTRADO\Pesquisa_ Levantamento de campo\base\questionarioFINAL.doc N00			

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 A análise dos dados qualitativos

O objetivo da análise é compreender os sentidos nas evidências. O que é realmente falado constitui-se de dados, mas a análise de valores vai além da palavra propriamente dita, de modo que a procura busca temas em comum e as funções destes temas. Como método, esta pesquisa qualitativa apresenta três etapas análise dos dados, conforme sugerido por Mason (2002): *identificação, eleição e elaboração*.

Na primeira fase, há a *identificação* – e subsequente organização – do material coletado. É preciso que o pesquisador aprofunde-se no dados e tenha uma visão geral do material disponível. Duarte (2002) afirma que ao final de um trabalho de campo relativamente extenso, pode-se ter em mãos em torno de trinta entrevistas semi-estruturadas, de uma hora e meia cada (cuja transcrição desenvolve, em média, entre vinte a vinte e cinco laudas); registros escritos de conversas não gravadas; eventuais mensagens trocadas por correio eletrônico; notas de campo; materiais audiovisuais; textos e/ou reportagens sobre o tema, publicados em jornais e revistas; notas biográficas e, ainda, dados de outras pesquisas sobre o mesmo tema ou temas afins.

Superada a etapa de *identificação* do material coletado, cabe proceder a um aprofundamento analítico em textos específicos e dedicados, de modo a produzir interpretações e explicações que procurem dar conta, em alguma medida, do problema e das questões que motivaram a investigação. Procede-se, em seguida, à *eleição* de unidades e categorias, em que se procura, por meio da técnica de análise de conteúdo, eleger unidades de registro (palavra, frase ou tema) e unidades de contexto, de modo a agrupar elementos, idéias e expressões. Por fim, faz-se a aplicação das categorias definidas ao material coletado, com a finalidade, por meio de um tratamento quantitativo, de gerar tabelas e gráficos eletivos.

A fase de *elaboração* constitui-se da explicação do fenômeno, através da construção de uma narrativa que conecte as evidências levantadas. Assim, fragmentos de discursos, imagens, trechos de entrevistas, expressões recorrentes e significativas, registros de práticas e de indicadores de sistemas classificatórios constituem traços, elementos em torno dos quais construir-se-ão hipóteses e reflexões, e serão levantadas dúvidas ou reafirmadas convicções (DUARTE, 2002. p.152). Duarte ainda expõe que “*anexar transcrições completas de parte das entrevistas ao corpo do relatório de pesquisa, para que o leitor possa ter acesso ao chamado material bruto e tirar suas próprias conclusões*” funciona como estratégia de

confiabilidade do material analisado. Esta etapa de *elaboração* caracteriza-se como a última da tríade avaliativa de Mason (2002).

3.3.1 Caracterização dos valores

Caracterizada como exploratória, qualitativa e baseada em estudos de caso, esta pesquisa procurou identificar os valores culturais expressos na fala dos sujeitos patrimoniais, em consonância com os conceitos e noções estudados no Capítulo 2. Assim, durante a elaboração do Capítulo 4 foi estabelecido o seguinte rol de valores culturais:

1. Valor histórico: se compõe do potencial documental que determinado bem cultural oferece como testemunha de um determinado tempo sobre um determinado fato, personalidades ou sociedade, quer sejam segmentos ou grupos sociais;
2. Valor de memória: se compõe da capacidade que determinado bem cultural tem de evocar a memória coletiva de um determinado grupo social, quer seja sobre fatos ocorridos, cotidiano, festividades ou personalidades do lugar;
3. Valor de referência cultural: se compõe da capacidade que determinado bem tem de provocar o sentimento de pertença a determinados sujeitos e grupos sociais, culturais ou étnicos, e inclui valores afetivos, étnicos, simbólicos, lúdicos, míticos e outros valores culturais;
4. Valor sagrado: se compõe da capacidade que determinado bem cultural tem de suscitar determinada crença ou fé religiosa para determinados sujeitos ou grupos sociais;
5. Valor social: se compõe da capacidade que determinado bem cultural tem de estabelecer ou facilitar conexões sociais entre sujeitos ou grupos sociais; incluem-se aqui os usos dados aos bens culturais;
6. Valor artístico: se compõe da capacidade que a forma física de determinado bem cultural tem de despertar o sentimento de beleza, composição estética em determinados sujeitos ou grupo social;
7. Valor econômico: se compõe da capacidade que determinado bem cultural tem de ser utilizado para movimentar economicamente o indivíduo ou grupo social do qual pertença;

8. Valor de antiguidade: se compõe da capacidade que determinado bem cultural tem de provocar em determinado sujeito ou grupo social a sensação de tempo transcorrido, de gerações de indivíduos que viveram aquele bem;

9. Valor de reverência: se compõe do reconhecimento da intenção, no ato da criação de determinado bem cultural, de promover uma homenagem, reverência para celebrar feitos ou personalidades de um grupo social;

Este repertório de valores pôde ser identificado explorando os significados atribuídos tanto aos bens materiais como aos imateriais. Entretanto, para estudar as relações entre valores que traduzem a significância do lugar é preciso estabelecer uma referência de relação entre esses valores e os bens.

3.3.2 A construção do Diagrama de Valores

Em seus estudos sobre a Teoria dos Valores, Hessen busca, entre outros pontos, elucidar como se estabelecem as relações de interdependência entre valores. Do ponto de vista formal, os valores atribuídos aos artefatos culturais foram correlacionados, conforme a classificação de Hessen, em valores autônomos, derivados e irradiantes:

“O valor autônomo (Selbstwert) reside na sua própria essência, possui um caráter de independência para com outros valores, não depende deles nem é meio para que aconteçam. [...] Contrapõe-se-lhe o valor derivado [...] que já não deve a si mesmo o caráter valioso, mas tira-o de outros valores. Se não fossem estes, deixaria de ser valor. Tudo aquilo que vale meramente como meio para um fim valioso pertence a esta categoria [...]” (HESSEN, 2001, p.90).

Ao deparar-se com um portador de valor constituído de uma pluralidade de momentos ou partes – como um lugar que comporta distintos bens culturais – os quais por si sós ora são portadores ou não de valores autônomos e derivados, Hessen evoca um valor relacional intermediário, chamado valor irradiante:

“O chamado valor irradiante não é assim, pois, portador único de um valor autônomo, mas comportador, isto é, portador colaborante. Ou toma parte na formação do todo valioso autônomo ou participa de algum modo no valioso do conjunto que se acha como presente nele” (HESSEN, 2001, p.91).

O princípio do valor irradiante aplicado à análise das variadas relações de valor que sucedem num determinado lugar permite constituir uma rede de vínculos e não-vínculos entre os quais podem ser identificados os bens culturais valorados em comum aos demais e aqueles isolados.

Podemos representar os valores e suas relações da seguinte maneira no gráfico dos Valores Culturais:

Valor autônomo: VALOR●

Valor derivado: VALOR○

Valor irradiante: VALOR — VALOR

Valor irradiante que já existiu e que não existe mais: VALOR •••VALOR

Os valores patrimoniais, quando indicados pelos sujeitos, são representados em negrito, sublinhado e tachado no gráfico: **VALOR**

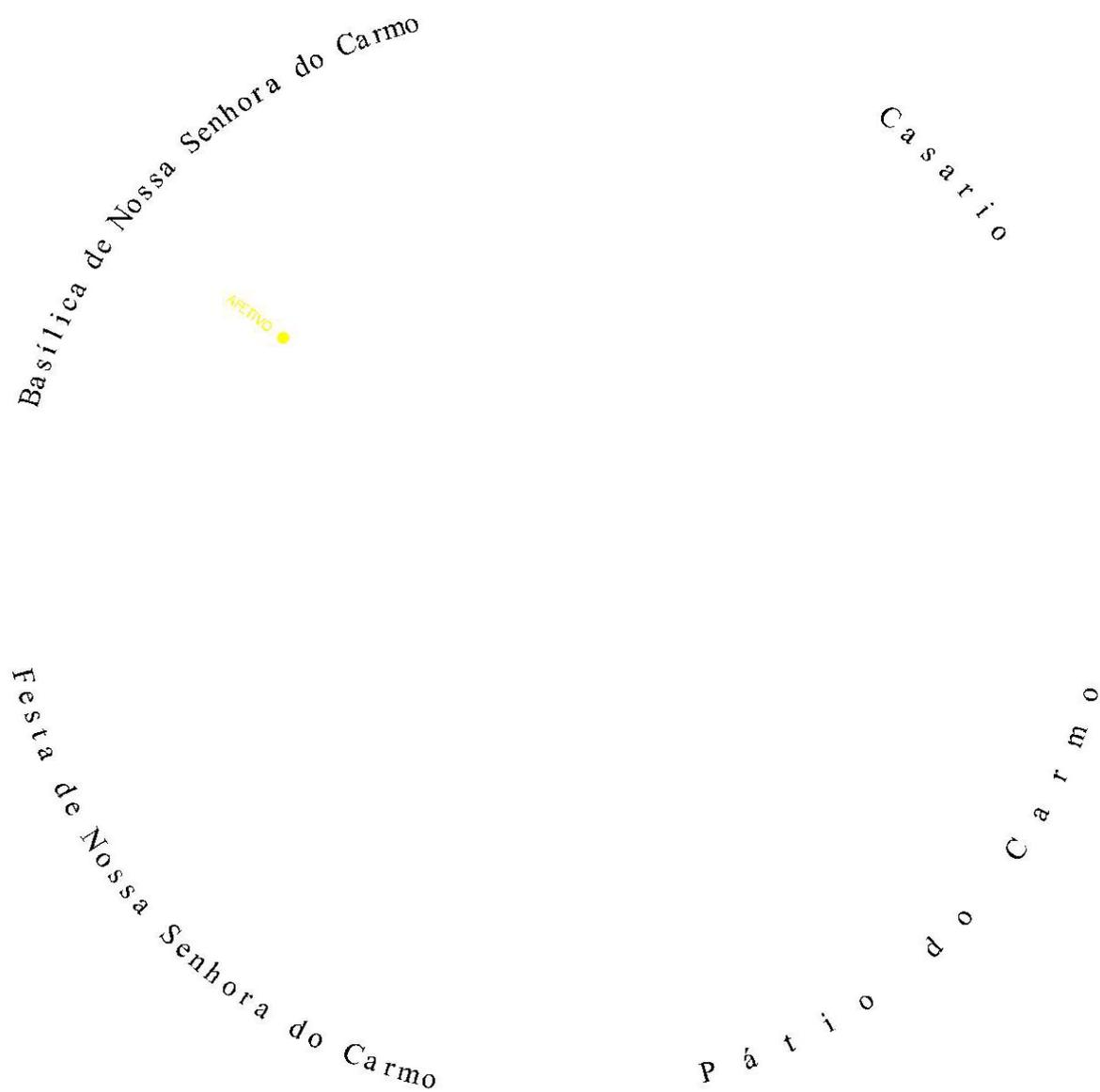
Nas páginas seguintes apresenta-se uma demonstração de como os valores foram identificados nas interlocuções das pessoas e a forma como suas relações são codificadas em gráfico.

VALOR AFETIVO

*“Quando você vira Iaô, aí tem uma missa. **Eu quando virei Iaô, minha missa foi ali na Basílica do Carmo.** Por causa de Oxum, que é Nossa Senhora do Carmo”.*¹¹

Este valor afetivo está ligado a valores sagrados sincréticos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Valor afetivo



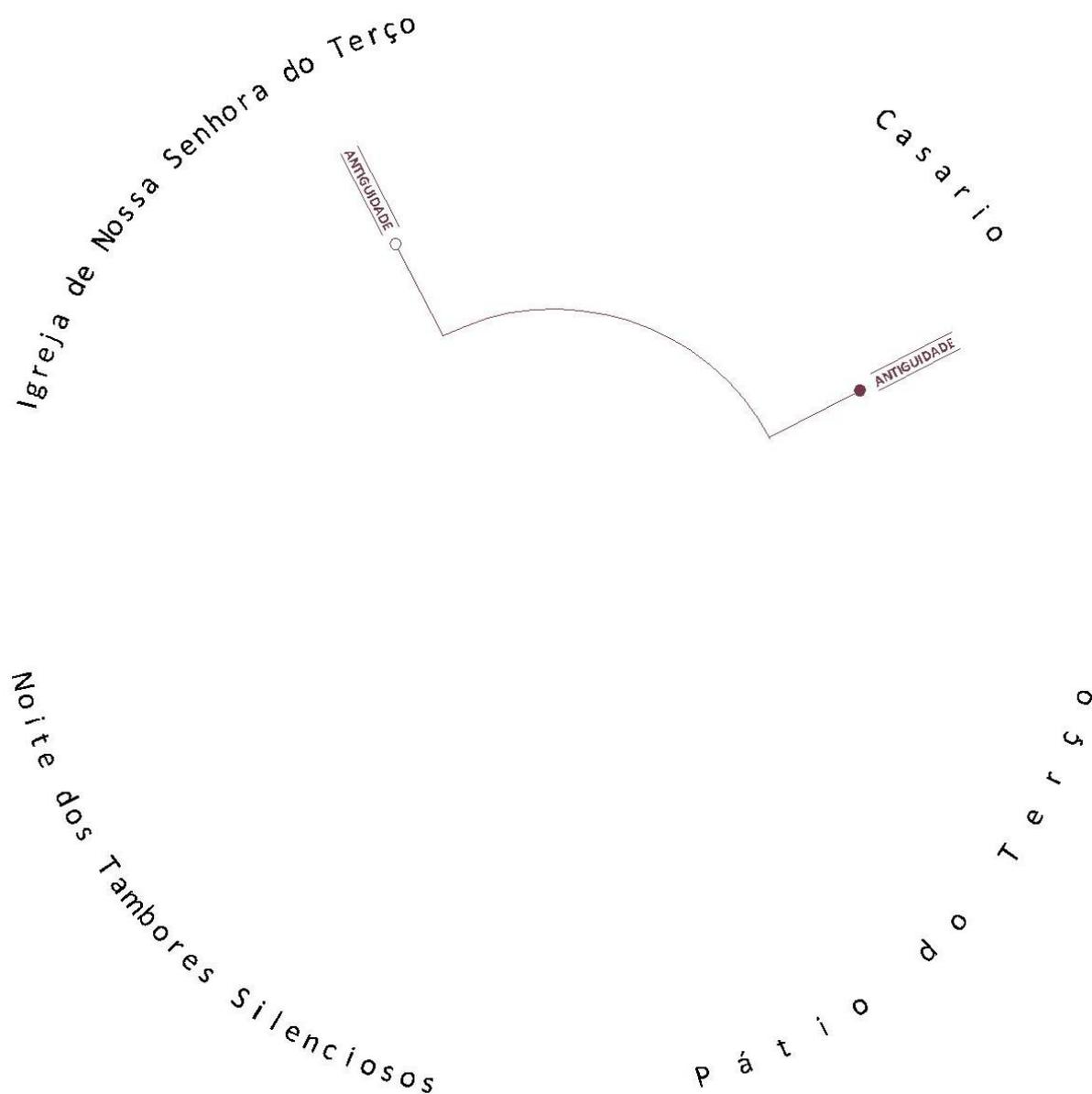
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR DE ANTIGUIDADE

“Eu acho que não. Acabaria com a essência das coisas, da Noite dos Tambores... Inclusive as casas são antigas... Eu já acho errado que hoje já tem muitas lojas lá, já mudou bastante, eram famílias...”¹¹

Este valor de antiguidade (autônomo do casario) irradia-se para a igreja (valor derivado). Sua revelação corrobora o valor patrimonial instaurado pelo município ao criar o sítio protegido.

Gráfico 2 – Valor de antiguidade



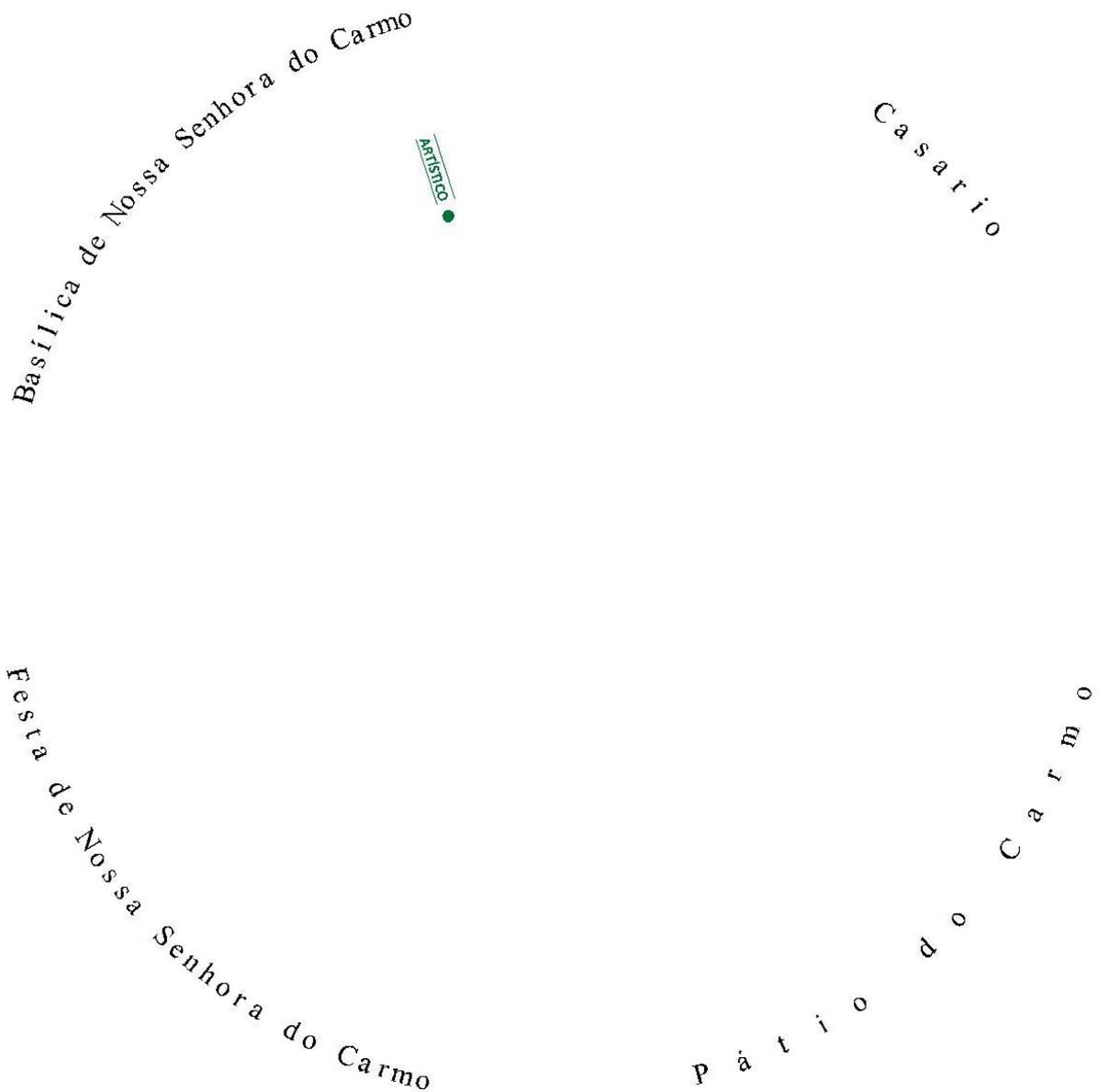
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR ARTÍSTICO

*“[...] eu vivo lá nos 'bastidores' restaurando. Então já ficou uma coisa do dia-a-dia e aqui tem uma força pra mim porque faz parte do meu trabalho. Além disso, é uma igreja lindíssima, uma das mais bonitas de Pernambuco”.*¹⁵

Esse valor corrobora o valor patrimonial instaurado pelo IPHAN ao tombar este monumento.

Gráfico 3 – Valor artístico



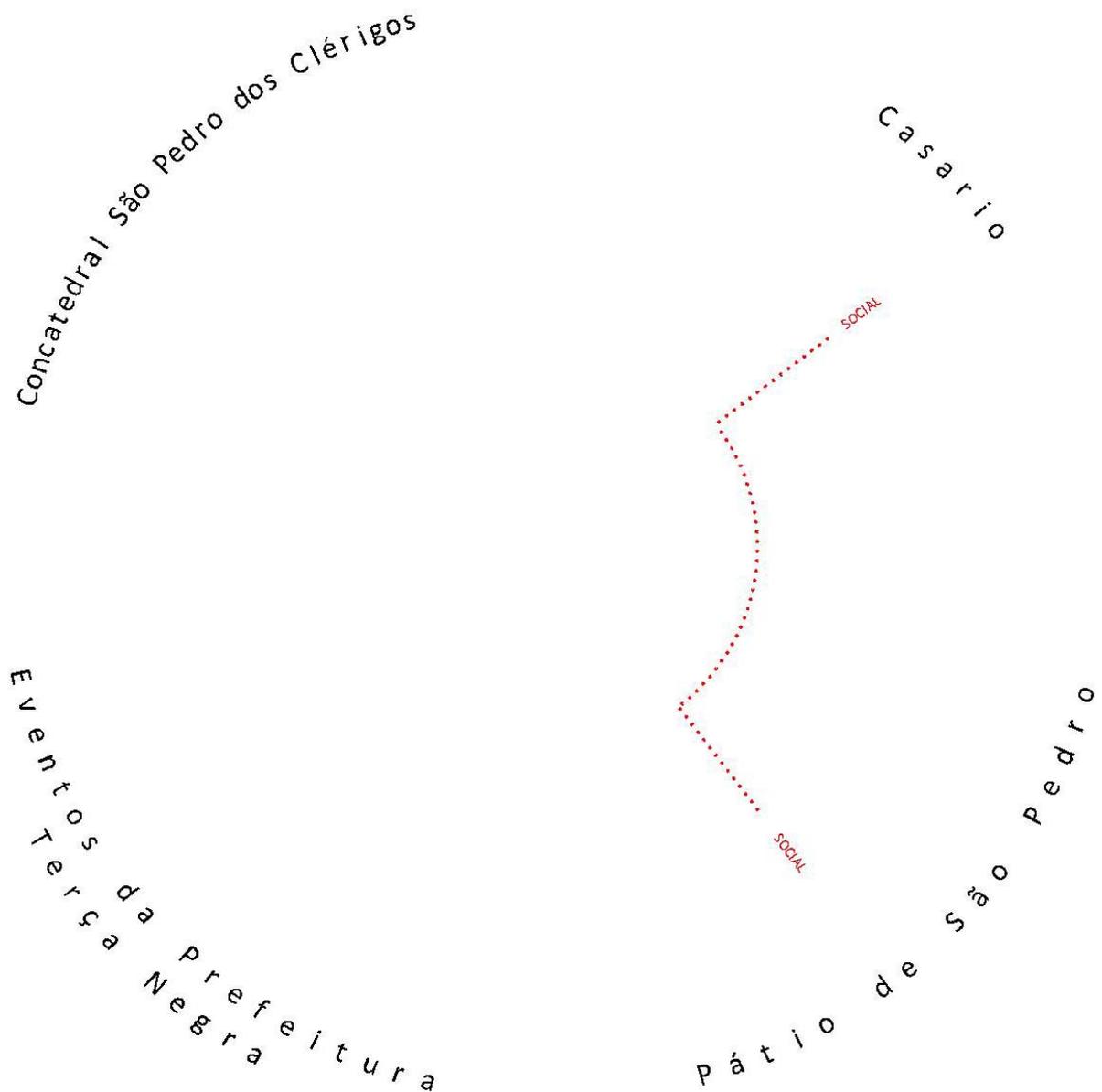
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR SOCIAL

“[...] eu morava quatro casas para a casa de Arlinda Cruz, que foi uma das maiores costureiras do carnaval recifense e era a diretora do Vassourinhas, em Recife. Quando a minha mãe me procurava, eu estava lá vendo-a costurar, cortar, as bordadeiras a fazer os estandartes, a fazer as fantasias [...]. No Pátio de São Pedro morava uma família, da qual o marido era tesoureiro do Batutas de São José e alfaiate. Ele precisava de uma pessoa, já que ele não enxergava bem, para alinhar os paletós. Aí ele marcava tudo de giz e eu ajudava”.⁹

Este valor social (que existia e era autônomo do casario) irradiava-se para o pátio (que possuía valor derivado).

Gráfico 4 – Valor social



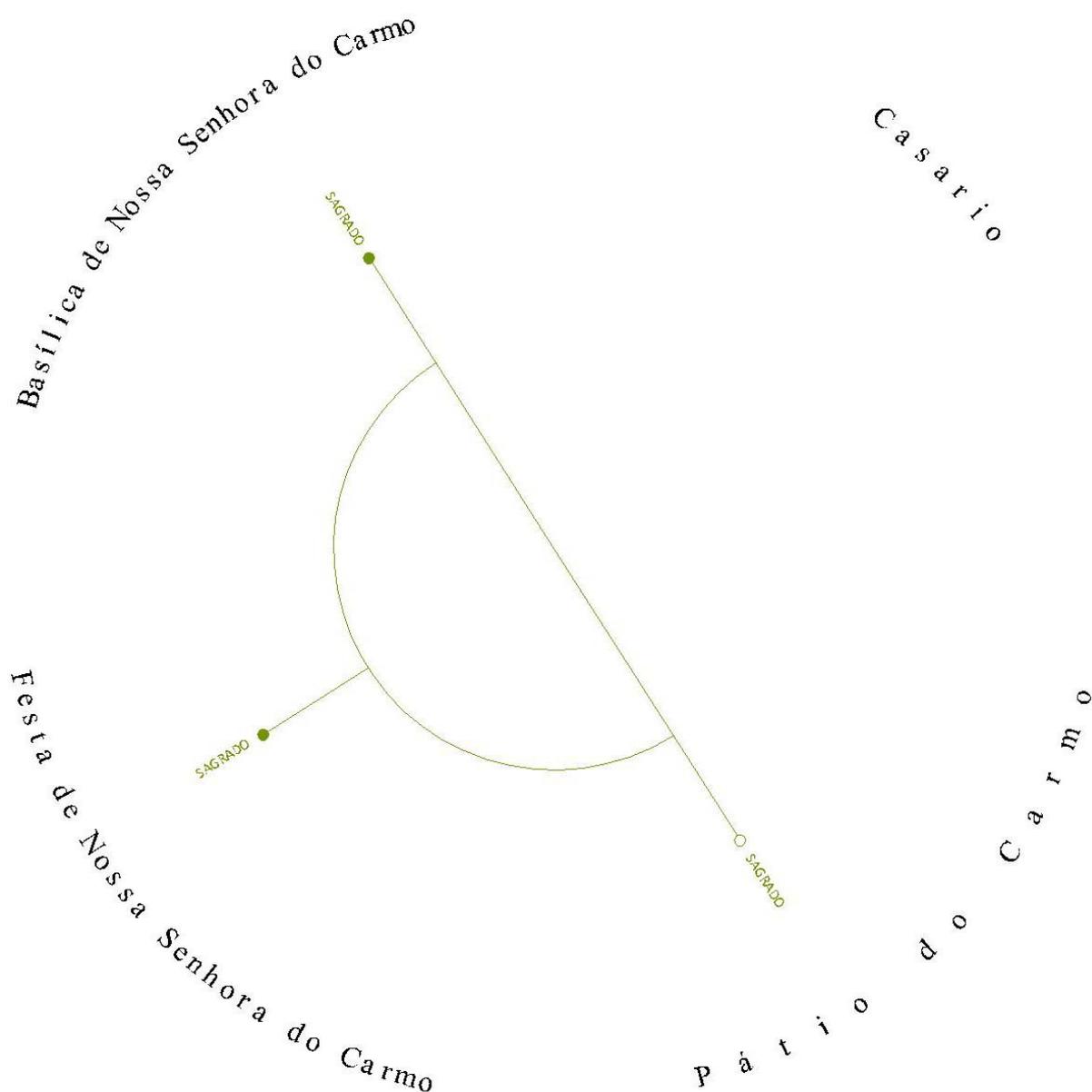
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR SAGRADO

“Do ponto de vista religioso, a gente pode dizer, é um modo de se estender a igreja, do ponto de vista do seu culto, para a própria cidade, para a própria rua. É como se a gente quisesse tentar integrar aquilo que está lá fora dentro do contexto da celebração que acontece no templo internamente”.¹⁶

Este valor sagrado (autônomo da Festa do Carmo e da Basílica) irradia-se para o pátio (derivado).

Gráfico 5 – Valor sagrado



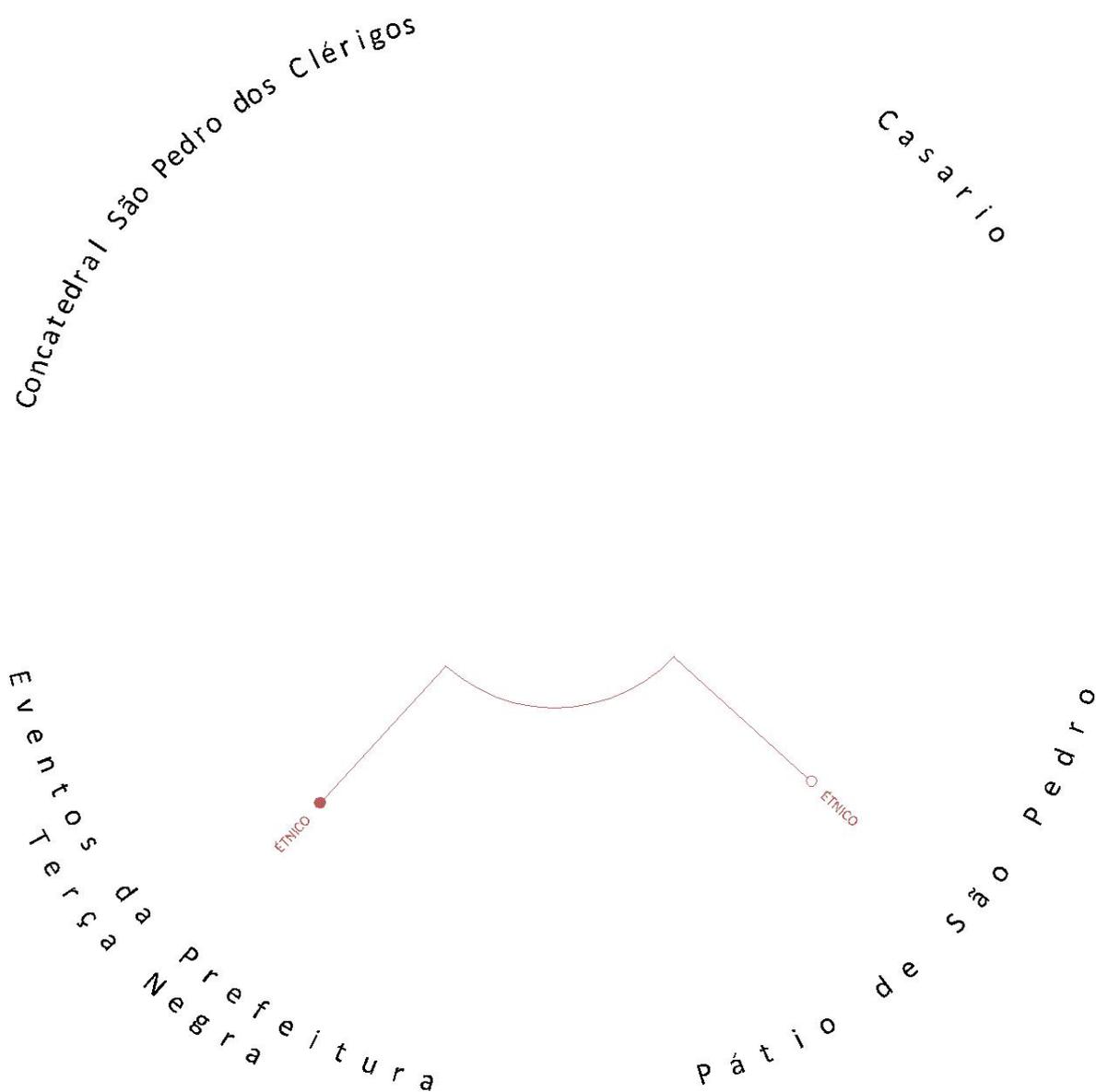
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR ÉTNICO

*“Eu vejo como **importância geral para o movimento negro**. Hoje a Terça Negra tem esta importância porque, além do que as pessoas vêm em relação a beleza do evento [...], há uma luta diária para que aconteça, há um comprometimento do MNU e dos grupos. [...]”²⁹*

Este valor étnico (autônomo da Terça Negra) irradia-se para o Pátio de São Pedro (valor derivado).

Gráfico 6 – Valor étnico



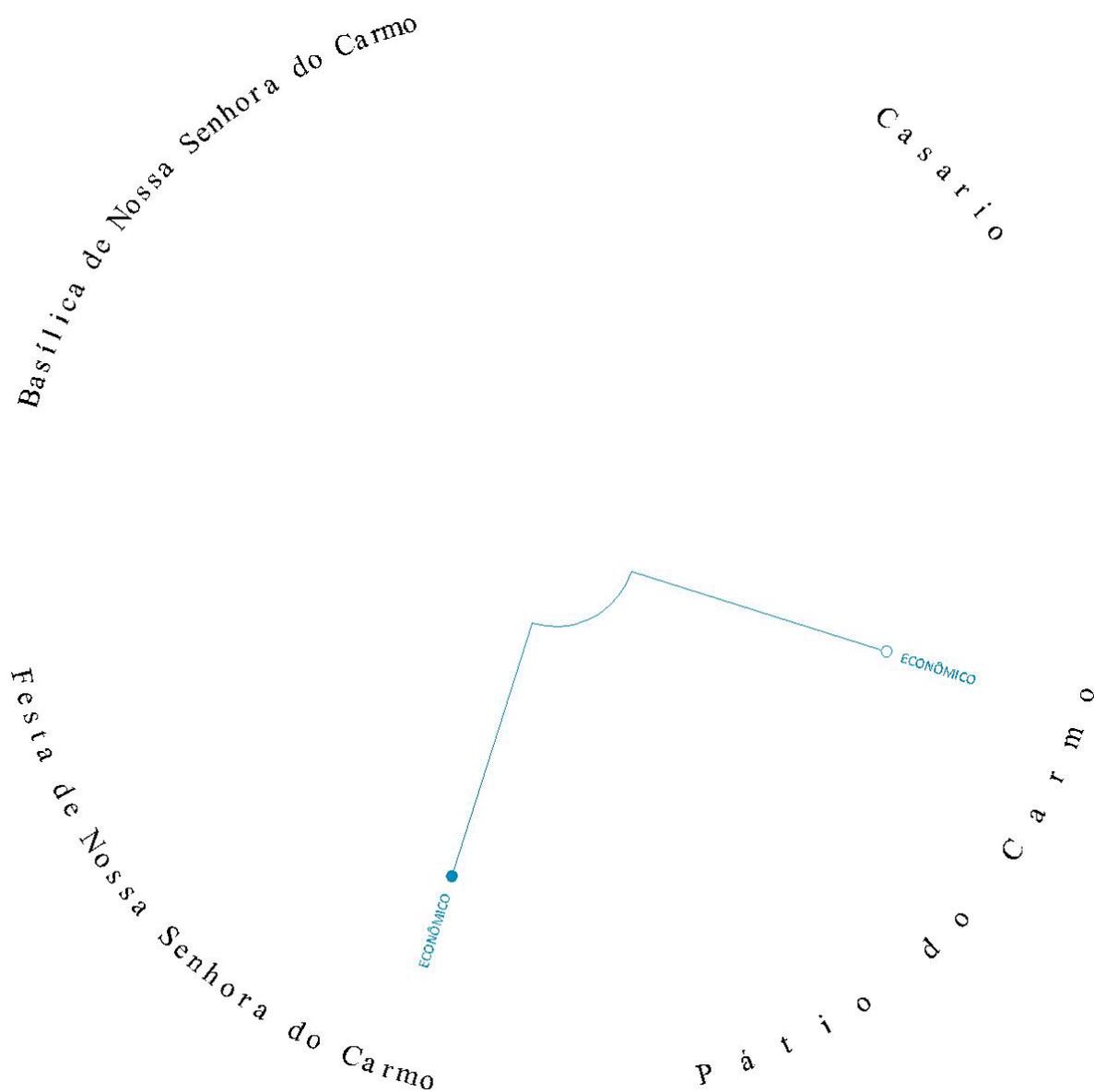
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR ECONÔMICO

“[...] a importância desta festa para mim está no lado religioso[...]. Mas além disso está sobrevivência, eu trabalho com comércio de artigos religiosos durante o ano inteiro em Olinda e na época da festa eu venho pra cá”.²⁰

Este valor econômico (autônomo da Festa do Carmo) irradia-se para o pátio (derivado).

Gráfico 7 – Valor econômico



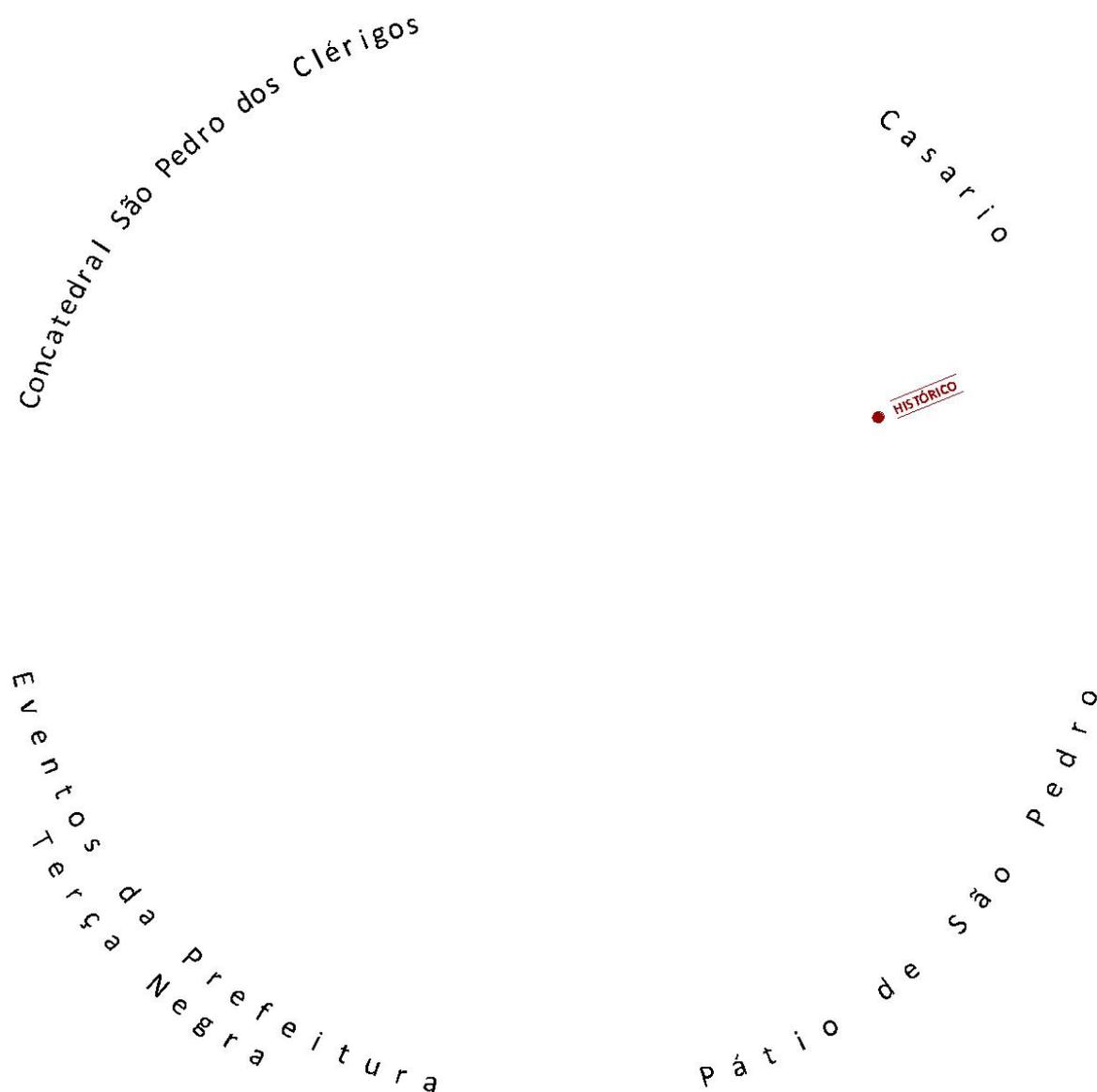
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR HISTÓRICO

*“[...] Uma vez fui lá no IPHAN para fazer um levantamento sobre as casas, porque as casas são da prefeitura mas não tem nenhum registro, nem IPTU. Não descobri muita coisa, mas me encantei pela história e fiquei lendo, lendo, lendo [...]”.*²³

Esse valor corrobora o valor patrimonial instaurado pelo município reconhecer o casario como parte do sítio histórico de Santo Antonio e São José.

Gráfico 8 – Valor histórico



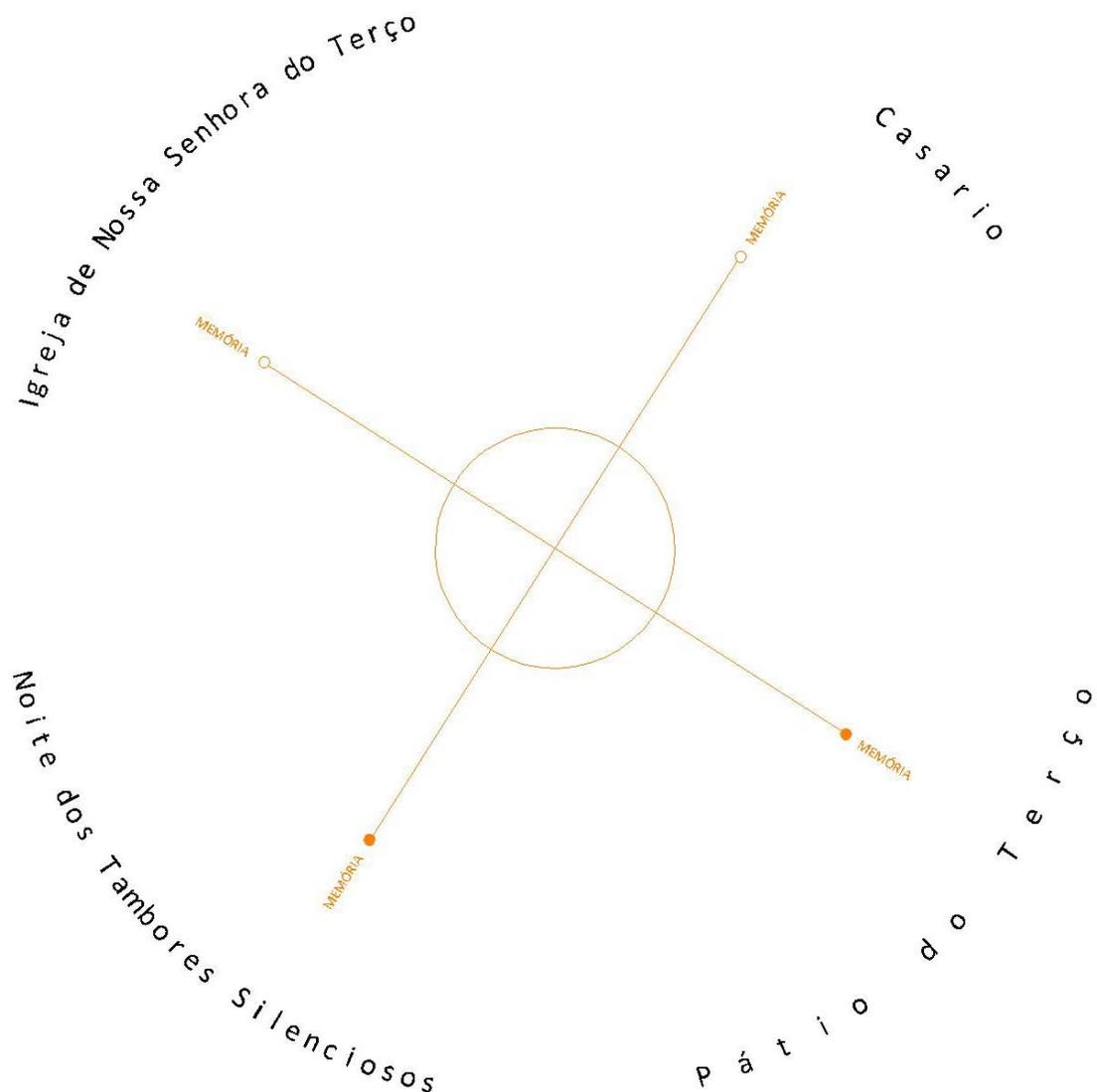
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR DE MEMÓRIA

*“Havia um cidadão que estava confundindo. Ele queria que fosse na Igreja do Rosário, porque ele estava fazendo uma mistura com as coroações do Rei do Congo. Não tem nada a ver. E as pessoas dizem: 'Mas a Noite dos Tambores Silenciosos não sempre existiu?' A Noite dos Tambores foi uma coisa criada aqui, por causa do local, por causa de um monte de coisas e por causa dos assuntos da época. Não tem nada de continuidade com Reis do Congo. [...] os significados pra mim não mudaram. O significado pra mim é como eu sinto. Agora, a alegoria que hoje fazem é realmente uma antítese daquilo que sempre foi, do que era o certo, e o que era na criação. Mas como o sentimento é maior, então, isto não me atinge, porque eu estou com aquele sentimento originário”.*³¹

Este valor de memória (autônomo da Noite dos Tambores Silenciosos e do Pátio do Terço) irradia-se para os outros bens culturais. A criação da noite dos tambores foi pautada por acontecimentos que relacionam o casario, pátio e igreja.

Gráfico 9 – Valor de memória



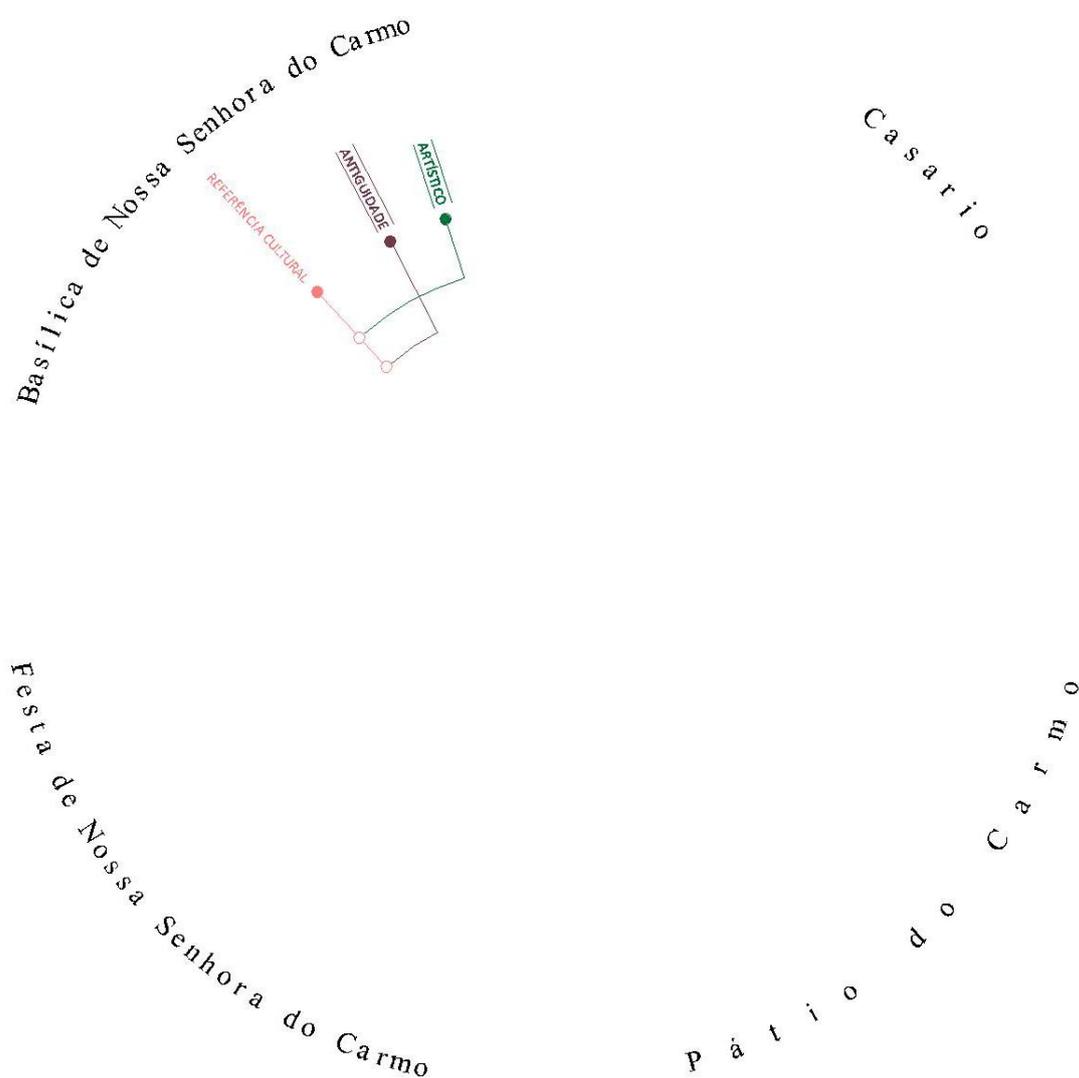
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR DE REFERÊNCIA CULTURAL

“Os prédios não são [importantes] porque os mais antigos já foram demolidos e o pátio foi todo modificado... mas a Basílica, esta sim é muito importante, é uma das mais antigas daqui do bairro, é muito bonita também, e é a casa de Nossa Senhora, a padroeira de Recife”.¹⁵

Este valor de referência cultural (autônomo da Basílica do Carmo) também é derivado do valor de antiguidade e do valor artístico da Basílica.

Gráfico 10 – Valor de referência cultural



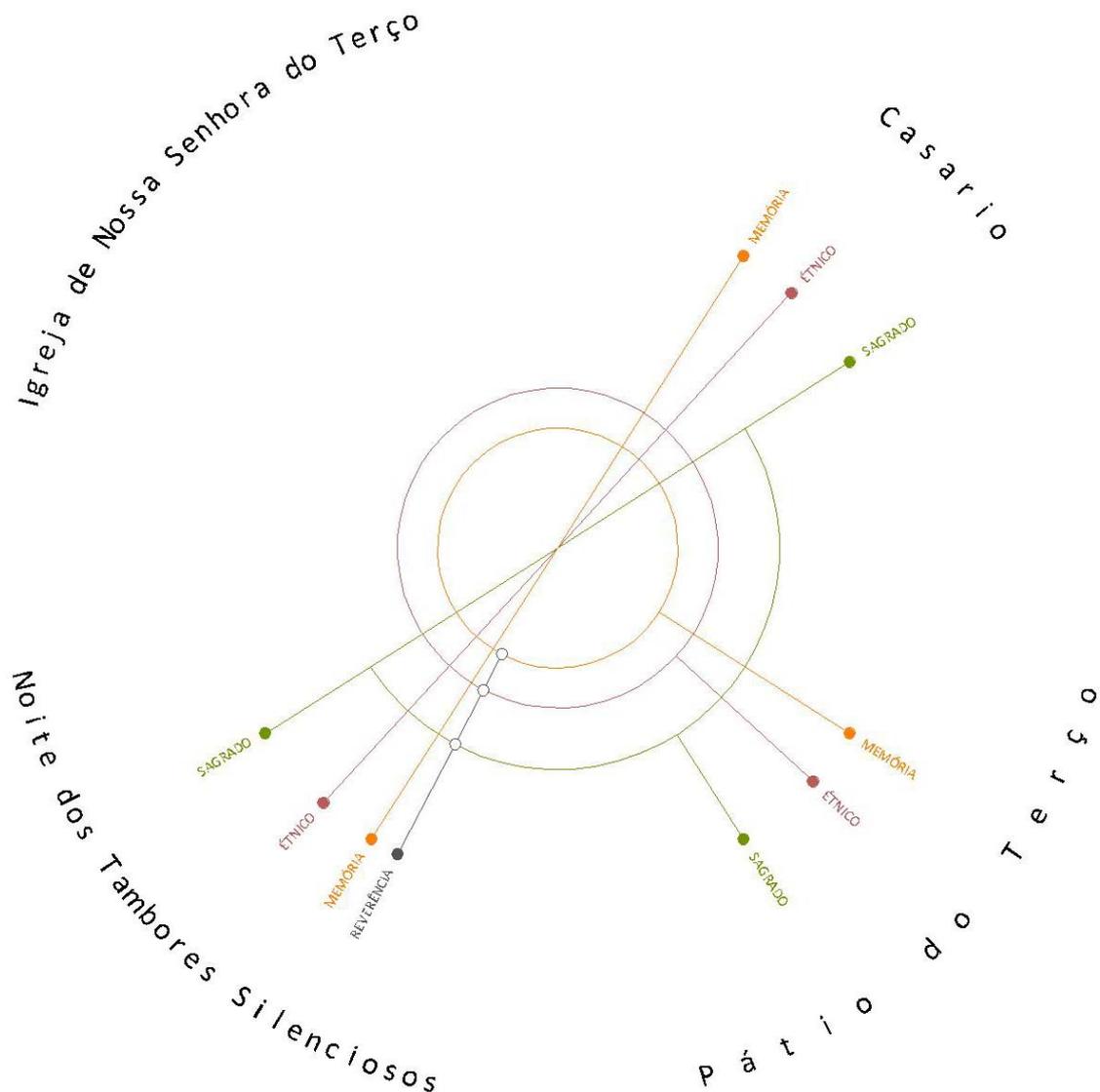
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR DE REVERÊNCIA

“[...] eles fazem o silêncio naquela hora, na segunda-feira de Carnaval: oram sobre a morte dos negros e fazem uma louvação a Obaluaê, que, na parte espiritual, desliga o africano do Brasil, deste mundo para o outro [...]. É o respeito que se tem pelos mortos. Porque o africano respeita muito quem já foi pro outro mundo. **Como ali foi o lugar onde viviam africanos, como ali foi o lugar onde morreram muitos africanos, há aquele silêncio para se fazer aquelas rezas. E é aquela hora do silêncio, aquele respeito.** Faziam isso minhas mães-de-santo, que morreram velhinhas, depois vieram outros, e outros, e agora terminou em mim. Já tem uns 20 anos que sou eu quem faço [...]”.¹¹

Este valor de reverência (autônomo da noite dos tambores silenciosos) está ligado a valores étnicos, sagrados e valores de memória (autônomos da Noite dos Tambores Silenciosos os quais se conectam a valores autônomos do pátio e casario).

Gráfico 11 – Valor de reverência



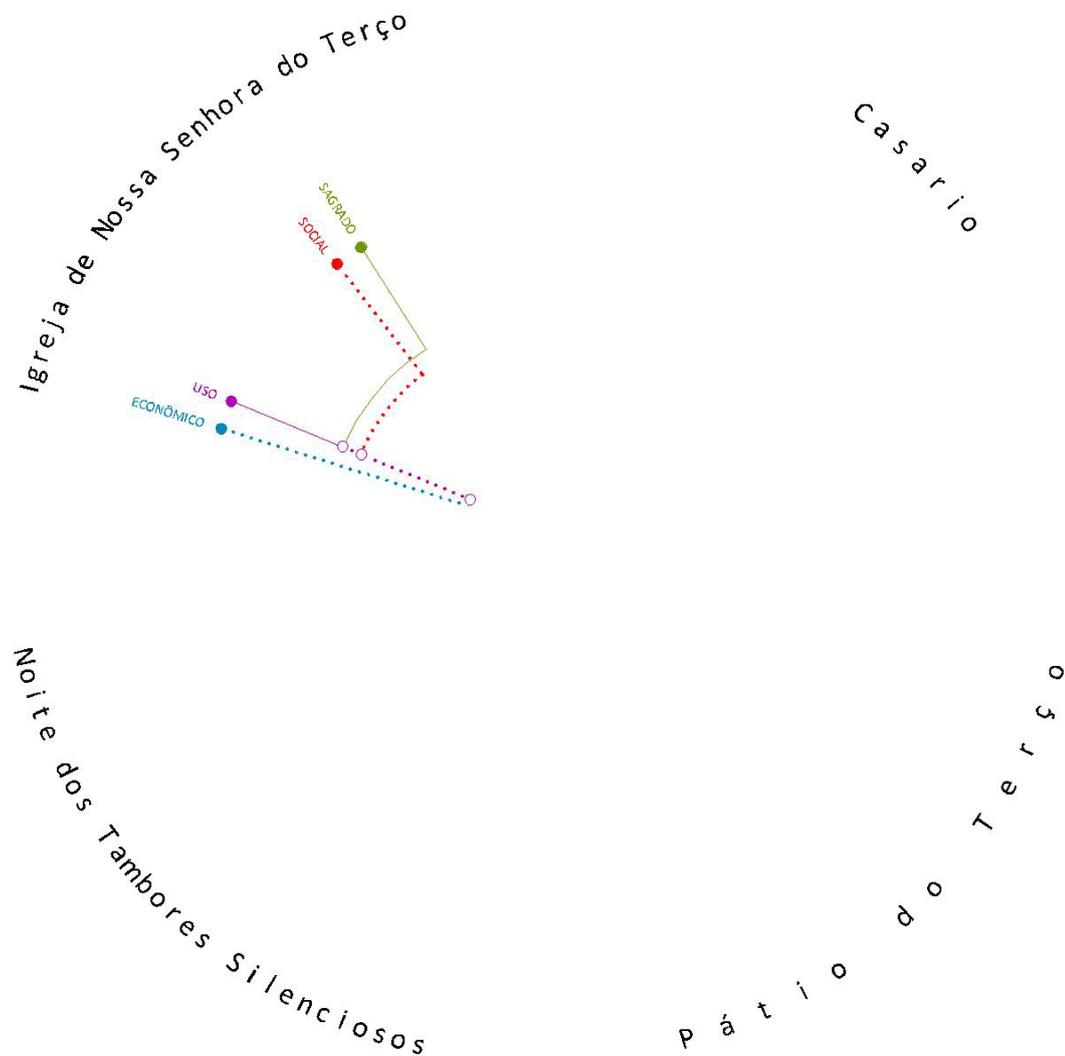
Fonte: Elaborado pela autora.

VALOR DE USO

*“Estas irmandades têm um caráter social. [...] Antigamente, o sujeito que fazia parte de uma irmandade se sentia mais cidadão que os outros, porque ele fazia parte de uma associação. Naquela época não existia médico, não existia advogado, não existia plano de saúde, nem sindicato. A irmandade era tudo na vida dos irmãos: a irmandade emprestava dinheiro, a irmandade arrumava médico, a irmandade ajudava na vida e principalmente na morte. Aqui tinha várias catacumbas que não existem mais”.*¹³

Este valor de uso (autônomo da Igreja de Nossa Senhora do Terço) estava ligado a valores sociais, sagrados e valores de memória (autônomos da Igreja de Nossa Senhora do Terço).

Gráfico 12 – Valor de uso



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, foi possível proceder com a elaboração dos Diagramas de Valores que demonstram as relações entre os valores atribuídos aos bens culturais, e permitem sintetizar a noção da significância dos lugares.

4 OS BENS CULTURAIS: ENTRE TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO

A identificação de bens patrimoniais deve considerar aqueles bens culturais que são referências destes pátios e são valorizados como *patrimônio* pelos entrevistados. Este é um processo que se baseia nos sentidos de tradição e patrimônio atribuídos aos bens elencados, tanto pelas comunidades quanto pelos especialistas, em vista do manejo e das apropriações as quais cada bem está sujeito.

Sob o ponto de vista de cada grupo entrevistado, cada pátio possui heranças culturais específicas, apesar de haver uma noção geral estabelecida e todos sujeitos concordarem que os pátios⁵, na sua constituição material, são patrimônio.

Procurou-se identificar, num primeiro momento, quais são os bens culturais que formam, constroem, delimitam e territorializam os lugares constituintes destes espaços e a quais destes bens é atribuído o sentido de patrimônio.

4.1 Os Pátios Históricos e os bens culturais

4.1.1 O Pátio do Terço – o Lugar dos eguns

O Pátio do Terço é um largo originado da bifurcação que parte da Rua Vidal de Negreiros e deriva-se na Rua das Águas Verdes e Rua Direita. Na cabeceira da quadra que encontra estas três ruas está a Igreja de Nossa Senhora do Terço, referência da paisagem. O casario que a cerca encontra-se bastante deteriorado e, quando não, desfigurado de suas feições originais para adequar-se ao uso comercial e de estocagem. O que outrora fora uma vizinhança predominantemente residencial, cederá gradativamente lugar a estabelecimentos comerciais em razão da mudança de usos generalizada naquela região, que ocorrera a partir da abertura da Avenida Dantas Barreto, no ano de 1973.

⁵ Durante a análise, verificou-se que o termo *pátio* já não é mais atribuído pelos especialistas ao espaço defronte à Basílica de Nossa Senhora do Carmo. Este fato será discutido no decorrer deste Capítulo.

Figura 4 – Pátio do Terço durante a Noite dos Tambores Silenciosos



Fonte: Leopoldo Conrado, 2005.

Figura 5 – Vista do Pátio do Terço a partir da entrada da Igreja



Fonte: Vanessa Reis, 2006.

É bastante evidente, na visão da comunidade cultural, como a eleição dos bens culturais do Pátio do Terço está relacionada essencialmente ao sentimento de apropriação e pertencimento às manifestações culturais daquele lugar, dada a carga identitária que estas carregam em si. A história da construção da Igreja de Nossa Senhora do Terço e do casario que a cerca fora revestida pelos mais variados mitos advindos das tradições orais locais, o que colaborara para a construção de um imaginário tradicional. Os fatos ligados ao período escravista, tais como as evocações à ocupação e permanência martirizadas dos negros naquelas proximidades, construíram um lugar de forte aspecto identitário étnico, também associado diretamente à Igreja e sua doutrina Católica, na ação das irmandades. Não obstante, aquele lugar também fora um relevante reduto das práticas religiosas de matriz africana, do qual destaca-se como epicentro a ‘Casa de Badia’. Esta consolidou-se como referência não apenas dos movimentos de expressão étnica em âmbito regional – com a criação da Frente Negra Pernambucana, ao lado de Solano Trindade – como também um pólo originário de várias atividades carnavalescas nos primórdios do carnaval de rua recifense, tanto ligadas ao frevo quanto ao maracatu. Várias outras atividades ligadas ao carnaval também estavam relacionadas aos moradores das outras casas do pátio, como a criação e manutenção de agremiações e o feitio de adereços, fantasias e estandartes.

Figura 6 – Vista do Pátio do Terço a partir do final da Rua Vidal de Negreiros



Fonte: Prefeitura do Recife, 2008.

O amálgama dessas raízes – étnicas, religiosas e carnavalescas – e as práticas constantes de seus detentores dera origem àquilo que na década de 60 do século passado passou a ser chamado de Noite dos Tambores Silenciosos, hoje uma das maiores referências da manifestação cultural afrodescendente do carnaval pernambucano. Consiste numa reunião de maracatus-Nação em frente à Igreja de Nossa Senhora do Terço, na segunda-feira do carnaval, realizando cortejos e louvações aos seus antepassados. À meia-noite, apagam-se as luzes do pátio e todos os tambores silenciam, sendo este o momento mais monumental do evento, quando o sagrado do pátio é evidenciado. Rapidamente consolidada como ‘tradição’ pelos maracatus e por muitos que a prestigiam, tornou-se uma manifestação famosa que, após o falecimento das suas personalidades criadoras, foi gerida por outros moradores do bairro e pelo Movimento Negro Unificado. Cerca de quarenta anos depois de sua fundação, a administração municipal se apropriou da sua organização, tornando-a ‘espetáculo’. Enquanto nas suas origens reunira os quatro maracatus mais antigos do Estado, numa modesta manifestação espontânea de reverência às matrizes étnicas em pleno carnaval, na atualidade reúne não somente dezenas de maracatus das mais diversas gerações, mas um público de dezenas de milhares de espectadores. Suas raízes originárias, entretanto, dissolveram-se, seja pelo natural falecimento de seus fundadores, seja pelo êxodo social que afastara uma significativa parte dos moradores daquele bairro. O caráter comercial que se instalara naquele lugar tem atraído, especialmente na última década, um número significativo de comerciantes estrangeiros, sobretudo asiáticos. A ausência de vínculo cultural entre estes sujeitos e os bens culturais do Pátio do Terço, bem como o modo transformador como se apropriam do patrimônio construído, anuncia uma gradativa transformação da própria significância do lugar.

Figura 7 – Kalunga do Maracatu na Noite dos Tambores Silenciosos



Fonte: Osmário Marques, 2008.

Como artifício de ressignificação do lugar para a promoção da memória tradicional, em dezembro de 2008 a Prefeitura ergueu um monumento em homenagem aos maracatus-Nação em frente ao Forte das Cinco Pontas, com suas estátuas posicionadas em direção à Igreja de Nossa Senhora do Terço, numa referência ao Maracatu Elefante, fundado em 1800 – mas não naquele bairro, e à Noite dos Tambores Silenciosos.

Figura 8 – Noite dos Tambores Silenciosos



Autor: Vanessa Reis, 2006.

4.1.2 O Pátio do Carmo – Domina Loci

Com sua obra concluída em 1767, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, junto ao Convento do Carmo, constitui um dos conjuntos da arquitetura religiosa barroca mais importantes do país. Em 1938 este complexo, que guarda os restos mortais de Frei Caneca e que ocupa grande parte do terreno onde antes fora o Palácio da Boa Vista, é tombado pelo IPHAN. Entretanto, foi com a sucessão de eventos que ocorreram no início do século XX – a proclamação da Virgem do Carmo como Padroeira do Recife, sua Coroação e a elevação da Igreja à categoria de Basílica – que aquele lugar se tornara uma das referências máximas da fé católica no Estado.

Figura 9 – Basílica do Carmo



Fonte: Pernambuco Preservado, 2002.

Figura 10 – Vista do Pátio do Carmo durante a Festa.



Fonte: Vanessa Reis, 2006.

Já na década de 1950, as obras de abertura da Avenida Dantas Barreto promoveram a demolição do casario que delimitava o Pátio do Carmo e, com isso, expeliram do bairro centenas de moradores que até então conformavam a sua freguesia. Por outro lado, o novo pátio que se configurara, com aspecto de uma grande praça aberta que dá grande destaque à fachada principal da Basílica, adquirira dimensões aparentemente justas para abrigar um dos mais importantes eventos religiosos de Pernambuco, a celebração do dia de Nossa Senhora do Carmo. Com a capacidade de atrair mais de cem mil devotos, esta festividade de dez dias de duração ocupa o Pátio do Carmo tanto com as celebrações eucarísticas como com atividades profanas. Palcos montados para a celebração de missas campais dividem o espaço com parques de diversão e feira de artigos religiosos, bebidas e alimentos. O seu momento mais representativo é, entretanto, uma procissão que parte do Pátio, percorre as principais vias do bairro de Santo Antônio e retorna ao ponto de origem, onde uma grande missa é celebrada com Arcebispo Metropolitano.

Figura 11 – Festa profana



Figura 12 – Vista a partir da Basílica



Fonte: Vanessa Reis, 2006.

Entretanto, vale destacar que uma fração importante dos sujeitos patrimoniais envolvidos com a Igreja do Carmo e seu Pátio, embora devota, não seja católica. O aspecto sincrético da cultura religiosa em Recife, muito influenciada pelas religiões de matriz

africana, permite que os lugares sagrados portem distintos significados. Embora no último século a Igreja tenha proibido a manifestação explícita de ritos religiosos não-católicos nas igrejas e seus pátios em Recife, há indícios que entre os séculos XVIII e XIX havia a prática da lavagem do Pátio do Carmo com água-de-cheiro, pelas filhas-de-santo. Mesmo inibida, a manifestação dos religiosos de matriz africana faz-se presente nas oferendas à Santa e na cor amarela das vestimentas dos sujeitos participantes.

Figura 13 – Comércio de artigos religiosos durante a Festa do Carmo.



Fonte: Autor desconhecido

A gestão do Pátio, ao contrário do que acontece com os Pátios de São Pedro e do Terço, é de responsabilidade e interesse da Igreja, o que lhe dá controle e remuneração sobre o que acontece no lugar. Como o fator econômico é extremamente determinante no que se refere à manutenção dos bens patrimoniais, para além da oferta dos devotos, a Igreja aluga o espaço do Pátio para que a administração municipal promova seus eventos neste lugar tão representativo. O Movimento Negro Unificado, por meio do Núcleo Afro da Prefeitura do Recife, é um dos grandes promotores de eventos, dada a forte representatividade daquele lugar, onde alega-se terem sido expostos os restos mortais de Zumbi dos Palmares em 1695,

quando da derrubada do quilombo dos Palmares. Ali está erguida uma estátua em sua memória, e na data de seu falecimento, 20 de novembro, é comemorado nacionalmente o Dia da Consciência Negra.

Estes eventos, que datam desde a década de 1980, mesmo quando o MNU não possuía a administração municipal como facilitadora, foram fortemente representativos para a comunidade negra, pois ocasionaram na criação de vários grupos culturais de expressão bem como na representação de outras etnias africanas, para além das Bantu e Yorubá.

Figura 14 – Imagens de Nossa Senhora do Carmo à venda durante a Festa



Fonte: Vanessa Reis, 2006.

4.1.3 O Pátio de São Pedro-Relicário Institucional

Figura 15 – Vista aérea do Pátio de São Pedro durante o carnaval



Fonte: Autor desconhecido, 2008.

As transformações que ocorreram no Pátio de São Pedro ao longo de sua história pouco tiveram a ver com as discretas modificações do ambiente construído de seu entorno, exceto pela locação de um moderno palco em estrutura metálica, inaugurado em 2000, diametralmente à Concatedral de São Pedro dos Clérigos, esta datada do início do século XVII. Uma mudança de traçado do projeto original da Avenida Dantas Barreto salvou este pátio da destruição física, em 1973, mas não de transformações de âmbito sócio-culturais e político-econômicas. A partir deste momento deu-se início a um processo de gentrificação do Pátio de São Pedro, que tomou como ponto de partida o imediato êxodo residencial ocasionado pela abertura da nova avenida. Desde então, a administração pública vem se apropriando do casario e experimentando a mais variada gama de usos para este, partindo de um pólo de bares – nesta época reconhecido como um reduto de boêmios e intelectuais – até o misto de usos atual, com museus e escritórios ligados a atividades administrativas e à institucionalização das tradições e da conservação do patrimônio em âmbito municipal. Entretanto, embora não haja mais moradores, o pátio abriga ainda alguns estabelecimentos

comerciais que resistiram ao longo dessas transições, com destaque para o bar Buraco do Sargento, o mais antigo ainda em funcionamento. Ali fora fundado, em 1932, o bloco carnavalesco Batutas de São José, a agremiação mista carnavalesca mais antiga em atividade ininterrupta de Recife. Em 2007, na sacristia da Igreja, a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional declarou o frevo como patrimônio imaterial nacional, durante a comemoração do seu suposto centenário.

Figura 16 – Vista do Pátio de São Pedro partir do Palco durante época junina.



Fonte: Vanessa Reis, 2008.

Embora haja um esforço da administração municipal em manter atividades culturais neste pátio, o mesmo não ocorre em relação à preservação das atividades eclesiais da Concatedral. O palco que lá está montado, embora seja constituído de estruturas metálicas modulares leves e tenha um aspecto móvel, tornara-se fixo e ocupa uma considerável área do pátio mesmo quando ocioso. Os eventos culturais que ali tomam lugar fazem uso constante de amplificadores de som, frequentemente com alta intensidade sonora, direcionados para a Igreja. Esta rotina sonora tem causado sérios danos físicos a este edifício, para além de inibir a celebração de casamentos e outros sacramentos católicos.

Figura 17 – Apresentação de Frevo em evento carnavalesco no Pátio de São Pedro



Fonte: Autor desconhecido, 2008.

Por outro lado, os eventos institucionais realizados no palco do Pátio de São Pedro fazem parte de um calendário próprio de atividades culturais, algumas anuais – ligadas aos ciclos festivos – e outras semanais, com a apresentação de artistas populares e grupos folclóricos. Enquanto durante o dia predominam as atividades institucionais e comerciais no pátio, durante alguns dias da semana à noite acontecem esses eventos, que costumam atrair um público predominantemente externo ao bairro. Nos dias em que não há atividade no palco, o pátio torna-se ermo, salvo pelo funcionamento de alguns poucos bares, e ainda assim com escassa clientela. Mas este é um aspecto que não é característico apenas desse pátio, dado o esvaziamento habitacional de vários bairros do centro do Recife nos últimos quarenta anos.

Figura 18 – Queima da Lapinha no Pátio de São Pedro



Fonte: Bruno Campos, 2010.

Dentro daquela gama de atividades organizada pela administração municipal destaca-se a Terça Negra, evento semanal promovido pelo Movimento Negro Unificado e a Prefeitura do Recife, e que acontece no Pátio de São Pedro desde 2001. Embora tenha sido criada antes desse ano, quando era realizada no ‘Bar do Didi’, na Rua Siqueira Campos, a cerca de 600 metros do pátio, a Terça Negra adquiriu maior visibilidade após instalada no Pátio de São Pedro. Originalmente a intenção dos organizadores era realizar este evento no Pátio do Terço, um lugar de referência para a comunidade afrodescendente, mas isso não foi possível em razão da falta de infra-estrutura local adequada para a modalidade de atividades pretendida. A administração pública, então com o palco já montado no Pátio de São Pedro, permitira que a Terça Negra fosse ali realizada semanalmente.

Figura 19 – Apresentação de Afoxé no Pátio de São Pedro durante a Terça Negra



Fonte: Divulgação/PCR, 2009.

O fato das atividades do Pátio de São Pedro estarem atreladas aos desígnios e tutela da administração pública, entretanto, tem acarretado nos últimos anos uma redução significativa do público noturno do Pátio. Por atrair espectadores externos ao bairro, as demandas deste por variedade de diversão cultural não conseguem ser supridas pelo repertório de atrações promovidas pela Prefeitura. Assim, a previsibilidade e a rotina das atividades culturais acarretam no desinteresse do público-alvo, e este, por sua vez, com desprendimento vai à busca de outros pólos de diversão cultural na cidade. Isto demonstra como o esvaziamento da natureza residencial de um lugar pode acarretar no declínio de sua representatividade, de seus valores.

Figura 20 –Terça Negra



Fonte: Sérgio Bernardo, 2009.

Na tentativa de reforçar a representação simbólica do Pátio de São Pedro especialmente em seu aspecto etnocultural, a Prefeitura do Recife ergueu, em 2007, uma estátua em homenagem a Solano Trindade, um artista (mais reconhecido como poeta) ícone da expressão étnica, nascido no bairro de São José.

4.2 A tradição e o patrimônio segundo os sujeitos patrimoniais

A identificação de bens patrimoniais deve considerar aqueles bens culturais que são referências destes pátios e são valorizados como *patrimônio* pelos entrevistados. Este é um processo que se baseia nos sentidos de tradição e patrimônio atribuídos aos bens elencados, tanto pelas comunidades quanto pelos especialistas, em vista do manejo e das apropriações as quais cada bem está sujeito.

Sob o ponto de vista de cada grupo entrevistado, cada pátio possui heranças culturais específicas, apesar de haver uma noção geral estabelecida e todos sujeitos concordarem que os pátios⁶, na sua constituição material, são patrimônio.

⁶ Durante a análise, verificou-se que o termo *pátio* já não é mais atribuído pelos especialistas ao espaço defronte à Basílica de Nossa Senhora do Carmo. Este fato será discutido no decorrer deste Capítulo.

Assim, procurou-se identificar, num primeiro momento, quais são os bens culturais que formam, constroem, delimitam e territorializam os lugares constituintes destes espaços e a quais destes bens é atribuído o sentido de patrimônio.

4.2.1 A visão dos especialistas

A identificação dos bens culturais pelos especialistas esteve predominantemente relacionada às noções de patrimônio e tradição, especialmente no entrelaçamento das manifestações com a comunidade e com as políticas de cultura. Tradição, na visão destes entrevistados, vincula-se às práticas culturais, em constantes e ‘*espontâneos*’ processos de elaboração e reelaboração por um determinado grupo ou comunidade cultural.

Tradição, para parte dos entrevistados, também está relacionada aos aspectos tangíveis da cultura, especialmente em relação à função dos pátios. Alguns dos entrevistados, quando indagados a respeito das tradições dos pátios, suscitaram a tradição europeia da formação destes espaços diante das Igrejas, da arquitetura composta pelo conjunto do casario que dá perspectiva às Igrejas – reconhecidos patrimônios pela instituição – e os usos religiosos para o qual se destinavam à época de sua formação. No entanto, alguns dos entrevistados reconhecem que estes aspectos materiais dos pátios não se tratam de tradição, mas de ‘*permanências*’ da paisagem urbana. Se na perspectiva da cultura material a tradição está ligada ao aspecto histórico da perenidade do construído, em relação aos bens imateriais ela está ligada às permanências dos rituais eclesiais nestes pátios e das constantes reelaborações das festividades dos padroeiros.

Esta categoria de entrevistados compreende, ainda como tradição, as práticas de cotidiano e as formas de fazer que são historicamente vinculadas aos pátios, sobretudo o comércio ambulante estabelecido em alguns destes espaços e em grande parte das ruas do sítio histórico. Tradição, para estes sujeitos, prende-se tanto a manifestações religiosas ligadas às igrejas que deram forma ao pátio, quanta àquelas profanas, resultado das práticas cotidianas

“[...] Em cada lugar da Europa estes pátios assumiam diferentes usos, embora ocorresse um uso comum, a **procissão**: a saída e o ajuntamento da população para a procissão [...] e a chamada **elevação da bandeira**, ou seja, a colocação da bandeira em um mastro. E se reuniam também (em função da) **questão da festa**. [...] Então havia uma relação intrínseca entre a sociedade que produzia o uso, a ordem religiosa ou a paróquia, e lugar onde este uso se desenrolava”¹

“Tradição... Existem as igrejas das quais os pátios surgiram, como construções antigas. [...] Existem algumas festas que são levadas a cabo em reverência a estes santos (das igrejas). Existe o comércio, não em todos os pátios, mas alguns se ligam ao comércio, sobretudo, ao ambulante. Então eu vejo a tradição num sentido mais amplo do que geralmente se traz: não uma

de comércio historicamente estabelecidas nestes lugares. A recorrência histórica destas práticas de comércio corroborou para a origem e consolidação do mascate e do Mercado de São José como dois dos principais bens culturais que são referência identitária do bairro ao qual pertencem os pátios investigados.

Também foi relacionado aos pátios um outro tipo de vivência cotidiana – para além das atividades de comercialização de frutas, verduras, peixe, pequenos objetos, entre outros – ligada à presença de população residente no local. Esta ligação entre os residentes e os recintos urbanos é onde emerge a ‘*intimidade*’ dos lugares, que corrobora para a consolidação das tradições nestes locais.

Parte dos entrevistados lembra com pesar as transformações urbanísticas e sociais que o bairro sofreu em decorrência de políticas públicas, especialmente durante a década de 1970, que, além de destituírem suas formas de expressão tradicionais, impactaram diretamente sobre a vida social do bairro: sobre o Pátio de São Pedro, houve uma ação efetiva com a instauração de um processo formal de gentrificação; sobre o Pátio do Carmo incidiram demolições que modificaram totalmente sua feição arquitetônica e que expurgaram a sua população de então; o Pátio do Terço não foi objeto direto de ações políticas públicas, mas desde a abertura da Avenida Dantas Barreto ele tem sofrido as conseqüências do impacto social das políticas urbanísticas que implantaram aquele eixo viário.

Apesar das transformações urbanas terem corroborado para a evasão da população residente na área histórica de São José, os entrevistados expõem que o Pátio do Terço ainda conserva um resíduo da dita ‘*tradicional*’ população do bairro. Além da população remanescente e do comércio, o Pátio do Terço suporta como tradição a memória afrodescendente que ‘*habita*’ o casario e o pátio, referindo-se a personalidades que lá viveram, como Solano Trindade e Badia. Também existe ali uma sólida tradição carnavalesca, devido ao desenvolvimento das primeiras manifestações do carnaval de rua, das primeiras agremiações carnavalescas que foram criadas em

*tradição enrijecida, que não acompanha as mudanças do nosso tempo, mas **tradição enquanto formas de fazer as coisas**, mantendo seus significados tradicionais [...]”*²

*“[...] a própria sociedade, nas suas transformações, destruiu o que de **intimidade** existia nestes lugares. Ou seja, já não há mais o mesmo aspecto da casa, da gente que saía à porta, e que enfeitaria com alguns elementos decorativos o seu lugar [...]. Então estávamos diante de uma visão de uma sociedade que tinha o pátio como uma coisa sua.”*¹

*“A área do Terço ainda tem um resíduo da população **tradicional** que existiu no bairro. Inclusive naquela área você ainda tem a permanência de algumas das agremiações tradicionais. Várias outras saíram: Vassourinhas e o Batutas. Mas naquela área ainda tem blocos e troças. Um bloco de samba, o Saberé... que é de pessoas que **realmente ainda vivem no bairro**. [...] Esta população ainda tem relação comercial com o Mercado de São José, alguns são pequenos comerciantes, mas sobretudo são a freguesia do mercado.”*³

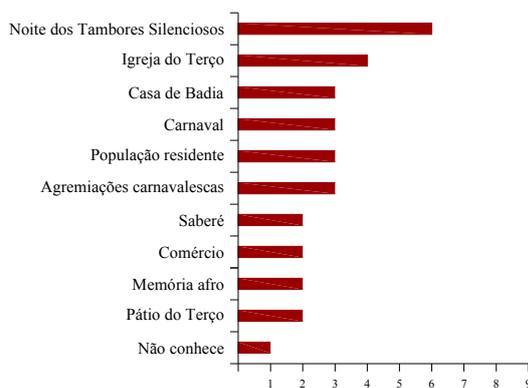
Recife e aquelas que permanecem sendo criadas pelos moradores, como é o caso do bloco de samba Saberé.

A maioria destes entrevistados considera a Noite dos Tambores Silenciosos como tradição por sua importância para os grupos de maracatus e para a comunidade negra que identifica sua cultura ali representada. Alguns entrevistados indicam que o caráter de tradição desta manifestação está comprometido desde que se tornou um evento promovido pela Prefeitura. Esta mudança de sentido ocorre, segundo os entrevistados, especialmente pela manifestação não ter sua realização vinculada aos moradores do local e pelo incentivo financeiro dado pela administração pública aos grupos de maracatu. Estas ações corroboram para a transformação dos significados referenciais desta manifestação tanto para os grupos de maracatu, como para antigos participantes.

*“É interessante porque há a apropriação da comunidade que faz maracatu **que quer de qualquer forma estar presente** naquilo ali. Então, de uma forma muito clara, fica viva a necessidade de se manter e de se apresentar, manter esta tradição. Mas por outro lado, existe uma interferência de fora muito grande, que chega a incomodar e a **interromper que este processo ocorra de uma forma mais fluida, como era no seu princípio.**”⁴*

No Gráfico 13 estão listadas as tradições do Pátio do Terço, elencadas espontaneamente pelos especialistas, com a indicação da recorrência de cada tradição.

Gráfico 13 - Tradições do Pátio do Terço indicadas pelos Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

Em relação às tradições do Pátio do Carmo, apesar das transformações urbanas que modificaram a forma do pátio, o espaço residual destas operações ainda comporta tradições eclesiais, cujo principal expoente é a Festa do Carmo nas suas dimensões sagrada e profana.

*“[...] a Festa de Nossa Senhora do Carmo, **não só o aspecto religioso, mas a questão do brinquedo,** porque também quando eu era menino, ali se instalava um parque [...]”⁵*

A área defronte à Basílica do Carmo é apontada pelos especialistas, entre os pátios

investigados, como aquela que ainda mantém uma relação direta entre as atividades da Igreja e a rua, tanto em seu cotidiano como na festa de celebração da sua padroeira. Para esta categoria de entrevistados, as tradições que compõem o lugar não estão ancoradas somente no recinto urbano ‘*pátio*’, mas extrapolam sua dimensão física e temporal, ancorando-se também nas ruas do seu entorno.

Assim, para além das manifestações católicas, as diversas atividades ligadas à medicina popular, como a manipulação das ervas, e que ocorrem nas ruas do entorno do Pátio do Carmo, foram apontadas por parte dos entrevistados como tradição pertencente ao Pátio. Alguns dos entrevistados alegam que, em tempos que precederam a demolição dos antigos quarteirões, estas atividades já ocuparam tanto o próprio pátio do Carmo como as ruas vizinhas.

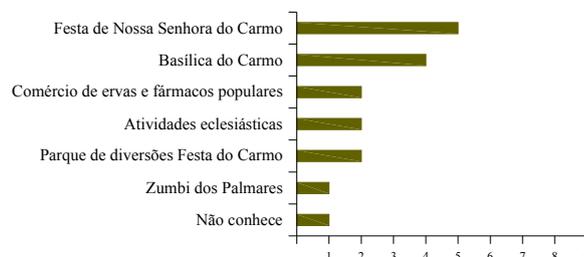
Outra tradição identificada como pertencente ao lugar é ser o pólo da competição oficial entre as agremiações carnavalescas, durante os festejos de carnaval. A forma institucionalizada de competição entre as agremiações, com desfile carnavalesco, instaurou-se na Avenida Dantas Barreto desde sua construção, na década de 1970. Desde então esta avenida tornou-se extensão do Pátio do Carmo, que comporta a concentração dos blocos para o desfile, tornando-se lugar de referência para os grupos carnavalescos.

*“No Pátio do Carmo esteve, e ainda hoje está, um grande número de artistas populares e ambulantes que fazem desde a fabricação de ervas e remédios da farmácia popular e brasileira, indígena e afro. Eles se situam nesta área do pátio, é uma coisa tradicional.”*⁴

*“[...] o Pátio do Carmo, no carnaval, é uma referência muito grande, porque aquela área é utilizada por muitos blocos, ainda tanto para a saída, como passagem de alguns. Há também a concentração na Praça do Carmo, dos blocos de carnaval que vão desfilar na Dantas Barreto.”*⁶

No Gráfico 14 estão listadas as tradições consideradas espontaneamente pelos especialistas como pertencentes ao Pátio do Carmo, e a indicação da recorrência de cada tradição.

Gráfico 14 - Tradições do Pátio do Carmo indicadas pelos Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

No caso do Pátio de São Pedro não há consenso entre os especialistas sobre qual caráter assumem as manifestações que ali ocorrem. Afirmam, em sua maioria, que as manifestações tratam-se apenas de eventos programados pela Prefeitura: são manifestações culturais que estão no Pátio de São Pedro como *evento* promovido pela administração pública, mas que não tomam o caráter de *'tradição do lugar'*, uma vez que não se referem à produção espontânea pelas populações, transmitidas de geração em geração.

Se, por um lado, há quem diga que as manifestações imateriais não são *'tradições'* do Pátio de São Pedro, na medida em que não são enraizadas socialmente e historicamente com o recinto, há quem aponte esta possibilidade como *'tradições inventadas'*. Hobsbawm (1997) argumenta que tradições inventadas incluem “*as 'tradições' [...] construídas e formalmente institucionalizadas*”, mesmo aquelas de origens recentes mas que se estabeleceram com enorme rapidez, conforme é indicado a respeito da Terça Negra.

Embora a maioria destes sujeitos patrimoniais evidencie que as manifestações imateriais são eventos promovidos pela administração pública e que não possuem vinculação com o *'lugar'*, há entrevistados que observam a *'apropriação do poder público'* como facilitadora de um processo de apropriação dos grupos sociais e minorias em relação aos espaços públicos da cidade. Assim, o Pátio de São Pedro torna-se o local que a administração pública oferece para que minorias e grupos sociais tenham espaço para suas manifestações culturais.

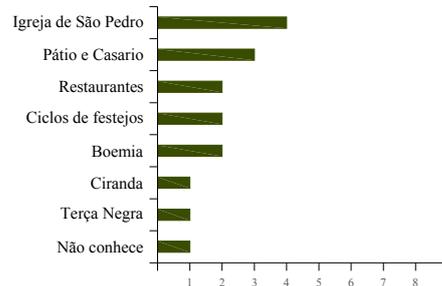
No Gráfico 15 estão listadas as tradições consideradas espontaneamente pelos especialistas como pertencentes ao Pátio de São Pedro, e a indicação da recorrência de cada tradição.

*“O Pátio de São Pedro tem uma função diferente. Aparentemente as coisas que ali existem hoje não são coisas que existiam. Nunca ocorreram manifestações folclóricas, nem manifestações populares naquele pátio.”*¹

*“[...] Não sei até que ponto as coisas que acontecem no Pátio de São Pedro podem ser chamadas tradicionais. Se bem que tradições são inventadas e reinventadas a todo o momento. Por exemplo a Terça Negra, que mesmo existindo há pouco tempo, já tem um sentido.”*⁷

*“Se você for pensar, por exemplo, no que acontece tradicionalmente, isso muito mais como demanda da população, os eventos do pátio de São Pedro são institucionais e mais recentes. O que não invalida a apropriação da comunidade. [...] Então isso foi uma situação muito feliz, e que não é da prefeitura como um todo. Na verdade, ela é programada a partir do MNU, é uma parceria.”*⁴

Gráfico 15- Tradições do Pátio de São Pedro indicadas pelos Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

Quando indagados sobre quais tradições destes pátios poderiam *'tornar-se'* Patrimônio Cultural, os entrevistados, em sua maioria, indicam que seriam aquelas que a população, comunidade ou grupo cultural considera e constrói como patrimônio. Além desta relação direta do bem patrimonial com as comunidades culturais, os especialistas reafirmam como Patrimônio os bens culturais materiais – igrejas e casario – já institucionalmente reconhecidos como bens patrimoniais (Ver Gráficos 16, 17 e 18).

Em relação às manifestações imateriais destes pátios, excetuando-se aquelas apregoadas no Pátio de São Pedro, parte dos especialistas consideram patrimônio algumas das tradições existentes e historicamente associadas aos pátios do Terço e do Carmo.

Os entrevistados não identificam como patrimônio as manifestações que ocorrem no Pátio de São Pedro e justificam isso ao fato de não existir ligações espontâneas entre as manifestações e o pátio. O vínculo identificado entre as manifestações e o pátio é promovido pela gestão pública, e informam não haver a participação dos grupos e da população no processo de elaboração destes eventos. Parte dos especialistas afirma que os grupos apenas utilizam o local para se apresentarem e a população apenas assiste aos eventos.

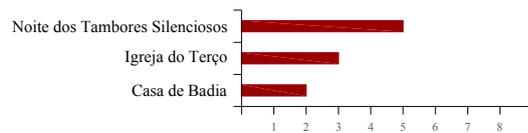
Assim, concluem que estes eventos poderiam ser promovidos em qualquer outro espaço e a importância do Pátio de São Pedro para abrigar tais eventos se resumiria a um cenário patrimonial que evoca a história.

*“Se fosse tornar Patrimônio, seriam as manifestações do Pátio do Terço. Em relação ao Pátio do Carmo, a Festa do Carmo também tem este sentido (patrimonial), mas outros usos diários e as festas de carnaval não têm esta relação.”*⁶

*“[...] Não existe uma única festa, ou um acontecimento que seja ligado diretamente ao Pátio (de São Pedro). O espaço do pátio proporciona as atividades e não as atividades proporcionam o espaço do pátio. Se você perguntar para um leigo, ele vai ligar o Maracatu ao Pátio do Terço e o Pátio do Terço ao Maracatu, então a importância de um para o outro é idêntica.”*⁶

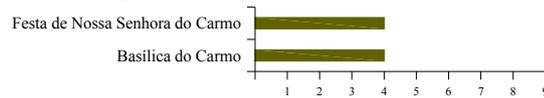
*“Sim, mas não seria o caso daquelas do Pátio de São Pedro, porque tudo ali, há muito tempo, é definido e elaborado pela prefeitura. A população, no máximo, assiste ou se encaixa para se apresentar no local. O local é um grande cenário.”*⁵

Gráfico 16 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Terço segundo os Especialistas



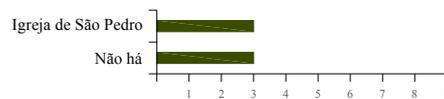
Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 17 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Carmo segundo os Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 18 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio de São Pedro segundo os Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

Para alguns dos especialistas entrevistados, o reconhecimento institucional das tradições como patrimônio intensifica o risco de se verem corrompidos ou minimizados os significados e sentidos atribuídos pelo grupo cultural. A tradição, então *'patrimonializada'*, pode tornar-se ícone alegórico a ser utilizado pela gestão pública para situar-se economicamente numa escala regional, nacional e até internacional.

Os especialistas ainda argumentam que tornar as manifestações patrimônio não é garantia que sua real proteção seja efetivada. Faz-se necessário haver políticas de salvaguarda para os bens culturais, no intuito de sedimentar os significados tradicionalmente atribuídos pelas comunidades, evitando-se assim a *'descaracterização'* dos sentidos das tradições, agora tornadas patrimônio. Além disso, expõem que as ações e a gestão das tradições tornadas patrimônio devem ter o cuidado para não promover o bem cultural apenas como ícone do local e zelar para que os interesses turísticos não superem os valores culturais das comunidades, para que o patrimônio não se torne apenas uma alegoria com a finalidade de alavancar o turismo cultural.

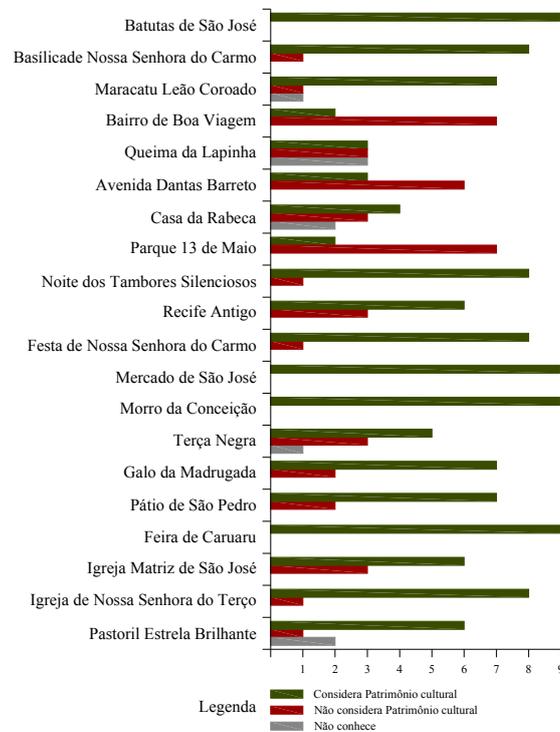
“Acho que pode ser, desde que a comunidade assim a considere. O que não pode é que o reconhecimento institucional do patrimônio modifique os significados e sua apropriação. Porque o perigo é se tornar uma 'etiqueta' de um 'produto' e políticas públicas sobre a cultura, visem apenas o lucro, transformando os outros significados.”⁷

“Mas é necessário, eu sempre penso isso, que exista uma proteção. Alguma forma de promover uma proteção do que ocorra ali, para que não fique apenas um evento pelo evento. Para que não ocorra uma descaracterização do que tradicionalmente ocorre espontâneo, fluído, natural. Não seja uma ação apenas direcionada para um turista que não tem nenhuma perspectiva neste sentido de manutenção, preservação nem de reconhecimento enquanto cultura. Apenas uma curiosidade, um fato exótico, que para vida dele vai ser simplesmente interessante.”⁴

Na seqüência, os entrevistados são convidados a manifestarem-se em relação à condição patrimonial de um elenco de elementos culturais. No Gráfico 19 estão listados os

elementos da cultura apresentados e a recorrência quanto ao sentido de patrimônio atribuído aos especialistas.

Gráfico 19 - Avaliação de elementos culturais pelos Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

A indagação acerca da condição patrimonial destes elementos culturais, independentemente destes possuírem alguma chancela institucional, suscita entre os entrevistados a necessidade de expressar o seu entendimento sobre o sentido de Patrimônio. O sentido de patrimônio atribuído pelos especialistas transita pela forma como estes sujeitos articulam suas experiências, como observam a construção das identidades compartilhadas, e especialmente pelo reconhecimento que estes sujeitos tem da relevância histórica de um determinado bem cultural para um grupo de indivíduos.

“Toda construção que venha a caracterizar uma época, um estilo, um grupo, é uma concentração de costumes e cultura de fazer, isso vem a ser Patrimônio. [...] Então o homem faz a cultura. O que temos que perceber é a questão da classificação e valorização dos costumes: é importante perceber a representatividade daquela coisa na sociedade que a constrói. O quão importante aqueles costumes, aquelas tradições são representativas para a sociedade, quer sejam edificados ou não.”⁸

Os entrevistados foram unânimes ao considerar a Feira de Caruaru (FC), o Mercado de São José (MSJ) e o Morro da Conceição (MC) como Patrimônio. A FC e o MSJ foram assim considerados por contribuírem para a constituição de redes sociais para a produção e comercialização de produtos culturais, além de serem referências identitárias

como local de trocas comerciais, embora o IPHAN institucionalmente reconheça-os como formas distintas de patrimônio. O IPHAN registrou a FC como bem patrimonial imaterial na categoria de Lugar e o MSJ é protegido por esta instituição devido aos atributos históricos e artísticos de sua arquitetura de ferro. Apesar do MC não possuir oficialmente a tutela institucional, a justificativa dada pelos especialistas ancora-se na identidade popular do bairro, e, especialmente sobre a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição: é uma *'área do povo'*, que possui uma festividade de fé *'do povo'* e carrega o simbolismo de ser uma das padroeiras do Recife.

Chama atenção o fato que algumas das igrejas, elementos culturais já *'patrimonializados'* institucionalmente, não tenham sido consideradas patrimônio em unanimidade dentre os especialistas. Como justificativa, colocam foco na utilização destes monumentos e argumentam que, com o declínio do catolicismo, os usos religiosos já não respondem satisfatoriamente *'à apropriação da população'*. Sua visão sobre estes bens patrimoniais vai além dos atributos artísticos e históricos que os consagraram patrimônio, ao indicarem a relevância dos aspectos sociais e de uso destes bens.

*“Eu penso que poderia ter ações na Igreja do Terço, voltadas para esta população do bairro, para que a população possa se apropriar do local e deste local retirar algo.”*³

Os elementos culturais vinculados aos pátios investigados também não apresentaram unanimidade entre os entrevistados. A Festa de Nossa Senhora do Carmo foi excluída pelo especialista que considerou os conflitos existentes entre os distintos grupos culturais que dão sentido àquela manifestação. Segundo este especialista, a Festa do Carmo *'diz pouco'* sobre o grupo cultural que significa a Nossa Senhora do Carmo como Oxum, uma vez que no Pátio do Carmo são permitidos apenas ritos que possuem dimensão sagrada vinculada ao catolicismo, e não houve permissão para a apropriação do *“povo do santo”* quando este grupo desejou instaurar rituais de lavagem do pátio e Basílica após esta festividade.

No Pátio do Terço, o especialista que não considera a Noite dos Tambores como patrimônio justifica esta exclusão por considerar que a *'patrimonialização'* deste bem pode intensificar os sentidos econômicos e turísticos, salientando-os, e, com isso, destituindo-a dos significados simbólicos atribuídos e construídos pelos grupos

*“Vou dizer que a Noite dos Tambores não é patrimônio, porque não quero aumentar ainda mais a mercantilização da cultura. Mas eu sei que ela ainda tem seus valores para a comunidade. Acho que ela só tem a perder os outros valores se for reconhecida patrimônio institucionalmente.”*²

culturais.

Apesar da maioria dos entrevistados considerar patrimônio o Pátio de São Pedro, os especialistas que o excluíram argumentam que as ações políticas alteraram a forma de vivência e socialização espontânea deste lugar. Para estes entrevistados, atualmente as ações da administração pública são uma tentativa de incentivar a apropriação do pátio por grupos culturais socialmente excluídos e, no entanto, não alicerçam as relações destes grupos com o pátio.

“Acredito que o Pátio de São Pedro possui valores históricos e estéticos, mas que não dão conta da complexidade da vitalidade do lugar. O que existe é um cenário, que os eventos poderiam acontecer em qualquer outro lugar.”²

De um modo geral, os especialistas justificam a exclusão de alguns dos elementos da condição patrimonial por não serem antigos, isto é, por serem bens relativamente *'recentes'* e, embora possuam sentido para os grupos culturais, ainda não tiveram *'tempo o suficiente para serem consolidados'*. Os especialistas também excluíram aqueles elementos culturais cuja ação política da administração pública ou de algum produtor cultural domina as ações, significações e manifestações *'espontâneas'* dos grupos ou comunidades culturais. Também argumentaram que alguns dos bens deveriam ser excluídos da condição patrimonial devido à inexistência de enraizamento social e de pertença das comunidades e grupos culturais. Ainda houve quem excluísse alguns elementos culturais justificando a falta de relevância histórica destes.

Outro motivo que parte dos entrevistados alega, ao não incluir alguns dos elementos como patrimônio, está relacionado ao fato dos interesses econômicos estarem mais fortemente evidenciados na produção do bem cultural do que seus próprios significados culturais. O sentido econômico está vinculado às ações políticas da administração pública, ou de algum produtor cultural, como é o caso do Galo da Madrugada (GM). Apesar do GM ser considerado patrimônio pela maioria dos entrevistados, houve quem não o considerasse, justificando que suas transformações promoveram-no como um grande negócio cultural e destituíram-no dos sentidos que vinculavam os foliões.

“O Galo da Madrugada quando surgiu seria uma coisa importante. Veio no sábado do Zé Pereira pra fazer com que esta área central do Recife parasse [...]. Hoje eu não me identifico mais, não me vejo dentro do Galo da Madrugada [...] porque hoje é um atropelo de coisas, é uma coisa que deixou de ser espetáculo para ser espetaculoso. [...] Apesar de trazer uma população que brinca frevo durante o Galo, mas virou um grande negócio, uma instituição. Admito sua importância, mas não o considero patrimônio, Eu vejo sua importância histórica, mas hoje já esta descaracterizado enquanto patrimônio.”⁴

A seguir, o Gráfico 20 indica a recorrência dos aspectos que excluem os elementos culturais (EC) da condição de patrimônio.

Gráfico 20 - Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para os especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

Para além das justificativas supracitadas, houve casos onde o conceito da criação de determinado elemento cultural entra em oposição à idéia de preservação do patrimônio, como o caso da Avenida Dantas Barreto (ADB). A justificativa para a exclusão da ADB foi sua 'existência' ter sido condicionada pela demolição do tecido urbano antigo, ter sido projetada e planejada com ideais que corromperam o sentido do patrimônio, que é a preservação da história e cultura local; além de ter sido cerne da perda de bens materiais e da vitalidade do patrimônio.

*“A Dantas Barreto é feia demais. Mas não gosto porque ela é testemunho de **uma política de progresso e urbanização que passou por cima da história.** Antes naquele local havia um modelo de sociabilidade provocado pela tipologia e vitalidade do local, que eu tenho nostalgia. É feia porque tem muito papel, é degradada, muito uso comercial e muita propaganda.”²*

Houve ainda quem considerasse todos os elementos como patrimônio, e para estes entrevistados é possível tornar qualquer elemento da cultura como tal, basta que seja construído um discurso legitimador aceito institucionalmente.

“Penso que tudo listado acima é Patrimônio Cultural, senão da nação, alguns da cidade, outros da comunidade que pertence. Hoje com esse conceito amplo de cultura, tudo é patrimonializável, basta construir um discurso.”⁵

4.2.2 A visão da comunidade do Terço

O processo de identificação de bens culturais no Pátio do Terço esteve relacionado à compreensão que a comunidade cultural possui acerca dos termos tradição e patrimônio, especialmente no que diz respeito ao sentimento da apropriação e pertencimento a uma determinada manifestação da cultura.

Para além das manifestações culturais que permanecem vivas e mantidas pelos moradores do Bairro de São José, esta comunidade cultural compreende tradição como aquelas manifestações ocorridas no passado e que são lembradas nostalgicamente. Assim, o sentido de herança cultural, como transmissão de bens culturais entre gerações, é percebido como a

“Aqui da nossa casa sai uma troça, que é uma das mais antigas do Recife, de 1889: a troça Verduzeiras de São José. Porque a nossa tradição do bairro eram só duas: era o mercado de São José e o carnaval. [...] Mas o forte mesmo sempre foi o carnaval.”⁹

preservação das tradições.

Ao listar as tradições do Pátio do Terço, a maioria dos entrevistados refere-se aos bens culturais imateriais que permanecem vivos e mantidos pelos moradores dos arredores e por pessoas que possuem vínculo afetivo com o pátio, especialmente às manifestações carnavalescas. São unânimes em referir-se ao Pátio do Terço como epicentro espontâneo do histórico carnaval do bairro de São José, considerando-o como *locus* original do carnaval de rua em Recife. O carnaval, no entanto, possui dimensão maior e se confunde com o espírito do bairro, extrapola o Pátio do Terço e abarca o bairro de São José.

Entre os sujeitos entrevistados, vale salientar que há diferenças na seleção dos bens que são apontados como tradição. Aqueles sujeitos que apresentam apenas em seu passado experiências cotidianas ligadas ao lugar apontam como tradição a memória étnica, a Noite dos Tambores Silenciosos, a 'Casa de Badia' e o carnaval do bairro de São José. Aqueles sujeitos que permanecem cotidianamente no bairro como moradores, e que atuam criando e recriando os bens culturais em São José, compreendem como tradição somente as manifestações mantidas *per se*, isto é, aquelas que permanecem no local e que são geradas pelos moradores, especialmente aquelas ligadas ao carnaval.

O entrevistado cujas atividades cotidianas são ligadas diretamente à Igreja de Nossa Senhora do Terço, ao contar a história de sua construção, expõe que a própria Igreja é uma tradição do Pátio. Indica como tradição do local aquelas procissões cujo percurso cruza o Pátio do Terço, além da festa de Nossa Senhora do Terço e o Terço dos Pescadores, que ocorre todos os sábados. Além disso, reconhece como tradição carnavalesca do pátio a Noite dos Tambores Silenciosos.

*“... e o Pátio do Terço eu diria que é a marca registrada daquele bairro e a maioria dos clubes carnavalescos nasceram ou tiveram algum momento da sua história ali.”*¹⁰

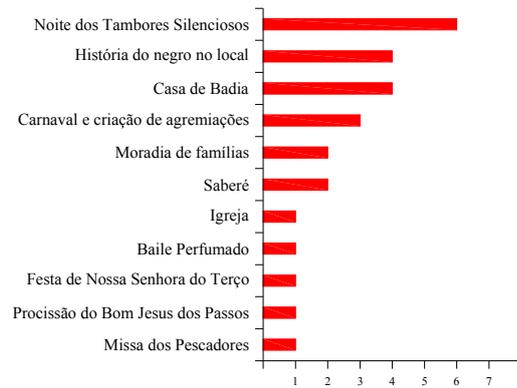
*“O Pátio do Terço foi um dos maiores focos do carnaval de Recife e hoje, infelizmente, está abandonado.”*⁹

*“[...] Então eu acho que tradição ali só o negro... O Pátio do Terço sempre foi o foco do carnaval. A tradição que tem agora é a Noite de Badia, que chamam de baile cheiroso. E foi criado para lembrança de Badia, inventado por Edvaldo Ramos.”*¹¹

*“Atualmente no Pátio do Terço está muito fraco, só tem mesmo o Saberé.”*¹²

*“A Igreja do Terço foi eleita pelos maracatus para os Tambores Silenciosos, porque aqui na rua morou Badia, que foi irmã da Confraria, e tem a tradição de fazer na porta da Igreja. Tem a festa de Ns^a. Sr^a. do Terço em 31 de maio e em 7 de outubro tem uma breve festa de Ns^a. Sr^a. do Rosário. [...] Mantendo a tradição dos pescadores, nos sábados há um terço às 6 horas da manhã, com missa e café para os irmãos.”*¹³

Gráfico 21 - Tradições do Pátio do Terço indicadas pela Comunidade



Fonte: elaborado pela autora.

Ao observar as tradições citadas, percebe-se que a maioria delas está relacionada, direta ou indiretamente, ao carnaval de São José, que, por meio da iniciativa dos moradores, ainda resiste *'espontaneamente'*. Com estes sujeitos, que ainda resistem habitando, vivenciando o bairro, o espírito do lugar ainda se conserva, a alma momesca do bairro permanece viva.

Os moradores não são os únicos a implementar o carnaval do bairro. A Prefeitura mantém focos carnavalescos no Pátio de São Pedro, na Avenida Dantas Barreto, e no 'Pólo Afro' do Pátio do Terço, este que tem como principal expoente a Noite dos Tambores Silenciosos. Contudo, este bem cultural imaterial não foi citado espontaneamente como tradição por todos sujeitos patrimoniais e uma parcela destes entrevistados suprimiu a Noite dos Tambores Silenciosos como tradição. Isto parece estar relacionado ao fato da organização do evento não incluir os moradores do lugar. Este bem cultural tornou-se *'propriedade'* da Prefeitura que, por meio do Núcleo Afro, realiza sua produção. Os sujeitos-moradores não rejeitam completamente a contribuição das instituições públicas para a manutenção das *'tradições'*, mas compreendem que o caráter essencial da tradição é a produção em âmbito local.

Algumas das tradições apontadas pertencem mais a uma memória nostálgica que à realidade atualmente vivida. A comunidade cultural enfatiza que as tradições do local perderam muito de sua *'força'* e foram praticamente extintas. Alguns sujeitos atribuem o declínio das principais heranças culturais, como o carnaval e os viventes, às intervenções político-institucionais (quer

"E tinha outra coisa que acabou e que faz muita falta: as famílias que se mudaram, que fugiram. Eu trabalhei com minha filha no carnaval para muitas agremiações, com uma finalidade, juntar uma coisinha pra comprar esta casa e morrer aqui em São José. [...] As igrejas, a maioria está abandonada. Os

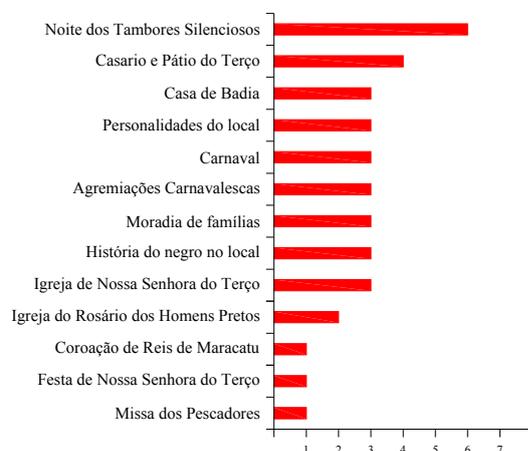
sejam urbanísticas ou culturais), históricas e contemporâneas efetuadas nos bens culturais do bairro. Intervenções históricas, como a abertura da Dantas Barreto, criaram uma ruptura na 'tradição' de bairro familiar, residencial, impactando negativamente e contribuindo para a degeneração do carnaval local. Como intervenções contemporâneas, aponta-se o grande investimento da gestão municipal atual que se utiliza da cultura, especialmente o carnaval, como mercadoria de troca para movimentar a economia do Bairro do Recife, visando atrair turistas. A promoção do carnaval do Bairro do Recife desde o início da gestão do prefeito João Paulo Lima e Silva, é sentido por parte da comunidade cultural como um 'roubo' do espírito de São José em favor do Bairro do Recife.

O sentido de patrimônio atribuído pela comunidade cultural ao Pátio do Terço, além de recair sobre os bens materiais, reside em todas as tradições elencadas anteriormente (Gráfico 21). O termo patrimônio leva parte dos sujeitos a ampliar o sentido de lugar do Pátio para o bairro, lembrando monumentos, percursos e festividades de São José, dos quais participa parte desta comunidade cultural e que fazem parte da sua história pessoal. Esses bens materiais citados vão além daqueles que foram institucionalmente legitimados patrimônio, como, por exemplo, as Igrejas, mas contemplam, também, o casario deste pátio (ver Gráfico 22).

sobrados velhos poucos foram remodelados. Ainda hoje eu choro a Igreja dos Martírios, porque meu marido, quando era vivo, ele almoçava, entrava pelo beco dos martírios e ia cantar na calçada da Igreja dos Martírios. Agora eu pergunto: pra que derrubar a Igreja dos Martírios? Acabou com o bairro de São José, engoliu 4 ruas: Rua das Hortas, Rua Augusta, Rua de Santa Teresa a metade e Rua Dias Cardoso. E a Rua das Calçadas que era uma rua familiar e hoje só tem uma residência. Meu Deus, que crueldade viu? Para o progresso! E hoje o progresso está aí: uma porcaria. ”⁹

*“Até eu posso ser patrimônio? Eu me inscrevi para ser patrimônio... mandei toda documentação e estou aguardando a resposta. Mas tudo é patrimônio no Pátio do Terço: a Igreja, a Casa de Badia, aqueles casarões... se eu fosse poder público eu tiraria todas aquelas lojas... e fazia casa de cultura e de família.”*¹⁴

Gráfico 22 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Terço segundo a Comunidade.

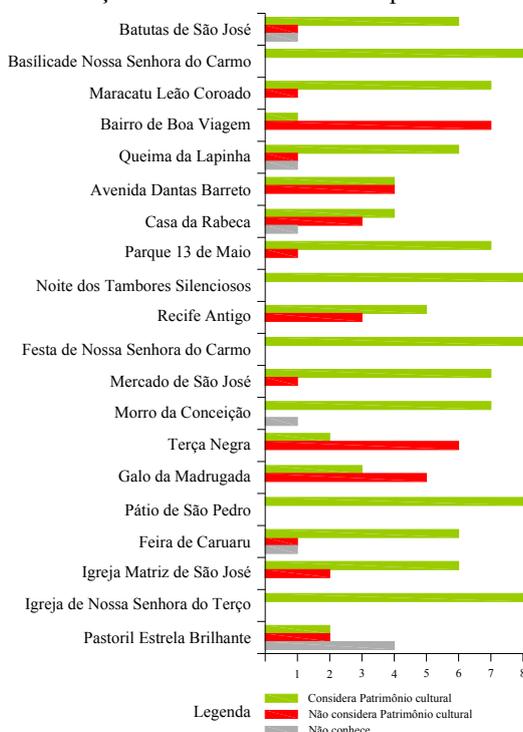


Fonte: elaborado pela autora.

Novamente os sujeitos-moradores não elencam espontaneamente a Noite dos Tambores Silenciosos como patrimônio do lugar, provavelmente pelos motivos da apropriação da gestão pública na sua organização. Consideram-na patrimônio cultural apenas quando são diretamente questionados se este bem é aprazível de se tornar ou *'institucionalizar-se'* patrimônio. Diante desta questão, unanimemente a comunidade cultural considera a Noite dos Tambores Silenciosos patrimônio cultural.

Além deste elemento cultural ser considerado como patrimônio pela comunidade, estes sujeitos concordam em unanimidade com a patrimonialização da Igreja de Nossa Senhora do Terço – elemento cultural pertencente ao Pátio do Terço – com a patrimonialização da Basílica de Nossa Senhora do Carmo e com a Festa de Nossa Senhora do Carmo – elementos que fazem parte do Pátio do Carmo – e com a patrimonialização do Pátio de São Pedro, dos quais todos os bens culturais materiais já possuem a chancela patrimonial outorgada pelo IPHAN. Todos os entrevistados ligados à questão afrodescendente concordam com a patrimonialização do Maracatu Leão Coroado e do Parque 13 de maio, elementos culturais que possuem valores étnicos para esta comunidade.

Gráfico 23- Avaliação de elementos culturais pela Comunidade do Terço.



Fonte: elaborado pela autora.

Apesar dos sentidos e valores étnicos que a Terça Negra

“A Terça Negra foi eu que inaugurei aquilo ali no Pátio

possui para estes sujeitos patrimoniais, a maioria desta comunidade cultural não a considera patrimônio. Isso é justificado tendo em conta a apropriação dos eventos que ocorrem no Pátio de São Pedro pela gestão pública, a transferência da festividade de seu lugar original e o pouco tempo de sua fundação. Outros entrevistados consideram a relevância patrimonial da Terça Negra, no entanto a condição marginal que se instaurou dada algumas práticas explícitas de consumo de drogas afastaram muitos dos sujeitos patrimoniais que davam sentido aos eventos.

de São Pedro, porque antes era no bar do Didi. Eu não: o Encanto da Alegria, fui com meu maracatu. Então ela foi crescendo e foi para o Pátio de São Pedro e foi aquele estrondo de eventos. Depois começaram esculhambando: tome maconha, tome crack, tome loló e virou caso de polícia.. As pessoas de bem que iam para ali pararam de ir... E eu nunca mais fui lá e nem levei meu maracatu.”¹⁴

Esta comunidade cultural coloca-se contra a titulação de patrimônio daqueles bens que mantêm sentidos econômicos mais fortes em sua produção que os valores sócio-culturais, isto é, aqueles que são produzidos com a finalidade de serem consumidos como mercadoria; aqueles cujas práticas entram em conflito com os valores morais dos sujeitos; aqueles bens que não foram produzidos espontaneamente pelos grupos culturais; aqueles que não possuem excepcionalidade; aqueles que não têm sentido de pertença a um grupo cultural; e aqueles que não atendem a seus critérios de antigüidade, por não terem passado por gerações anteriores. A seguir, apresenta-se o Gráfico 24 onde se demonstra a recorrência dos aspectos que excluem os elementos culturais da condição de patrimônio.

Gráfico 24- Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para a Comunidade do Terço.



Fonte: elaborado pela autora.

A opinião da comunidade cultural divide-se entre aqueles que consideram ou não o Galo da Madrugada e a Avenida Dantas Barreto patrimônio. Aqueles que não consideram o 'Galo' dizem que o bloco já teria perdido o seu sentido cultural em favor de interesses econômicos. Todavia, existem sujeitos patrimoniais que entendem que, apesar do crescimento deste bloco, ele ainda permite a realização de brincadeiras momescas gratuitas.

*“Para considerar o Galo como patrimônio, eu teria que ir contra toda aquela coisa que eu prego, a coisa da antigüidade... aí tem Vassourinhas, Clube das Pás, Batutas de São José com certeza, um dos blocos mais antigos do Recife”.*¹⁰

Os sujeitos-moradores desta comunidade cultural não

“O Recife Antigo também acabou com a gente, o prefeito

consideram o Recife Antigo como patrimônio, embora este local seja um sítio histórico que possui proteção institucional como patrimônio. Esta negação do sentido de patrimônio, entretanto, não tem relação com o conjunto arquitetônico eclético existente no Recife Antigo: os sujeitos-moradores não consideram o Bairro do Recife patrimônio por entender que as políticas culturais institucionais, ao incentivar o carnaval no Bairro do Recife, fragilizam a grande tradição de São José, esvaziando aos poucos o espírito carnavalesco do lugar, para serem aplicadas ao Recife Antigo, cuja *'tradição'* não estaria ligada ao carnaval, mas às práticas comerciais e portuárias.

Há conflitos na própria noção de patrimônio para esta comunidade, uma vez que estes sujeitos também expõem a necessidade de haver políticas públicas voltadas à manutenção dos bens patrimoniais, mesmo que a práxis tenha provocado uma certa desvirtuação dos sentidos e significados destes bens. Na prática, citam que os processos decisórios das políticas culturais institucionais referentes à Noite dos Tambores Silenciosos e ao Pátio do Terço têm-se desenvolvido sem a participação dos sujeitos patrimoniais moradores.

4.2.3 A visão da Comunidade do Carmo

A identificação dos bens culturais no Pátio do Carmo perscrutou as noções de patrimônio e tradição percebidas pela comunidade cultural, notadamente ligadas ao sentimento do *'antigo'* e ao pertencimento às manifestações da cultura.

A noção de tradição é compreendida pelos entrevistados como permanência de antigas manifestações ligadas às práticas religiosas associadas à Basílica do Carmo, com destaque para a Festa de Nossa Senhora do Carmo, apontada em unanimidade pelos sujeitos.

Apesar da destruição da feição original do Pátio durante as obras de abertura da Avenida Dantas Barreto, as manifestações tradicionais ligadas à religiosidade Carmelita não deixaram de ocorrer. O pátio atual, ainda que não guarde sua forma arquitetônica

achou de desviar todas as manifestações folclóricas daqui para o bairro. Então aí é que o Carnaval daqui morreu.”¹²

*“O Recife Antigo não é cultura não. Cultura é aquilo que vem gratuitamente.”*⁹

*“Se a gente não tiver a idéia de fazer alguma coisa, a prefeitura mesmo só se preocupa com a Noite dos Tambores Silenciosos e com alguma coisa que tenha na programação deles para trazer aqui para o Pátio.”*¹²

*“A tradição que eu conheço é a Festa do Carmo. Só conheço essa mesmo e vem gente de todo lugar para esta festa. Mas eu, mesmo sendo católica, não participo. Aqui fica muito cheio, são muitos fiéis. Eu prefiro nos dias normais, quando é mais tranquilo pra orar.”*¹⁵

“O Pátio do Carmo, na sua atual configuração, arquitetonicamente foi descaracterizado com a abertura da Dantas Barreto. Então, as construções que aí estão não são as originais. Mas, mesmo no passado o

'antiga', mantém a tradicional função de abrigar as práticas religiosas estendidas do interior do templo para o espaço público.

Alguns dos rituais religiosos que ocorrem no Pátio do Carmo durante os dias de homenagem à padroeira, como o hasteamento da bandeira, o novenário, as missas, a benção do escapulário e a procissão, também foram elencados como tradição do lugar pelos entrevistados.

Parte dos entrevistados lembra ainda de outras procissões ou festividades de outros santos de Igrejas nas imediações do Pátio do Carmo. Foram indicadas a Festa de Santo Antônio, que também é padroeiro de Recife, e a procissão de Santa Terezinha. Ambas as manifestações ocorrem ligadas, ou muito próximas, à Basílica do Carmo.

Além da considerada tradicional dimensão sagrada da Festa do Carmo, que contempla como tradição as práticas religiosas, também foram indicados enquanto tradição os jogos e brinquedos do parque de diversões montado no Pátio durante os dias de celebração da festa. Isto demonstra que, além de seu caráter religioso, há também a face profana notável como tradição elencada pelos entrevistados.

Outra tradição apontada foi o comércio de artigos religiosos, especialmente escapulários, que ocorre no pátio da igreja durante os dias da festa. Especificamente, é destacado o momento da troca do escapulário, de sua benção para a '*renovação da fé*'.

Além do momento de festividade tradicional de louvação à Virgem do Carmo, as práticas de fé cotidiana dos devotos também foram consideradas tradicionais. Todos os dias inúmeros fiéis acessam a Basílica para orar ou para assistir às missas. Como tradição, indicaram ainda a Basílica do Carmo, sinalizando que, para uma parcela destes entrevistados, tradição não se refere somente a manifestações imateriais da cultura, mas também inclui os

Pátio do Carmo servia basicamente para cerimônias extra-eclésia, aquelas que aconteciam para além do ambiente eclesial, as razouras que eram feitas entre a Ordem Terceira do Carmo e a Basílica, integradas como conjunto arquitetônico. Basicamente o pátio servia para as procissões e para concentrações que ainda ocorrem, sobretudo na época da Festa de Nossa Senhora do Carmo."¹⁶

"É sempre isso: a Festa do Carmo. Em época de festa, tem a missa da Graça; tem a missa dos Anjos; tem o Cenáculo de Maria; tem a missa da Misericórdia; no domingo tem missa às 10h00 e às 7h30 da noite e tem a procissão que vai sair às 4 da tarde. Tem também a Procissão de Sta. Terezinha, que é aqui do lado e acontece aqui no pátio."¹⁷

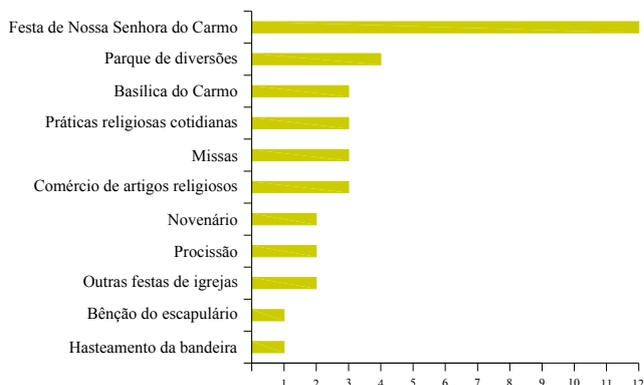
"Os artigos religiosos, as missas [...], o novenário, a procissão, e o lado profano da festa além do religioso. O profano às vezes aparece mais que a própria religião. É a Festa do Carmo."¹⁸

*"A Festa do Carmo é a tradição. Antigamente ela era muito maior, tinham 6 rodas gigantes, mas agora tá muito fraco..."*¹⁹

*"É a adoração do povo na igreja. É a igreja a tradição. É a festa. Também os artigos religiosos, onde o povo compra para fazer a troca de escapulário. E durante o ano todinho o povo vem, por causa dessa santa."*²⁰

bens culturais materiais. Isto posto, é possível entrever que esta comunidade cultural considera tradição as manifestações que 'sempre' ocorrem, ou são 'antigas' e permanecem no pátio (ver Gráfico 25).

Gráfico 25 - Tradições do Pátio do Carmo indicadas pela Comunidade



Fonte: elaborado pela autora.

Há que se considerar que a dimensão sagrada da festa apresenta duas faces, dada a apropriação sincrética do candomblé, cujos praticantes significam Nossa Senhora do Carmo como Oxum. O *'povo do candomblé'* aponta como grande tradição do pátio a Festa do Carmo, que é o momento de fazer sua *'obrigação'*. No que se refere aos praticantes do candomblé, percebeu-se que este grupo cultural, além de fazer parte da comunidade cultural do Carmo, também participa da Comunidade Cultural do Terço.

Das tradições elencadas por esta comunidade, são consideradas patrimônio aquelas que melhor expressam o sentimento de pertença atribuído por cada sujeito patrimonial entrevistado. Os freis carmelitas consideram a Basílica do Carmo como patrimônio, não somente na visão de patrimônio da cidade, mas especialmente como marca simbólica e identitária da presença dos carmelitas no mundo.

O sentido de patrimônio atribuído à Basílica do Carmo como testemunho da história da cidade e do *'povo'* é reforçado pelos entrevistados que não pertencem à ordem carmelita. A maioria desses entrevistados também estende este sentido às outras igrejas do núcleo

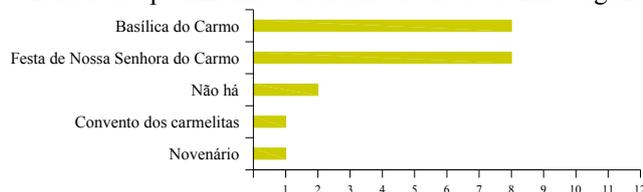
*“A Festa do Carmo é uma festa que, digamos assim, o que segura aquela festa é o povo do santo. Porque o povo do candomblé adora Nossa Senhora do Carmo como Oxum. E não é só na época da Festa, em outros dias o povo coloca amarelo e vai pra missa. É uma tradição mesmo, é uma antiguidade.”*¹¹

*“Tanto a Festa quanto a Basílica do Carmo são patrimônio. Muito mais que um patrimônio para a cidade, para o país, é um patrimônio da Ordem no mundo. É um marco cultural da presença dos carmelitas. Nós temos mundo afora grandes monumentos que marcaram a nossa presença. A Basílica do Carmo hoje é um destes monumentos.”*¹⁶

“A Festa e Igreja do Carmo. Assim como todas as igrejas aqui do bairro, porque são a história do povo, foi onde tudo começou. As igrejas são muito bonitas e não há lugar com tanta riqueza de patrimônio

histórico do bairro. A Festa do Carmo é reconhecidamente sentida como tradição que deve permanecer para as próximas gerações. *como aqui. Olinda também.*”¹⁵

Gráfico 26 - Tradições consideradas patrimônio cultural no Pátio do Carmo segundo a Comunidade



Fonte: elaborado pela autora.

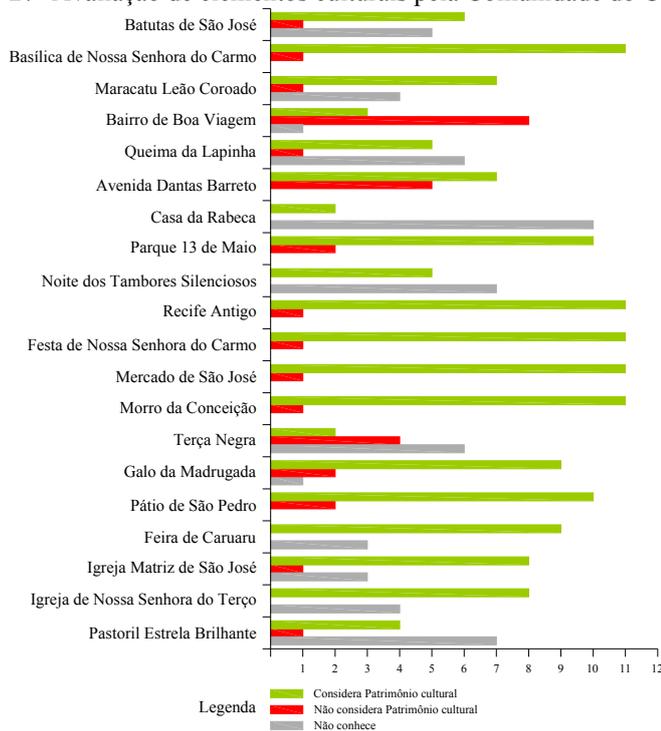
Foi solicitado aos entrevistados que indicassem, diante de diversos elementos culturais (EC), aqueles considerados passíveis de se tornar Patrimônio Cultural. Embora houve um entrevistado que considerou todos os EC apresentados patrimônio, nenhum deles foi considerado em unanimidade por esta comunidade cultural.

Os EC que fazem parte do Pátio do Carmo são considerados patrimônio pela maioria dos entrevistados desta comunidade cultural. O entrevistado que não considera os EC pertencentes ao Pátio do Carmo como Patrimônio Cultural considera estes elementos como patrimônio da Ordem Carmelita, que é o proprietário destes EC e angaria fundos com a festividade.

*“Cada uma destas coisas representam a cultura. Todas estas coisas eu considero que tendem a pertencer à cultura do Estado, ou da cidade de Recife. Então são nosso patrimônio.”*²¹

*“A igreja, no caso, é patrimônio dos padres, dos bispos, aí é patrimônio deles. O pátio também, aqui onde está ocorrendo a festa. Até porque todo mundo aqui está pagando para colocar uma barraca dessa. E o dinheiro entra todo para a Igreja. Esse Pátio todo é da Igreja.”*¹⁸

Gráfico 27- Avaliação de elementos culturais pela Comunidade do Carmo



Fonte: elaborado pela autora.

Além dos EC do Pátio do Carmo terem sido considerados patrimônio pelos entrevistados, estes sujeitos não discordam da patrimonialização da Noite dos Tambores Silenciosos e da Igreja de Nossa Senhora do Terço, embora uma parcela destes sujeitos desconheça tais bens. Parte desta comunidade também concorda com a patrimonialização do Pátio de São Pedro, ainda que desconheçam ou discordem da patrimonialização da Terça Negra pelas mesmas justificativas apontadas pela Comunidade do Terço.

Cabe salientar o conflito gerado pela percepção dos entrevistados em relação à condição patrimonial da Avenida Dantas Barreto. A maioria dos entrevistados não considera esta avenida patrimônio justamente por sua construção ter destruído diversas edificações pertencentes ao tecido original do bairro, dentre os quais os casarões que conformavam originalmente o Pátio do Carmo, e por consequência, ter destituído a vida social residencial deste território. Além disso, aqueles entrevistados que desconhecem a história da construção desta avenida consideram que este espaço público não

“A Terça Negra, é no sentido do submundo que se instalou ali. Não quero parecer racista, porque eu realmente acho que deve ter um espaço para a expressão da cultura negra. Mas deve haver um cuidado para que não ocorra a degradação humana do lugar. Como você vê as drogas, gente se drogando justamente no adro da igreja.”¹⁶

“Não é um patrimônio porque destruiu tudo, inclusive os casarões antigos do pátio, e todo mundo que vivia aqui foi-se embora.”¹⁹

“Não tem nada de especial.”²²

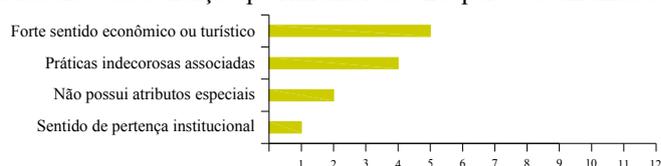
“Tem um lado mais comercial,

possui atributos especiais, nada de cultural além de ser uma área comercial. *não tem nada que você possa incluir como cultura.”*²⁰

Por outro lado, uma parte daqueles que consideraram a Avenida Dantas Barreto como patrimônio justifica sua opinião por causa da vinculação aos desfiles carnavalescos que ocorrem lá.

Dos elementos que não foram considerados patrimônio, os entrevistados justificam sua exclusão por terem forte vinculação econômica ou turística; por apresentarem uma corrupção de seus valores morais e estarem ligados a práticas de desvio de conduta que levam à degradação humana; por não apresentarem excepcionalidade; e por serem propriedade ou provenientes de promoção da administração pública.

Gráfico 28 - Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para a Comunidade do Carmo



Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, esta comunidade cultural significa como patrimônio aquilo que possui um caráter excepcional e sentido de pertença ao povo, excluindo aqueles bens culturais cuja gestão esteja atrelada à instituição pública.

*“Patrimônio é aquilo que é nosso, que é da gente, que é do povo. Isso é o patrimônio. Eu acho que não é patrimônio do povo, porque até pra vender alguma coisa ali tem que pedir autorização da prefeitura. É patrimônio da prefeitura, [...] quem manda é o prefeito.”*¹⁸

4.2.4 A visão da comunidade de São Pedro

O processo de identificação de bens culturais no Pátio de São Pedro esteve relacionado à percepção das noções de patrimônio e tradição desta comunidade cultural associadas às práticas e intervenções atuais dos grupos culturais sobre os bens que constroem, às permanências de antigos elementos culturais, ao sentimento de identidade evocado pela lembrança de elementos culturais que estão rareando no pátio e ao sentimento do grupo cultural se ver reconhecido e valorizado pela sociedade.

Das permanências identificadas por esta comunidade cultural são tradições citadas, com maior recorrência, o casario e a

“Os intelectuais da cidade mais boêmios, há muitos anos há o encontro e reencontro e

'boêmia cultural'. A boêmia se funde ao casario através de seus usos que permanecem *'há muito tempo'* no local, os restaurantes e bares atrativos para novos e antigos intelectuais e poetas. O pátio é suporte para a vida boêmia, fomentada tanto pelo encontro de intelectuais e poetas nos tradicionais bares e restaurantes, como pelos eventos atrativos promovidos pela administração pública.

Os entrevistados que freqüentam o pátio cotidianamente consideram a boêmia a principal tradição do lugar, vinculada ao pátio especialmente pela permanência dos restaurantes e bares de comida tradicional já instalados há muito tempo no casario.

O morador do pátio, quando indagado acerca das tradições do pátio, se reporta aos bens culturais materiais associados à presença dos moradores. Há ainda a recordação da época da vizinhança e que havia no pátio moradores antigos do bairro, comparada ao esvaziamento atual e apropriação por grupos que possuem práticas distintas da antiga forma de socialização que ocorria no pátio, considerada como tradicional do lugar. A forma de socialização tida como tradicional está ligada aos usos tradicionais do pátio como extensão das atividades paroquiais e das práticas cotidianas e excepcionais dos moradores do casario.

Houve quem considerasse como tradições os eventos promovidos pela Prefeitura, que ganharam destaque quando da última revitalização promovida no Pátio de São Pedro, no final do século XX. Estes eventos compõem-se de uma *"mostração"* dos expoentes artístico-culturais e o pátio torna-se palco de divulgação das manifestações elaboradas pelos grupos culturais, bem como para invenção de *'novas tradições'* promovidas pela gestão pública.

Dentre as *'novas tradições'* promovidas pela prefeitura destaca-se a inserção semanal do evento Terça Negra. Parte da comunidade cultural considera a promoção deste evento como positiva para o lugar e enaltece a atribuição de uma nova *"cor"* ao Pátio, em referência a valores étnicos ao compreender o evento

novas gerações [...] isso não muda. Por mais que mudem as coisas, que tentem elitizar o Pátio, tem essa coisa que fica fixa. Não tem jeito. Estes intelectuais poetas... é o lugar deles aqui. [...] Então a vocação deste pátio é a boêmia cultural. " 23

"É o bar de Aroeira, o Bangüê, o Buraco do Sargento, o Buraquinho. São estes que estão aqui há muito tempo." 24

"As tradições do Pátio são a Igreja, as casas. Mas as casas como era antigamente, tinha os moradores, as vendas, era outra coisa. Antes a vizinhança era diferente, havia mais gente que morava no bairro, que vivia aqui. Hoje, quando chega o final de semana fica tudo deserto. Até em dia de semana essas ruas das laterais ficam cheias de maconheiros. [...] Não havia disso antigamente, havia respeito, aqui era um bom lugar para se morar." 25

"As tradições são os eventos que a Prefeitura promove, que são as cirandas, os cocos, caboclinhos e agora tem também a Terça Negra como uma nova tradição do pátio." 26

"E este evento, a Terça Negra quando surgiu, criou um novo espectro de coisas para o Pátio de São Pedro. Porque até então era aqueles bares do entorno, que o recifense médio quando ia para suas compras parava na volta para tomar aquela cervejinha, comia um sarapatel. E a igreja, a paróquia ali com seus casamentos, suas funções e serviços eclesiais e tal. E aí, eu acho que quando surgiu a Terça Negra o Pátio

como espaço para a valorização da cultura afrodescendente.

Como forma de dar visibilidade aos grupos culturais, a gestão pública promove eventos ligados aos ciclos festivos para a divulgação da ‘*genuína tradição pernambucana*’: ciclo carnavalesco, ciclo junino e ciclo natalino. Com esta motivação, aliada à consolidação da Terça Negra no Pátio de São Pedro, a Prefeitura promove no ciclo carnavalesco o *Encontro dos Afoxés*, evento criado como forma de valorização deste tipo de manifestação e grupo culturais.

Além dos eventos promovidos pela prefeitura para celebração das manifestações da cultura afrodescendente, foram considerados tradicionais pelos entrevistados as comemorações natalinas profanas. Também foram elencados, como tradição do Pátio, os autos dramáticos de Natal, os pastoris e a Queima da Lapinha, manifestações culturais que, de acordo com os entrevistados, acontecem no Pátio há mais de 30 anos.

Embora a promoção de eventos efetuada pela administração pública seja vista como positiva por alguns dos entrevistados, a maioria desta comunidade cultural não considera isto como boa prática para a manutenção das tradições. Se por um lado o incentivo da instituição pública através da criação de eventos e celebrações é percebido pelos grupos como valorização de suas identidades culturais, por outro lado corrói valores, gera conflitos entre estes grupos e promove celebrações que dessacralizam estes bens culturais.

Desta forma, é possível perceber entre os entrevistados pertencentes aos Afoxés, principal expoente da Terça Negra, o conflito entre os sentidos da prática da cultura e a manutenção da tradição nas possibilidades ou impossibilidades de distinção entre ‘*afoxé-palco*’ e ‘*afoxé-cortejo*’. O afoxé-palco estaria

ganhou uma outra cor.”²⁷

“Ela começa no pátio de São Pedro e caminha... Começa lá por causa da Terça Negra.

Porque o povo sempre vai na Terça Negra pra ver o afoxé.

*Então começa lá porque aquele público que vai lá lhe acompanha. Mas começa no Pátio de São Pedro e vai até o Pátio do Terço [...] Saímos por ordem de hierarquia: os mais antigos vão primeiro. Primeiro vai o Araodé, depois o Alafin...”*²⁸

*“Agora vai começar o ciclo natalino, tem os pastoris, desde que eu era menino, [...] com 13 anos eu já frequentava o pátio [...] e o Pátio de São Pedro tem uma importância dentro da cidade. Então nos anos 70, na época do natal era comum se levar a família para dois pontos: o Pátio de São Pedro e o Sítio Trindade [...]”*²⁹

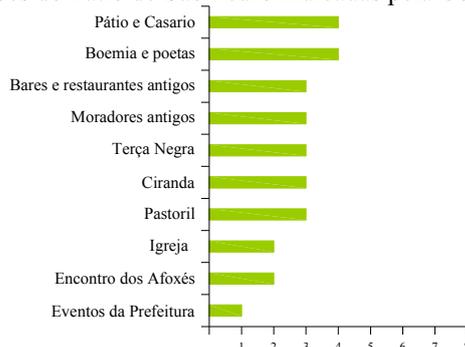
*“A gente tocou em dezembro do ano passado, intitulado afoxé natalino, que eu não gostei muito, que não tem nada a ver com a religião. [risos]. É como aquele que coordena o Pátio de São Pedro me diz: ‘Marta faz três músicas de natal e entra com repertório que não tem nada a ver com a cultura’. E realmente não tem. Mas quando se fala em afoxé-palco e afoxé-rua eu estou falando de cortejo no caso religioso, e profano que é palco. Mas eu não sou muito bem vista pelos outros Afoxés por conta disso. [...] Eu consigo ter esta visibilidade do afoxé enquanto expressão artística, enquanto músico, enquanto percussionista. A gente precisa, porque senão a gente fica restrita a carnaval. E carnaval só, não dá pra fazer cultura, né? [risos]”*³⁰

direcionado para a promoção da expressão artística, como manifestação rítmica e vinculado a sentidos econômicos para a manutenção dos grupos. O afoxé-cortejo estaria preocupado com a manutenção dos valores sagrados e divulgação desta expressão cultural de cunho religioso.

Entretanto, esta visão dicotômica do bem cultural não é compartilhada por outros entrevistados. Parte desta comunidade cultural percebe que, entre os traços característicos do Afoxé, está o vínculo sagrado deste folguedo com a casa de candomblé. Para além desta ligação sagrada, são indicados valores sociais e étnicos que contribuem para o reconhecimento de um grupo enquanto fomentador da tradição.

Embora existam conflitos sobre o significado da manutenção dos bens culturais para esta comunidade cultural, o sentido de tradição para a maioria dos entrevistados reside na permanência de vínculos sagrados-sociais entre o bem cultural e o grupo, quer sejam os bens materiais, quer sejam os imateriais. Abaixo segue o Gráfico 29, representativo da incidência das tradições elencadas por esta comunidade cultural.

Gráfico 29 - Tradições do Pátio de São Pedro indicadas pela Comunidade



Fonte: elaborado pela autora.

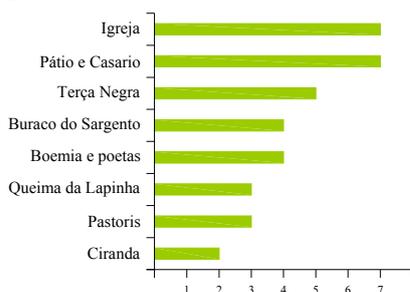
O sentido de patrimônio atribuído pela comunidade cultural ao Pátio de São Pedro, para além de realçar os bens institucionalizados, com destaque para a incidência de bens culturais materiais, reside nas tradições acima elencadas, com exceção daqueles eventos cuja origem foi fomentada pela instituição pública.

*“Não existe uma separação entre Afoxé e casa de candomblé. [...] Mas o Afoxé não é só casa-de-santo. O afoxé é um tipo de militância, independente de ser filho-de-santo. Porque muitos afoxés fazem o quê: são somente para sair no Pátio de São Pedro. Eles simplesmente botam os filhos-de-santo, vestem as roupas dos orixás, chegam lá e bate, bate, bate... Dizem: ‘eu saí no Pátio de São Pedro, botei um Afoxé!’ Um Afoxé não é isto: o afoxé é um trabalho social, é um trabalho de divulgação da religião, é um trabalho de luta contra a opressão.”*²⁸

*“Patrimônio cultural pra mim é tudo aquilo que é palpável e não palpável, que faz bem não somente aos nossos olhos, mas que enche o coração da gente de sentimento de esperança, sentimento de renovação, sentimento de resistência.”*²⁹

Ao afirmarem as tradições como patrimônio, os entrevistados valorizam estes bens culturais por seu sentido histórico. Segue abaixo o gráfico de incidência com o elenco do Patrimônio Cultural do Pátio de São Pedro de acordo com a Comunidade Cultural.

Gráfico 30 – Tradição que é patrimônio cultural do Pátio de São Pedro segundo a Comunidade.



Fonte: elaborado pela autora.

A comunidade cultural considera patrimônio o pátio, em sua conformação material, em razão do conjunto arquitetônico edificado, das ruas do seu entorno e dos usos – tanto do pátio como do casario – que juntos são formadores da identidade do lugar: reduto boêmio de intelectuais e poetas. O espírito boêmio do lugar é atribuído aos usos, aos frequentadores atuais e àqueles os quais somente a memória dos entrevistados é capaz de resgatar e ancorar ao pátio.

Embora esta comunidade refira-se à Igreja como principal patrimônio cultural do Pátio e reconheça os valores artísticos deste bem, os entrevistados apontam a pouca importância dada à Igreja atualmente, que serve apenas como cenário do lugar. Uma das razões que justificam esta irrelevância pode ser a baixa incidência de manifestações ligadas à Igreja realizadas no Pátio, devido a conflito de valores morais entre as utilizações possíveis da Igreja e os eventos atualmente promovidos no lugar. Os eventos semanais promovidos pela administração pública no pátio estão vinculados ao palco, instalado diametralmente à igreja. Além disso, desde que estes eventos foram instaurados no Pátio, a ocorrência de casamentos celebrados na Igreja tem sido reduzida, contribuindo para

*“Além da Igreja, a Rua das Águas Verdes, é muita história ali da cidade. Pessoas que viveram ali, que passaram, poetas e músicos, que frequentaram e que estão na minha história, no meu imaginário. O pátio tem esta alma boemia, intelectuais e políticos se encontraram ali para conspirar. Isso é histórico.”*²⁹

*“Ali tem muita coisa, desde o chão que se pisa, as pedras do calçamento, a Igreja, os lampiões, o Buraco do Sargento, a Casa do Carnaval, todo o entorno, aquilo é mágico. Basta viajar pelo país que você vê que aquele lugar é raro, há poucos como ele, com essa força visual. Deviam trabalhar melhor a imagem desse pátio, [...] como referência de **arquitetura colonial barroca**. “*²⁷

a dessacralização da relação entre Pátio e Igreja.

No entanto, há o reconhecimento patrimonial de eventos promovidos pela prefeitura durante o ciclo natalino, cujas tradições populares têm origem vinculada aos festejos do calendário católico. Embora estas manifestações sejam de caráter profano, o entrevistado pertencente à ordem religiosa compreende estas manifestações como valorização do Pátio e da Igreja, em detrimento de outras.

Alguns dos entrevistados apontam como Patrimônio a Ciranda que ocorre durante as festas no Pátio. Ainda que esta manifestação aconteça ocasionalmente, ela possui um aspecto espontâneo e envolve quase a totalidade dos frequentadores do pátio durante os eventos. Houve entrevistados que atentaram para o fato de que *‘nem todo evento acontece a ciranda’*, embora seja uma referência do pátio e que já houve a tentativa da prefeitura de torná-la uma constante no lugar.

Esta comunidade associa diretamente o aspecto temporal aos bens patrimoniais, embora o tempo de existência de um bem cultural não seja condição *sine qua non* para que entrevistados considerem uma manifestação cultural como patrimônio. Esta comunidade avalia como qualidades patrimoniais aspectos relacionados à origem popular, ao enraizamento social e a referência identitária de um bem cultural.

Dos eventos promovidos pela prefeitura, a Terça Negra é reconhecida como patrimônio por aqueles entrevistados que identificam nela uma manifestação social de valorização e visibilidade da cultura afrodescendente, assim como ao sentimento de pertença do entrevistado em relação a esta identidade cultural. No entanto, é percebida com um patrimônio em si, não em seu contexto local, ancorado no pátio. Para o grupo de entrevistados que

*“Há atividades aqui no pátio, mas ligadas à igreja, que não são divulgadas como a Terça Negra, mas tem o povo do bairro e até de outros bairros que frequentam como os Pastoris e a Queima da Lapinha. Essa Terça Negra e esse carnaval que a prefeitura faz aqui no pátio só fazem acabar com o Pátio.”*²⁵

*“Ciranda, é um patrimônio nosso aqui do Pátio, sempre tem nas festas que acontecem aí. Também na época natalina a queima da lapinha, é um fator histórico nosso. E têm o “Batutas” que foi fundado nesta casa, mas já não tem a sede aqui no bairro.”*²⁴

*“Não acho que os eventos da prefeitura sejam patrimônio. Aliás os frequentadores antigos, ativos do pátio detestam nossos eventos. Mas repare, ao mesmo tempo já tentamos trazer ciranda pra voltar o mesmo publico, e não volta... [...] Acho que o patrimônio que está aí inteiro, edificado, ele é fácil de entender, até porque ele oficialmente ele já é patrimônio. Agora, os eventos não são, eles podem até vir a ser, porque há oito anos que eles acontecem, as pessoas já estão se habituando, mas...”*²³

“A Terça Negra, apesar de não ser antiga, é um patrimônio porque é o espaço onde a cultura negra, tradicional ou contemporânea tem visibilidade e é valorizada. Tudo o que acontece ali naquele Pátio de São Pedro, é patrimônio, inclusive as casas e a igreja. E a prefeitura tem investido bastante para que os grupos tenham visibilidade e também na revitalização do casario do

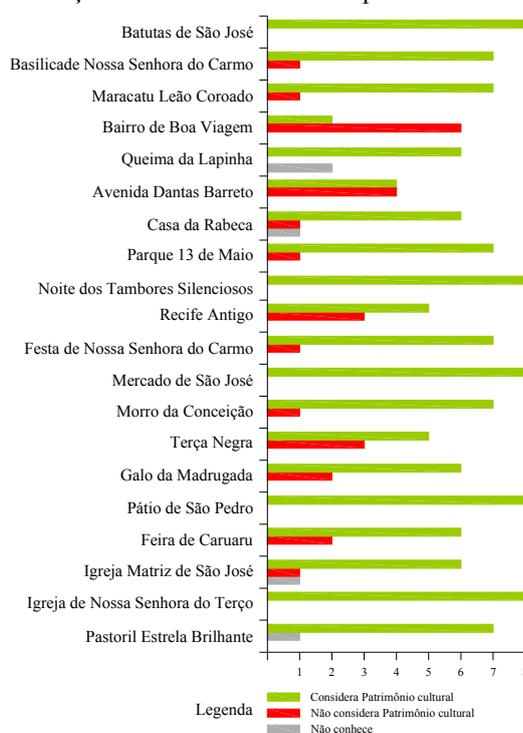
consideram a Terça Negra um bem patrimonial, ela poderia acontecer em qualquer outro lugar. *pátio.”*²⁶

Relação contrária ao que sucede com a Terça Negra e o Pátio de São Pedro acontece com o bloco Batutas de São José, também considerado também um Patrimônio *per se*, mas que apresenta uma relação de pertença com o Pátio. Embora não possua mais a sede no bairro, sua origem é reconhecida no Pátio e vinculada ao modo de vida que existia no lugar na época de sua criação.

*“Embora o Batutas não esteja mais no bairro, mas ele é um patrimônio do Pátio.”*²⁹

*“Apesar de eu não gostar do carnaval, o Bloco é uma tradição no Pátio de São Pedro.”*²⁵

Gráfico 31 - Avaliação de elementos culturais pela Comunidade de São Pedro



Fonte: elaborado pela autora.

Quando questionada acerca dos elementos culturais (EC) que consideram Patrimônio, a comunidade cultural foi unânime ao considerar o bloco Batutas de São José, a Basílica de Nossa Senhora do Carmo, a Noite dos Tambores Silenciosos, o Mercado de São José, o Pátio de São Pedro e a Igreja de Nossa Senhora do Terço. Além disso, consideram os EC relacionados ao Pátio de São Pedro que possuem *‘contexto’* urbano, social e cultural com o bairro, bem como aqueles com vínculos por terem participado, terem laços de amizade com organizadores, ou fazerem parte da rede social que fomenta a manifestação.

Quando esta comunidade é questionada diretamente sobre a condição patrimonial do Pátio de São Pedro, parte dos entrevistados expõe valores afetivos, étnicos e religiosos relativos aos elementos culturais pertencentes ao Pátio de São Pedro. Além disso, expõem seus valores morais e sagrados, além de aspectos identitários relacionados tanto aos eventos que acontecem como às tradições e que pertencem ao lugar.

Os entrevistados que concordam com a Terça Negra como Patrimônio Cultural pautam o seu sentido patrimonial em valores étnicos identitários. Ao contrário, aqueles que não a consideram patrimônio, para além de identificarem a falta de ‘*contexto*’ deste evento com Pátio, associam ao evento falta de valores morais nas práticas de alguns sujeitos que freqüentam o lugar.

Todos entrevistados que conhecem o Pastoril Estrela Brilhante e a Queima da Lapinha consideram-nos Patrimônio Cultural, e relacionam estes elementos culturais (EC) como tradição do Pátio de São Pedro.

Ao falar sobre os EC presentes no Pátio do Terço, a comunidade considera patrimônio a Noite dos Tambores Silenciosos por ser uma manifestação identitária do Pátio do Terço e do bairro de São José, além de realçarem os valores étnicos e espirituais da manifestação. Foi atribuído o sentido patrimonial à Igreja de Nossa Senhora do Terço por sua relação com a Noite dos Tambores Silenciosos.

Ao falar sobre os EC ligados ao Pátio do Carmo, esta comunidade considera patrimônio a Basílica do Carmo, enaltecendo seus aspectos religiosos, ainda que alguns dos entrevistados não participem da religião da qual este bem cultural é templo. A Festa de Nossa Senhora do Carmo também é considerada patrimônio cultural

“Em si é mais que o Pátio do Terço, não na questão do candomblé e do negro, mas na questão de ciranda e caboclinho.” ²⁸

“É uma vitrine para a cultura afrodescendente. E cultura afrodescendente é Patrimônio.” ³⁰

“Sou apaixonado e é como se fosse meu.” ²⁹

“Ainda não é um patrimônio cultural. É tudo meio falso, não tem contexto.” ²³

“A Terça Negra é um afronto aos costumes e a cultura de Recife. Tudo o que acontece nesta ali são homenagens a homossexuais, liberação de drogas, prostituição... isso é um afronto as famílias e a humanidade.” ²⁵

“O pastoril está todo ano presente aqui no Pátio. [...] A Queima da Lapinha é tradicional e é feita aqui no pátio, é muito bonita.” ²⁴

“Noite dos Tambores é patrimônio cultural, vejo ali muita força, energia, algo muito forte ancestral.” ²⁷

“A Noite dos Tambores é muito importante para o bairro.” ²⁴

“A Igreja do Carmo é patrimônio cultural religioso e católico.” ²⁸

“A Igreja de Nossa Senhora do Carmo é patrimônio. Os restos de Zumbi foram levados para lá. Para os negros ali é um marco importante.” ²⁷

por preservar as tradições eclesiásticas e festejos populares. Também é atribuído sentido patrimonial ao Pátio do Carmo devido aos valores étnicos e históricos como associados à história de Zumbi dos Palmares.

Há divisão de opinião acerca da condição patrimonial da Avenida Dantas Barreto. Os entrevistados que vivenciam o cotidiano do pátio não consideram a avenida patrimônio pela destruição patrimonial promovida para dar espaço para esta via. O grupo que atribui o sentido patrimonial ou desconhecem a origem da construção da Dantas Barreto, ou ainda que conhecem seu histórico valorizam-na como local onde ocorrem a competição e os desfiles carnavalescos oficiais de Recife.

Esta comunidade cultural coloca-se contra a titulação de patrimônio daqueles bens que mantenham sentidos econômicos mais fortes em sua produção que os valores sócio-culturais, isto é, aqueles que são produzidos com a finalidade de serem consumidos como mercadoria. Alguns dos entrevistados excluem os bens culturais da condição patrimônio pelo aspecto temporal da antiguidade do bem, e em função do bem cultural não ser parte do contexto do lugar.

Também houve quem excluísse a condição patrimonial de bens culturais devido à perda do sentido cultural ocorrida por mudanças instauradas pela gestão pública. Além disso, também excluem da condição patrimonial aqueles bens que não possuem aspectos evocativos e rememorativos para as gerações atuais.

A seguir, apresenta-se o Gráfico 32, que indica a recorrência dos aspectos que excluem os elementos culturais (EC) da condição de patrimônio.

*“Festa de N S do Carmo: SIM. Sempre colocam parque de diversões, quermesse, missas, muita gente.”*²⁷

*“A Dantas Barreto é patrimônio porque faz parte do bairro de São José e o local onde desfila toda a parte cultural de Pernambuco: Maracatu, Afoxés, caboclinhos.”*²⁸

*“Na época, ali era cheio de igrejas de casas de famílias, e papai diz que a Igreja que destruíram era, apesar de ser quase uma capela, era muito bonita.”*²⁴

*“Boa Viagem, é uma coisa mais nova. [...] Pra mim tem que ser uma coisa mais antiga. [...] mas também eu não sei definir muito bem o que é patrimônio, mas imagino que se tivesse mantido ao menos a avenida, a calçada, o gabarito original...”*²³

*“O Recife Antigo não existe mais. O que teria história, era o começo, o antigo mesmo. Mas o Recife agora com aqueles lugares só para você desfilarem, só coisas para rico e turista, não é.”*²⁸

*“A Feira de Caruaru não é mais. [...] Ela perdeu muito o porquê dela, desde que saiu do centro da cidade, foi pra um local separado, com as coisas separadas por categoria, importado de um lado, bolsa, sapato de outro. Então perdeu o sentido. Apesar de que ela esta para ser considerada Patrimônio imaterial, mas eu não considero. Foi considerada por causa do nome, mas se fosse pela tradição, não.”*³⁰

Gráfico 32 -Aspectos excludentes da condição patrimonial dos EC para a Comunidade de São Pedro



Fonte: elaborado pela autora.

4.3 Os bens culturais: tradicionais e patrimoniais

Das polissemias que tradição e patrimônio assumem para os sujeitos patrimoniais, o sentimento de pertença e a continuidade temporal das manifestações atestam o sentido de herança cultural. Preservar as manifestações da cultura pressupõe reflexão por parte dos órgãos patrimoniais sobre as conseqüências ao atribuir a chancela patrimonial a uma tradição. Por paradoxal que possa parecer, é possível que o ciclo natural de *'morte e recriação'* das tradições pelos grupos detentores dos bens culturais consolide melhor tais bens como heranças que a própria patrimonialização destes bens.

Embora tornar um bem cultural patrimônio transmita uma segurança da continuidade desta tradição entre as gerações, não garante os vínculos e permanências destas tradições em seus lugares originais. As distinções efetuadas pelos entrevistados colocam as tradições no âmbito da produção espontânea dos grupos culturais, tal como afirma Bornheim (1987) naquilo que é permanente no lugar.

A manutenção das tradições é percebida como a possibilidade de transmissão e resgate dos valores compartilhados pelas comunidades, além de ser geratriz de um processo de reflexão sobre tais valores. Bornheim (1987) compreende tradição como “o conjunto dos valores dentro dos quais estamos estabelecidos”. As ações e práticas que não perpetuam ou que entram em conflito com os valores compartilhados são compreendidas como a ruptura da tradição ou como a perda do sentido das manifestações.

Com o intuito de ver-se reconhecido e valorizado por sua identidade cultural pela sociedade, alguns dos grupos detentores

“Porque se você me perguntar o que é o tradicional? O que é o antigo na escala de percepção de cada um? Na minha escala de percepção é algo que surgiu naturalmente de pessoas que se reúnem em um lugar.”⁵

“As tradições não devem ser só mantidas como resgatadas. Claro, a gente não mantém a tradição somente do ponto de vista folclórico ou por ser um patrimônio cultural. A tradição ela deve ser mantida enquanto é geradora de uma consciência espiritual e moral. E é isso que a gente tenta fazer mantendo toda uma história, fazendo a história interagir com o presente.”¹⁶

“É que tem afoxés que fazem coisas que a gente não concorda [...]. Tem coisas que

de bens culturais reformulam suas práticas e valores e entram em conflito com os valores tradicionais reconhecidos e mantidos pelos demais grupos.

As justificativas apresentadas pelos grupos culturais para a ruptura com a tradição ancoram-se nas exigências contemporâneas que espetacularizam a cultura. Estas exigências são próprias dos incentivos das instituições públicas que estimulam os grupos culturais a divulgar sua manifestação sobre um palco e vincular sua existência ao espetáculo.

Estes incentivos das instituições permitem que as manifestações culturais fiquem à mercê da especulação da indústria cultural que prioriza valores econômicos e, em muitos casos, é promotora da dessacralização e da realocização⁷ das tradições.

A indústria e turismo cultural são utilizados para situar globalmente as cidades, e a gestão pública para promover as tradições como produtos a serem consumidos. Embora a noção de tradição esteja relacionada ao processo de produção cultural dos grupos, o consumo destes produtos culturais também é parte do processo cultural (BOSI,1987).

Ainda que o consumo das tradições seja parte do processo cultural, ele deve ser valorizado como meio e não como finalidade de elaboração das tradições. A afirmativa de Bosi (1987) que “em vez de tratar a cultura como uma soma de coisas desfrutáveis, coisas de consumo, deveríamos pensar a cultura como o fruto de um trabalho. Deslocar a idéia de mercadoria a ser exibida para a idéia de trabalho a ser empreendido” reflete o pensamento dos especialistas sobre a manutenção das tradições em contraponto com a idéia de consumo cultural.

fazem que não é de acordo com a tradição, ai vai misturando a cultura, vai se mistificando e quando você vê acabou com o que era da raiz [...].”²⁸

“Tradição é aquilo que praticamente não se muda, que hoje em dia é raro.[...] Não se muda por conta do querer, mas por causa do poder. E das necessidades, você tem que se adequar. Eu usava chita, mas eu tenho que usar outras coisas agora porque eu tenho que aparecer, ascender. [...] Nem tudo consegue manter a tradição, mas o nome, a procedência...”³⁰

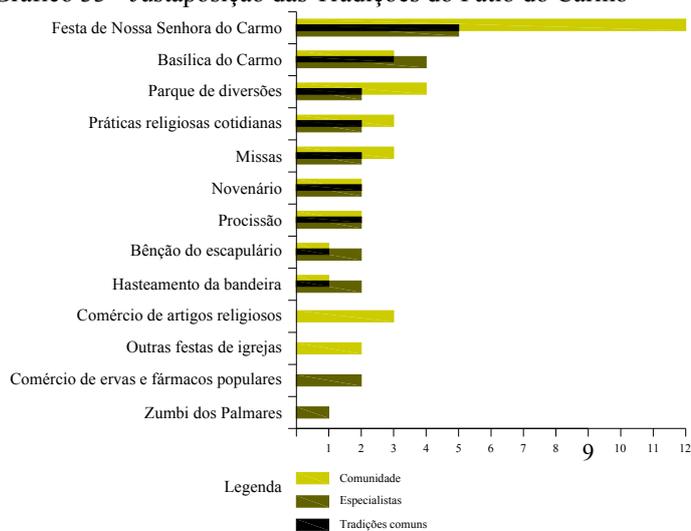
“Hoje, no tipo de sociedade que a gente vive, é muito complicado de evitar que as manifestações não ganhem o status de espetacularização. É um problema da indústria da necessidade de se transformar a cultura num produto que seja vendável. Hoje, um dos produtos que mais se vende no planeta é a cultura, é um vetor de economia fortíssimo. Então numa sociedade de consumo, os produtos estão para serem consumidos.”⁴

“Acredito em desenvolvimento que não precise ser alavancado por grandes indústrias da cultura, que seja mais atomizado nas pessoas que vivem nestes lugares.”²

⁷ LEITE (2004) se apropria da noção de desencaixe exposto por GIDDENS (1991), que altera a relação tempo- espaço das relações sociais, e constrói os lugares no âmbito da realocização das tradições.

Para compreender as tradições de cada pátio, procedeu-se uma análise comparativa entre as manifestações consideradas tradicionais e patrimoniais a partir das indicações das categorias de entrevistados. Foi efetuada a justaposição dos bens culturais elencados como tradições para identificar a ocorrência entre as comunidades e a reafirmação pelos especialistas. Ao proceder com a análise da justaposição é possível identificar as principais tradições cuja ocorrência reforça a identidade dos pátios.

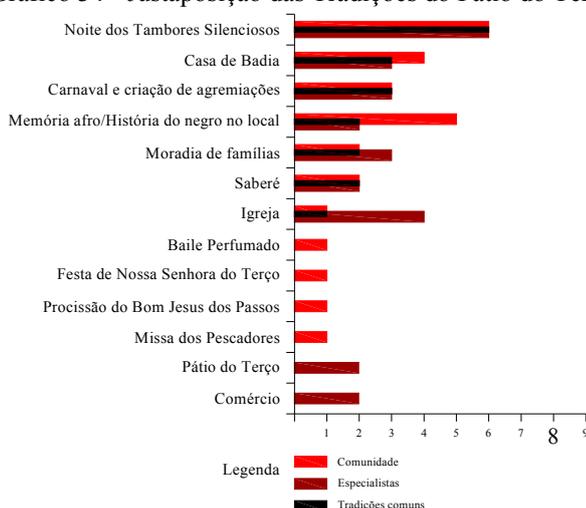
Gráfico 33 - Justaposição das Tradições do Pátio do Carmo



Fonte: elaborado pela autora.

As tradições católicas são reconhecidos bens tradicionais do Pátio do Carmo, indicadas pela comunidade e reafirmadas pelos especialistas. No entanto, a Comunidade é específica e lista os rituais tradicionais que ocorrem durante a festividade maior do pátio, ao passo que os especialistas as generalizam como tradições eclesiais. Além disso, também é comum a consideração acerca da face profana da festa, sobre o parque de diversões.

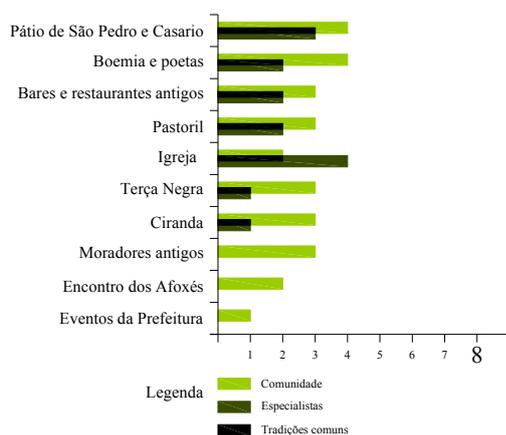
Gráfico 34 - Justaposição das Tradições do Pátio do Terço



Fonte: elaborado pela autora.

As tradições carnavalescas são reconhecidos bens tradicionais do Pátio do Terço, indicadas pela comunidade e reafirmadas pelos especialistas. A maior incidência é Noite dos Tambores Silenciosos que, embora considerada como tradição do lugar, já não é elaborada pelos moradores do pátio, ao contrário das demais tradições carnavalescas.

Gráfico 35 - Justaposição das Tradições do Pátio de São Pedro



Fonte: elaborado pela autora.

A boêmia é reconhecida como bem tradicional do Pátio de São Pedro, indicada pela comunidade e reafirmada pelos especialistas, embora o conjunto arquitetônico tenha sido identificado como a principal permanência no local.

Para além de identificar a predominância atual das tradições apontadas em cada pátio, os gráficos de justaposição das tradições fornecem indícios sobre os sentidos que se associam às tradições dos lugares. Aqueles bens listados como tradicionais pelas comunidades e não elencados pelos especialistas, entre outras possibilidades, ou podem estar em risco de desaparecer, ou podem se referir a tradições deslocadas. Ao passo que os bens tradicionais elencados pelos especialistas e não identificados pelas comunidades investigadas podem sinalizar a existência de outros grupos culturais detentores de tradições vinculadas ao local.

Tornar um bem patrimônio pode corroborar para perda das tradições dos lugares, conforme os depoimentos sobre o Pátio de São Pedro. Há quem atribua ao tombamento o afastamento das populações moradoras que são mantenedoras das tradições do lugar, apontando para o valor de uso do casario como essencial para a manutenção das tradições.

“O Pátio de São Pedro, com o tombamento, ele perdeu a tradição popular espontânea [...] a população foi afastada daquela área. As promoções e eventos que acontecem lá são todas artificiais.”³

“Eu tenho observado o Pátio de São Pedro como local de manifestações. E a ação cultural promovida, os shows

Ainda que os eventos promovidos pela Prefeitura tenham sido elencados pelos grupos culturais como tradicionais, não foram reafirmados pelos especialistas. Tal como sustentado por LEITE (2004), os especialistas compreendem estes eventos como a relocação das tradições transformadas em mercadoria cultural. Ao associar a promoção de eventos à ressignificação das tradições como objeto de consumo e sua exposição como relíquias, fortalece a idéia de que estas tradições não possuem vínculo com o pátio. A relíquia “*não tem uma conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseja visitá-la*” (GIDDENS, 1997 apud LEITE, 2004).

promovidos, tem a peculiar característica de se dissociar do entorno. Porque eu estou dizendo isso, porque o palco é o centro. Então o que é que esta sendo cultuado? Os bares que estão ali, eles se vinculam pelo simples fato de fornecerem bebidas. Não há um direcionamento de olhares para a arquitetura, ou para a obra artística da igreja. Também não reconheço na ação promovida uma vinculação com as populações mais próximas. [...] Então o pátio se vincula mais a outros moradores de fora do lugar, de outros bairros.”²

Ainda segundo Leite, “*a relação entre tradição e localidade, dá-se, desse modo, pela permanência temporal e espacial das relações sociais*” (LEITE, 2004). Assim, a tradição pressupõe uma continuidade temporal e uma concepção de espaço definido, onde se ancoram as crenças e tradições no lugar.”

A relação entre *tradição e localidade*, dá-se, desse modo, pela permanência temporal e espacial das relações sociais. A tradição, como ressalta Giddens (1991), pressupõe uma visão contínua do tempo, através da qual é possível estabelecer os nexos constitutivos entre o passado, o presente e o futuro. Do mesmo modo pressupõe também uma concepção de espaço definido, no qual são mantidas as crenças e tradições no lugar.

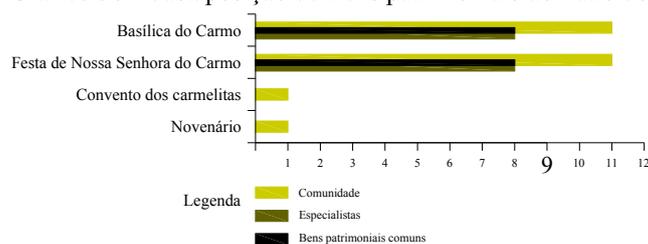
Embora no caso do Pátio do Terço tenha havido uma expropriação da principal tradição carnavalesca, a Noite dos Tambores Silenciosos é reconhecida pelos entrevistados como um patrimônio do lugar. A apropriação da instituição pública é considerada como descaracterizadora deste bem enquanto tradição. A promoção da Noite dos Tambores pela instituição pública desarticulou os valores sociais ligados ao pertencimento deste bem cultural pelos moradores do local, acarretando na sua destradicionalização e reinvenção pela instituição.

“A Noite dos Tambores, apesar de jovem, se tornou Patrimônio. [...] é uma pena ter sido oficializada, se tivesse continuado só aqueles maracatus, daquelas pessoas... E quando se colocou apoio oficial aí se descaracterizou bastante.”²³

Para identificar os bens patrimoniais em cada pátio, foi efetuada a justaposição da ocorrência das tradições e elementos culturais considerados patrimônio pelas comunidades e sua reafirmação pelos especialistas. Inicialmente esta pesquisa partiu do pressuposto que os bens patrimoniais seriam aqueles onde houvesse a justaposição entre comunidades e especialistas. No entanto, durante as entrevistas realizadas com os especialistas, foi possível entrever em suas interlocuções que Patrimônio seria todo bem cultural assim valorizado pela comunidade ou grupo que o constrói. Isto fora posto em contraste com a ressalva que patrimonializar um bem cultural depende da construção de um discurso legitimador, que coloca os especialistas novamente como os principais agentes patrimoniais, já que são eles que atuam na elaboração de parecer técnico sobre a condição patrimonial.

A justaposição entre a seleção entre bens patrimoniais permite, entretanto, perceber certas convergências que ora afirmam os bens patrimoniais já oficializados, ora denotam o potencial de outros. Por outro lado, permite avaliar o quanto cada grupo, especialistas ou comunidades culturais, aprofunda-se na assimilação daquilo que sucede em cada lugar, identificando eventualmente elementos menos óbvios, mas representativos. O surgimento destes elementos, por sua vez, ocasiona a necessidade de se reajustar o elenco prévio de elementos culturais, e por conseguinte sua inclusão nos debates e processos decisórios que tratam do patrimônio. Os Gráficos 24, 25 e 26 demonstram a justaposição dos bens patrimoniais entre os especialistas e as comunidades culturais, sejam aqueles sugeridos ou evocados espontaneamente.

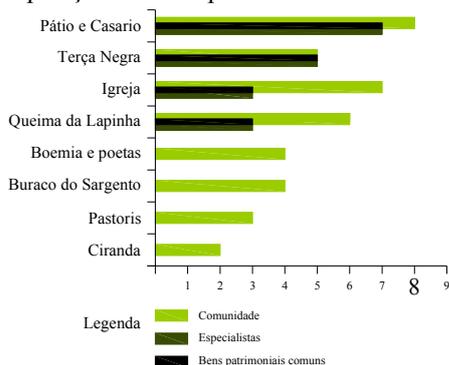
Gráfico 36 – Justaposição de Bens patrimoniais do Pátio do Carmo



Fonte: elaborado pela autora.

A justaposição acima demonstra o destaque e consolidação, para além de uma relação intrínseca, entre a Basílica do Carmo e a Festa de Nossa Senhora do Carmo, com uma evidente proporcionalidade de eleição entre especialistas e comunidade. Esta última, tipicamente mais envolvida e atenta às práticas e costumes eclesiais, observou a importância do Convento dos Carmelitas – edifício tombado em instância federal junto à Igreja – e do tradicional novenário que ali tem lugar.

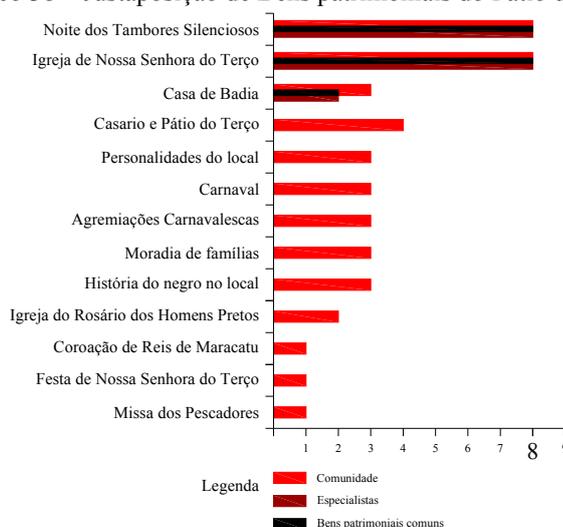
Gráfico 37 – Justaposição de Bens patrimoniais do Pátio de São Pedro



Fonte: elaborado pela autora.

A justaposição acima demonstra uma maior relevância da relação entre Pátio e casario e a Terça Negra, se comparados à Igreja de São Pedro dos Clérigos. Isto denota, entre outros fatos, o quanto a singularidade da preservação de um pátio e sua configuração espacial original sensibiliza os grupos, especialmente quando associado a algum evento – a Terça Negra, como representante das atividades que acontecem no palco ali montado. A Concatedral de São Pedro dos Clérigos, neste caso, aparece como elemento secundário, pois dentro daquele contexto, e embora tenha reconhecidamente seu valor como patrimônio e como símbolo da arquitetura religiosa pernambucana, funciona apenas como elemento limítrofe do pátio, e, comparada a outras igrejas, possui pouca atividade religiosa. No caso da Igreja do Carmo, para além de estar em plena atividade eclesiástica, esta tem uma relação expoente, ativa e direta com a celebração da Festa do Carmo, o que a põe em destaque perante os grupos. No Pátio de São Pedro, outros elementos são elencados pela comunidade, em especial aqueles vinculados a costumes de longa data, como a ciranda, os pastoris e o bar Buraco do Sargento.

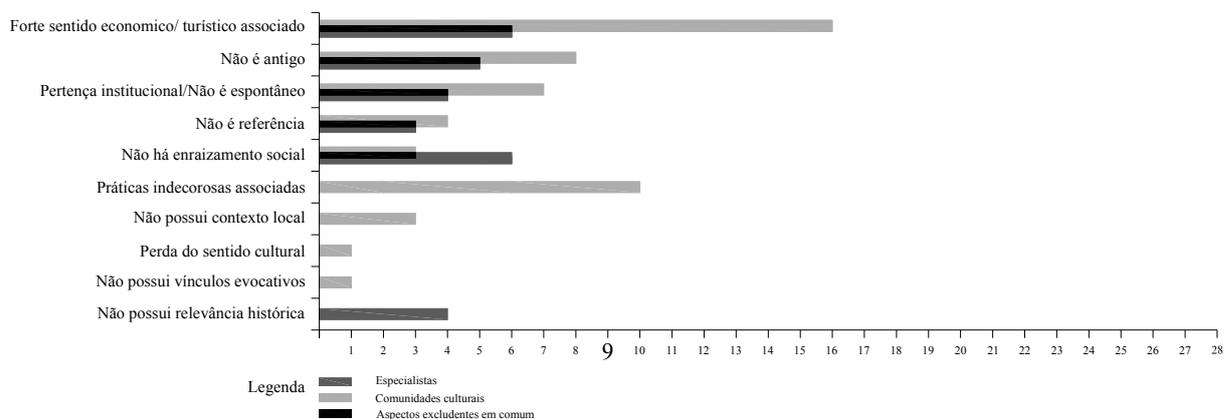
Gráfico 38 – Justaposição de Bens patrimoniais do Pátio do Terço



Fonte: elaborado pela autora.

A justaposição do Gráfico 38 demonstra uma forte carga de referência da Noite dos Tambores Silenciosos e a Igreja de Nossa Senhora do Terço. Embora este binômio tenha aspecto gráfico semelhante ao que ocorre no Pátio do Carmo, a relação entre estes dois bens é puramente simbólica, dado que são geridos por grupos distintos. Na prática, a Igreja celebra poucas cerimônias e na maior parte do tempo está fechada. Entretanto, e ao contrário do que ocorre na Concatedral de São Pedro, isto dá-se por questões internas à Igreja. Por outro lado, as missas que ocorrem nos finais de semana são freqüentes e contam com a participação ativa da comunidade daquele bairro. O aspecto simbólico que a Igreja representa diante da Noite dos Tambores Silenciosos é de relevado destaque e reverência, dado que o clímax deste evento dá-se diante da escadaria principal do templo religioso. É notável, também, o fato de ser um evento que exalta uma edificação da Igreja Católica ao mesmo tempo que louva as divindades do Candomblé. Toda esta conjuntura consolida um significado especial para aquele lugar, prevalecendo sobre a crítica da espetacularização e apropriação da administração municipal. A comunidade ainda destaca como patrimoniais os demais bens culturais ligados ao carnaval, para além daqueles ligados à antiga predominância residencial do lugar e da representatividade da cultura afrodescendente. A Casa de Badia, como cerne do Candomblé e da resistência étnica locais, bem como pólo originário da Noite dos Tambores e de outras atividades carnavalescas, foi destacada tanto pela comunidade como pelos especialistas.

Gráfico 39 – Justaposição de Aspectos excludentes da condição patrimonial



Fonte: elaborado pela autora.

A justaposição dos aspectos excludentes sinaliza para uma lista de características negativas que os artefatos culturais em processo de avaliação ou monitoramento podem possuir. Estes aspectos devem ser submetidos à apreciação simultânea das comunidades e dos especialistas com o objetivo de identificar se representam um ‘desvalor’ ao bem patrimonial. A confirmação do ‘desvalor’ do bem cultural pode, num primeiro momento, comprometer sua condição patrimonial, mas também pode impulsionar a conservação, se utilizada como indicador para a elaboração de diretrizes de intervenção para salvaguarda destes bens.

Apesar de tradição e patrimônio serem termos imbricados, ambos traduzem a noção de herança enquanto bem cultural vivenciado, concebido ou repassado por seus antepassados e que importa ser perpetuado para as próximas gerações. No entanto, esta noção ainda é mais bem compreendida por estas comunidades como tradição, em detrimento a patrimônio, pois a tradição é 'gratuita' e o patrimônio, sempre alvo de intervenções de políticas culturais apenas em parte participativas, não o é. É urgente que as políticas culturais tomem corpo em processos participativos, atentando para os processos participativos nas ações de manutenção dos bens, identificando os sujeitos patrimoniais que são moradores dos lugares onde o patrimônio está presente.

“Eu entendo que patrimônio são as coisas que nos pertencem. Então patrimônio cultural são os símbolos, os signos, os sentidos que damos a eles. Seria um conjunto de bens que são referências na nossa cultura. Aquilo que somos mais intimamente como indivíduo e como grupo. Então tem relação com a história, com o que a gente é hoje, como a gente vive. Chegamos aqui enquanto grupo através de um processo e da maneira como se articula identidades.”⁷

O termo patrimônio quando admitido pelas

“Eu entendo como manifestação popular, é eu saber que na vila das

comunidades como ligado a ações e intervenções de ordem pública (quer se refiram tanto à cultura material como à imaterial), é sentido, praticamente, como a morte das tradições. Isto porque, quando um bem é reconhecido como patrimônio pelas instituições públicas, os seus representantes acabam por se responsabilizar pela manutenção e vitalidade do bem. A partir de então, dão início a políticas de promoção de eventos, cujas decisões, na maioria dos casos, são unicamente de responsabilidade da instituição pública, ou contam somente com parte da comunidade cultural. Conflitos são gerados quando as instituições públicas dão início a políticas culturais para conservação dos bens e há uma ruptura no sentimento de pertença destes bens culturais, que podem corroborar para a descaracterização da condição patrimonial.

Contudo, os sujeitos-moradores que vivenciam o cotidiano dos espaços onde são promovidos os eventos, reclamam para que as políticas culturais promovam uma gestão participativa, principalmente para que os valores econômicos não superem os valores sócio-culturais e que não haja interferência na *'autenticidade'* dos bens.

Por fim, a autêntica conservação do patrimônio cultural e permanência das tradições podem ser enfrentadas por meio da manutenção das populações em seus lugares de origem e do empoderamento das comunidades nas decisões sobre os bens culturais, corroborando com a afirmativa de Bosi (1987), que afirma que

“a cultura popular não morre, não necessita de injeções aqui, injeções lá. Se ela for, de fato popular, enquanto existir povo ela não vai morrer. Cultura popular é a cultura que o povo faz em seus cotidianos e nas condições em que ele as pode fazer. [...] (é) não me preocupar em 'conservar a cultura popular', em si mesma, mas conservar o povo”.

*lavadeiras, que todo ano às 4 da manhã, sai então um 'acorda povo', isso há uma quantidade de anos enorme, desde 1950. [...] Então isso eu acho um patrimônio. Porquê? Porque é um patrimônio popular. Agora, as coisas enlatadas, nunca. As coisas que eu chamo enlatadas é o pessoal botar todo mundo dentro de um ônibus e levar para Praia do Paiva, botar dentro de um caminhão-baú e levar não sei o que para o Pátio de São Pedro. Sinceramente o meu interior não vibra. Agora porque não vibra? As pessoas da tua geração e a das crianças acham uma beleza. É porque eu vejo uma mutilação do que eu vivi. Eu não só aprendi, eu vivi. Ai eu vejo: é como se em um palco, uma peça teatral fosse rememorar as brincadeiras de roda. É uma exibição, não é uma coisa natural. É uma comunicação da cultura. Ai eu não consigo vibrar.”*³¹

5 OS VALORES CULTURAIS

A identificação de valores culturais considera a atribuição de valor pelas comunidades e especialistas aos bens culturais materiais e imateriais que instauram os lugares e que são reconhecidos como bens patrimoniais no terceiro capítulo.

Embora, durante a pesquisa, tenham sido revelados outros bens patrimoniais que corroboram para a formação de lugares nos pátios, a identificação de valores culturais que trata este capítulo pautar-se-á nas relações entre os seguintes bens culturais: a Concatedral de São Pedro dos Clérigos no Pátio de São Pedro e os eventos promovidos pela Prefeitura, com destaque para a Terça Negra; a Noite dos Tambores Silenciosos e a Igreja de Nossa Senhora do Terço, no Pátio do Terço; e a Basílica de Nossa Senhora do Carmo e a Festa de Nossa Senhora do Carmo, no Pátio do Carmo.

Ao final, são identificados os valores culturais dos pátios e os valores patrimoniais já institucionalizados, a partir do que se delinea o Diagrama de Valores com as relações entre os valores dos bens culturais.

5.1 Os valores das Comunidades Culturais

5.1.1 Os Valores da Comunidade do Terço

Os entrevistados da Comunidade do Terço afirmam saber a história do lugar e da Noite dos Tambores Silenciosos, cada qual com seu ponto de vista e suas participações particulares na criação ou no desenvolvimento desta manifestação. Todos se referem a algo de sua história pessoal ligado àquele pátio, ou ligado à '*Casa de Badia*', o que expressa o sentimento de pertença em relação ao bem cultural, revelando valores afetivos na sua participação.

A respeito da história da manifestação, tornam-se evidentes conflitos de interesses entre os entrevistados ao apontarem, ou não, seus criadores, uma vez que há quem reclame para si a criação ou minimize a participação de outros em sua invenção. É de entendimento geral que a Noite dos Tambores Silenciosos surgiu em homenagem à memória dos negros que morreram sem brincar o carnaval e que sofreram as '*agruras da escravidão*'. Reside aí um

“[...] eles fazem o silêncio naquela hora, na segunda-feira de Carnaval: oram sobre a morte dos negros e fazem uma louvação a Obaluaê, que, na parte espiritual, desliga o africano do Brasil, deste mundo para o outro [...]. É o respeito que se tem pelos mortos. Porque o africano respeita muito quem já foi pro outro mundo. Como ali foi o lugar onde viviam africanos,

valor de reverência, de respeito a seus antepassados, que se mescla ao valor de memória do lugar. Isto porque, sempre que foram questionados sobre a história da Noite dos Tambores, os entrevistados pouco discorrem sobre o percurso histórico da manifestação, mas expõem sobre o motivo da rememoração: ali, o lugar onde hoje é o Pátio do Terço, foi um local onde *'aportavam as barcaças'* e era a *'passagem de escravos'* recém-chegados da África.

Assim, o valor de memória dos acontecimentos que tiveram lugar naquele pátio é incorporado ao valor de reverência daquela manifestação. Neste ponto, podemos relacionar ao valor de reverência difundido por Ruskin (2008), o qual argumenta que a arquitetura seria a única maneira de conservar vivo um laço com o passado, no qual estaria sustentada a identidade da comunidade. Todavia, é a própria manifestação imaterial aqui investigada (Noite dos Tambores Silenciosos) que traz à tona este laço, e reforça-o à medida que é o meio de lembrar e reverenciar as vivências dos antepassados daquela comunidade cultural neste lugar.

Ao falarem da história do lugar, estes sujeitos afirmam ter sabido pelos *'antigos'* que muitos dos escravos que chegavam doentes, *'mais mortos que vivos'* e *'impróprios para venda'*, teriam sido acolhidos pelas irmandades, entre elas a do Terço. Nada sabem, pelo menos assim o afirmam, sobre a formação urbanística do pátio ou de suas construções, apenas declaram que a Igreja era apenas uma *'capelinha'*, na época em que seus antepassados aportavam ali e seguiam para serem vendidos na hoje conhecida *'Pracinha do Diário'*. Entretanto, sustentam que a Irmandade recolhia estes negros e cedia algumas casas para sua moradia. Seria a permanência das gerações desses escravos, que teriam *'vingado'* ao serem recolhidos pelas irmandades, que tornou o Pátio do Terço *'reduto da negritude'* recifense. É o imaginário desta comunidade, referente à presença histórica do negro que ocupou o casario deste pátio, que leva os entrevistados a atribuírem ao lugar um sentido de identidade étnica, marcado pela memória da etnia que ali existiu e que encontra reminiscência nas *'casas de Badia e Solano Trindade'*.

Ao narrarem, sob seus pontos de vista, a história e as

como ali foi o lugar onde morreram muitos africanos, há aquele silêncio para se fazer aquelas rezas. É aquela hora do silêncio, aquele respeito. Faziam isso minhas mães-de-santo, que morreram velhinhas, depois vieram outros, e outros, e agora terminou em mim. Já tem uns 20 anos que sou eu quem faço. Quando começou era o Leão Coroado, o Elefante, e mais dois [...]. Eram os quatro mais antigos... Hoje tem muitos (maracatus), e a cada ano aparece mais um. Quando eu comecei a ir ver aquilo ali eram quatro velhinhas que faziam aqueles Tambores Silenciosos. Era Yaiá, Sinhá, que era mãe-de-santo minha, eram elas mais Menininha e Tia Gina. É que na época que eu era menino só morava africano. Quando começou, ali eram casas de moradia, não tinha comércio ali naquele pátio não... só tinha mesmo africano morando ali.”¹¹

“A ‘Igreja dos Tambores Silenciosos’ foi o local onde

origens da manifestação ora investigada, estes sujeitos remontam seu passado vivenciado no Pátio do Terço, especialmente na '*Casa de Badia*'. O passado de cada um é permeado de valores afetivos ligados às suas memórias: de iniciação à religiosidade afrodescendente, da participação de práticas religiosas ou carnavalescas na '*Casa de Badia*'; de acolhimento em momentos de dificuldades econômicas; de moradia no lugar e das relações sociais que se estabeleceram ali. Dessa breve descrição do valor afetivo, podem ser apreendidos também valores sagrados e sociais e os valores de uso.

eu recebi muita força espiritual, força para o meu maracatu, foi quando Badia era viva, as velhas também, Zé Romão e meu pai Raminho. A minha história está relacionada àquele lugar."³²

O valor sagrado vincula-se à religiosidade do culto aos Orixás, de origem africana. Este valor está presente na memória das práticas religiosas que ocorriam na segunda alcova da '*Casa de Badia*', à época ainda casa de Sinhá e Yayá. Além de estar agregado à casa de nº 143, este valor estende-se também ao Pátio e Igreja do Terço, uma vez que a comunidade cultural lembra que as velhas Sinhá e Yayá recebiam Dona Santa, do Maracatu Elefante, nesta casa e as três seguiam até a frente da Igreja, onde faziam '*rezas*'. A comunidade também expressa o valor sagrado revelado no ritual da Noite dos Tambores Silenciosos, quando os tambores param e loas são entoadas para os '*eguns*', que na religiosidade africana não são as divindades, mas os '*espíritos daquelas pessoas que morreram*'.

O valor social presente no discurso destes sujeitos, por sua vez, extravasa os vínculos religiosos ao resgatar aquele lugar tanto como '*reduto de políticos, jornalistas, advogados e intelectuais*', que freqüentaram o Pátio do Terço nas décadas de 60 e 70. Este valor também se presentifica no lugar como local que, se não originou, abrigou diversas agremiações carnavalescas formadas pelos moradores que fizeram o carnaval do bairro de São José. Os moradores do Pátio do Terço e vizinhanças estabeleciam redes de produção e organização do carnaval do bairro, e saíam pelas ruas em desfile, tanto nos desfiles promovidos pela Prefeitura como nas troças entre vizinhos e amigos.

*"Eu comecei no carnaval aos nove anos. Eu morava na Rua das Águas Verdes.[...] Então eu morava quatro casas para a casa de Arlinda Cruz, que foi uma das maiores costureiras do carnaval recifense e era a diretora do Vassourinhas, em Recife. Quando a minha mãe me procurava, eu estava lá vendo-a costurar, cortar, as bordadeiras a fazer os estandartes, a fazer as fantasias [...]. No Pátio de São Pedro morava uma família, da qual o marido era tesoureiro do Batutas de São José e alfaiate. Então ele precisava de uma pessoa para alinhar os paletós. Aí ele marcava tudo de giz e eu ajudava, porque ele não tinha mais visão."*⁹

Esta comunidade cultural ainda lembra que os

"[...] então o frevo é aquela coisa que está dentro da gente, e

maracatus, à época de Dona Santa, Eudes, Sinhá e Yayá, nas décadas de 1950 e 1960, passavam na '*Casa de Badia*', antes ou depois de se apresentarem no carnaval dito '*oficial*' do Recife. A lembrança destas práticas carnavalescas efetuadas por estas personalidades corrobora para valor de referência atribuído ao pátio, assim como a Noite dos Tambores Silenciosos possui um valor de referência revelado por ser considerada atualmente como o '*foco do carnaval*' do pátio.

Ainda há um aspecto sobre o lugar, referente à experiência estética, resultado da interpretação destes sujeitos acerca das qualidades visuais, que gera o sentimento de beleza, a sensação da arte, os valores estéticos dos bens culturais. Embora os sujeitos entrevistados não mencionem as feições do casario, talvez por terem sido descaracterizadas em relação às qualidades arquitetônicas ditas '*originais*', parte dos sujeitos entrevistados refere-se aos atributos formais da Igreja de Nossa Senhora do Terço apenas, no que toca ao seu aspecto exterior, como '*cenário*' da Noite dos Tambores. Referem-se particularmente à experiência estética ligada à forma alegórica da cerimônia, em especial ao percurso de cada maracatu para chegar à frente da igreja, à imagem do pálio girando à frente da igreja, e ao momento em que o silêncio é instaurado e faz-se a reverência sagrada aos antepassados.

Para além dos sujeitos que têm em comum o passado ligado às práticas étnico-carnavalescas do pátio, o entrevistado vinculado diretamente às práticas religiosas da Igreja expõe a importância da Noite dos Tambores Silenciosos como referência do pátio e indica que a mesma não possui valor religioso, seria apenas a manifestação da tradição dos grupos de maracatu. Também vincula a permanência desta tradição no Pátio devido à participação de Badia na Irmandade do Terço.

Na tentativa de identificar outros valores, apresentou-se a esta comunidade cultural a hipótese da descaracterização do espaço do Pátio do Terço por meio da demolição do casario e igreja; novamente unânimes, os entrevistados opuseram-se energicamente e

*o Pátio do Terço é, eu diria assim: a marca registrada daquele bairro. A maioria dos clubes carnavalescos nasceram ali. [...] Então, o bairro de São José é o berço do carnaval recifense.”*¹⁰

*“[...] é a coisa mais linda da minha vida: a noite dos maracatus. Dá aquela sensação fora do comum quando eles cantam assim: Eparrei Iansã... a luz apaga... os tambores rufam... as tochas acendem... É lindo, filha! Dá aquela emoção fora do comum, até em falar eu me emocionio [...]”*¹⁴

“Nunca, nenhum tijolo. Todas aquelas casas que mantêm a característica daquele lugar têm que ser preservadas ... É de obrigação preservar aquilo ali. Se mudar aquilo ali não tem mais Pátio do Terço, vira outro

lembraram que, numa área de poucos quarteirões e *'há pouco tempo'*, o bairro perdera muito de seu tecido urbano histórico, o qual levou consigo a ocupação intimista e vinculadora de laços sociais que é a habitação familiar; esta demolição das *'casas antigas'* deu lugar à Avenida Dantas Barreto. Esta comunidade cultural considera ainda que, para além do aniquilamento dos atributos materiais do Pátio, esta hipotética destruição ocasionaria a perda do sentido da manifestação cultural, uma vez que o local seria transformado num outro *'lugar'*.

lugar..."¹⁴

*"Eu acho que não. Acabaria com a essência das coisas, da Noite dos Tambores... Inclusive as casas são antigas... Eu já acho errado que hoje já tem muita lojas lá, já mudou bastante, eram famílias..."*¹¹

Ao relembrem suas histórias pessoais, os sujeitos retomam o valor de memória presente na história da vida social do lugar, que fora repleto de habitações familiares, e remontam à vivência no local descrita pelas gerações que os precederam. Sob este aspecto, além desta comunidade cultural referir-se à dimensão imaterial das edificações, também se refere ao valor de antiguidade associado às construções, tanto à Igreja de Nossa Senhora do Terço como ao casario, uma vez que estes bens culturais existiam ainda antes das *'pessoas que já partiram'* e que eram consideradas *'antigas'* por estes sujeitos patrimoniais. Neste ponto, o valor de antiguidade do bem cultural material não estaria relacionado aos aspectos fisionômicos da ação inexorável do tempo sobre o bem cultural, que seriam constituintes deste valor nas descrições de Riegl (1903), mas na memória da vivência e experiência das gerações passadas, memória esta que fora transmitida para esta comunidade cultural através da oralidade.

A hipótese da demolição do pátio, da igreja e do casario traz à tona o valor afetivo vinculado às casas das pessoas que hoje estão mortas, mas que habitaram aquele casario.

*"Nem mesmo as casas das pessoas que não eram da religião, como seu João que morava quase em frente à 'Casa de Badia', [...] ele está encravado ali, no Pátio do Terço."*¹⁰

Além deste resgate da memória das personalidades associadas às edificações, a demolição hipotética é equiparada à atual descaracterização das edificações e apropriação por estrangeiros. A compra de parte do casario por estrangeiros tem sido observada pelos habitantes mais antigos como negativa para o lugar. Isto ocorre tanto pela descaracterização das populações tradicionais, como também pela descaracterização efetuada nas reformas para que as edificações

*"Não só a demolição acabaria com o lugar, este conjunto de casas que está sendo desfigurado. Se você prestar atenção, este bairro está sendo comprado por chineses e coreanos. As casas estão sendo desfiguradas, as fachadas modificadas e os interiores derrubados. E o bairro de São José só tem a perder com isso, porque a história deste bairro está se acabando."*¹³

possam ser utilizadas por estes novos habitantes do lugar.

Por fim, ainda acerca da perda, parte da comunidade cultural clama a restauração do Pátio do Terço, amparada pelo sentimento de autenticidade atribuído por estes sujeitos. O sentir 'autêntico' atribuído por estes entrevistados nada mais é que a garantia de que as emoções experimentadas, diante dos aspectos formais de determinado bem cultural, serão verdadeiras. E somente tornam-se verdadeiras se os atributos do local refletirem o pensamento da comunidade cultural, ao evocar suas memórias.

A respeito das transformações e reelaborações da Noite dos Tambores Silenciosos, o sentimento original ligado à experiência estética diante do bem imaterial não desvincula os valores atribuídos por aqueles que viveram a história da cerimônia ritualística.

A comunidade cultural também foi questionada acerca de uma hipotética transferência da Noite dos Tambores Silenciosos para outro local, assunto que causou a reflexão dos sujeitos e o destaque para alguns aspectos, sobretudo quanto à forma do Pátio e às diversas tentativas de ser relocada para outros lugares, desde que esta manifestação ganhou o caráter de 'tradição'. Para alguns dos entrevistados não há o que ponderar: o lugar é histórico.

O valor histórico provém da memória das tentativas de relocação desta celebração e confunde-se com o valor de identidade étnica: o sentido da manifestação está ligado ao lugar tanto pela vivência das pessoas que participaram – Sinhá, Yayá, Dona Santa e Badia – como pela saudação espontânea feita pelos maracatus à Igreja do Terço, ao se dirigirem ou retornarem do local onde desfilavam no Carnaval 'oficial' de Recife. Este ocorria em época anterior ao batismo dado por Paulo Viana, em 1962, à celebração Noite dos Tambores Silenciosos.

*“Se houvesse um prefeito que mandasse raspar todo aquele piche [...] sobre as pedras, os trilhos dos bondes estão lá: os trilhos, os dormentes... [...] **Eu acho que todas construções ali são importantes e todos os prédios, [...] devem ser restaurados.** Um dia caiu um, e pode cair outros, o de Badia está com cupim na cumeira, pode cair; [...] Existem fotografias que mostram como era o Pátio do Terço. E a prefeitura, que tem estas fotos, poderia restaurar todas aquelas casas que foram modificadas.”*³¹

*“[...] os significados pra mim não mudaram. O significado pra mim é como eu sinto. **Agora, a alegoria que hoje fazem é realmente uma antítese daquilo que sempre foi, do que era o certo, e o que era na criação.** Mas como o sentimento é maior, então, isto não me atinge, porque eu estou com aquele sentimento originário.”*³¹

*“Já houve projeto de tirarem dali, e eu digo: '**minha gente, ali já tem uma história**'. Queriam botar não sei aonde... eu digo: 'Não dá, não! Ali é a história!'”*¹⁴

Sobre este aspecto, alguns sujeitos trazem à tona a confusão gerada por alguns indivíduos acerca do sentido da Noite dos Tambores Silenciosos, que acabam por '*misturar a ideia*' desta celebração com o ritual de coroação dos reis e rainhas de maracatu, que também se constitui como bem cultural desta comunidade. Estes rituais de coroação são ligados historicamente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, e muitas pessoas confundem os sentidos destas duas manifestações, o que as faz reclamar a relocação da Noite dos tambores Silenciosos para o pátio daquela igreja. Ainda assim, parte da comunidade volta a enfatizar o sentido simbólico presente.

Ainda a respeito da possibilidade de transferência de local desta manifestação, há aqueles sujeitos que consideram que, '*pelo certo*', o Pátio do Terço tornou-se espacialmente pequeno para abrigar tamanha manifestação. A cada ano que passa, esta manifestação atrai um público cada vez maior para assistir ao '*espetáculo*', o que acaba por gerar transtornos durante o percurso dos maracatus. Há, ainda, sujeitos que especulam sobre outros locais, como forma de solucionar este dito '*problema*': a Noite poderia ser transferida para o '*Pátio de São Pedro*' ou para o '*Pátio do Carmo*', cujo espaço é amplo e ali '*caberiam muitos maracatus*'; mas todas as possibilidades são imediatamente vetadas pela própria comunidade, porque os sentidos que enraízam a manifestação no Pátio do Terço superam a sua pequenez espacial.

Esta comunidade é unânime contra qualquer hipótese de transferência desta manifestação, sobretudo em que pese os valores étnicos, de memória, afetivos e sagrados ligados ao lugar.

Os valores revelados a partir das interlocuções da Comunidade do Terço permitem delinear o diagrama a seguir, que sintetiza as relações entre os valores atribuídos aos bens culturais por

“Havia um cidadão que estava confundindo, ele queria que fosse na Igreja do Rosário, porque ele estava fazendo uma mistura com as coroações do Rei do Congo. Não tem nada a ver. E as pessoas dizem: ‘Mas a Noite dos Tambores Silenciosos não sempre existiu?’ A Noite dos Tambores foi uma coisa criada aqui, por causa do local, por causa de uma monte de coisas e por causa dos assuntos da época. Não tem nada de continuidade com Reis do Congo.” ³¹

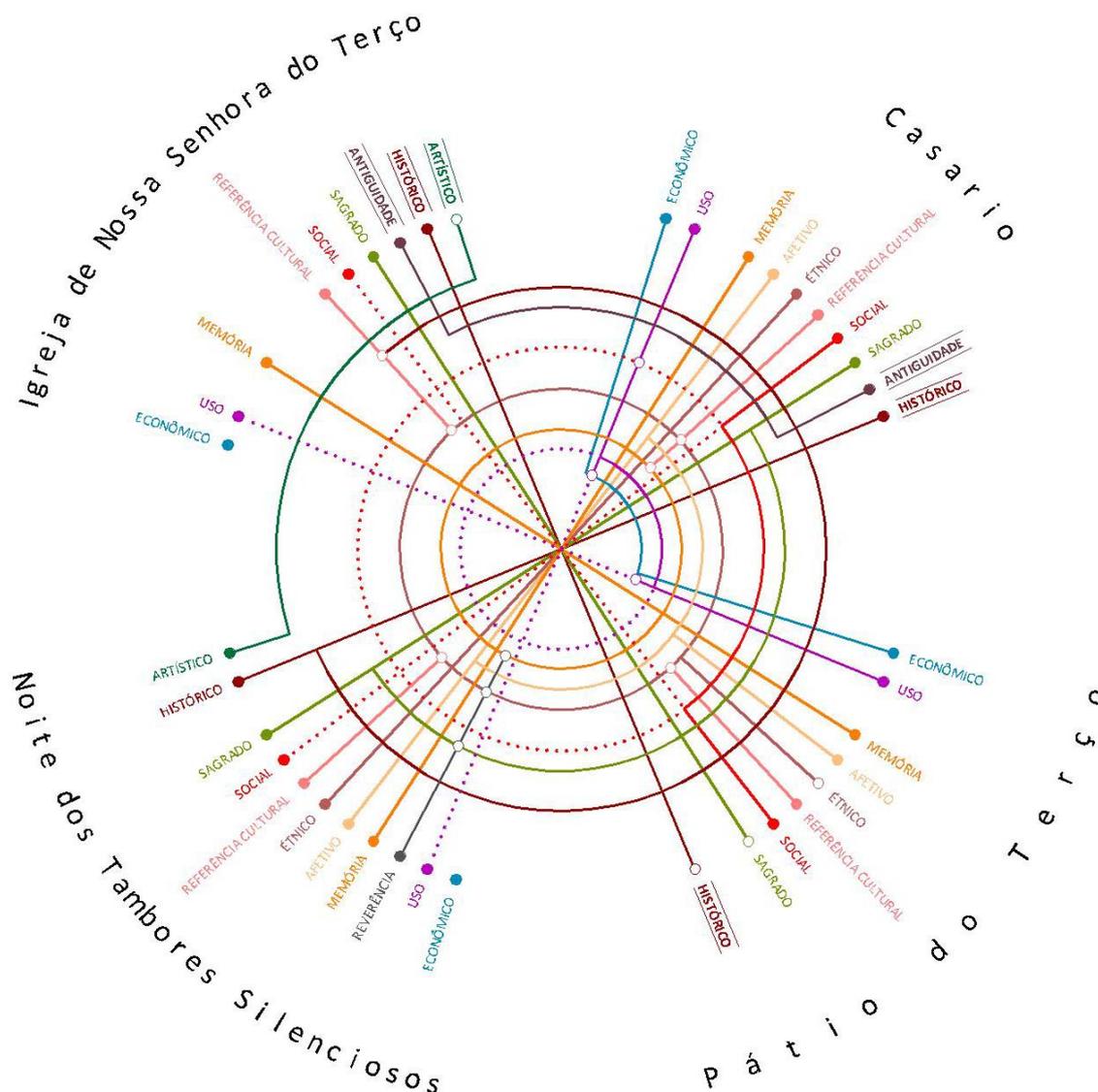
“Eles já tiveram esta idéia de tirar daqui, do pátio. Mas não tem como, não! Porque foi o local de onde os negros saltavam do navio. [...] E eles passavam nesta Igreja, que era uma capelinha, [...] oravam e partiam. Quer dizer: é uma coisa muito histórica, muito fechada e, se sair daqui, fica sem sentido, apesar do local estar ficando pequeno para o evento, não é? Para a quantidade de pessoas. Mas, se sair, fica sem sentido.” ¹²

“[...] aquele lugar é sagrado por tudo... [chora] Desculpe, eu acho que não deve sair dali. Ali estão realmente os eguns, eles estão ali... Apesar da bagunça que fazem hoje, os eguns ainda estão ali: Badia morou ali, Sinhá [...], Yayá [...], o meu avô dirigiu aquela casa, meu pai [...], meu tio [...]. Eu acredito que a própria casa, o próprio prédio ainda mantém alguma energia...” ¹⁰

esta comunidade.

Gráfico 40 – Diagrama dos Valores da Comunidade do Terço

Fonte: elaborado pela autora.



Este Diagrama ilustra a incidência dos valores atribuídos pela Comunidade do Terço aos bens culturais. O diagrama indica valores autônomos atribuídos a cada bem cultural per se, como também apresenta valores derivados e as relações de valores irradiantes de cada um dos bens. A maior quantidade de valores irradiantes significa uma relação intensa entre os bens culturais e neste diagrama é possível visualizar grande quantidade de valores irradiantes entre todos os

bens culturais, ora irradiando entre o Pátio, a Manifestação e o Casario, ora irradiando entre a Igreja, o Casario e o Pátio.

Existe um valor social autônomo a cada bem cultural. Há uma forte relação entre o valor social do Casario e do Pátio e, no passado, haviam conexões entre estes e o valores sociais da Manifestação e da Igreja. Embora os valores de uso do casario não sejam mais conectados aos valores sociais, os valores econômicos ligados aos valores de uso do Pátio do Terço reforçam a tendência de utilização do Pátio para trocas comerciais, haja vista o relato da redução da quantidade de moradias do Casario.

O valor artístico autônomo atribuído à Noite dos Tambores Silenciosos deriva-se para o valor artístico da Igreja. A Igreja possui o valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor sagrado do Pátio é derivado do valor autônomo da Igreja. Há conexões irradiantes entre os valores autônomos sagrados do Pátio, Casario e Manifestação.

O valor histórico do Pátio é derivado do valor autônomo da Igreja, do Casario e da Manifestação. Há conexões irradiantes entre os valores autônomos históricos do Pátio, Casario e Manifestação. Os bens culturais materiais possuem o valor histórico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor de antiguidade autônomo da Igreja e Casario possui conexões entre estes bens. A Igreja e o Casario possuem o valor de antiguidade reconhecido como valor patrimonial pela Municipalidade.

Os valores afetivos irradiam-se entre o Casario, o Pátio e a Manifestação.

Os valores de memória irradiam-se entre todos os bens culturais.

Os valores étnicos autônomos do Casario e da Manifestação, derivam-se para o Pátio e irradiam-se para o conjunto.

Os valores de referência cultural autônomos de cada bem cultural possuem características distintas entre cada um dos bens culturais. O valor de referência cultural do Pátio e da Manifestação ancora-se no valor étnico. O valor de referência cultural do Casario

ancora-se nos valores étnicos e de memória. O valor de referência cultural da Igreja ancora-se nos valores histórico e étnico.

O valor de reverência da Manifestação é derivado dos valores sagrados, étnicos e de memória irradiantes entre os bens culturais.

5.1.2 Os valores da Comunidade do Carmo

A interpretação dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais pela Comunidade do Carmo ancora-se nas narrativas dos sujeitos ao exporem a relevância e os significados das manifestações que tomam lugar no Pátio do Carmo. Os valores provêm dos relatos dos significados que as manifestações da cultura têm para estes sujeitos, bem como do conhecimento que estes sujeitos têm sobre a história do pátio. Também é possível perceber seus valores diante da hipótese da perda destes bens culturais, quer seja através de transferência das celebrações para outro lugar, quer seja através de demolições das edificações.

Indagados sobre a história do Pátio do Carmo, a maioria dos entrevistados revelou desconhecer sua história, inclusive sobre a demolição que desfigurou a forma arquitetônica original do casario que compunha o pátio. Somente recordam este fato aqueles sujeitos que vivenciaram estas demolições, ou que através da memória oral receberam informações sobre essa perda. O valor de memória é salientado por aqueles que relembram a vida social no espaço arquitetônico perdido. Relembrar a perda do casario evoca também os laços sociais que existiam no local, quando havia a população de residentes neste pátio.

Apesar da supressão dos valores sociais em decorrência dessa demolição, este pátio ainda conserva valores sagrados resultantes do cumprimento de sua função original como lugar de práticas litúrgicas em extensão das atividades eclesiais provenientes do templo. Neste ponto, é possível salientar que há uma relação direta entre as manifestações do templo com aquelas ditas

*“Antes de ter a avenida [Dantas Barreto] era tudo prédio antigo aqui neste pátio e ali onde está a avenida... Mas o prefeito não quis nem saber e botou tudo abaixo, muita gente teve que sair, quase todo mundo que morava ali foi-se embora, os que moravam nas outras ruas e eram parentes também... aqui todo mundo se conhecia. Aqui neste pátio, já não tem mais morador [...]”*¹⁹

“Do ponto de vista religioso, a gente pode dizer, é um modo de se estender a igreja, do ponto de vista do seu culto, para a própria cidade, para a própria rua. É como se a gente quisesse tentar integrar aquilo que está lá fora dentro do contexto da celebração que acontece no templo internamente. Como valor cultural, a gente poderia até resgatar mais estes momentos, justamente para dar o sentido

tradicionais que ocorrem no pátio.

As atividades litúrgicas estendidas do templo para o pátio têm como principal expoente, como tradição, a Festa de Nossa Senhora do Carmo, cujos valores sagrados são reconhecidos por todos os sujeitos entrevistados. Quando estes foram questionados sobre a importância da Festa do Carmo, expõem como principal sentido da manifestação o seu caráter sagrado ligado à importância religiosa daquele momento de louvação dos devotos para com a Virgem do Carmo.

A fé em Nossa Senhora do Carmo, atribuída pela comunidade, indica que a presença de valores religiosos, especialmente durante sua Festa, é proveniente tanto dos praticantes do catolicismo como daqueles pertencentes ao candomblé. Isto posto, considera-se que os valores sagrados possuem um caráter sincrético relativos a louvação à Santa.

No entanto, apesar de sua dimensão sagrada estar relacionada ao momento de grande fruição religiosa, a Festa do Carmo torna-se também um momento de movimentação econômica tanto para o Clero, como para alguns dos sujeitos entrevistados. A arrecadação de fundos para manutenção e restauro dos altares e da Basílica através da comercialização de artigos religiosos, flores e do aluguel do espaço do pátio para instalação do parque de diversões e quiosques de alimentação e comércio de artigos religiosos, suscita valores econômicos para os sujeitos entrevistados. Há sujeitos desta comunidade que são atraídos para a festa somente pela possibilidade econômica que ela promove, embora a maioria dos sujeitos expõe que estes são valores secundários, e mais importantes que estes são os religiosos.

O valor econômico é observado por aqueles sujeitos que utilizam o espaço da Festa para trabalho, bem como pela comunidade católica praticante que contribui para a manutenção da

*daquilo que é o pátio agregado às igrejas. Se pode dizer que, praticamente na arquitetura colonial todas as igrejas principais elas estão incorporadas à um adro, a um pátio. E era justamente para isso, para este **estender-se da liturgia para o ambiente externo da igreja**. Acho que resgatar isso é importante para que a gente possa qualificar este espaço para a finalidade que ele foi feito.”*¹⁶

*“É sobre a religião, né? Tem crente que tem devoção com a santa... quando a pessoa tá aqui nessa festa e nessa igreja, é porque a pessoa crê, tem devoção com a santa.”*³³

*“Para mim é a bênção, é a paz, é tranquilidade. É a fé que nós temos pela Santa.”*³⁴

*“[...] a importância desta festa para mim está no lado religioso[...]. Mas além disso está sobrevivência, eu trabalho com comércio de artigos religiosos durante o ano inteiro em Olinda e na época da festa eu venho pra cá.”*²⁰

*“É porque aqui é festa de tradição.[...] Nós que viemos **trabalhar** aqui não olhamos muito para esse 'negócio de religião', não, olhamos mais é pro 'movimento' do lugar; porque nessa festa aqui você abre às oito da manhã e já está **ganhando dinheiro**, ganha dinheiro o dia todo [...]”*³⁵

*“Aquilo levou mais de seis anos para fazer. **Tudo o que tem aqui é a gente que faz, a comunidade, os devotos**. Quem é devoto de Nossa Senhora do Carmo é devoto mesmo, sabe? [...] E a gente aqui, trabalha como voluntária para organizar*

igreja. É possível reconhecer que mediante a necessidade de arrecadação de fundos, os católicos praticantes estabelecem redes de relação social, elaborando vários eventos com o objetivo de arrecadar fundos para suprir as necessidades da Igreja, quer sejam elas materiais ou sociais.

*tudo, desde a Festa até o teto. [...] O povo pensa: 'foi a Basílica'. Mas não! A gente aqui é uma equipe grande e que organiza um monte de coisas: é bingo, é jantar. [...] E é sempre para cuidar da Igreja. Tudo é em prol da igreja [...]."*¹⁷

Os entrevistados também foram questionados em relação à história da Festa do Carmo e se teriam alguma história pessoal ligada à fé do Carmo. A maior parte dos sujeitos afirma não conhecer ou não se considera com propriedade para falar sobre sua história. Apenas os entrevistados ligados ao clero afirmam ter este conhecimento, mesmo que parcial, ligado à relação entre os freis e a festa. Os demais entrevistados, quer sejam devotos ou não, acreditam que a festa sempre existiu ou têm memória que é muito 'antiga', revelando-se aí o valor de antiguidade desta festividade ligado ao valor de memória.

Diante da questão sobre a história da festa, houve quem negasse o conhecimento histórico, mas narrasse suas memórias sobre conflitos que houveram entre prefeitura, Clero e ambulantes no Pátio do Carmo durante a festa. Os conflitos narrados teriam sido em decorrência da disputa pelo lugar de comércio estabelecido durante as festividades. Essas narrativas evidenciam a ligação pessoal e vínculos familiares que se estabeleceram no lugar, embora os conflitos gerados devido à apropriação e ao uso do Pátio durante a festa em prol de valores econômicos suprimam estes vínculos afetivos.

*"Não conheço, só sei que é muito antiga e sempre teve. Desde menino eu vendia frutas com meus irmãos aqui em São José, até que meu pai conseguiu uma barraca aqui no Carmo, e hoje sou eu quem estou. Antigamente saía até morte aqui entre a prefeitura e os barraqueiros, porque queriam tirar a gente à força. Se você vier aqui durante a Festa vai ver como este pátio fica cheio de barracas. Mas agora tem que pagar aluguel para os padres, e eu que estou neste ponto há mais de quarenta anos [...]."*¹⁹

O valor histórico da celebração é evidenciado através do modo como o conhecimento sobre a história da festa é proferido pelos entrevistados acerca da relação datável entre a presença dos carmelitas espanhóis com a Restauração da Província Carmelita no final do Século XIX e decorrente impulsionamento da festa. A presença dos carmelitas espanhóis também é evidenciada no valor artístico materializado no altar-mor e no interior do templo.

*"A procissão do Carmo, historicamente ela está agregada ao estabelecimento dos carmelitas aqui em Recife. [...] A partir de 1894 a província começa a se restabelecer, e também o culto à nossa senhora do Carmo sendo impulsionado pela vinda dos carmelitas espanhóis. É tanto que a própria modificação arquitetônica do altar-mor, ela está ligada à tradição espanhola."*¹⁶

Estes sujeitos são indagados sobre uma possível transferência dessa festa para outro local. A maior parcela dos

"Estas manifestações que ocorrem no pátio são extensão das atividades que ocorrem no interior da Basílica. A festa não pode ser

entrevistado considera *'impossível'* sua transferência, alegando que as manifestações são extensão das atividades da Igreja, e a festa de Nossa Senhora do Carmo *'pertence'* à Basílica.

Diante da hipotética transferência da festa, houve entrevistados que demonstraram-se preocupados com a identificação dos devotos e de novos fiéis em relação à Nossa Senhora, remetendo ao valor de referência entre esta celebração, a Basílica do Carmo e o centro de Recife. Há quem lembre que a perda da relação entre estes bens culturais poderia incidir também sobre os valores religiosos, contribuindo para sua dispersão. Consideram esta Festa uma tradição do lugar, e sua transferência poderia desestabilizar os valores religiosos entre os praticantes mais recentes do culto católico. A permanência da festa no local seria uma segurança da identificação destes valores.

Além dos valores sagrados que emanam da permanência da festa no local, também designam valores de referência cultural, por se tratar da festa da Padroeira de Recife. A festa adquire este valor não somente devido sua dimensão e caráter representativo da cidade, mas inclusive pela história da manifestação ter sido sempre neste local.

Os entrevistados que consideram possível a transferência da Festa do Carmo julgam como transferível apenas a dimensão profana desta festividade. Houve quem reclamasse por um espaço físico maior para os jogos, tratando, não da transferência, mas da ampliação do espaço ocupado pela *'festa profana'* em direção à Avenida Dantas Barreto. Houve ainda quem considerasse que uma celebração religiosa não deve conter jogos e comercialização de bebidas alcoólicas. Sob este último aspecto, fica evidente a relação pessoal estabelecida diante de inúmeros conflitos entre os comerciantes que acompanham a efemeridade da festa e os comerciantes que estão estabelecidos permanentemente no pátio, ao

transferida."¹⁶

*"Não pode. A Festa tem que ser aqui na Basílica, porque já está caracterizado de ser aqui e os fiéis procuram sempre a Basílica."*²²

*"Eu acho que não pode transferir, justamente por conta da tradição, sempre foi aqui. E também eu acho que aqui é o centro da cidade, o coração de tudo. E porque não deve ser mudado, porque os católicos em Recife, não aqueles que são convictos, mas aqueles que estão começando ainda, eles são ainda muito volúveis e se a gente começar a mexer, eles podem distorcer a idéia do que já esta firmado."*²¹

*"Ela deve continuar aqui todos os anos, porque ela é padroeira da cidade do Recife. Não tem condições de transferir, porque esta festa é da cidade do Recife."*²⁰

*"Acho que poderia sim, [...] é muito apertado aqui. Uma via feito essa, se conseguisse interditar até a esquina. Eu acho que seria bem melhor"*³⁷

"Eu já acompanho há muito tempo... e não acho importante manter as festas, porque onde já se viu numa festa de igreja ter bar, jogos, parque... fica tudo misturado... e também a gente que sempre está aqui fica prejudicado por estas barracas da festa... deveria ser só a festa da igreja mas os padres querem ganhar dinheiro, ai fica esta mistura... [...] porque aqui é a casa de Deus e os jogos não

relacionar a festa profana em relação aos valores religiosos.

A importância das edificações que dão forma à atual configuração do Pátio do Carmo foi pouco citada. Isto porque ainda permanece viva a lembrança da destruição do conjunto arquitetônico que configurava a forma original do pátio, antes da abertura da Avenida Dantas Barreto.

No entanto, mesmo que as edificações que ora definem o espaço do pátio não sejam mais aquelas que deram sua forma original, os entrevistados reconhecem sua relevância, especialmente no sentido de '*antiguidade*' destas edificações. O valor de antiguidade está ligado à noção de temporalidade da construção destas edificações que ou não tem aparência de construções atuais, ou são construções que já existem há muito tempo. Houve quem expusesse que além destas construções serem importantes como antiguidades, o tipo de uso que comportam é igualmente relevante. Há quem aponte a importância social das moradias como valor de uso do casario.

Os depoimentos ao lado ilustram, além do valor de uso que o casario poderia comportar, o reconhecimento dos valores histórico e de antiguidade atribuídos à Basílica. O templo apresenta atribuído a si, além de valores históricos e religiosos, também o valor social e econômico ligados à pessoas que trabalham para sua conservação e restauro. São atribuídos valores artísticos relacionados ao sentimento de beleza diante do templo edificado.

Dentre os sujeitos entrevistados, houve aqueles que atribuíram relevância simbólica à Basílica, por se tratar de uma construção representativa ligada a valores afetivos pessoais, para além dos valores religiosos, considerando-a '*a mãe de todas as igrejas*'. Fica exposto o valor de referência atribuído ao templo. Além disso, é narrada a importância de sua permanência como conservação das antigas tradições, das memórias das pessoas e da história da

são coisa de Deus."¹⁹

*"Os prédios não são [importantes] porque os mais antigos já foram demolidos e o pátio foi todo modificado... mas a Basílica, esta sim é muito importante, é uma das mais antigas daqui do bairro, é muito bonita também, e é a casa de Nossa Senhora, a padroeira de Recife."*¹⁵

*"Os edifícios eles nos contam história, são construções que falam da história da cidade [...]. É claro que hoje o pátio está descaracterizado na sua estrutura, nós ainda temos algum resquício de casarões antigos, que nem eram do pátio, eles eram da rua posterior ao pátio [...]."*¹⁶

*"É muito importante, são casas antigas. Mas se tivesse morador era melhor ainda. Porque os moradores daqui, não tem. Ai ficam assim, abandonados. Só vem gente de fora, pessoas que vem de fora pra cá."*³⁷

*"A igreja é um prédio histórico. É um prédio antigo para os devotos. E esses aqui são o comércio[...] é rodeado de comércio. Apesar de ter muita gente que vem de todo canto aqui, seria bom que tivesse gente morando também."*³³

*"[...] eu vivo lá nos 'bastidores' restaurando. É uma igreja lindíssima, uma das mais bonitas de Pernambuco."*¹⁵

"Então pra mim é conservar e preservar a história nossa. De como iniciou o Recife, das tradições antigas, das pessoas que passaram por aqui, que construíram sua história e que hoje nos damos continuidade a tudo isso. Então pra mim tem uma importância muito grande por causa do chamado de Nossa Senhora pra minha vida. Então eu acho assim, a

cidade.

Do mesmo modo que ocorre em relação à Festa, existem sujeitos da Comunidade do Terço para os quais este templo apresenta relevância, cujos depoimentos revelam valores de memória e religiosos entrelaçados a aspectos sincréticos do candomblé.

Referente à importância das edificações, os entrevistados falam sobre a preservação do conjunto arquitetônico, não somente por sua história, abordam também o potencial turístico de sua requalificação, estabelecido na forma visual das edificações, no sentimento de beleza que emerge de sua aparência. O sentido turístico ancora-se nos valores econômicos e está ligado aos valores artísticos destes bens.

Quando os entrevistados são indagados sobre a história da Basílica, a maioria destes entrevistados afirma desconhecer, e de modo semelhante ocorre em relação à história do pátio. No entanto, em relação à Basílica somente aqueles sujeitos que tratam diariamente da conservação e restauro e o entrevistado pertencente ao Clero afirmam conhecer sua história.

Quando os entrevistados são questionados sobre a hipótese de demolição da igreja, são unânimes em relação à perda da Basílica, uma vez que a demolição abalaria os sentidos de pertença daqueles entrevistados para os quais importam os vínculos afetivos e religiosos, exaltando os valores históricos.

Resta ainda um sentido último atribuído às manifestações do pátio, em relação às manifestações dos outros pátios investigados. De acordo com os entrevistados, as práticas religiosas diárias adquirem uma conotação simbólica por serem referência do tipo de relação de uso para qual os pátios foram construídos. O pátio do Carmo, embora não tenha mais sua feição arquitetônica original, conserva-se como suporte para as práticas religiosas em extensão da

*Basílica do Carmo é a casa mãe de todas as igrejas.”*²¹

*“Quando você vira Iaô, aí tem uma missa. Eu quando virei Iaô, minha missa foi ali na Basílica do Carmo. Por causa de Oxum, que é Nossa Senhora do Carmo.”*¹¹

*“Eu sou recifense de nascimento e olindense de vivência, mas assim, eu acho que o conjunto deveria ser mais preservado, deveria ter um olhar mais intenso sobre ele. E para que o turista em si, quando chegasse aqui, tenha o que ver realmente. Então eu não vejo vantagem nenhuma no turista chegar aqui e ver ruína, ver os prédios tudo descascado, mal preservados, desabando. Eu me envergonho e vou levar os turistas pra outros lugares que tenham belezas naturais que pelo menos não estão depredados.”*²⁰

*“Só sei que antes de ser a Basílica do Carmo, dos carmelitas virem de Olinda pra cá, aqui era a casa de praia de Maurício de Nassau.”*¹⁵

“Não. Ai esbarra com o próprio sentimento de pertença, isto aí pertence à Ordem. [...] E o importante é que não é um monumento morto. Quer dizer, há uma interação ainda muito grande entre o monumento, o que acontece nele e as pessoas que freqüentam.[...] O Pátio do Carmo teve muitas lutas, a gente brigou judicialmente para garantir este caráter religioso, [...] porque é o único espaço que restou no centro, a Basílica é umas das poucas, que permanece sendo freqüentada diariamente por seus fiéis. As missas sempre são repletas de fiéis de todos lugares, de cidade distantes e próximas. Enquanto que outras igrejas

O diagrama indica valores autônomos atribuídos a cada bem cultural per si, como também apresenta valores derivados e as relações de valores irradiantes de cada um dos bens. A maior quantidade de valores irradiantes significa uma relação intensa entre os bens culturais e neste diagrama é possível visualizar uma maior quantidade de valores irradiantes entre o Pátio, a Basílica e a Manifestação. Os valores sociais existentes são autônomos também da Festa, da Basílica e do Pátio, porém há um forte vínculo irradiado entre a Basílica e a Manifestação. A demolição do Casario original levou consigo valores sociais e de uso e as relações que existiam entre os demais bens culturais.

O valor artístico autônomo é atribuído apenas à Basílica, a qual possui o valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor sagrado do Pátio é derivado do valor autônomo da Basílica. A Manifestação possui valor sagrado autônomo. Há conexões irradiantes entre os valores sagrados da Basílica, Pátio e Manifestação. O vínculo entre valores de uso e os valores sagrados entre estes bens culturais reforçam a tendência do pátio de manter suas tradições eclesiais, ainda que hajam valores de uso ligados a valores sagrados com forte conotação econômica. Os valores de referência cultural entre a Basílica e a Festa amparam-se no valor sagrado.

O valor histórico autônomo do Pátio, Basílica e Manifestação irradia-se entre estes bens culturais. Havia conexões irradiantes com os valores históricos do Casario, mas que se perderam com a demolição. A Basílica possui o valor histórico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor de antiguidade autônomo foi atribuído à Basílica, à Festa e ao Casario existente. Há conexões irradiantes entre os valores da Manifestação e da Basílica. A Basílica e o Casario possuem o valor de antiguidade reconhecido como valor patrimonial pela Municipalidade.

Os valores afetivos irradiam-se entre a Basílica, o Pátio e a Manifestação.

Os valores de memória irradiam-se entre todos os bens culturais.

Há um valor étnico autônomo na Manifestação.

5.1.3 Os valores da Comunidade de São Pedro

A análise dos valores atribuídos pela Comunidade de São Pedro fundamentou-se nas interlocuções dos entrevistados ao exporem a relevância e os significados dos eventos localizados no Pátio de São Pedro, com destaque para a Terça Negra. Os valores são provenientes dos significados que os eventos têm para estes sujeitos, bem como do conhecimento que estes sujeitos têm sobre a história do pátio e deste evento. Igualmente, os valores podem ser apreendidos diante da hipótese da perda destes artefatos culturais, quer seja através de transferência destes eventos para outro lugar, quer seja através de demolições das edificações.

Ao ser questionado acerca da importância do Pátio de São Pedro, o sujeito-morador deixa entrever a perda do valor social associado ao valor de uso. Esta perda está relacionada à mudança do uso habitacional tradicional do casario para o uso institucional que foi gradativamente ganhando espaço. Estas transformações também geraram mudanças nos valores sociais do pátio, que não estão mais presentes na relação entre o pátio e o casario como extensão da vida familiar. Os usos institucionais do casario fortalecem e promovem eventos no pátio.

Além disso, o sujeito-morador, que é ligado à Igreja, relaciona a estes eventos as práticas dos frequentadores que entram em conflito com os valores sagrados da Igreja. As questões de pertencimento ficam evidenciadas quando colocamos lado a lado os depoimentos acerca da importância do pátio para o ‘sujeito-morador’ e ‘sujeito-institucional’. O sujeito-morador vê-se impedido de exercer suas práticas tradicionais como morador do bairro, tolhidas pela vigilância do lugar. O valor de memória do pátio é apreendido pelo sujeito-institucional que tem seu cotidiano ligado ao local, através das narrativas explanadas por antigos frequentadores e moradores do lugar. Embora o sujeito-institucional reconheça que não possui sentimento de pertença com o lugar, as práticas institucionais de gestão político-econômica-social do pátio ocorrem há cerca de 30

*“Hoje mesmo a prefeitura está ocupando essas casas e no pátio mesmo **não mora mais ninguém**. Eu moro aqui do lado, no final de semana fica deserto, e assim vai. Colocaram esse palco aí na frente, e o povo fica de costas para a Igreja. A própria prefeitura fez isso. Quando tem essa Terça Negra [...], tem grupo que sobe no palco e ainda ofende a Igreja.”²⁵*

“[...]Então eu não fiz parte da história deste pátio, eu vou conhecendo as histórias deste pátio aos pouquinhos, aos pedaços, a medida que vou conhecendo as pessoas. E se você se sentar aqui, a qualquer hora do dia você vai encontrar as pessoas dizendo: ‘Mas eu frequento este bairro, esse pátio há mais de 50 anos...’ Mesma coisa é o sacristão, o Seu Fernando, ele mora aqui do lado há não sei quantos anos. E ele veio reclamar que a guarda veio brigar com ele no domingo, que ele deixou as crianças dele brincando no palco. O palco vazio, ninguém usando, e a guarda veio brigar com ele. Então a gente foi falar, e ele disse: ‘o que vocês estão fazendo aqui? Vocês não tem nada a ver com este Pátio, não usam e não fazem parte

anos, confirmando a presença de sujeitos institucionais pretéritos.

A pertença do pátio é colocada foco, e não se encontra identificação por antigos moradores com os eventos institucionais que ocorrem. Os únicos eventos promovidos pela Prefeitura que os entrevistados reconhecem, em certa medida, uma relação com a Igreja são aqueles do ciclo natalino, dado que são manifestações profanas e que possuem vinculação com o calendário litúrgico da Igreja. O sujeito-morador, ao indicar a importância do pátio como extensão da igreja, atribui um valor de referência ligado à importância da Igreja como monumento por seus valores artísticos.

Ao serem indagados acerca da importância da Terça Negra, a maioria dos entrevistados salienta os valores étnicos e valores sociais de reconhecimento da cultura negra. Além disso, indicam valores afetivos ligados a pertencimento dos grupos ao Movimento Negro Unificado, e a Terça Negra como bem cultural pertencente ao grupo social. O enfoque deste bem cultural é a promoção com maior frequência de shows e eventos relacionados os grupos culturais vinculados a valores sagrados das manifestações étnico-religiosas.

O Pátio de São Pedro é vislumbrado como um espaço conquistado pelo Movimento Negro, para que Terça Negra tenha lugar para ser valorizada.

Embora a Terça Negra possua vinculado a si o valor sagrado e o valor étnico, cada grupo cultural vê sua participação nos eventos promovidos de modo distintos. Há grupos de que só vinculam sua participação no evento ocorrido no Pátio de São Pedro nas datas comemorativas de valorização étnica e sagrada. A justificativa apresentada coincide com o valor sagrado sincrético da Festa de Nossa Senhora do Carmo e com o valor étnico do dia da Consciência Negra, vinculados ao Pátio do Carmo.

disso e vem brigar por causa de criança.”²³

*“A igreja é o centro disso tudo. Só há o pátio porque a Igreja está aqui, desde 1728, quando começaram a sua construção. É uma igreja muito importante, é um dos maiores símbolos da igreja católica em Pernambuco.”*²⁵

*“Eu vejo como importância geral para o movimento negro. Hoje a Terça Negra tem esta importância porque, além do que as pessoas vêem em relação a beleza do evento [...], há uma luta diária para que aconteça, há um comprometimento do MNU e dos grupos. [...] A partir da Terça Negra tem o meu resgate pessoal em relação ao movimento. [...] Então ficou com o objetivo de dar visibilidade aos grupos culturais que tem como o terreiro seu ponto de partida e que só apareciam durante o carnaval.”*²⁹

*“Terça Negra é a visibilidade e o espaço que a cultura negra vem adquirindo[...] já conquistamos este espaço no Pátio.”*²⁶

*“[para participar da Terça Negra] a gente é convidado, eles ligam, perguntando se a gente pode fazer a apresentação tal dia, eles mandam o transporte e gente vai e faz. Mas eu só faço apresentação duas vezes no ano lá, que é no mês de julho, porque é festa de Nossa Senhora do Carmo, Oxum aí a gente vai e faz. E na Semana da Consciência Negra, porque temos vários trabalhos sociais e rola cachê.”*²⁸

“[...] Sei que anteriormente

Sobre a história do Pátio, uma parte desta comunidade narra as transformações ocorridas para desapropriação de moradias efetuadas na década de 1970, que pretendiam a inserção de novos usos e a elitização do pátio. Além destas ações promovidas pela administração pública, lembram das obras de revitalização mais recentes, concluídas no início deste século e que objetivavam mais uma vez ‘elitização’ do Pátio. No entanto, mesmo quando implementadas estas propostas de mudanças de usos mais nobres, em pouco tempo percebe-se o abandono dos novos comerciantes e a permanência dos bares e restaurantes tradicionais do local. O valor de uso expõe o vínculo e permanências das tradições com o lugar.

Quando questionado sobre a possibilidade de transferência das tradições do pátio de São Pedro, o entrevistado ligado ao pátio há cerca de 50 anos informa que não teria sentido abrir um restaurante ‘Buraco do Sargento’ em outro bairro, indicando o vínculo deste uso com o casario do pátio. O tempo que o restaurante está instalado no local corrobora para o enraizamento com o lugar. Reside aí um valor de antiguidade, associado ao valor de uso.

Quando indagados sobre a história da Terça Negra, a maioria dos entrevistados narra sua origem no ‘Bar do Didi’, até sua transferência para o Pátio de São Pedro, quando este grupo étnico-social ainda passa, então, a receber apoio da instituição pública para a promoção do evento. A ascensão política de militantes de movimentos sociais à gestão pública municipal instaurou o Núcleo Afro, órgão responsável por promover ações institucionais de valorização da cultura afrodescendente. Durante o processo de discussão política sobre o espaço público para abrigar a Terça Negra, o MNU reivindicou espaços históricos vinculados a valores étnicos, como o caso do Pátio do Terço. Embora houvesse o reconhecimento por parte da instituição pública destes valores étnicos vinculados ao pátio do Terço, o local que havia recebido investimentos econômicos para a revitalização foi o Pátio de São Pedro e que possui condições

*foi residência. “[...]uma vez fui lá no IPHAN para fazer um levantamento sobre as casas, porque as casas são da prefeitura [...] Não descobri muita coisa, mas me encantei pela história [...] Foi feito o restauro das casas, e fizeram uma mão de obra tremenda pra esvaziar o entorno do pátio de barracas, e o pátio. [...] Teve gente aqui que quando o pátio ficou em reforma passou fome, e não sabia se voltava. No final só se manteve no pátio as pessoas que não queriam que voltassem Acauã, Aroeira, Bangüê, Buraco do Sargento [...] Todo mundo que entrou na revitalização não ficou, foi embora. Então só ficou a comida regional, aqueles que já eram tradicionais aqui. Então essa é a vocação do pátio e teria que melhorar para estas pessoas daqui.”*²³

*“Acho que já esta enraizado no local. Papai está começou aqui desde 1955, e já é uma vida né. Acho não teria sentido, abrir o Buraco do Sargento 2 em Casa Amarela, né.”*²⁴

“O início foi com muita dificuldade. [...] Em 2000, mais ou menos em maio, começou no Pagode do Didi. Até que vimos que precisávamos de um espaço maior e de infra-estrutura para poder incentivar a ida dos grupos [...] Nós então tivemos uma conversa com o Prefeito e uma das reivindicações era um espaço para a Terça Negra. [...] Se entendia que este evento deveria ser feito num ponto mais histórico ligado a questão negra, que seria então o Pátio do Terço. [...] A prefeitura tinha o entendimento que este evento deveria acontecer no Pátio do Terço, mas não havia condições físicas e nem estruturais para se fazer um evento da proporção que a

de infraestrutura, palco, iluminação e som para abrigar tal evento.

Assim, percebe-se que as decisões que levaram o deslocamento da Terça Negra do ‘Bar do Didi’ para um lugar onde os grupos étnicos pudessem ganhar visibilidade e se verem valorizados, foram tomadas com base em valores econômicos em detrimento de valores étnicos de memória. A infra-estrutura instalada no local serviria de suporte para garantir a continuidade do evento e a atratividade para os grupos culturais.

Quando esta comunidade é indagada acerca da possibilidade de um novo deslocamento da Terça Negra, o sujeito-morador lembra que o evento não possui raízes no local, foi localizado no Pátio devido à existência de infraestrutura. Para além da utilização do Pátio, as interlocuções do sujeito expõem a possibilidade de transferência da Terça Negra visto que não possui valores sagrados com a Igreja, nem valores sociais com o casario e tampouco valores históricos com o pátio. Além da transferência da Terça Negra, este entrevistado expõe que não fosse pela ações de conservação do casario, os usos institucionais também poderiam ser transferidos para outro local.

Diante da possibilidade de transferência da Terça Negra, aqueles sujeitos que atribuem valor étnico confirmam a possibilidade de relocação deste evento, embora reconheçam o Pátio de São Pedro como espaço conquistado. No entanto, afirmam que poderia ser transferida para outros lugares aos quais são vinculados valores étnicos, sagrados, históricos e de memória que corroboram para o reconhecimento e valorização da identidade afro descendente. O Pátio do Carmo e o Pátio do Terço se colocam como lugares onde a memória étnica se ancora, e que são referência para parte desta comunidade cultural.

Embora não exista um vínculo étnico-social, a

*gente imaginava que era semanal. [...]E só paramos no final de 2001, dando agora um foco maior para transferir para o Pátio de São Pedro. Porque então? **Porque no Pátio de São Pedro havia uma estrutura física pronta, tinha acabado de ser restaurado, com equipamento de som com contrato firmado com a prefeitura por determinado tempo. [...]E assim ficou mais fácil pra gente por que teríamos o palco e o som.**”²⁹*

*“Essa Terça Negra nem sequer surgiu aqui no pátio. Trouxeram para cá só por causa do espaço e do palco, não tem nada a ver com a Igreja nem com as casas nem com a história. [...]Se não fosse pela recuperação das casas, essas salas da prefeitura aqui poderiam ir todas para o **Recife Antigo**, que ficaria perto até da sede da prefeitura.”²⁵*

*“Hoje eu não vejo tanto problema em sair do Pátio, nem por questão política em relação a perda de um espaço conquistado. Nós temos como proposta até fazer a **Terça itinerante**. [...] Gostaríamos muito de ter uma grande Terça Negra no **Pátio do Carmo**, mas teria uma grande problema em relação a questão religiosa. Já foi bastante difícil nestes últimos anos para colocar uma estátua de **Zumbi ali naquele pátio**, a igreja se opôs, mas conseguimos.”²⁹*

*“Então acho que se tentar mudar a Terça Negra do Pátio para outro lugar, não daria certo. Ela já faz parte do pátio. [...] Porque o encontro de Afoxés no domingo de carnaval, a parte religiosa começa no Pátio de São Pedro e a gente vai em cortejo até o **Pátio do Terço**. Que é um outro local que também seria de grande importância se a Terça Negra*

administração pública continua atuando na criação de “*eventos*” no Pátio de São Pedro. A promoção da Noite dos Afoxés pela Prefeitura é percebida como uma mais valia para os grupos de afoxés em relação à sua participação secundária à Noite dos Tambores Silenciosos. A Noite dos Afoxés é uma celebração que tem início no Pátio de São Pedro, o espaço conquistado, e prossegue para o Pátio do Terço. Aqui é possível entrever a vinculação de valores étnicos associados ao atual uso do Pátio de São Pedro com os valores étnicos impregnados na memória do Pátio do Terço.

Quando questionados sobre a importância das edificações do Pátio, há quem lembre do passado do pátio vinculado ao uso de moradia de famílias, que geravam modos distintos das atuais formas de convívio social no pátio, vinculados à promoção de manifestações carnavalescas. São lembradas as tradições fomentadas pelos moradores, a casa onde foi fundada o Bloco Batutas de São José. O valor de memória é associado ao valor social vinculado nos valores de uso.

Quando apresentada para a comunidade a hipotética demolição do conjunto arquitetônico são revelados valores históricos e de memória atribuídos à Igreja e ao casario, ainda que assimilem que esta destruição não é possível, visto que o tombamento assegura sua permanência. Também é atribuído um valor de antiguidade à igreja. Associados à possível destruição, os entrevistados deixam entrever valores afetivos ligados a recordações e parte da sua história pessoal ligada ao pátio. As edificações são vislumbradas como registro do passado, que para além de comportarem a história destes sujeitos, são portadoras da ‘*tradição do pátio*’.

*acontecesse lá...”*³⁰

*“Eu não concordaria não. Antigamente, a gente participava todo mundo junto, na Noite dos Tambores Silenciosos, lá no Pátio do Terço, junto com os maracatus. Só que ficava uma situação que você não podia nem se bolir. Para você apresentar um trabalho era muito difícil. Então, a partir da gestão da prefeitura agora, teve uma separação que foi muito bom pra gente. A gente sai do Pátio de São Pedro e vai para o Terço, então mostra o trabalho da gente. Que antigamente a gente não tinha nem chance.”*²⁸

*“São muito importantes. Apesar que papai conhece mais aqui do que eu, eu sou de 1950.[inaud] Apesar que aqui era tudo casa residencial, era casa de mercearia e no fundo era residência.[...] Aqui mesmo, na época que foi fundado o Batutas de São José era residência nessa época de 1932. O “Batutas” foi fundado nesta casa.”*²⁴

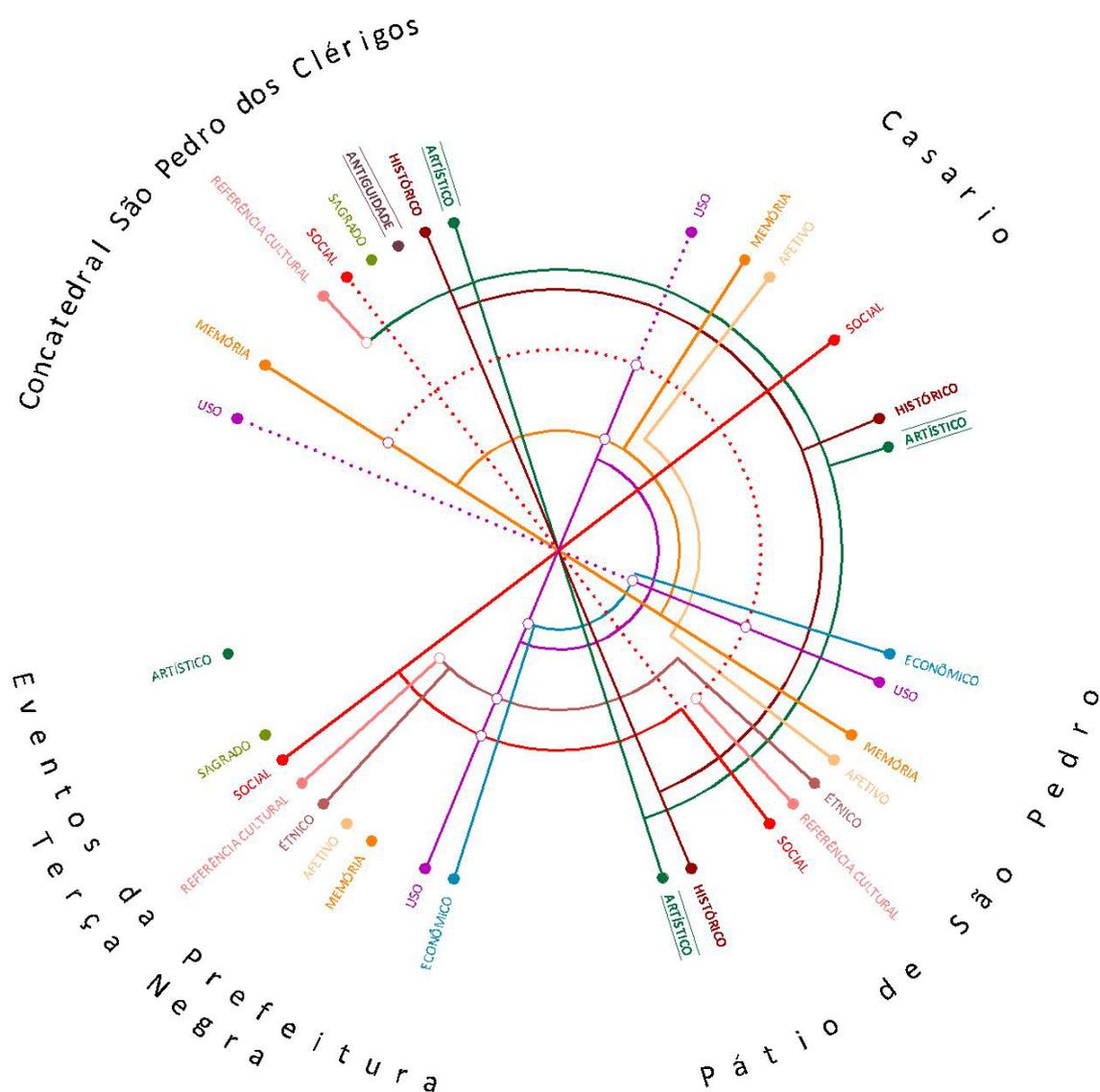
*“Não. Porque essa igreja tem muita história, é muito importante. Se demolir isso vai-se acabar uma parte importante da memória do bairro, da cidade.[...] Mas hoje, além disso, a Igreja é tombada e não podem demolir.”*²⁵

*“Chega me deu uma dor no coração agora.[...] Se acontecesse eu morria do coração. Que aconteça este advento, este cataclisma, que seja depois da minha vida aqui na Terra.”*²⁹

*“Não poderia não, é uma igreja secular. Perderia a tradição do Pátio, o Pátio não seria mais o mesmo, e nem seria mais um pátio. [...] As casas não deveria ser demolidas, porque é nossa história.[...]”*²⁴

Diante dessa explanação dos valores atribuídos pela Comunidade de São Pedro aos bens culturais existentes no Pátio de São Pedro, é possível sintetizar a relação entre valores conferidos aos bens culturais por meio do Diagrama de Valores apresentado na próxima página. Este diagrama indica valores autônomos atribuídos a cada bem cultural per si, como também apresenta valores derivados e as relações de valores irradiantes de cada um dos bens. Uma menor quantidade de valores irradiantes significa um menor vínculo entre os bens culturais, especialmente os eventos que possuem muitos valores autônomos.

Gráfico 42 – Diagrama dos Valores da Comunidade de São Pedro



Fonte: elaborado pela autora.

Existe um valor social autônomo em cada bem cultural. Há uma forte relação entre o valor social do Casario, da Manifestação e do Pátio e, no passado, havia conexões entre estes e o valores sociais da Igreja. Embora os valores de uso do Casario não sejam mais conectados aos valores sociais ligados à moradia, os valores sociais da Manifestação são diretamente conectados aos valores sociais do Casario e ambos irradiam os valores de uso do Pátio de São Pedro, expressando a tendência de utilização do Pátio para eventos promovidos pela Prefeitura reforçados pelos usos institucionais predominantes no Casario.

O valor artístico autônomo atribuído a todos os bens culturais irradia-se entre a Concatedral, o Casario e o Pátio. Estes bens culturais materiais possuem seu valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor sagrado é atribuído apenas à Concatedral. Já não há relação de valor sagrado entre a Concatedral e o Pátio, uma vez que o Pátio perdeu sua característica sagrada devido a sua utilização não mais relacionar-se aos usos da Concatedral.

O valor histórico autônomo atribuído aos bens culturais materiais irradia-se entre a Concatedral, o Casario e o Pátio.

O valor de antiguidade autônomo é atribuído apenas à Concatedral ainda que esta, o Pátio e o Casario sejam reconhecidos por seu valor patrimonial pela Municipalidade.

Os valores afetivos irradiam-se entre o Casario e o Pátio.

Os valores de memória autônomos para todos os bens culturais irradiam-se entre a Concatedral, o Casario e o Pátio, com destaque para o desejo de reconectar usos antigos do local.

Os valores étnicos autônomos do Pátio e da Manifestação irradiam-se entre si.

Os valores de referência cultural autônomos da Concatedral, da Manifestação e do Pátio possuem características distintas entre si. O valor de referência cultural da Concatedral ancora-se no valor artístico. O valor de referência cultural do Pátio deriva-se dos valores sociais. O valor de referência cultural da Manifestação ancora-se no valor étnico.

5.2 Os valores dos Especialistas

Este subcapítulo destina-se a identificar, sob a ótica dos especialistas, os sentidos e valores atribuídos às manifestações culturais. Discutem-se os valores ligados aos pátios investigados e às manifestações relacionadas a estes lugares. Esta interpretação sobre os valores dos lugares dos pátios do Terço, de São Pedro e do Carmo centra-se nas narrativas dos especialistas quanto aos significados das manifestações nestes lugares.

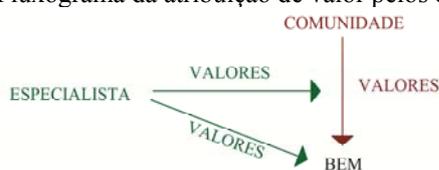
A abordagem dada pelos especialistas diante das indagações sobre os significados das manifestações ancorou-se, para a maioria dos entrevistados, sob o ponto de vista analítico e técnico, desprovido de relações pessoais com os bens em questão. Este tipo de abordagem reforçou os sentidos e significados atribuídos pelas comunidades às manifestações. Para a maior parte dos entrevistados, existe um valor de referência, situado na relevância dos sentidos e significados que as comunidades ou grupos atribuem aos bens culturais.

*“Existem significados diversos. A gente pensa na tentativa de querer manter e preservar, manter viva esta **memória**, e também de preservar e motivar para que ela não deixe de ocorrer enquanto manifestação. [...] o mais importante para mim é o que tem uma validade maior, que é partir de uma demanda da própria **comunidade geradora** deste ritual, ou deste brinquedo ou da manifestação, no sentido de mantê-la viva.”⁴*

Mesmo que se reportem à importância das tradições por estarem ligadas aos sentidos e valores das comunidades, os especialistas também valoram diretamente as manifestações. O depoimento anterior evidencia tanto o valor de memória como o valor social atribuídos pela entrevistada à relação entre o bem cultural e o grupo que o produz.

A atribuição de valores por estes entrevistados apresentou características distintas. Tanto os entrevistados podem evidenciar valores do ponto de vista técnico, do qual analisam os atributos das manifestações ou suas relações com a comunidade, como também houve aqueles entrevistados que, para além do pensamento técnico patrimonial, emitem juízo de valor relacionado à sua experiência emocional, à vivência do bem em questão (Figura 4). Neste caso, alguns entrevistados evocaram suas experiências pessoais com os lugares, com as celebrações, com o cotidiano, com o casario ou ainda com os monumentos.

Figura 21 – Fluxograma da atribuição de valor pelos especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

Os depoimentos ilustram as diferentes formas como o entrevistado atribui valores ao bem cultural, independentemente dos sentidos e valores que a comunidade possa atribuir ao bem em questão. Num primeiro caso, existe um valor de memória, no ato de relembrar o passado vivido no lugar, onde o entrevistado deixa explícito o valor afetivo vinculado ao lugar que corrobora para a construção de uma identidade. No segundo depoimento, há a distinção, para o entrevistado, dos seus valores pessoais para os valores atribuídos pela comunidade que tem fé, especialmente em relação às festividades católicas ligadas aos bens edificados. O terceiro depoimento ilustra que, além dos valores que a comunidade pode atribuir ao bem, e que são desconhecidos pelo interlocutor no momento da entrevista, existe um valor histórico ligado aos bens materiais, inerente ao seu potencial documental como vestígio de uma época.

Contudo, não se pretende analisar a posição tomada por cada especialista ao atribuir os valores aos bens culturais, mas identificar quais são os valores considerados e, particularmente, se reforçam aqueles apontados pelas comunidades.

Os especialistas identificam relações entre os bens culturais que exprimem sentidos e significados datados da época da constituição do espaço edificado destes lugares, bem como reconhecem que hoje existem valores distintos ligados a estes bens. O termo *'patrimônio'*, quando acompanhado da qualidade *'histórico'* e *'artístico'*, evoca automaticamente os valores históricos e artísticos ligados aos pátios, por existirem nestes locais igrejas-monumento que possuem estes valores legitimados historicamente pelos peritos institucionais do patrimônio.

Entretanto, para além dos valores patrimoniais, deste depoimento também se depreendem valores sagrados e valores étnicos, na medida em que se discorre sobre a relevância destas tradições por sua relação com a religiosidade e cultura africana ancoradas no Pátio do Terço. Além de reafirmar estes valores, há

*“Eu me lembro bem que eu deixava o carro na Avenida Guararapes e ia tomar um chope. [...] Depois eu ia embora pelo Bar do Gordo [...]. Mas eu tinha uma satisfação enorme, por causa do ambiente. Talvez seja uma visão um tanto romântica do processo de leitura da cidade, mas era como a cidade me passava a vista. Então, a representatividade do lugar diz muito daquilo que você se afeta dele.”*¹

*“[...] Eu não sendo católico, então pessoalmente eu não me ligo a eles. De uma maneira não pessoal, se eu for tentar pensar em termos de coletividade, algumas festas [...] detêm um forte significado para os fiéis, para as pessoas que as constroem de uma maneira geral.”*²

*“Tem importância, mas não sei como é para as pessoas que vivenciam. Se tomar o Pátio do Terço como referência, aquele casario, aquela Igreja é onde está inscrita a história. Mas como é articulado dentro da manifestação, eu não sei qual a importância da Igreja.”*⁷

*“O próprio Pátio representa um símbolo da arquitetura colonial brasileira. Hoje ele tem relacionado a si valores outros que vêm agregar valor ao próprio Patrimônio Histórico e Artístico. [...] O Pátio do Terço, além do monumento histórico que possui, detém hoje um grande significado para a cultura afro-brasileira.”*⁸

“No Pátio do Terço, há toda uma influência da cultura afro-brasileira [...], pois é o local onde se reuniam os negros chegados aqui em Pernambuco na época da Colônia [...]. Houve o desenvolvimento, a partir destas reuniões, das primeiras manifestações do carnaval, entre o sagrado e profano, ligadas com a religiosidade afro-brasileira [...]. E, até hoje, você vê que as pessoas que estão no entorno e neste local ainda sobrevivem levando em consideração estes

entrevistados que atribuem valor histórico ao pátio devido a acontecimentos que ocorreram ali em outra época.

Os depoimentos também salientaram o valor social presente na relação entre os moradores e as tradições. Este valor vincula-se ao lugar através da permanência das populações moradoras no casario que delimita o pátio, criando e recriando as manifestações, estendendo-se ao lugar *'bairro'*.

Estes entrevistados consideram a Noite dos Tambores Silenciosos uma tradição do lugar. Entretanto, parte dos entrevistados expressa que os distintos processos de apropriação desta manifestação corroboraram para uma mudança do valor social vinculado ao local. Hoje, o aspecto comunitário do valor social da manifestação – que surgira da iniciativa dos moradores – já teria sido suprimido, uma vez que esta fora apropriada pela Prefeitura, a atual organizadora do evento.

No entanto, a relação dos grupos de maracatu com a Noite dos Tambores Silenciosos permanece, todavia o valor social desta manifestação não estaria vinculado à população residente no pátio. A *'forma ritual'*, antes da interferência de Paulo Viana, teria ligada a si valores sagrados, provenientes da devoção dos maracatus a Nossa Senhora do Rosário.

Quanto aos processos de apropriações, estes corroboraram para a imbricação de outros valores à manifestação. A interferência de Paulo Viana sobre a *'forma tradicional'* da manifestação trouxe significados comemorativos vinculados ao lugar, além de ser promovida por moradores do local, em especial Badia.

Parte dos entrevistados atribui a Paulo Viana a vinculação direta dos valores étnicos da manifestação, uma vez que tem a intenção de homenagear os antepassados escravos por meio da criação de elementos rituais que tornam explícitas as questões de identidade étnica nesta cerimônia. E é neste sentido de homenagem

*critérios. As populações são oriundas, ainda, deste processo.”*⁴

*“O [pátio] do Terço é uma área que se caracteriza pela delimitação do casario, pelas tradições que aconteceram lá, como Badia ou outras tradições, a existência de desfiles carnavalescos, do fato histórico de Frei Caneca, ainda. Então, tanto pelo casario, pela configuração urbana, como pelos acontecimentos relevantes, a relação dos moradores do local com o evento que acontecia ali era muito íntima, especialmente no caso da Noite dos Tambores. Hoje já não existe mais isso, já mudou, é uma configuração de eventos ainda relacionados ao maracatu, mas programados pela Prefeitura...”*⁶

*“Eu tive ocasião de ver, o que já era um resíduo, o Maracatu de Eudes, o Maracatu Porto Rico do Oriente, e que já era uma recriação [...]. Ele chegou no Pátio depois da cerimônia que era organizada, e fez a cerimônia que eu acredito que era a tradição antes da interferência de Paulo Viana [...]. E foi uma coisa muito bonita e até emocionante...”*³

“[...] A Noite dos Tambores Silenciosos acontece exatamente como uma homenagem aos eguns, na segunda-feira de Carnaval; isso era uma coisa muito pequena, acontecia com os maracatus mais tradicionais, os mais antigos, há uns 200 anos. Acontece no Pátio do Terço, onde existe a casa de uma sacerdotisa, a Badia, que tinha uma vinculação com o candomblé e com o Carnaval. Era uma carnavalesca, e é importante porque isso é uma coisa que teve muito mesclada, viu... e o profano e o sagrado dentro destas manifestações é muito envolvida, e isso

rememorativa que se ancora o valor de reverência da cerimônia. Nota-se, ainda neste depoimento, que os valores sagrados conferidos à Noite dos Tambores possuem uma face sincrética, pois tanto se fala na devoção a Nossa Senhora do Rosário quanto ao culto dos Orixás.

À parte das transformações que ocorreram em sua forma ritual, relacionadas às sucessivas apropriações e recriações desta tradição, o valor de antiguidade é atribuído à Noite dos Tambores Silenciosos devido à sua longevidade ser equiparada à dos maracatus, grupos culturais que são seus perpetuadores.

Quanto ao Pátio do Carmo, ao serem indagados sobre as tradições do lugar, a maior parte dos entrevistados afirma que ele perdeu a '*feição*' de pátio, uma vez que houve transformações em sua forma arquitetônica e urbanística. Há entrevistados que situam no local valores históricos, onde são listados fatos históricos do local, como sendo o lugar provável da exposição da cabeça de Zumbi dos Palmares.

Devido a este fato histórico, os especialistas lembram que este pátio possui valores de memória atribuídos por grupos culturais pertencentes à Comunidade do Terço e de São Pedro, que atribuem um valor de referência étnica ao local.

O valor histórico também está relacionado à constituição física do convento do Carmo, devido às distintas ocupações que sucederam nas edificações que compõem o conjunto arquitetônico carmelita, como, por exemplo, o fato de ali ter existido o Palácio da Boa Vista, casa de '*repouso e lazer*' de Maurício de Nassau, na época da ocupação holandesa em Recife. Os entrevistados ainda afirmam que uma das torres originais deste palácio preservou-se e constitui parte do Convento do Carmo.

Apesar da destituição da forma do pátio, o espaço

homenageando a segunda-feira que é o dia de Iansã e dos eguns. A divulgação foi proposta por um jornalista, o Paulo Viana, e colocou inclusive o nome 'Noite dos Tambores Silenciosos' na manifestação e criou a homenagem. [...] Naquele tempo, antes da divulgação de Paulo Viana, você só tinha o Elefante como grande maracatu, e era de Dona Santa, você tem o Estrela Brilhante e você tinha o Leão Coroado, que é o maracatu em atividade mais antigo em Recife .que tem quase um século e meio. Esta é a média de tempo que existe a 'Noite'. Agora, nos anos 60, é que vai ter esse nível de divulgação maior.”⁴

“Eu considero que o Pátio do Carmo já não é mais um pátio. É, a abertura das duas avenidas, a Dantas Barreto e a Nossa Senhora do Carmo, desfigurou completamente o bairro de São José, e assim o Pátio do Carmo desapareceu.”³

“Ali aconteceram vários fatos históricos. Um dos fatos históricos mais importantes seria a exposição da cabeça de Zumbi dos Palmares, naquela região. Mas o Pátio do Carmo, eu posso considerar que, com a abertura da Dantas Barreto, ele veio perder sua feição original, tornou o espaço amplo demais, perdeu todo o casario que compunha o pátio original.”⁸

“Hoje, uma das torres do Convento do Carmo é o que restou ainda de uma das torres do Palácio de Maurício de Nassau, do palácio de Verão de Maurício de Nassau, na época da dominação holandesa aqui no Recife.”⁴

“O Pátio do Carmo, desmontou-se na sua forma,

que resultou ainda abriga as tradições eclesiais carmelitas, havendo a extensão de atividades do interior da Basílica para o espaço público. O valor sagrado ligado à religiosidade católica extrapola o templo e toma o espaço público, por meio da procissão, celebrações e festividades, especialmente durante a *'festa da padroeira'*.

Parte dos especialistas atribui o valor de referência à Procissão de Nossa Senhora do Carmo por considerarem-na como mais importante da cidade, devido a Santa ser padroeira da cidade.

Neste ponto, sobre as celebrações da Senhora do Carmo, há entrevistados que relembram seu passado ligado à festividade, tanto em relação à dimensão profana quanto à sagrada da festa. Existe, então, um valor de memória, que é presentificado ao se falar da festa *'antiga'*, mas não mais em participações nas festividades mais recentes.

As demolições que afetaram o Pátio do Carmo contribuíram para uma evasão da vida social cotidiana ligada ao lugar, e uma desvinculação das populações antigas com as festividades que acontecem nos adros das igrejas. Assim, valores sociais ligados à população que vivia no casario antes da demolição foram desvinculados das festividades religiosas que acontecem no Pátio.

Os valores sagrados atribuídos à Festa do Carmo pelos especialistas, para além do aspecto religioso ligado ao catolicismo, se referem também aos processos de assimilação para o *'povo do candomblé'*. Este grupo cultural estaria vinculado ao bairro de São José, mas teria migrado para os subúrbios tempos antes da abertura da Avenida Dantas Barreto, e volta todo ano durante a Festa do Carmo, para reforçar sua religiosidade.

*porque se abriu para a Dantas Barreto e se abriu na direção da Avenida Nossa Senhora do Carmo, destruindo o que existia de intimidade entre Igreja e casario. Nele, sim, os padres de Nossa Senhora do Carmo faziam as festas profanas, além da procissão. Haviam também grandes e extraordinárias festas profanas.”*¹

*“A procissão mais importante da cidade é a de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade do Recife. Sai exatamente do Pátio do Carmo com missa campal no pátio...”*⁴

*“Lembro a Festa de Nossa Senhora do Carmo com muito brinquedo, porque, também, quando eu era menino, ali se instalava um parque [...]. Era uma grande festa [...] e acontecia na Igreja do Carmo. E era quando a gente mudava o escapulário, que dava uma grande proteção... minha mãe sempre me levava lá [...].”*⁵

*“A destruição feita pelo prefeito Lucena das casas de São José e Santo Antônio na Avenida Dantas Barreto não foi apenas uma destruição da construção, mas a destruição de uma população que usufruía quer em São José do Ribamar, quer em São Pedro dos Clérigos, ou na Igreja do Carmo, com sua Ordem Terceira, com seu adro próprio interno, as festas respectivas.”*¹

*“Também é ligada ao pessoal dos terreiros. Um pouco antes da abertura destas avenidas, a população do chamado 'povo do santo', que são os afro-brasileiros e estão ligados à religião do candomblé, se transferiram para os subúrbios da cidade. [...] Em relação ao Bairro de São José, hoje esta população volta na Festa do Carmo para fazer suas obrigações...”*³

Também há quem atribua para além dos valores sagrados ligados ao templo, valores de referência e artísticos ligados à edificação. O valor de referência aparece na construção simbólica da representatividade de ser a ‘*casa*’ da Padroeira do Recife. O valor artístico atribuído através da ‘*beleza*’ do estilo arquitetônico.

Quando os sujeitos foram questionados acerca dos significados das manifestações, os entrevistados atentaram para os interesses turísticos e valores econômicos das políticas culturais promovidas pelas administrações públicas, especialmente ligadas à Noite dos Tambores Silenciosos e aos eventos do Pátio de São Pedro. Indicam ainda que, embora os eventos do Pátio de São Pedro, em especial, carreguem em si a ação institucional que programou o evento naquele local, importa que os grupos culturais ressignificaram e reapropriaram-se do pátio.

Os valores econômicos expostos pelos entrevistados são significativos tanto para a administração pública ao promover políticas de incentivo a cultura, como também para os grupos culturais, como fomento a suas atividades culturais. Os especialistas indicam que, embora pertinentes os valores econômicos, possuem relevância menor se comparados a outros significados para o grupo.

É importante frisar que os entrevistados expõem com cautela os valores econômicos, uma vez que não seriam essenciais para o caráter identitário das manifestações dos os grupos culturais. Nesta interlocução fica evidente que é preciso ‘*ter cuidado*’ com a promoção de eventos que podem incentivar que valores econômicos concorram com os demais valores culturais destas manifestações quando promovidas como eventos.

Quando estes entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de transferência das manifestações, o resultado variou de acordo com o pátio a que se referem. Há quem discorra

“A Basílica do Carmo, a festa da padroeira, congrega muitos fiéis. [...] Me casei na Basílica do Carmo pela representação, é a casa da Padroeira do Recife, pela implantação, pela beleza da sua arquitetura. Pra mim essa é a relevância da igreja perante as outras.” ³⁸

“Existe um outro lado de interesse da cidade, que é mais institucional, no sentido turístico de divulgação, de chamar a atenção como uma forma de situar a cidade turisticamente [...], tem questões econômicas envolvidas.” ⁴

“Tem significado maior, porque os significados das coisas não são estanques, eles são sempre transformados, reapropriados. Então, mesmo que tenha sido em algum momento, uma ação que direcionou aquele evento, aquela atividade e aquele local, grupos ressignificaram, se apropriaram daquilo. Às vezes isto ocorre, às vezes não. [...] Não digo que para um maracatu aquele momento não tem um significado, até econômico, na medida que seja o interesse dele se inserir numa malha de comercialização cultural. São significados pertinentes. Mas não os mais importantes.” ²

“Não é apenas interessante para quem faz, é algo que faz parte daquela realidade e que se constitui como um universo simbólico, lúdico, religioso de manutenção de seus valores de referência. Então, é preciso ter cuidado com a promoção deste tipo de evento.” ⁴

“Eu acho que, hoje, aqueles espaços foram conquistados, foram conquistados por um significado específico imbuído exatamente naqueles edifícios. Não são tão flexíveis de sair do

genericamente sobre os pátios, afirmando que os seus espaços foram '*conquistados*' pelas comunidades.

Parte dos entrevistados afirma que as manifestações teriam certa flexibilidade de serem transferidas, desde que os processos de transferência tenham vinculação aos valores dos grupos culturais aos quais as manifestações '*pertencem*'.

No caso do Pátio do Terço, parte dos especialistas expõe que as manifestações poderiam ser transferidas, mas que os sentidos estão relacionados àquele pátio e estes sentidos seriam '*descharacterizados*' caso a manifestação deixe de acontecer neste espaço. Atribuem o valor de memória como âncora da celebração ao pátio e que também vincula-se a valores sagrados da celebração.

Alguns dos especialistas expõem que as manifestações podem acontecer em outro local, mas que a reciprocidade da relevância que o pátio tem em relação à manifestação é uma característica que delinea o vínculo entre a celebração e o lugar.

No caso do Pátio de São Pedro, não há acordo nas várias visões dos entrevistados, pois há quem encontre valores na permanência dos eventos promovidos pela administração pública no pátio, e há quem afirme que estes eventos não possuem enraizamento social com o espaço. Mas as distintas visões transmitem que o valor está na relação do grupo com a manifestação. No caso dos pátios, o que fixaria estas manifestações seria a presença das populações que constroem os sentidos no lugar.

Sobre o Pátio do Carmo, os entrevistados concordam que a Festa do Carmo possui vínculos com o local, muito embora estes não estariam vinculados ao uso do casario, mas ao valor sagrado do templo e à presença da ordem religiosa naquele local. Acerca dos vínculos dos valores das manifestações em relação aos

lugar."⁸

*"Eu não sei até que ponto são tradições que são ligadas mesmo com aquele espaço. A gente percebe que existem coisas que às vezes são transferidas de um espaço para outro que não deixam de ter sentido, não perdem o significado."*⁷

*"Então aquela festa é uma festa que jamais deveria desaparecer ou sair dali. Porque ela tem uma relação mesmo de memória. É uma maneira de ainda permanecer alguma coisa.[...] É uma festa baseada em sons e dança extremamente rica por conta da crença. Ali são terreiros que se reúnem."*¹

*"Podem até acontecer em outro lugar.[...] Se for em outro local, a festa vai ser descharacterizada. Se acontecer outra festa no mesmo período naquele espaço, vai-se estar descharacterizando o espaço. Então um está atrelado ao outro."*⁶

*"Transferida, não. Acho que ate elas poderiam[...] acontecer em outros lugares. Se a instituição pública, enquanto gestora, tem uma intenção de ampliar e de dar vitalidade às manifestações, no sentido de manutenção, ela poderia, como tem feito em algumas áreas, descentralizar, criando outras oportunidades e situações para que elas possam ocorrer em outros lugares. Aconteceriam paralelamente."*⁴

"A Festa do Carmo tem que continuar no convento do Carmo, [...] no pátio do Carmo. Nem tem como se transferir. Até teria possível, se um terremoto colocasse a Igreja abaixo. Mas, enfim, voluntariamente, não tem como, porque há um significado. Há

pátios, os especialistas informam que são temporais, datáveis e que podem ser transformados.

Aqueles que consideram possível a transferência das manifestações do Pátio de São Pedro expõem que não são manifestações tão antigas, que não tiveram tempo necessário para que o evento estabeleça vínculos e se enraíze no local.

Sobre a importância dos bens materiais, há quem compare os valores dos pátios entre si, de acordo com os atributos materiais que cada um destes locais apresenta. Há indicação que o valor histórico e artístico do Pátio de São Pedro supera os valores dos outros pátios, tornando-o o mais relevante entre estes. O Pátio do Carmo já não possui valor artístico, uma vez que foi objeto de transformações urbanas, mas a igreja possui, para além dos valores artísticos e históricos, um valor de referência ligado ao fato de abrigar a padroeira da cidade.

Informam que o traçado urbano do bairro de São José possui valores históricos, por se tratar de vestígios da ocupação holandesa sobreposta pela ocupação de edificações portuguesas.

O depoimento ao lado salienta que, para além dos vestígios do traçado holandês e das construções portuguesas, a experiência urbana do bairro se traduz nas formas de sociabilidade que a configuração do traçado permite. Há um valor social ligado às formas arquitetônicas que constituem tanto os pátios como as ruas. Estes especialistas informam ainda o valor de social vinculado ao valor de uso habitacional das edificações. Além dos valores sociais, há quem afirme os valores afetivos daqueles espaços, ligados às manifestações que corroboram para a construção da identidade dos pátios.

Quando os entrevistados são questionados acerca da possibilidade de demolição dos bens materiais destes pátios, deixam

*uma ligação entre a manifestação, ali é o local da Nossa Senhora do Carmo.[...] Então existem estas vinculações. Não que sejam ligações primordiais. São temporais, datáveis.”*²

*“No caso do Pátio de São Pedro pode haver alguma transferência, porque tudo é muito novo.”*⁵

*“O Pátio de São Pedro é o mais importante. Porque tem uma Igreja Barroca[...]. A Igreja do Pátio do Carmo, sim... mas o pátio está muito alterado. O conjunto carmelita tem uma importância histórica e artística arquitetônica e abriga a padroeira de Recife. O Pátio do Terço, na questão arquitetônica, mantém o casario bastante degradado, seria necessário um processo de revitalização imenso.[...]”*⁸

*“Estas edificações são de origem portuguesa.[...] O traçado urbanístico predominante na área histórica é do ressurgimento português após a ocupação holandesa. Talvez alguns quarteirões guardem algo do traçado holandês.”*⁵

*“[...]aquela cidade traz experiências urbanas que nós não temos mais em outras áreas. Por exemplo, as ruas cheias de gente. Tem a ver com as construções sem muros, com as construções direto nas ruas, com as ruas estreitas, que fazem com que um vizinho enxergue o outro, tem haver com os becos, que faz com que as pessoas se cruzem. [...]Então, neste sentido, o bairro de São José tem importância, sim. Talvez ele pudesse ser visto de outra forma, se houvesse um investimento de moradia.”*²

“Não podem ser demolidos, são patrimônio, monumentos, porque representam a cultura de

entrever que o valor histórico vinculado ao valor de memória conduz a permanência destas construções. Há ainda a atribuição de valor às construções como referências culturais que ancoram as manifestações. Este valor de referência é atribuído à Igreja de Nossa Senhora do Terço, em relação à Noite dos Tambores Silenciosos para os grupos de maracatus. De modo similar este valor de referência se constitui na relação da Basílica do Carmo em relação à Festa de Nossa Senhora do Carmo.

A hipótese da demolição destes bens materiais permitiu perceber que há entrevistados que atribuem valores artísticos a estes pátios, uma vez que são formas arquitetônicas que promovem experiências distintas daquelas produzidas desde a década de 1920.

Há quem considere que estes monumentos possuem valores por terem agregados a si processos de construção das identidades dos grupos culturais, como no caso das Igrejas do Rosário dos Homens Pretos e do Terço para os maracatus. Ao mesmo tempo, conduz a valores de memória e a valores sagrados ligados aos valores de referência que ancoram as manifestações imateriais em relação às igrejas.

Diante dos valores enunciados nos depoimentos dos especialistas, estruturaram-se os diagramas de valores dos bens culturais de cada pátio, apresentados nas páginas seguintes.

um povo e contam uma história. Tem todo um significado cultural e histórico ligados a estes monumentos.”³⁸

“Não. Pela importância histórica que elas têm. Se isso acontecesse[...], perderia a referência para as manifestações. Por exemplo, a concentração de maracatus na Igreja do Terço. Se não existisse mais a Igreja, perderia o sentido das pessoas irem para lá, porque a igreja é a referência da manifestação.”⁶

“Eu iria detestar isso. [...] são referências estéticas que a gente não tem mais na cidade. [...] as Igrejas vêm de uma outra proposta estética. Não que isso seja por si o grande valor. Mas, a partir do nosso ponto de vista contemporâneo de admiradores de arte,[...] há esta experiência que a gente não tem ao sair andando pelos outros bairros.”²

“As rainhas dos maracatus já foram coroadas nas igrejas, e ficavam muito orgulhosas de serem coroadas nas igrejas.[...] Hoje, retirar a igreja é como se você retirasse um pouco da história do processo de crescimento, de evolução, de liberdade, de repressão.[...] Tem uma memória que também é história e que não está só no passado, ela está sendo revivida a cada momento. Então estes espaços eles são fundamentais arquitetonicamente.”⁴

Existe um valor social autônomo em cada bem cultural. Há uma forte relação entre o valor social do Casario e do Pátio e houve conexões no passado entre estes e o valores sociais da Igreja. Embora os valores de uso do casario não sejam mais conectados aos valores sociais, os valores econômicos ligados aos valores de uso do Pátio do Terço reforçam a tendência de utilização do Pátio para trocas comerciais, haja vista o relato da redução da quantidade de moradias do Casario.

O valor artístico autônomo da Igreja deriva-se para o Pátio e Casario, que possuem valores artísticos derivados. A Igreja possui o valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor sagrado autônomo é comum a todos os bens culturais. Os especialistas reconhecem conexões irradiantes entre os valores autônomos sagrados do Pátio, Casario e Manifestação e entre a Igreja e o Pátio.

Há valores históricos autônomos para todos os bens culturais. Há conexões irradiantes entre os valores autônomos históricos do Pátio, Casario e Igreja. Os bens culturais materiais possuem o valor histórico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

Os valores afetivos irradiam-se entre o Casario, o Pátio e a Manifestação.

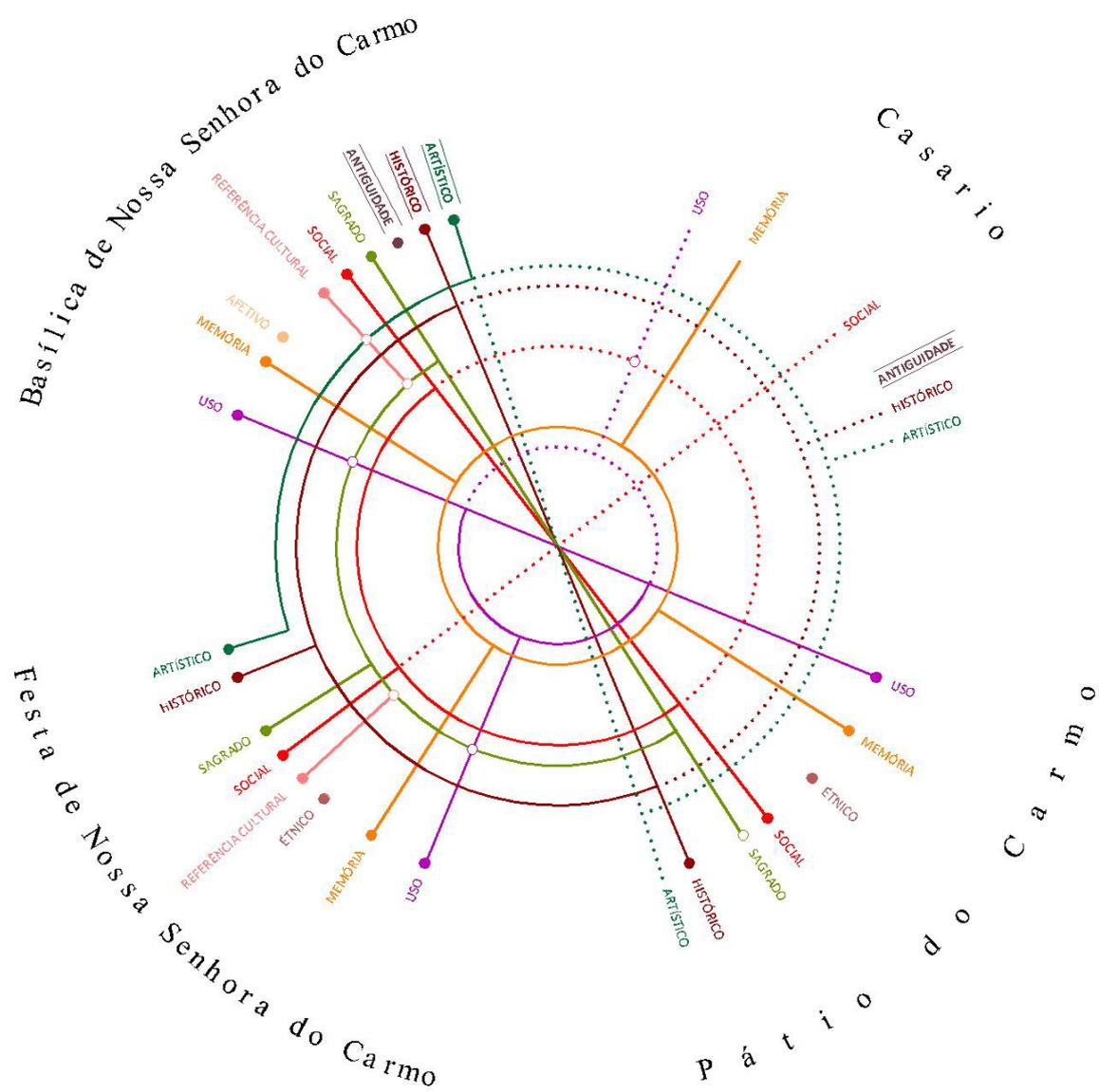
Os valores de memória irradiam-se entre todos os bens culturais.

Os valores étnicos autônomos do Casario, do Pátio e da Manifestação irradiam-se para o conjunto.

Os valores de referência cultural autônomos de cada bem cultural possuem características distintas entre cada um dos bens culturais. O valor de referência cultural do Pátio e da Manifestação ancora-se no valor étnico. O valor de referência cultural do Casario ancora-se nos valores históricos, étnicos e de memória. O valor de referência cultural da Igreja ancora-se nos valores artísticos, históricos e étnicos.

O valor de reverência da Manifestação é derivado dos valores de memória irradiantes entre os bens culturais.

Gráfico 44 – Diagrama dos Valores do Pátio do Carmo pelos Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

Neste diagrama é possível visualizar maior quantidade de valores irradiantes entre o Pátio, a Basílica e a Festa, visto que o casario que conformava o pátio não existe mais levando consigo valores de uso e social.

Os valores sociais existentes são autônomos da Festa, da Basílica e do Pátio, e irradiam-se entre si. A demolição do Casario original levou consigo valores sociais e de uso e as relações que existiam entre os demais bens culturais.

Há valores artísticos autônomos atribuído à Basílica e à Festa, que se irradiam entre si. A Basílica possui o valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN. Há o reconhecimento que a forma arquitetônica do Pátio e Casario originais possuíam valores artísticos.

O valor histórico autônomo do Pátio, Basílica e Festa irradia-se entre estes bens culturais. Havia conexões irradiantes com os valores históricos do Casario, mas que perderam-se com a demolição. A Basílica possui o valor histórico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor de antiguidade autônomo foi atribuído à Basílica e ao Casario existente. A Basílica e o Casario possuem o valor de antiguidade reconhecido como valor patrimonial pela Municipalidade.

Há valores afetivos atribuídos à Basílica.

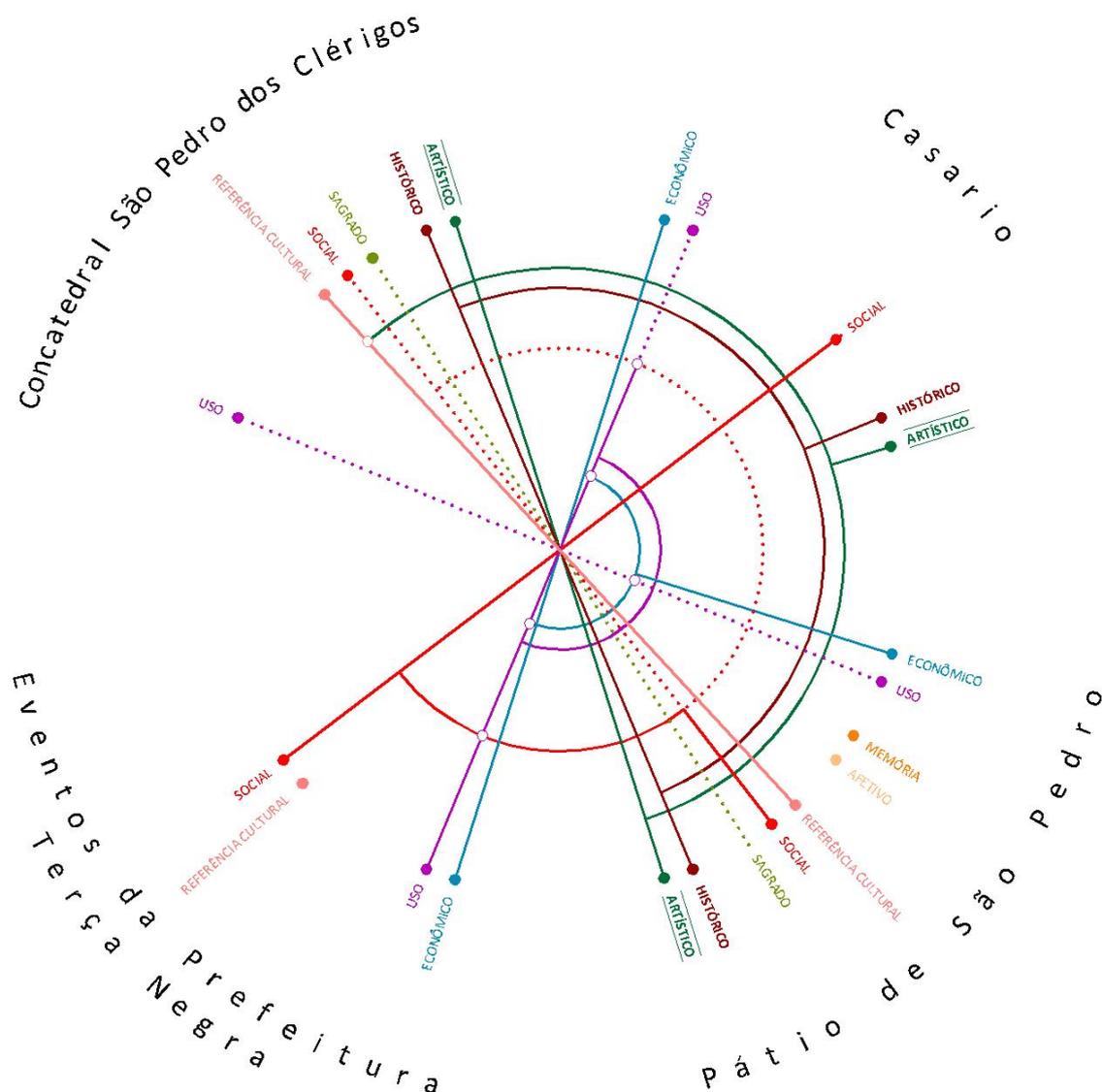
Os valores de memória irradiam-se entre todos os bens culturais.

Há um valor étnico autônomo na Festa.

O valor sagrado do Pátio é derivado do valor autônomo da Basílica. A Festa possui valor sagrado autônomo. Há conexões irradiantes entre os valores sagrados da Basílica, Pátio e Festa. O vínculo entre valores de uso e os valores sagrados entre estes bens culturais reforçam a tendência do pátio de manter suas tradições eclesiais.

Os valores de referência cultural autônomos da Basílica e da Festa ancoram-se no valor sagrado. O valor de referência cultural da Basílica também deriva-se de valores artísticos.

Gráfico 45 – Diagrama dos Valores do Pátio de São Pedro pelos Especialistas



Fonte: elaborado pela autora.

No caso dos bens culturais do Pátio de São Pedro, este diagrama indica menor quantidade de valores irradiantes e significa um menor vínculo entre os bens culturais.

Existe um valor social autônomo a cada bem cultural. Há uma forte relação entre o valor social do Casario, dos Eventos e do Pátio e, no passado, haviam conexões entre estes e o valores sociais da Igreja. Embora os valores de uso do Casario não sejam mais conectados aos valores sociais ligados à moradia, os valores sociais dos Eventos são diretamente conectados aos valores sociais do Casario e ambos irradiam os valores de uso do Pátio de São Pedro, expressando a tendência de utilização do Pátio para eventos promovidos pela Prefeitura reforçados pelos usos institucionais predominantes no Casario. Há valores

econômicos que se conectam aos valores de uso e irradiam-se entre o Casario, Eventos e Pátio.

O valor artístico autônomo atribuído a Concatedral, o Casario e o Pátio, irradia-se entre eles. Estes bens culturais materiais possuem seu valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor sagrado é atribuído apenas à Concatedral. Já não há relação de valor sagrado entre a Concatedral e o Pátio, uma vez que o Pátio perdeu sua característica sagrada devido a sua utilização não mais relacionar-se aos usos da Concatedral.

O valor histórico autônomo atribuído aos bens culturais materiais irradia-se entre a Concatedral, o Casario e o Pátio.

O valor afetivo autônomo foi atribuído apenas ao Pátio.

O valor de memória autônomo foi atribuído apenas ao Pátio.

Os valores de referência cultural autônomos da Concatedral, dos Eventos e do Pátio possuem características distintas entre si. O valor de referência cultural da Concatedral ancora-se no valor artístico. O valor de referência cultural do Pátio é autônomo e irradia-se para a Concatedral. Há um valor de referência cultural autônomo dos Eventos.

5.3 Lugares-Patrimônio: A Significância dos Pátios Históricos

O patrimônio, as tradições e as construções que figuram como permanências da cidade, assim como a ação destruidora do homem, são imbuídos de uma qualidade anamnésica, um valor de memória que lhes é inerente e vale mais do que qualquer marco monumental construído, porque evoca as memórias dos lugares.

Halbwachs (2006, p. 163) expõe que se a relação entre os homens e os ambientes que lhes são queridos fosse casual e de curta temporalidade, tudo poderia ser destruído e novamente reconstruído sem afetar o grupo. Mas, se há conservação das lembranças na memória coletiva do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, no lugar.

Ainda que a relocação de tradições, da monumentalização de personalidades e a museificação de espaços de referência sejam práticas de conservação freqüentemente utilizadas para valorizar as memórias de grupos culturais nos espaços públicos, estas ações podem causar o mesmo efeito aniquilador da destruição da arquitetura definido por Halbwachs.

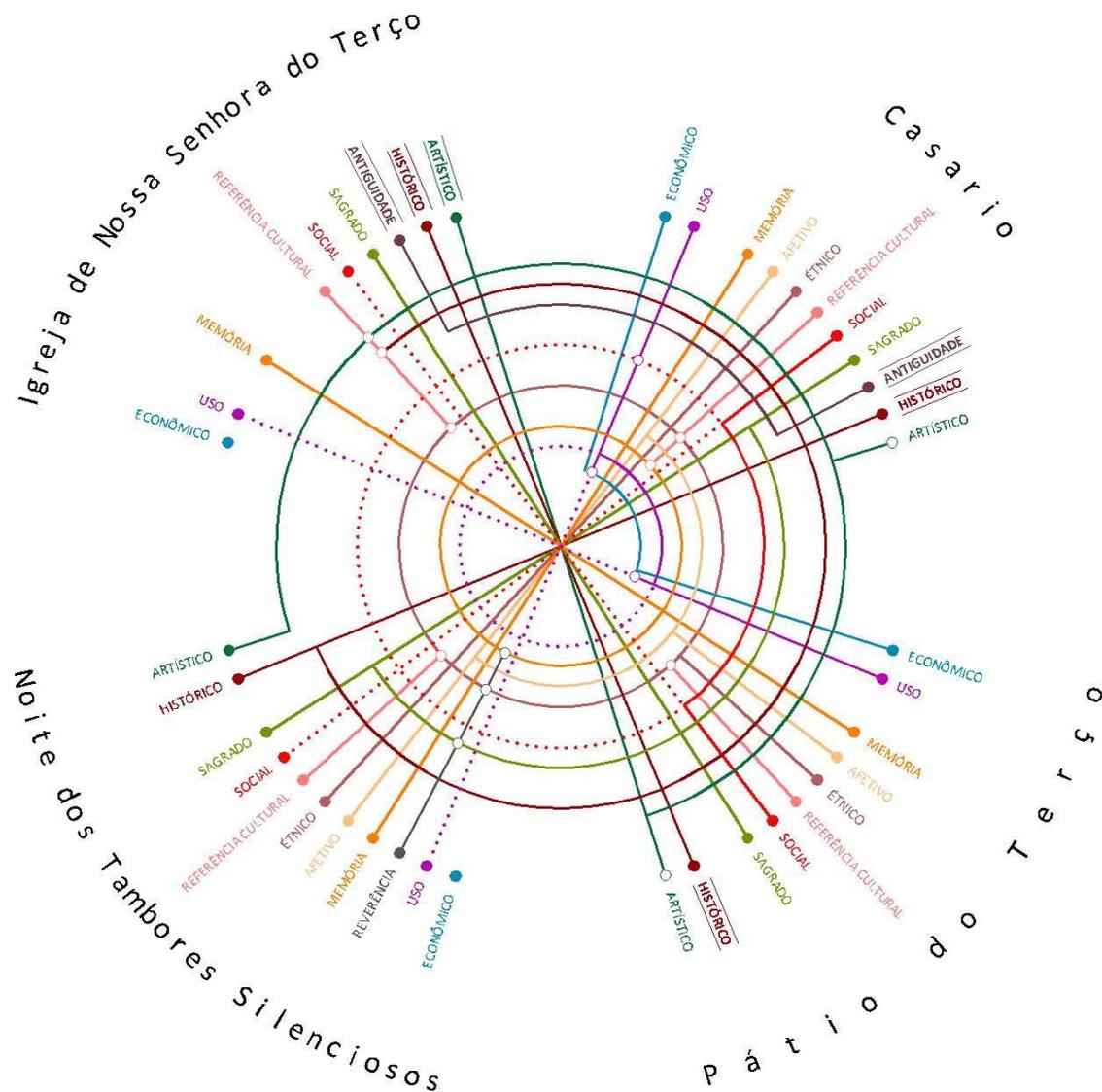
Os sujeitos resistem por meio da criação de novas tradições, em busca de encontrar seu equilíbrio e restabelecer seu lugar. Mas é no restabelecimento dos vínculos entre os espaços que lhe são caros e suas tradições que o equilíbrio é reencontrado.

É possível compreender que os sentidos dos lugares se estabelecem por meio da vinculação de valores de referência e de memória atribuídos aos bens culturais destes pátios. Embora sejam os valores sagrados e étnicos que estabelecem predominantemente o sentimento de pertença por parte das comunidades culturais, e sejam consolidados como os valores de referência, é a relação entre os valores de memória, valores de uso e valores sociais que vinculam as permanências das tradições nos lugares.

Diante dos valores identificados foi possível estabelecer o Diagrama de Valores que correlaciona os valores atribuídos aos bens culturais pelos grupos de sujeitos patrimoniais: comunidade e especialistas.

5.3.1 Pátio do Terço

Gráfico 46 – Diagrama de Valores do Pátio do Terço



Fonte: elaborado pela autora.

Este diagrama indica maior quantidade de valores culturais irradiando entre o Pátio, a Manifestação e o Casario. Também é possível identificar valores patrimoniais irradiando entre a Igreja, o Casario e o Pátio.

Existe um valor social autônomo a cada bem cultural. Há uma forte relação entre o valor social do Casario e do Pátio e, no passado, havia conexões entre estes e os valores sociais da Manifestação e da Igreja. Embora os valores de uso do casario não sejam mais conectados aos valores sociais, os valores econômicos ligados aos valores de uso do Pátio do

Terço reforçam a tendência de utilização do Pátio para trocas comerciais, haja vista o relato da redução da quantidade de moradias do Casario.

O valor artístico autônomo atribuído à Noite dos Tambores Silenciosos deriva-se para o valor artístico autônomo da Igreja. O valor artístico autônomo da Igreja deriva-se para o Pátio e Casario, que possuem valores artísticos derivados. A Igreja possui o valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor sagrado do Pátio é derivado do valor autônomo da Igreja. Há conexões irradiantes entre os valores autônomos sagrados do Pátio, Casario e Manifestação.

Há valores históricos autônomos para todos os bens culturais. Há conexões irradiantes entre os valores autônomos históricos de todos os bens culturais. Os bens culturais materiais possuem o valor histórico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor de antiguidade autônomo da Igreja e Casario possui conexões entre estes bens. A Igreja e o Casario possuem o valor de antiguidade reconhecido como valor patrimonial pela Municipalidade.

Os valores afetivos irradiam-se entre o Casario, o Pátio e a Manifestação.

Os valores de memória irradiam-se entre todos os bens culturais.

Os valores étnicos autônomos do Casario, do Pátio e da Manifestação irradiam-se para o conjunto.

Os valores de referência cultural autônomos de cada bem cultural possuem características distintas entre cada um dos bens culturais. O valor de referência cultural do Pátio e da Manifestação ancora-se no valor étnico. O valor de referência cultural do Casario ancora-se nos valores históricos, étnicos e de memória. O valor de referência cultural da Igreja ancora-se nos valores artísticos, históricos e étnicos.

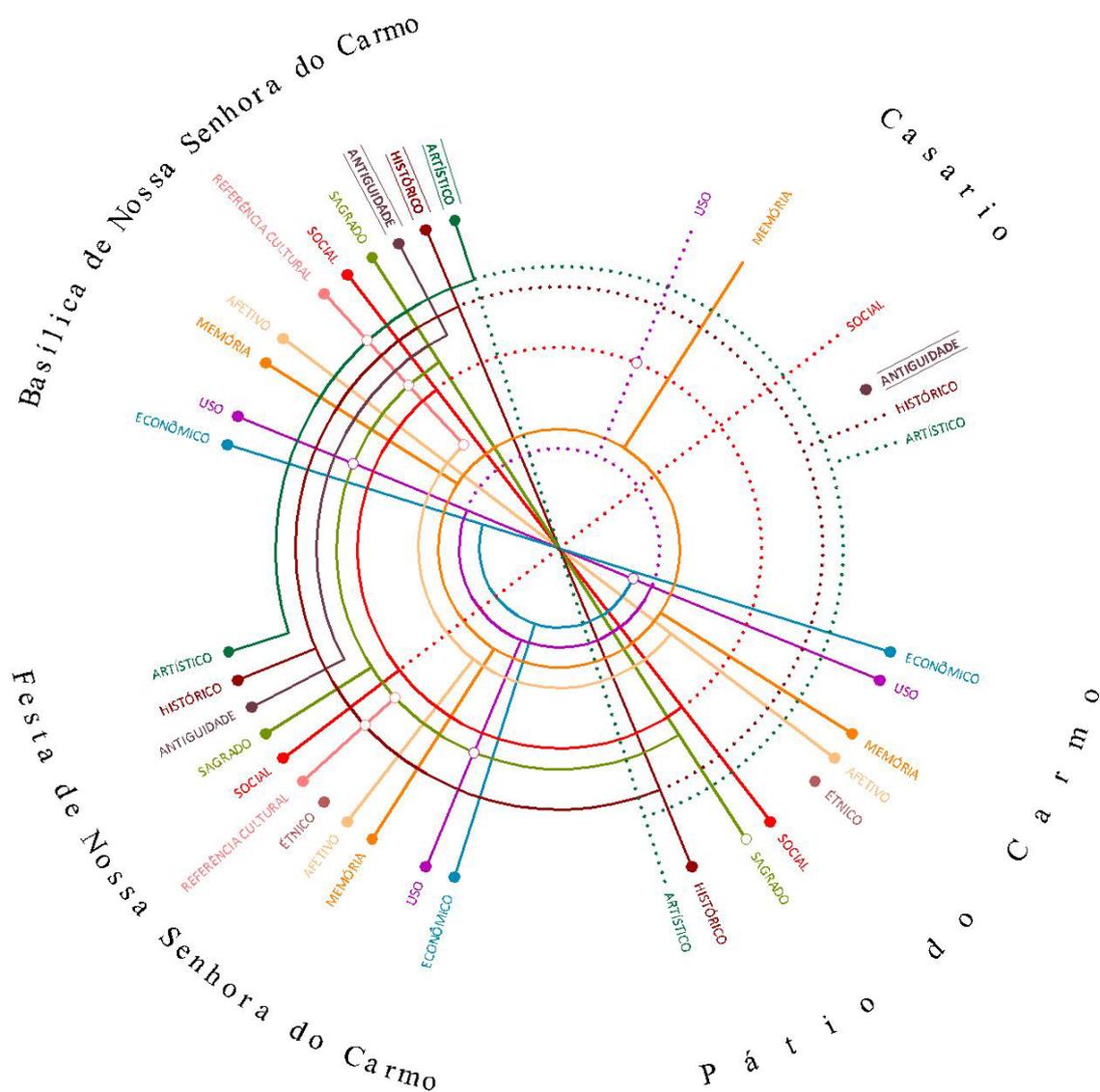
O valor de reverência da Manifestação é derivado dos valores sagrados, étnicos e de memória irradiantes entre os bens culturais.

Ainda que todos os bens culturais investigados possuam valores autônomos significativos, há valores irradiantes que vinculam fortemente os bens culturais e estabelecem

o lugar como patrimônio nas relações entre estes bens. Destaque para os valores de memória, valores étnicos, valores afetivos, valores sagrados e valores históricos.

5.3.2 Pátio do Carmo

Gráfico 47 – Diagrama de Valores do Pátio do Carmo



Fonte: elaborado pela autora.

Neste diagrama é possível visualizar maior quantidade de valores irradiantes entre o Pátio, a Basílica e a Festa, visto que o casario que conformava o pátio não existe mais levando consigo valores de uso e social.

Os valores sociais existentes são autônomos da Festa, da Basílica e do Pátio, e irradiam-se entre si. A demolição do Casario original levou consigo valores sociais e de uso e as relações que existiam entre os demais bens culturais.

Há valores artísticos autônomos atribuído à Basílica e a Festa, que irradiam-se entre si. A Basílica que possui o valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN. Há o reconhecimento que a forma arquitetônica do Pátio e Casario originais possuíam valores artísticos.

O valor histórico autônomo do Pátio, Basílica e Festa irradia-se entre estes bens culturais. Havia conexões irradiantes com os valores históricos do Casario, mas que perderam-se com sua demolição. A Basílica possui o valor histórico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor de antiguidade autônomo da Basílica, Festa e Casario existente. Há conexões irradiantes entre os valores da Festa e da Basílica. A Basílica e o Casario possuem o valor de antiguidade reconhecido como valor patrimonial pela Municipalidade.

Os valores afetivos irradiam-se entre a Basílica, o Pátio e a Manifestação.

Os valores de memória irradiam-se entre todos os bens culturais.

Há um valor étnico autônomo na Festa.

O valor sagrado do Pátio é derivado do valor autônomo da Basílica. A Festa possui valor sagrado autônomo. Há conexões irradiantes entre os valores sagrados da Basílica, Pátio e Festa. O vínculo entre valores de uso e os valores sagrados entre estes bens culturais reforçam a tendência do pátio de manter suas tradições eclesiais, ainda que hajam valores de uso ligados a valores sagrados com forte conotação econômica.

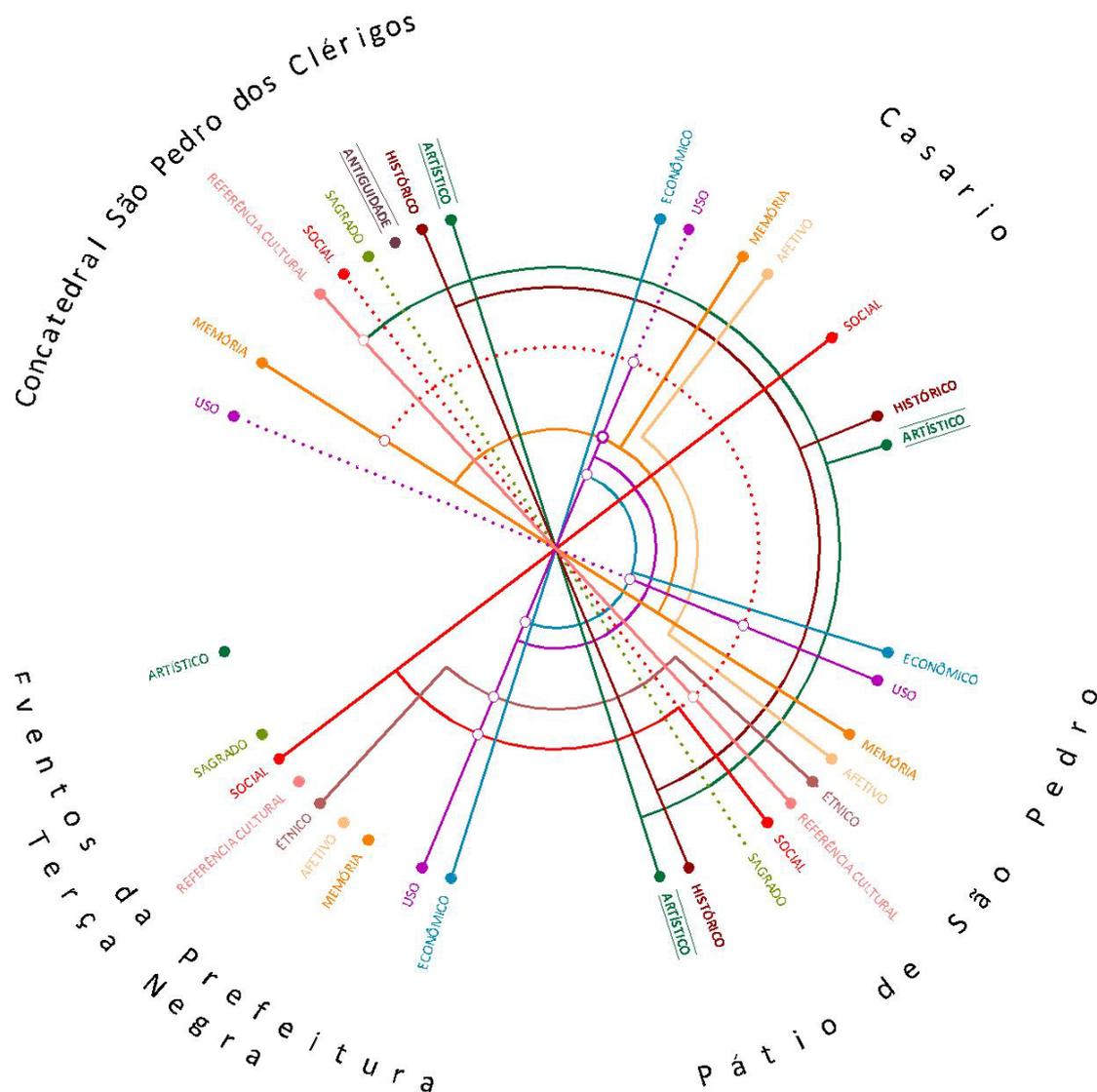
Os valores de referência cultural autônomos da Basílica e da Festa ancoram-se no valor sagrado. O valor de referência cultural da Basílica também se deriva de valores artísticos.

A Basílica, o Pátio e a Festa apresentam valores autônomos significativos, no entanto a demolição do casario original criou uma lacuna para as relações com o entorno edificado. Há presença de valores irradiantes que vinculam fortemente a Basílica, o Pátio e a

Festa e estabelecem o lugar como patrimônio nas relações entre estes bens. Destaque para os valores de memória, valores afetivos, valores sagrados, valores sociais e valores históricos.

5.3.3 Pátio de São Pedro

Gráfico 48 – Diagrama de Valores do Pátio de São Pedro



Fonte: elaborado pela autora.

Este diagrama indica uma menor quantidade de valores irradiantes que significa um menor vínculo entre os bens culturais materiais e imateriais, especialmente os eventos que possuem muitos valores autônomos.

Existe um valor social autônomo atribuído a cada bem cultural. Há uma forte relação entre o valor social do Casario, dos Eventos e do Pátio e, no passado, havia conexões

entre estes e o valores sociais da Igreja. Embora os valores de uso do Casario não sejam mais conectados aos valores sociais ligados à moradia, os valores sociais dos Eventos são diretamente conectados aos valores sociais do Casario e ambos irradiam os valores de uso do Pátio de São Pedro, expressando a tendência de utilização do Pátio para eventos promovidos pela prefeitura reforçados pelos usos institucionais predominantes no Casario. Há valores econômicos que se conectam aos valores de uso e irradiam-se entre o Casario, Eventos e Pátio.

O valor artístico autônomo atribuído a todos os bens culturais, irradia-se entre a Concatedral, o Casario e o Pátio. Estes bens culturais materiais possuem seu valor artístico reconhecido como valor patrimonial pelo IPHAN.

O valor sagrado é atribuído apenas à Concatedral. Já não há relação de valor sagrado entre a Concatedral e o Pátio, uma vez que o Pátio perdeu sua característica sagrada devido a sua utilização não mais relacionar-se aos usos da Concatedral.

O valor histórico autônomo atribuído aos bens culturais materiais, irradia-se entre a Concatedral, o Casario e o Pátio.

O valor de antiguidade autônomo é atribuído apenas à Concatedral ainda que esta, o Pátio e o Casario sejam reconhecidos por seu valor patrimonial pela Municipalidade.

O valor afetivo autônomo foi atribuído apenas ao Pátio.

Os valores afetivos atribuídos aos Eventos, Pátio e Casario, irradiam-se entre o Casario e o Pátio.

Os valores de memória autônomos para todos os bens culturais, irradiam-se entre a Concatedral, o Casario e o Pátio, com destaque para o desejo de reconectar usos antigos do local.

Os valores étnicos autônomos do Pátio e dos Eventos irradiam-se entre si.

Os valores de referência cultural autônomos da Concatedral, dos Eventos e do Pátio possuem características distintas entre si. O valor de referência cultural da Concatedral ancora-se no valor artístico. O valor de referência cultural do Pátio deriva-se dos valores

sociais, e irradia-se para a Concatedral. Há um valor de referência cultural autônomo dos Eventos.

Ainda que todos os bens culturais investigados possuam valores autônomos significativos, há valores irradiantes que vinculam fortemente a Concatedral, o Pátio e o Casario e estabelecem o lugar como patrimônio nas relações entre si. Destaque para os valores de memória, valores artísticos e valores históricos. Ainda não há vinculação entre os eventos e o Pátio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre os sujeitos patrimoniais são simultaneamente íntimas e tensas e, por vezes, semeiam conflitos e em outros momentos constroem pertencimento. Conforme demonstrado, as motivações para a valorização (ou desvalorização) dos bens patrimoniais variam entre os sujeitos patrimoniais e estão sujeitas à influência de condições e dinâmicas culturais contemporâneas como a mercantilização da cultura, evoluções tecnológicas, fusão cultural, destraditionalização dos locais e realocização das tradições. Permanências e mudanças, apropriações, participação e poder político interagem na forma como estes sujeitos elaboram, constroem valorizam seus bens culturais ressemantizados como tradição e patrimônio.

Diante de possíveis conflitos entre sujeitos e concorrência de valores, Mason (2004) aponta para transformações nas ações de preservação dos bens culturais, ao afirmar que

“(...) todos os valores do patrimônio deverão entrar nas decisões sobre a gestão e o destino do ambiente construído histórico. É insustentável simplesmente ignorar os valores de alguns interessados porque podemos discordar ideologicamente. Preservação como prática não é um jogo de soma zero, e é cheia de compromissos (como a maioria dos trabalhos de planejamento e de concepção)”(tradução nossa).

Deve ser do interesse dos profissionais dedicados à Conservação de bens patrimoniais promover procedimentos que facilitem acordos e entendimento entre os sujeitos interessados para a consolidação/construção/declaração da significância cultural de um lugar. Este entendimento dos valores dos sujeitos permite a elaboração de uma gestão estratégica dos bens patrimoniais que equilibra assimetrias entre os valores provenientes de interesses privados e públicos.

6.1 Para a identificação e conservação do patrimônio

Processos de promoção, gestão e patrimonialização de bens culturais instaurados pelas instituições públicas, que tratam em separado a coexistência de bens materiais e imateriais nos lugares e que possuem práticas de preservação fundamentadas unicamente na peritagem, tendem a corroborar para a desvinculação dos valores dos bens patrimoniais, para a destradicionalização dos lugares e para a realocação das tradições.

Embora a distinção entre bem cultural material e imaterial seja constante na prática institucional de preservação patrimonial, este aspecto dicotômico é costurado através dos valores atribuídos aos bens culturais pelos sujeitos patrimoniais conforme demonstrado no quarto capítulo. A relação de interdependência destes bens culturais é demonstrada na modelagem do diagrama dos valores que sintetiza a significância dos lugares.

Uma maior quantidade de valores irradiantes foi atribuída pelas comunidades, provavelmente devido a sua íntima relação com os bens culturais. As comunidades citaram mais os valores sociais que não mais existem nas relações entre os bens culturais investigados. As relações entre os valores dos bens culturais são mais intensas quando parte da comunidade que vivencia o cotidiano do lugar.

Os valores patrimoniais são mais citados pelos especialistas e a ampla gama de valores culturais identificados mostrou que existem inúmeros e distintos valores atribuídos ao patrimônio para além daqueles institucionalmente reconhecidos.

6.2 Objetivos alcançados

- Os artefatos culturais que elegeram os pátios para esta investigação foram reconhecidos como bens patrimoniais, que corroboram para a formação da identidade dos lugares, ainda que a relação estabelecida entre a Terça Negra e o Pátio de São Pedro não tenha se delineado como dependente. Isto porque a Terça Negra foi reconhecida como um bem patrimonial autônomo, desvinculado de sua localização atual no Pátio de São Pedro;
- Os valores culturais dos lugares presentes na relação entre bens culturais materiais e imateriais que compõem os pátios foram identificados;

- Embora a significância dos lugares tenha sido construída, a dinâmica observada entre os bens culturais mostra que não se pode estabelecer uma tipologia rígida dos valores patrimoniais dos lugares, para que sejam utilizados em processos de patrimonialização.

6.3 Modificações na estrutura da pesquisa

Ainda que a hipótese inicial fosse que os bens culturais considerados patrimônio seriam aqueles provenientes da justaposição entre o elenco indicado pelas comunidades e pelos especialistas e expressa nos gráficos de justaposição dos bens patrimoniais, durante a investigação os resultados provenientes das entrevistas não validam este procedimento por si só. A submissão do elenco de tradições e bens culturais identificados em uma análise compartilhada por especialistas e comunidades em grupo focal é tarefa profícua para a validação destes bens culturais.

6.4 Resultados obtidos

- A justaposição das tradições, conforme desenvolvida no Capítulo 3, mostrou-se representativa de um indicador do “*espírito do lugar*”;
- Constatou-se que o Diagrama de Valores funciona como uma síntese dos valores dos lugares na relação entre bens materiais e imateriais;
- Os procedimentos analíticos e sintéticos desenvolvidos nesta dissertação demonstraram-se capazes de constituir um ferramental de monitoramento dos bens culturais.

6.5 Hipóteses levantadas durante a pesquisa para ser continuadas

A seguir são apresentadas hipóteses emergentes durante as reflexões contidas nesta dissertação e que sinalizam para a ampliação desta investigação:

- O valor de uso dos bens culturais tem potencial de fornecer diretrizes de conservação, e minimizar/reprimir processos de destradicionalização dos lugares quando relacionado aos resultados do gráfico de justaposição das tradições.

- Os gráficos de justaposição dos aspectos excludentes sinalizam para os valores negativos atribuídos aos artefatos culturais e podem se tornar indicadores do desvalor patrimonial do bem cultural.
- A síntese dos valores, para além de ser expressa na forma do Diagrama de Valores dos pátios, tem o potencial de ser espacializada e correlacionada com um mapa de temporalidade destes pátios (identificando a dispersão e concentração de pessoas, localização dos eventos e manifestações, práticas excepcionais e cotidianas de espaço, o espaço ocupado pelos sujeitos patrimoniais entrevistados durante estas manifestações) e com um mapa de usos das edificações.
- O Diagrama de Valores é uma construção preliminar sintética da significância. Poderá ser enriquecido quando hierarquizado de acordo com a altura dos valores⁸. Esta hierarquização tende a ressaltar a altura dos valores irradiantes que pode ser um indicador de uma tipologia dos valores patrimoniais dos Lugares.

“Uma ‘súmula de significância’ reúne todas as razões pelas quais um edifício ou local deve ser preservado, porque ele é significativo ou útil, e quais os aspectos requerem proteção mais urgente. Uma vez definida, a significância é utilizada como base para a definição de políticas, planeamento e decisões projetuais” (Mason, 2004, tradução nossa).

⁸ De acordo com Hessen (2001), “os valores não só se distinguem uns dos outros, como se acham ainda entre si em uma determinada relação de hierarquia, (...) como ainda a sua distinção entre valores *mais altos* e *mais baixos*. A ordem axiológica possui assim, como já vimos, uma estrutura hierárquica.” (grifo do autor).

NOTAS SOBRE OS SUJEITOS ENTREVISTADOS

- 1 **José Luiz Mota Menezes**, arquiteto e historiador. Entrevista em setembro de 2006.
- 2 **Luís Oliveira**, historiador e antropólogo. Desenvolveu pesquisa sobre São José. Entrevista em agosto de 2006.
- 3 **Roberto Benjamin**, folclorista. Entrevista em dezembro de 2006.
- 4 **Carmen Lélis**, historiadora e gerente de preservação do patrimônio imaterial da Prefeitura de Recife. Entrevista em junho de 2006.
- 5 **Jorge Tinoco**, arquiteto especialista em conservação e restauração em monumentos e conjuntos históricos. Entrevista em agosto de 2006.
- 6 **Gustavo Miranda**, arquiteto, membro do inventário da Feira de Caruaru e Frevo. Entrevista em outubro de 2006.
- 7 **Elaine Muller**, antropóloga do IPHAN. Entrevista em novembro de 2006.
- 8 **Frederico Almeida**, engenheiro civil especialista em restauro e superintendente regional do IPHAN. Entrevista em dezembro de 2006.
- 9 **Dona Sevi Caminha**, carnavalesca e moradora de São José – Recife. Entrevista em novembro de 2006.
- 10 **Manoel Papai**, pai-de-santo do terreiro de Pai Adão, morador de Vasco da Gama – Recife. Entrevista em outubro de 2006.
- 11 **Raminho de Oxossi**, pai-de-santo e mestre de Cerimônia da Noite dos Tambores Silenciosos, morador de Jardim Brasil I – Olinda. Entrevista em outubro de 2006.
- 12 **Dona Lúcia**, filha de criação de Badia, moradora do Pátio do Terço há 58 anos– Recife. Entrevista em dezembro de 2006.
- 13 **Graciliano**, sacristão da Igreja de Nossa Senhora do Terço – Recife. Entrevista em setembro de 2007.
- 14 **Dona Ivanize**, Rainha do Maracatu Encanto da Alegria, moradora de Água Fria - Recife. Entrevista em novembro de 2006.
- 15 **Cristina**, restauradora dos altares da Basílica, moradora de Olinda. Entrevista em agosto de 2006
- 16 **Sales**, frei provincial do nordeste, morador do Convento do Carmo. Entrevista em setembro de 2006.
- 17 **Dona Marilene**, devota a Nossa Senhora do Carmo há mais de 30 anos, moradora de Jardim São Paulo – Recife. Entrevista em julho de 2006.
- 18 **Dona Maria José**, evangélica e vendedora de artigos religiosos durante a Festa do Carmo, moradora de Casa Amarela – Recife. Entrevista em julho de 2006.
- 19 **Seu Luiz**, vendedor de barraca de coco, morador de Jaboatão dos Guararapes e trabalha há mais de 40 anos permanentemente no Pátio do Carmo. Entrevista em junho de 2006.
- 20 **Dona Maria de Fátima**, devota, moradora de Ouro Preto – Olinda. Entrevista em julho de 2006.
- 21 **Dona Maria das Dores**, devota a Nossa Senhora do Carmo e membro da Coordenação da Festa do Carmo de 2006 e da Liturgia da Igreja, moradora do Espinheiro – Recife. Entrevista em julho de 2006.
- 22 **Késia**, restauradora dos altares da Basílica há 5 anos, moradora do Curado. Entrevista em setembro de 2006.
- 23 **Tania Sá**, Gerente do Espaço Cultural Pátio de São Pedro, responsável pela gestão dos eventos que ocorrem no Pátio de São Pedro. Entrevista em fevereiro de 2007.
- 24 **Carlos Bezerra**, proprietário-herdeiro do restaurante Buraco do Sargento, que funciona desde a década de 1950 no Pátio de São Pedro. Entrevista em fevereiro de 2007.
- 25 **Fernando Vieira**, Sacristão da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, e morador do pátio de São Pedro há cerca de 20 anos. Entrevista em dezembro de 2006.
- 26 **Claudilene Silva**, Integrante do Movimento Negro, coordenadora do Núcleo Afro da Prefeitura, responsável pela Terça Negra no Pátio de São Pedro. Entrevista em fevereiro de 2007.
- 27 **Jr. Black**, Cantor do Negroove, banda formada durante encontros de amigos na Terça Negra no pátio de São

Pedro. A banda apresentou-se diversas vezes no local. Entrevista em outubro de 2006.

- 28 **Genivaldo Barbosa**, Presidente do Afoxé Oxum Panda, que participa da Terça Negra desde a sua fundação no Bar do Didi e atualmente no Pátio de São Pedro. Entrevista em abril de 2008.
- 29 **Almir Miranda**, Representante do Movimento Negro Unificado, responsável pela organização da Terça Negra, e freqüentador desde a sua fundação no Bar do Didi e atualmente no Pátio de São Pedro. Entrevista em outubro de 2007.
- 30 **Marta Cardoso**, Presidente do Afoxé Timbaganju, que participa da Terça Negra desde que foi transferida para o Pátio de São Pedro. Entrevista em abril de 2008.
- 31 **Edvaldo Ramos**, advogado participante da criação da Noite dos Tambores Silenciosos, morador de Olinda. Entrevista em novembro de 2006.
- 32 **Dona Elda**, mãe-de-santo e Rainha do Maracatu Porto Rico, moradora do Pina – Recife. Entrevista em dezembro de 2006.
- 33 **Dona Eliane**, devota a Virgem do Carmo há mais de 20 anos, moradora de Jardim Maranguape – Paulista. Entrevista em julho de 2006.
- 34 **Rita de Cássia**, dona de casa ligada ao candomblé, moradora de Maranguape 1, Paulista. Entrevista em julho de 2006.
- 35 **Jorge**, atendente de barraca de jogos do Parque de Diversões durante a Festa do Carmo há cinco anos, morador de Casa amarela, Recife. Entrevista em julho de 2006.
- 36 **Dona Maria de Fátima**, devota, moradora de Ouro Preto – Olinda. Entrevista em julho de 2006.
- 37 **Sr José**, responsável pelo parque de diversões da festa do Carmo, morador de Jaboatão dos Guararapes. Entrevista em julho de 2006.
- 38 **Ana Paula Bittencourt**, arquiteta especialista em conservação de sítios históricos, e perita do IPHAN em Recife. Entrevista em janeiro de 2007.

REFERÊNCIAS

APLIN, Graeme. **Heritage: identification, conservation and management**. New York: Oxford University, 2002.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio Imaterial e Referências Culturais. **Patrimônio Imaterial** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro nº 147. 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ASKAR, Jorge A. Reconstrução e imitação como alternativas de conservação. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, n.4. PUC-MG. 1996.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BORNHEIM, Gerd A. O conceito de tradição. **Tradição – contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1987.

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. **Tradição – contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1987.

BRANDÃO, Zaia. Entre questionários e entrevistas. In: _____. **Pesquisa em educação - conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Loyola/PUC-RJ, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHASTEL, André; BABELON, Jean-Pierre. **La notion de patrimoine**. Paris: Liana Levi, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

CONNOR, Steven. **Teoria e Valor Cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

COSTA, Edil Silva. Tradição: a Criação Coletiva. **O FOCO** – Literatura Popular/Literatura Oral. Rio de Janeiro, nº 3, Junho. 1993.

DUARTE, Fabio. **Crise das matrizes espaciais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo. **Cadernos de Pesquisa** nº 115, de março de 2002.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GUILLEN, Isabel C. M. Noite dos Tambores Silenciosos: ritual e tradição entre os maracatus-nação do Recife. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Goiânia. 25a. Reunião Brasileira de Antropologia - Saberes e práticas antropológicas. Desafios para o século XXI, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Coimbra: Almedina, 2001.

HOBSBAWM, Eric. A Invenção das Tradições. In HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence(org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ICOMOS Australia. **The Burra Charter**. 1999. Disponível em: <www.icomos.org/australia/burra.html>. Acesso em: 5/11/2007.

ICOMOS Canada. **Declaração de Québec**. 2008. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. Acesso em: 10/12/2009.

ITO, Nobuo. Intangible Cultural Heritage involved in Tangible Cultural Heritage. In ICOMOS 14th General Assembly and Scientific Symposium. Zimbábue, 2003. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org>>. Acesso em: 13/08/2005.

JODELET, Denise. **Représentations sociales: un domaine en expansion**. Paris: PUF, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceitos e implicações. In GUSMÃO, Rita (Org.) **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: TRANSE/CEAM.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In CORRÊA, Roberto L. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LEITÃO, Lúcia. **Os movimentos desejanter da cidade**: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1998.

LEITE, Rogério P. **Contra-usos da Cidade**: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP. Sergipe: UFS, 2004.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LONDRES, Cecília. **O Patrimônio em Processo**: a trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

_____ Para além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In ABREU, Regina (Org.) **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

_____ Patrimônio e performance: uma relação interessante. In GUSMÃO, Rita (Org.) **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: TRANSE/CEAM.

LOW, Setha M. Antropological-Ethnografic Methods for the Assessment of Cultural Values in Heritage Conservation. In DE LA TORRE, Marta, ed., **Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. (123pp., PDF format, 750KB). Disponível em: <<http://www.getty.edu/conservation>>. Acesso em: 22/06/2005.

MASON, Randall. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of Significance. **Places, a Forum of Environmental Design**. v.16, n.1, p. 64-71. Disponível em: <www.placesjournal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1>. Acesso em: 15/11/2007.

MASON, Randall. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In: DE LA TORRE, Marta, ed., **Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. (123pp., formato PDF, 750KB). Disponível em: <<http://www.getty.edu/conservation>>. Acesso em: 22/06/2005.

MASON, Randall et al. **Heritage Values in Site Management: Four Case Studies**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2005.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MEDEIROS, Bartolomeu F. **Nossa Senhora do Carmo do Recife: A Brilhante Senhora dos muitos Rostos – E sua Festa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.) **O Espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p.256-287.

RECIFE. Câmara de Vereadores. Decreto-lei nº 11.888, de 26 de março de 1981. Cria e estabelece as diretrizes de proteção dos sítios históricos.

REIS, Fábio José Garcia. **Patrimônio cultural: revitalização e utilização**. Disponível em: <<http://www.lo.unisal.br/nova/publicacoes/patrimoniocultural.doc>>. Acesso em: 10/10/2009.

RIBEIRO, Claudia. **A dimensão simbólica da arquitetura: parâmetros intangíveis do espaço concreto**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. 2.ed. Madri: Visor, 1999.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Col. Artes e Ofícios, Vol. 7. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Leonardo Dantas da. **Pernambuco Preservado**: histórico dos bens tombados do estado de Pernambuco. Recife: L. Dantas da Silva, 2002.

The Getty Conservation Institute. **Values and Heritage Conservation**. Research on Report: Values, Valorization, and Cultural Significance. The Getty Conservation Institute, Los Angeles, 2000. Disponível em: <<http://www.getty.edu/gci>>. Acesso em: 20/09/2009.

TODESCINI, Fabio. Some reflections on place, tangible and intangible heritage and identity construction. In **Place, memory, meaning**: preserving intangible values in monuments and sites. ICOMOS 14th General Assembly and Scientific Symposium. Zimbabwe, 2003. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org>>. Acesso em: 15/08/2005.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. **Patrimônio imaterial**. Disponível em: < <http://portal.unesco.org/culture> >. Acesso em: 20/06/2005.

VELOSO, Mariza. Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público. In GUSMÃO, Rita (Org.) **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: TRANSE/CEAM.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.